



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro Biomédico

Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro

Thais de Andrade Vidaurre Franco

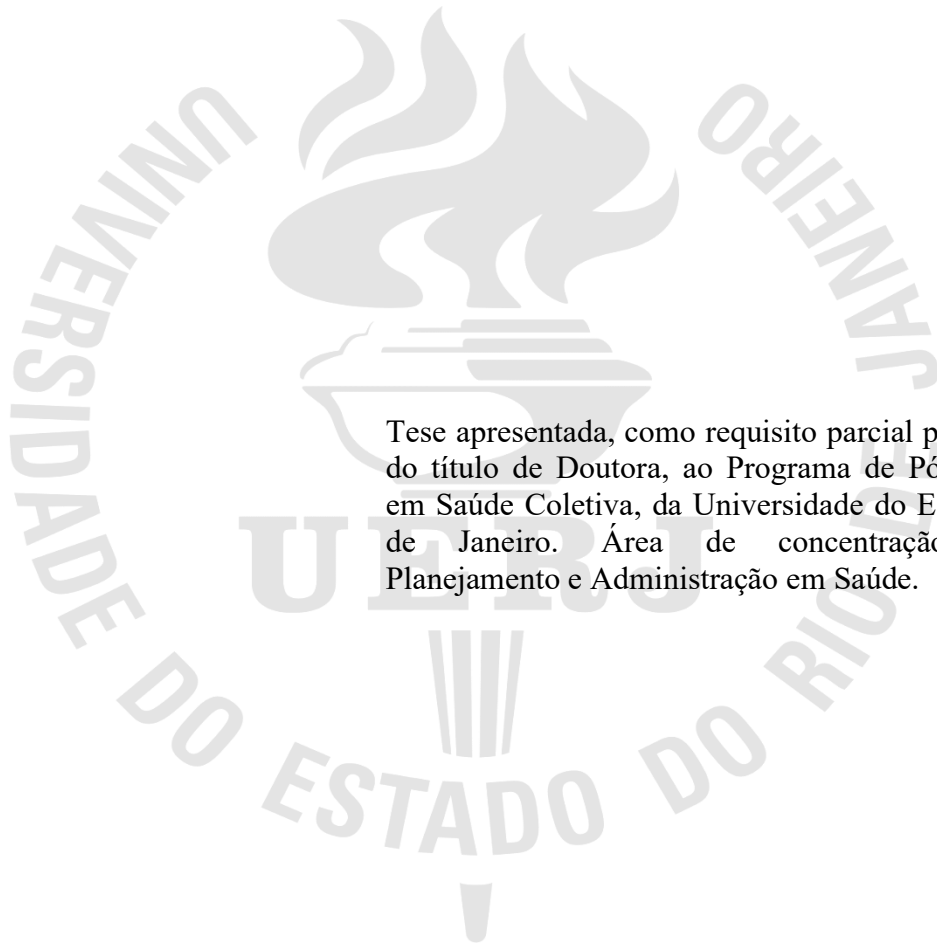
**Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos  
na imprensa carioca da Primeira República**

Rio de Janeiro

2022

Thais de Andrade Vidaurre Franco

**Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos na  
imprensa carioca da Primeira República**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CB/C

F825	Franco, Thais de Andrade Vidaurre
	Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos na imprensa carioca da Primeira República / Thais de Andrade Vidaurre Franco – 2022. 191 f.
	Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues Coorientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva
	Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro.
	1. Saúde pública - História - Teses. 2. Reforma dos Serviços de Saúde - História - Teses. 3. Meios de comunicação de massa - Teses. 4. Política - Teses. 5. História do Século XX - Teses. 6. Sindicatos - Teses. I. Rodrigues, Paulo Henrique de Almeida. II. Paiva, Carlos Henrique Assunção. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro. IV. Título.
	CDU 614(091)

Bibliotecária: Marianna Lopes Bezerra – CRB 7 6386

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Thais de Andrade Vidaurre Franco

**Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos na imprensa carioca da Primeira República**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política, Planejamento e Administração em Saúde.

Aprovada em 01 de abril de 2022.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Assunção Paiva  
Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Paulo Henrique de Almeida Rodrigues (Orientador)  
Instituto de Medicina Social - UERJ

---

Prof. Dr. Sérgio Carrara  
Instituto de Medicina Social – UERJ

---

Profa. Dra. Laura Antunes Maciel  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá  
Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz

---

Profa. Dra. Tatiana Vargas de Faria Baptista  
Instituto Fernandes Figueira – Fiocruz

Rio de Janeiro

2022

## DEDICATÓRIA

Para meus avós, Ida e Levy.

## AGRADECIMENTOS

Ao longo dos últimos 5 anos foram muitas as pessoas e instituições que contribuíram e possibilitaram o ingresso, permanência e conclusão do doutorado. Sou imensamente grata por ter trilhado esse momento de minha formação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço às trabalhadoras e aos trabalhadores da UERJ que constroem e lutam diariamente para que essa universidade, que me enche de orgulho e afeto, continue sendo pública e de qualidade. Também devo agradecimentos a CAPES pela bolsa de doutorado que garantiu minha permanência durante os 3 primeiros anos do curso.

Também são muitos os motivos para agradecer ao corpo de discentes, docentes e técnicos do Instituto de Medicina Social. Um agradecimento especial à Eliete que, sempre solicita, me ajudou a resolver as mais diferentes questões acadêmicas nos últimos 8 anos e a Aleksandra, pelo cuidado com todos da instituição. Agradeço às professoras e aos professores do IMS pelas aulas e debates decisivos para minha formação. Devo um agradecimento especial ao professor Rubem Mattos, de suas aulas e provocações surgiram muitas das questões que motivaram a construção dessa tese. Agradeço também ao professor Kenneth Camargo pelos diálogos estabelecidos na disciplina sobre o pensamento de Fleck e ao professor Ronaldo Teodoro pelas preciosas sugestões de textos, leitura atenta e mão estendida ao diálogo.

Aos professores Eduardo Levcovitz, Mario Dal Poz e Rosângela Caetano, com quem compartilho o cotidiano de trabalho na coordenação do Mestrado Profissional do IMS agradeço o apoio fundamental no último ano de construção da tese. À professora Rosana Kuschnir, com quem tive a sorte de trabalhar em dois momentos diferentes, devo um agradecimento especial pelo incentivo e conversas inspiradoras. Também agradeço às alunas e aos alunos da turma 2019 do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva do IMS e a todas minhas alunas e alunos do curso de graduação em enfermagem com quem eu tanto aprendi nos últimos anos.

Agradeço também ao meu orientador Paulo Henrique de Almeida Rodrigues pelas leituras, diálogos, comentários, contribuições e, principalmente, pela compreensão quando mudei radicalmente o tema de pesquisa e pelo incentivo e apoio quando, por conta do trabalho na pandemia, interrompi a escrita da tese. Nesse processo de escolha dos caminhos e de retomada da construção da tese também sou imensamente grata pela contribuição do professor

Carlos Henrique Paiva como coorientador. Suas leituras levantaram questões e provocações que me ajudaram a destravar a escrita, a organizar o texto, a achar novos caminhos e sínteses. Ao Carlos Henrique e a Fernando Pires-Paiva também devo agradecimentos por me acolherem como bolsista após o fim do mestrado no Observatório de História da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. Possivelmente, se não fosse essa experiência, essa tese teria seguido outros rumos.

Também devo sinceros agradecimentos às professoras Laura Antunes Maciel e Dominichi Miranda de Sá e ao professor Sérgio Carrara por suas preciosas críticas e sugestões na banca de qualificação do projeto e na defesa da tese. Pelos diálogos, críticas e disponibilidade para participar da banca de defesa também agradeço à professora Tatiana Vargas, ao professor Eduardo Levcovitz e ao professor Luiz Antonio Teixeira.

No processo de levantamento de fontes para a pesquisa no contexto da pandemia de covid19 foi primordial a existência de acervos online. Assim, eu agradeço às trabalhadoras e aos trabalhadores dos arquivos públicos que atuam na preservação, digitalização e disponibilização de acervos documentais, em especial, aos profissionais que trabalham na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, principal acervo consultado na construção dessa tese.

Para além do agradecimento que devo às pessoas que defendem e constroem as diferentes instituições públicas de ensino e pesquisa que possibilitaram minha trajetória de formação e a construção desse trabalho, me sobram os motivos para agradecer a minha família, amigas e amigos que viabilizaram, de diferentes formas, meu ingresso e permanência no doutorado, a finalização dessa tese e cultivaram no cotidiano as alegrias e as esperanças necessárias ao caminhar.

À minha mãe, Maria Luiza, minha tia Beth e minha vó Ida, agradeço todo o apoio e inspiração. É uma sorte sem tamanho ser filha, sobrinha e neta de mulheres tão autênticas. Um agradecimento enorme também a querida Eloisa Rezende, ao meu irmão Vinicius e a minha cunhada Isabella, pelo apoio e por encherem o cotidiano e os encontros de família de risadas e afeto. Também agradeço ao meu pai, Antônio Luiz, minha madrinha Marilene Gonçalves, meu padrinho Godofredo Duarte e a sua esposa Regina pelo incentivo e apoio.

Não posso deixar de registrar aqui meu agradecimento ao apoio de meu companheiro. Suas inúmeras virtudes, inteligência singular e olhar fraterno para o mundo tem sido fonte de diálogos inspiradores, tranquilidade e esperanças. Que sorte compartilhar o caminho contigo. Obrigada também pelas leituras e revisões da tese!

Ao longo dos anos de construção da tese, diferentes casas abrigaram os momentos de leitura e escrita. Os capítulos 03 e 04 foram escritos imersos no acolhimento e inspiração de uma família mineira a quem também devo muitos agradecimentos – pelo carinho, incentivo, pelas alegrias e pelos inúmeros cafezinhos, agradeço imensamente a Lu, Fernanda, Cida, Edna, ao seu João e todos seus outros filhos, netas e netos. Somando esses agradecimentos direcionados às Minas Gerais, agradeço também à Ana Paola Amorim que gentilmente me cedeu seus livros sobre história da imprensa além de ter sido fonte de inspiração por meio da sua tese e outros escritos.

Seguindo o fio dessa rede de pessoas que enriquecem meu caminhar e cuja presença auxiliou a construção da tese agradeço também a Denise Martins pela escuta e apoio. Certamente o processo de escrita teria sido muito mais difícil sem a sua presença.

Às minhas amigas e aos meus amigos devo inúmeros agradecimentos e também um pedido de desculpas pelas ausências em função da tese. Agradeço à Ana Luisa Ferrari por ser apoio cotidiano e também por ter me auxiliado no levantamento de notícias nos periódicos Correio da Manhã e O País, sua ajuda foi fundamental. Às minhas queridas Anna Luiza Ragonha e Izabel Taveira agradeço por aturarem minhas monótonas reclamações sobre esse trabalho, sou muito grata por dividir a caminhada com vocês. Agradeço também à Rachel Guimarães e à Michele Souza e Souza, seus olhares atentos, abraços largos e riso fácil foram fundamentais para minha permanência no doutorado e hoje são parte importante da minha vida. Agradeço também aos meus queridos amigos e amigas Beatriz Lemos, Ismael Silveira, Melina Anantha, Lucas Cabral, Antônio Ribeiro, Rita Padilha, Roberta Dorneles, Leandro Gonçalves, Clara Regina, Gabriela e Lincoln Lopes, Juliana Braga e Allan Cirico. Mesmo com todo o distanciamento da pandemia e todas as distancias (que vão da Escócia a Salvador, passando por São Paulo, Porto Alegre, Miguel Pereira e Teresópolis), vocês seguiriam sendo fonte de afeto e inspiração.



## Celebração da Voz humana

[...] Quando é verdadeira, quando nasce da vontade de dizer, a voz humana não encontra quem a detenha. Se lhe negam a boca, ela fala pela mão ou pelos olhos, ou pelos poros, ou por onde for. Porque todos, todas, temos algo a dizer aos outros, alguma coisa, alguma palavra que merece ser celebrada ou perdoada pelos demais.

*Eduardo Galeano*

## RESUMO

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre. *Vozes de uma Reforma Sanitária: trabalhadores, sanitaristas e suburbanos na imprensa carioca da Primeira República*. 2022. 191 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

A partir da compreensão que a formação de valores públicos e a cultura política são partes constituintes da política e dos processos de mudança histórica, a presente tese aborda o debate sobre o saneamento em jornais comerciais e populares como parte integrante do processo de politização da saúde que desembocou na Reforma Sanitária de 1920. A análise de diferentes periódicos comerciais do período aponta que os integrantes do Movimento Pró-Saneamento se articularam à imprensa por meio de suas redes de sociabilidade e fizeram da comunicação um instrumento político para a efetivação de mudanças institucionais para a saúde pública. Entre 1916 e 1920, a interpretação que repunha a saúde como problema central para a formação nacional e responsabilidade do governo federal se sedimentou no debate público e se estabeleceu como parte do senso comum, antecipando a consolidação do aparato institucional. A vocalização pública dos argumentos e propostas do Movimento Pró-Saneamento não encontrou um público apático ou indiferente entre os grupos populares. A consideração de periódicos produzidos por trabalhadores e moradores dos subúrbios cariocas publicados no período anterior à publicização do argumento pró-saneamento identificou que a saúde era objeto de reivindicações e se articulava a diferentes pautas de lutas populares. Suas formulações sobre a saúde e o adoecimento antecipavam elementos que estariam presente nas teses do movimento pró-saneamento, tais como as relações entre abandono pelo Estado e adoecimento e entre as condições de vida, de trabalho e saúde. Durante o período de maior publicização do argumento sanitário, trabalhadores e suburbanos estabeleceram afinidades e críticas à proposta de saneamento. O saneamento ao qual esses diferentes grupos de trabalhadores se referiam guardava aproximações e cruzamentos com a proposta dos sanitaristas ao mesmo tempo em que apontava para outros sentidos, vinculados a uma gramática de luta própria. Por meio do periodismo, parcelas mais amplas da população politizaram a saúde, apontaram contradições e lacunas existentes entre os argumentos e as práticas das autoridades sanitárias, imprimiram novos sentidos a palavra saneamento e reivindicaram melhorias em suas condições de vida e trabalho. Por fim, a tese argumenta que o processo de Reforma Sanitária colocado em curso na década de 1920 pode ser compreendido como um momento que não se encerrou nas formulações e ações de uma determinada elite política e intelectual, mas que abrigou também a agência de grupos sociais subalternizados.

Palavras-chave: História da Saúde Pública. Reforma dos Serviços de Saúde/história.

Imprensa. História do Século XX. Organizações de Trabalhadores.

## ABSTRACT

FRANCO, Thais de Andrade Vidaurre. *Voices of a Sanitary Reform: workers, public health physicians and suburbanites in the Rio de Janeiro press of the First Republic*. 2022. 191 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social Hesio Cordeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Based on the understanding that the formation of public values and political culture are constituent parts of politics and processes of historical change, this thesis addresses the debate on sanitation in commercial and popular newspapers as an integral part of the process of politicization of health that led to the Brazilian Sanitary Reform of 1920. The analysis of different commercial journals of the period points out that the members of the Pro-Sanitation Movement articulated themselves to the press through their networks and made of this communication media a political instrument to effect institutional changes for public health. Between 1916 and 1920, the interpretation that repositioned health as a central problem for national formation and responsibility of the federal government became sedimented in the public debate and established as a part of the common sense, anticipating the consolidation of the institutional apparatus. The public vocalization of the Pro-Sanitation Movement's arguments and proposals did not find an apathetic or indifferent audience among the popular segments. The consideration of the newspapers produced by popular segments and published in the period before the publicizing of the pro-sanitation argument identified that health was an object of claims and articulated with different agendas of popular struggles. Their formulations on health and illness anticipated elements that would be present in the theses of the pro-sanitation movement, such as the relations between abandonment by the State and illness, as well as between life and working conditions and health. During the period of greater publicization of the pro-sanitation argument, workers and residents of the suburbs established affinities and criticisms to the sanitation proposal. The sanitation to which the workers referred kept approximations and intersections with the health reformers proposal, while it pointed to other meanings linked to its own grammar of struggle. Through journalism, wider segments of the population politicized health, pointed out contradictions and gaps between the arguments and practices of health authorities, gave new meanings to the word sanitation and claimed improvements in their living and working conditions. Finally, the thesis argues that the process of Sanitary Reform set in motion in the 1920s can be understood as a moment that did not end in the formulations and actions of a particular political and intellectual elite, but also harboured the agency of subalternized social segments.

Keywords: Public health history. Health Care Reform/history. Communications Media.

Workers. History, 20th Century.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Detalhe de capa do jornal A Noite, edição de 17 de outubro de 1916.....	77
Figura 2 - Detalhe Jornal do Brasil com reportagem sobre reunião da Liga Pró-Saneamento do Brasil, 13 de abril de 1918.....	87
Figura 3 - Recortes de reportagens sobre os Postos de Profilaxia Rural publicados no 'O Jornal', 1919,1920.....	96
Figura 4 - Detalhe de capa Jornal A Noite .....	98
Figura 5 - Capa Jornal União Operária, edição de 22 de outubro de 1905 .....	119
Figura 6 - Detalhe capa O Suburbio, notícia sobre a instalação de um hospital de isolamento nos subúrbios. ....	121
Figura 7 - Detalhe de capa d'A Voz do Trabalhador, 15 de jul. de 1913.....	128
Figura 8 - Detalhe de capa do jornal Voz do Povo, reportagem sobre discurso de Belisário Penna.....	150
Figura 9 - Recortes do Voz do Povo de notícias sobre reclamações da população sobre o saneamento de ruas da capital.....	152
Figura 10 - Ilustração sobre a instalação de latrinas e fossas como medida de prevenção da infecção por parasitas intestinais publicada no livro O Saneamento do Brasil ....	156
Figura 11 - Detalhe página 'O Jornal' enredo do desfile dos Fidalgos de Madureira, fevereiro de 1920.....	159
Figura 12 - Recorte Jornal Voz do Povo: Título da reportagem publicada em resposta a Belisário Penna. ....	163

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COB	Confederação Operária Brasileira
DGSP	Diretoria Geral de Saúde Pública
DNSP	Departamento Nacional de Saúde Pública
DSPR	Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural
FORJ	Federação Operária Brasileira
FTRJ	Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
UFOT	União dos Operários em Fábricas de Tecidos
UOED	União Operária do Engenho de Dentro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 OLHARES SOBRE A QUESTÃO SANITÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b> ....	19
1.1 <b>A questão sanitária na Primeira República: considerações críticas sobre a literatura</b> .....	19
1.2 <b>Política, saúde e valores públicos</b> .....	28
1.3 <b>A imprensa comercial e popular como fontes e objeto: considerações sobre os caminhos da pesquisa</b> .....	37
<b>2 O MOVIMENTO SANITARISTA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: CONTEXTO E IDEIAS</b> .....	43
2.1 <b>Projetos de formação nacional e crise da República Oligárquica</b> .....	44
2.2 <b>Ideias e interpretações sobre o Brasil na Primeira República</b> .....	50
2.3 <b>A saúde e a questão nacional: doença, abandono e política</b> .....	59
<b>3 A PUBLICIZAÇÃO COMO AÇÃO SANITARISTA: O MOVIMENTO PRÓ- SANEAMENTO E A ‘IMPRENSA COMERCIAL’</b> .....	73
3.1 <b>O Brasil como um país doente: as repercussões do discurso de Miguel Pereira e a divulgação do Relatório de Viagens</b> .....	75
3.2 <b>A Liga Pró-saneamento do Brasil e a imprensa</b> .....	83
3.3 <b>Efeitos de uma pandemia e os esforços de divulgação da ação dos Postos de Profilaxia Rural</b> .....	93
3.4 <b>Em busca da formação de uma consciência sanitária nacional: o discurso público como ato político sanitário</b> .....	98
<b>4 ANTECEDENTES: SAÚDE, ADOECIMENTO E POLÍTICA EM PERIÓDICOS POPULARES (1900 E 1916)</b> .....	105
4.1 <b>Periodismo popular no contexto da Primeira República</b> .....	105
4.2 <b>Nos Jornais Suburbanos: relações entre abandono e adoecimento</b> .....	108
4.3 <b>A Saúde n’A Voz do Trabalhador</b> .....	123
4.4 <b>Uma politização da saúde por suburbanos e trabalhadores</b> .....	131
<b>5 SAÚDE E O SANEAMENTO RURAL PELAS PÁGINAS DA VOZ DO POVO E COLUNAS SUBURBANAS (1916-1920)</b> .....	134
5.1 <b>O sertão [não] é aqui: pleitos por saneamento para os subúrbios da capital</b> .....	134

<b>5.2 Saúde e saneamento na ‘Voz do Povo’: como sanear em condições de vida e trabalho que adoecem? .....</b>	<b>143</b>
<b>5.3 O caso das fossas de Bangu: a quem cabe o dever de sanear? .....</b>	<b>154</b>
<b>5.4 Saneamento e as lutas de trabalhadores e suburbanos .....</b>	<b>168</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>181</b>

## INTRODUÇÃO

Entre os anos de 1916 e 1920, no contexto de formação e atuação daquele que ficou conhecido como ‘Movimento pelo Saneamento dos Sertões’, a imprensa desempenhou um papel central em um intenso debate sobre as responsabilidades do Estado na prevenção e no tratamento de doenças, bem como sobre o lugar da saúde na formação do Brasil como uma nação moderna. A intensificação do debate público sobre a questão sanitária brasileira durante a Primeira República fez parte de um contexto marcado por esforços de se pensar o país e propor caminhos para a construção nacional. No momento de fundação de uma nação de passado colonial, de marcada exclusão escravocrata, os intelectuais brasileiros se viam diante do desafio de responder às interrogações do passado, diagnosticar o tempo presente, projetar o país a ser construído e se comunicar com ele (CASTRO SANTOS, 1985; LIMA; HOCHMAN, 2000; LUCA, 2001; SÁ, 2009a; LIMA, 2013).

O Movimento Pró-Saneamento reuniu esforços de um número significativo de sanitaristas, intelectuais e políticos que buscavam interferir no debate público e também pressionar o governo federal no sentido de produzir uma legislação sanitária que ampliasse a autoridade pública na saúde. Com o olhar voltado para as populações do interior do país, seu argumento identificava na presença de doenças o aspecto comum aos brasileiros, uma marca da nacionalidade, ao mesmo tempo que um obstáculo para a construção de uma nação moderna (LIMA; HOCHMAN, 1996, 2000; SÁ, 2009a; LIMA, 2013). Partindo do diagnóstico que atribuía à ausência do Estado nos sertões do país a causa central do adoecimento da população, a solução dos problemas de saúde do sertanejo e, conseqüentemente, do país, seria de natureza eminentemente política. Assim, a ‘prescrição’ consistia no combate às doenças por meio da estruturação de serviços de saúde estatais, organizados de forma centralizada, como forma de estabelecer uma nova relação com a população rural, como meio de transformação daqueles indivíduos em brasileiros (LIMA; HOCHMAN, 2000).

De acordo com Luiz Antonio de Castro Santos (1985, p. 1) a interpretação sobre o país defendida pelo Movimento Pró-Saneamento, além de ter influenciado de forma decisiva o desenho das políticas e instituições de saúde pública, era dotada de uma força simbólica que confluía para a formação de uma ideologia de construção nacional. No mesmo sentido, Gilberto Hochman (1998b, p. s.p.) identifica que esse movimento forjou uma “[...]consciência



pública da responsabilidade governamental em saúde e acelerou o processo de crescimento das atividades do Estado brasileiro”. Ambos os autores destacam que os esforços de publicização dos argumentos e teses desses sanitaristas bem como sua presença nos principais jornais da imprensa nacional foram parte integrante de uma crescente ‘politização da questão sanitária’, decisiva para a expansão da ação estatal nas questões de saúde pública, consolidada na criação da Diretoria Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920.

Ao longo dessa pesquisa buscamos investigar o debate sobre a saúde e a questão sanitária na imprensa do Rio de Janeiro, sobretudo, em jornais produzidos por associações de trabalhadores e também por moradores dos subúrbios cariocas entre 1900 e 1920. Em contraponto a perspectiva que identifica que a construção das políticas de saúde pública seriam exclusivamente resultados da ação de uma ‘elite sanitarista’, a argumentação que orientou a construção da tese é que o debate sobre a questão sanitária expresso em jornais populares foi um momento relevante do processo de politização da saúde durante a Primeira República e um dos elementos constitutivos dos rumos assumidos pela Reforma Sanitária daquele momento. Essa formulação parte da compreensão teórica que enfatiza a participação popular, a transformação dos valores públicos – o domínio das ideias compartilhadas, da ideologia e dos aspectos simbólicos, enfim, da cultura política – como um aspecto que integra a mudança política.

Nas primeiras décadas do século XX, a imprensa da capital do país era composta por diversas publicações. Os grandes jornais diários dividiam as ruas e os leitores com muitos outros periódicos pequenos ou médios, de propriedade individual, operária ou associativa, além de inúmeras revistas ilustradas (SODRÉ, 1999; LUCA, 2005; ELEUTÉRIO, 2013). A produção de periódicos por grupos populares compunha a riqueza das experiências de luta política em curso durante a Primeira República. Naquele momento, a atuação política de trabalhadores e trabalhadoras e de moradores dos bairros do subúrbio carioca assumia sentidos e formatos diversos de organização. Por meio de associações, sociedades culturais, ligas, grêmios e sindicatos, grupos externos à elite política nacional, buscavam intervir na vida política da cidade enfatizando diferentes pautas como educação, cultura, alimentação, moradia, estrutura urbana e saúde pública (BATALHA, 2003; GOMES, 2005b; MACIEL, 2008, 2016, 2017; MENDONÇA, 2017; BARBOSA, 2017). Para muitos desses grupos, a publicação de jornais e revistas foi uma estratégia de luta política, de formação de identidade, produção de memórias e de intervenção no debate público (MACIEL, 2008, 2016, 2017; MENDONÇA, 2011, 2017).

Na construção dessa tese os periódicos foram analisados como uma prática social relevante, um instrumento privilegiado de ação pública, que detém historicidade e peculiaridades próprias em cada contexto histórico e social de sua produção. Os jornais comerciais e os jornais populares foram analisados como “forças sociais ativas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257), espaços onde diferentes grupos e sujeitos políticos buscam vocalizar suas preferências, perspectivas e concepções, disputando a formação dos valores públicos e buscando legitimar suas perspectivas, propostas e projetos junto à sociedade. Tratando-se, então, de um momento importante do debate público, um espaço e ferramenta de intervenção na política, de expressão e construção de diferentes visões e projetos de mundo (LIMA, 2011; VALENTE, 2013).

A tese está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo, inicialmente, apresenta um balanço da literatura sobre a questão sanitária na Primeira República buscando localizar lacunas e as interlocuções que dão base ao argumento da tese. A segunda seção tem por objetivo estabelecer, em termos teóricos, as conexões entre política, povo, comunicação e saúde, apontando que essas dimensões da cultura política são parte constituinte do processo de politização da saúde e, por isso, aspecto relevante para a história da reforma sanitária da Primeira República. Essa compreensão alicerça o entendimento de que a construção da história da saúde pública no Brasil transcende a explicação de que essa é um atributo político e intelectual exclusivo de elites políticas, econômicas e intelectuais. Abordando as elaborações sobre cultura, linguagem, discurso, valores públicos, legitimação e política presente nas obras de autores como Raymond Williams, Antonio Gramsci, Reinhart Koselleck e William Sewell Jr., busca-se, ao longo desse o capítulo, também apontar as perspectivas que justificam o estudo da imprensa não especializada como dimensão relevante para a história da saúde. Por fim, são apresentadas considerações sobre os caminhos da pesquisa, sobre a utilização da imprensa como fonte e objeto de pesquisa e uma breve contextualização dos periódicos consultados na construção do trabalho.

O segundo capítulo caracteriza, a partir de um diálogo crítico com a literatura sobre o período, alguns aspectos do cenário cultural, político, econômico e intelectual da Primeira República, momento de formulação do argumento pró-saneamento. Nesse momento, busca-se destacar, sobretudo, os debates sobre a viabilidade nacional no contexto de crise da República Oligárquica bem como os aspectos da constituição de movimentos populares que, crescentemente, politizavam suas condições de vida. O capítulo também apresenta as formulações desenvolvidas no campo da saúde, buscando localizar as interseções do

argumento sanitaria no debate sobre o Estado, seus vínculos com as ideias em circulação naquele período e os elementos conjunturais que contribuíram para sua formação e força política.

O capítulo três analisa o debate sobre a questão sanitária nos principais periódicos comerciais publicados na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República. Levando em conta o cenário de uma imprensa diversificada, em franca expansão e transformação, nesse capítulo são abordados aspectos da presença do argumento pró-saneamento na imprensa comercial carioca, os diferentes tratamentos, as abordagens e enquadramentos presentes nos artigos e reportagens sobre o tema, atentando para as particularidades do posicionamento político de cada periódico. A construção desse capítulo também teve como objetivo localizar as estratégias utilizadas pelos militantes do movimento sanitário para a publicação de suas propostas, destacando, sobretudo, os aspectos que influenciaram sua inscrição no debate público.

Após a caracterização da atuação política dos sanitaristas por meio da imprensa e da mobilização de seus argumentos pela imprensa comercial, o capítulo quatro apresenta a análise de alguns periódicos produzidos por grupos populares no período compreendido entre o início do século XX e o momento anterior à intensificação da campanha pró-saneamento dos sertões. A análise de periódicos operários e suburbanos publicados antes da atuação do movimento pró-saneamento teve o objetivo de identificar como, em suas múltiplas vivências e intencionalidades, os trabalhadores organizados em sindicatos e moradores engajados na defesa dos interesses dos bairros dos subúrbios se relacionaram e formularam projetos e propostas singulares para a área da saúde. Por meio dessa análise foi possível identificar que a saúde assumiu múltiplos sentidos e compôs diferentes estratégias de lutas e reivindicações desses grupos, assumindo formatos que, inclusive, antecipavam sínteses que estariam presentes nos argumentos apresentados pelos sanitaristas nas décadas seguintes.

Por fim, o capítulo cinco apresenta como os argumentos mobilizados pelo Movimento Pró-saneamento compareceram nos periódicos publicados e organizados por trabalhadores e suburbanos. Nesse momento, é discutido em que medida movimentos, associações populares e trabalhistas incorporaram ou se opuseram à interpretação/projeto de nação e às ações e intervenções orientadas pela proposta de saneamento rural, evidenciando que, para além da chamada ‘grande imprensa’, existia um universo rico de debates, formulações e organizações presentes na vida de trabalhadores e moradores dos subúrbios do Rio de Janeiro. Esses grupos populares não apenas se interessavam pelas questões políticas de

seu tempo como procuraram influir nos seus rumos. Esses achados da tese se apresentam como um contraponto importante a leitura histórica que tradicionalmente afirma a indiferença, a passividade, a incapacidade e a ausência da ação política popular acerca das questões que marcaram a República brasileira nas primeiras décadas do século XX. As formulações, propostas, interlocuções, apropriações, usos e questionamentos ao projeto divulgado pelo Movimento Pró-Saneamento por uma parcela mais ampla da população, apontam mesmo para a presença popular na construção da trajetória da saúde pública brasileira.

# 1 OLHARES SOBRE A QUESTÃO SANITÁRIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

## 1.1 A questão sanitária na Primeira República: considerações críticas sobre a literatura

Nas últimas décadas, a partir de diversas perspectivas e matrizes interpretativas um número considerável de pesquisas tem visitado diferentes aspectos da questão sanitária na Primeira República. Esse conjunto heterogêneo de produções tem revelado traços da construção das políticas sanitárias, das práticas e modos de cuidados, da trajetória das instituições médicas e científicas brasileiras, bem como das relações entre saúde e as interpretações sobre o país desenvolvidas no período. Poucas dessas produções, entretanto, assumiram a construção dos valores públicos como parte constituinte dos processos de transformação da política e, por isso, relevante para a compreensão da construção das políticas sanitárias no Brasil naquele momento histórico.

Nas décadas de 1970 e 1980, no interior dos movimentos pelas reformas sanitária e psiquiátrica e da luta contra a ditadura militar ocorreu um aumento significativo da produção de estudos sobre a trajetória histórica das políticas de saúde no Brasil (CARVALHO; LIMA, 1992; EDLER, 1998; PIRES-ALVES; PAIVA; HOCHMAN, 2008; FONSECA, 2018). As narrativas que compareceram em parte expressiva das produções do então nascente campo da Saúde Coletiva, a partir da década de 1970, recorreram à história com o objetivo de contextualizar ou investigar o surgimento das práticas e instituições médico-sanitárias e previdenciárias no Brasil, privilegiando seu caráter político e social. Esses estudos representaram o rompimento com a história da medicina escrita até aquele momento – marcadamente, uma historiografia caracterizada por produções de cunho memorialista, frequentemente escritas por médicos, que narravam o progresso heroico de uma medicina, que por meio do aprimoramento científico, trilhava os caminhos para o triunfo sobre as doenças (EDLER, 1998).

Influenciados em grande medida por perspectivas marxistas e pelas formulações de Michel Foucault, os estudos do anos de 1970 e 1980 assumiram como temática central a história da saúde pública buscando os vínculos entre a saúde, as instituições médicas e a

formação dos Estados capitalistas (MACHADO et al., 1978; LUZ, 1982, 1991; MERHY, 2006; GARCÍA, 2016). Em parte dessas produções, o desenvolvimento das políticas de saúde, principalmente, daquelas voltadas para a coletividade, corresponderiam a formação de um arsenal de discursos e práticas normalizadores da existência individual e coletiva. Considerando as relações entre o percurso de conformação do Estado e das formas de produção capitalistas, essas interpretações atribuíam uma relação de imanência entre a configuração dos saberes médicos, as práticas políticas e as relações e interesses econômicos dominantes no século XX. De tal modo, as diferentes práticas e propostas de intervenção sanitárias guardariam em si, necessariamente e somente, mecanismos de dominação e controle, ao garantirem “a reprodução da força de trabalho, a acumulação do capital e a manutenção do modelo de desenvolvimento econômico social vigente” (MERHY, 2006, p. 50).

Esse conjunto de produções marcaram, em parte, a compreensão do campo da Saúde Coletiva sobre o percurso histórico da construção das políticas de saúde no Brasil, significando um importante deslocamento crítico diante de uma concepção que atribuía neutralidade à trajetória da ciência e das ações de saúde pública. Não obstante essa condição, desde o início da década de 1990, uma série de estudos sobre a historiografia da saúde brasileira tem posto essa literatura em revisão crítica, apontando os limites das imagens do “sanitarismo campanhista” e da “polícia sanitária” como único modelo das políticas e propostas para a saúde pública desenvolvidas no período da Primeira República (CARVALHO; LIMA, 1992; EDLER, 1998; PIRES-ALVES; PAIVA; HOCHMAN, 2008; FONSECA, 2018). Segundo análise de Maria Alice de Carvalho e Nísia Trindade Lima (1992, p. 133), com a transposição de conceitos sem a devida mediação dos contextos históricos, a narrativa histórica presente nessas produções foi marcada pela utilização de argumentos teleológicos, pela mobilização de discursos institucionais sem a devida consideração das circunstâncias históricas de suas enunciações e pelo “estabelecimento de correlações imediatas entre modelos de conhecimento científico e interesses de grupos e classes sociais”.

Convergindo com a apreciação de Carvalho e Lima (1992), identificamos que, de forma geral, essas produções inviabilizaram a compreensão das iniciativas, disputas e contradições ocorridas dentro das estruturas científicas e sanitárias da Primeira República. Por um lado, contribuíram para a fixação da imagem que as formulações de intelectuais, cientistas, médicos e sanitaristas sobre a saúde configuravam, exclusivamente, a expressão

não mediada da consciência, vontade, anseios e perspectiva de uma elite econômica. Por outro, produziram o apagamento dos diferentes seguimentos sociais que não compunham as elites intelectuais e políticas da época. Homens, mulheres e crianças de diversos grupos, trabalhadores e populares, compareceram nessas narrativas apenas como objeto passivo das ações do Estado capitalista em ascensão, cujas políticas refletiam unidirecionalmente as estruturas econômicas e os anseios das elites.

Nessa mesma direção, Diego Armus (2004) nos chama a atenção para a existência de um movimento paradoxal nas narrativas da história da medicina que buscam revelar o processo de medicalização e normatização ali presentes. Para o autor, no esforço de construção crítica da história da saúde, essas produções registraram uma história dos médicos e da medicina, ocultando as ações, resistências e formulações de outras parcelas da sociedade. O povo, os doentes – objetos da intervenção médica – ficavam, então, relegados a uma posição de permanente passividade política, reflexiva ou moral.

Como mencionado, os estudos desenvolvidos no seio dos movimentos reformistas dos anos de 1970 e 1980 tinham como característica central o esforço de rompimento com as narrativas sobre a medicina e a saúde pública produzidas nos períodos anteriores. A relação entre os “autores/atores” da reforma sanitária com o contexto da ditadura mostrou-se um importante componente das análises históricas empreendidas naquela conjuntura (PAIVA; TEIXEIRA, 2014). No momento de crítica aos mecanismos econômicos e políticos de exclusão e dominação pungentes no contexto da ditadura militar, e no esforço de construção de uma proposta de reforma sanitária no país, o olhar buscava no passado os elementos que moldaram o sistema e as práticas de saúde que deveriam ser superadas. O desenvolvimento de estudos de caráter histórico se colocava para esses autores como parte do esforço de compreensão e crítica do presente. O rompimento, a afirmação da descontinuidade histórica, tornava-se mesmo um caminho para a construção de mudanças. Essa relação com o passado ficou registrada na apresentação da obra “Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil”, publicada em 1978:

[O] desvelamento do passado, do modo específico de emergência das configurações atuais, é indispensável para uma percepção mais lucida do presente. **No momento em que se procuram novas formas de funcionamento da medicina que não veiculem uma dominação de classe, que não sejam uma intensificação dos dispositivos de poder criados pelo capitalismo como condição indispensável a sua perpetuação, a abordagem da história é um instrumento importante para a realização de experiências que pretendem impregnar o futuro.** Por outro lado, a ida ao passado, o projeto de pesquisar as origens da psiquiatria, e mais globalmente da medicina como discurso e prática políticos, é ele próprio

esclarecido pelo presente, determinado pela exigência de aprofundar sua crítica e fornecer elementos para a transformação das condições atuais de ser modo de intervenção (MACHADO et al., 1978, p. 12 grifo nosso).

Madel Luz (2014) em seu livro “Instituições médicas no Brasil”, publicado em 1979, também justifica a recuperação histórica como parte do movimento de rompimento com o passado, necessário ao estabelecimento de mudanças do presente. De acordo com a autora,

[a]o pesquisar o papel político, na história da formação brasileira, das instituições médicas, estamos também pesquisando como se processa o estabelecimento da hegemonia, do poder consensual, nesta mesma sociedade. **Assim, tentamos buscar origens e refazer a história, como num país de espelhos em que, ao se andar para trás se conseguisse chegar ao local desejado mais a frente** (LUZ, 2014, p. 104, grifo nosso).

A recepção de diferentes abordagens de origem marxista sobre o desenvolvimento do capitalismo e do pensamento de Michel Foucault que marcaram a produção de narrativas sobre a história da saúde no Brasil ocorreram em um momento no qual o olhar crítico para a história se colocava como possibilidade de construção de alternativas para as políticas de saúde e pavimentação para a reconstrução da democracia no país. O questionamento reiterado sobre as formas de controle do corpo individual e coletivo que caracterizariam o exercício médico-sanitário ao longo da história comparece como ferramenta discursiva e estratégia de ação política importante no contexto de um regime ditatorial, diante de um sistema de saúde excludente e de um aparato manicomial que anulava os indivíduos que ali adentravam.

Em alguma medida, essas narrativas que identificavam nas práticas e instituições de saúde pública pregressas uma longa trajetória de opressão favoreciam a construção de uma identidade dos autores e do próprio campo como ‘reformistas’. A crítica à narrativa heroica da medicina e da saúde pública como ‘evolução’ da ciência e triunfo do modo produção capitalista se colocava para os autores como ponto fundamental da justificativa da reforma sanitária. A atribuição de um valor necessariamente positivo às normas e práticas da medicina e da saúde pública, implícita na narrativa até então hegemônica, configurava um obstáculo para a construção da crítica aos diversos dispositivos de opressão e exclusão existentes no campo da saúde. Dessa forma, revelar as elaborações e práticas sanitárias pretéritas como parte do processo de disciplinarização da sociedade e seu percurso histórico como imanentes ao processo de constituição do capitalismo no Brasil, necessário para a reprodução do trabalho e do comércio, serviu, naquela conjuntura, como ferramenta de denúncia das relações



entre saúde e mercado, e base para a defesa da necessidade de mudança. Ou seja, marcavam o movimento de rompimento com a tradição<sup>1</sup>.

Se, por um lado, essa abordagem produziu importantes críticas aos aspectos opressores e normatizadores presentes nas práticas sanitárias, por outro, imprimiu um achatamento da complexidade envolvida no percurso de construção das políticas sanitárias no Brasil, desconsiderando a pluralidade de vozes envolvidas nos diferentes momentos sua de formação. Como consequência, no que diz respeito ao sanitarismo da Primeira República, a análise empreendida não identificava outras facetas da questão sanitária daquele período, como o esforço reformista presente no movimento pelo saneamento dos sertões, os aspectos simbólicos e culturais e as disputas envolvidas. A relação da saúde com o conflito político e vestígios de resistência era um adereço identificado apenas no presente, mas não na construção das gerações pretéritas.

Em outras palavras, a correlação imediata entre ideias e classes sociais presentes nesse conjunto de estudos eclipsou o complexo e rico quadro de ideias e os diversos projetos de modernidade em disputa no Brasil da Primeira República. Dessa forma, os projetos propostos por parte da intelectualidade que se direcionavam, não aos centros urbanos, mas aos sertões do Brasil, por não se encaixarem nos arranjos explicativos definidos *a priori*, como o vínculo estreito ente capitalismo e o desenvolvimento da medicina urbana, escaparam aos olhos daqueles analistas. Outro desdobramento dessas perspectivas de análise foi o apagamento da agência popular, das negociações e debates empreendidos, das ambiguidades e dos movimentos de resistência que se presentificaram no percurso histórico das políticas de saúde no Brasil.

Com tal característica, as narrativas sobre as políticas de saúde pública presentes nos textos fundantes da Reforma Sanitária Brasileira da década de 1970 e 1980 não atentaram para o protagonismo do tema da saúde durante a Primeira República, ou mesmo, para o caráter transformador/reformista das propostas e ações em curso naquele momento. Desde a

---

<sup>1</sup> O esforço de rompimento com a experiência política nacional da Primeira República não se restringiu ao campo da Saúde Coletiva. Segundo Angela Castro Gomes (2014) a imagem dos anos que se passaram entre a Proclamação da República e a Revolução de 1930 como a República ‘Velha’ –um grande fracasso político – ocorreu nas produções do pós-1930, especialmente, naquelas produzidas no Estado Novo como parte de um esforço de atores/autores daquele período de legitimação da experiência do pós-1930. Segundo a autora, essa visão acerca das primeiras décadas do período republicano enraizou-se no pensamento social brasileiro e na historiografia produzida até os anos de 1980. Juarez Guimarães (2018) identifica a ocorrência de um movimento semelhante nas produções do pensamento político brasileiro do após o golpe militar de 1964. De acordo com Guimarães, parte expressiva dessas produções também tinha a ruptura uma característica central, parte do esforço por identificar na história das instituições, dos movimentos sociais e dos partidos as razões que levaram ao golpe de 1964.

década de 1980, entretanto, no contexto de institucionalização do campo da história da saúde no país, um número crescente de publicações tem revelado, por meio da produção de estudos com diferentes temas, objetos e referenciais de análise, outras dimensões da história da saúde no Brasil (HOCHMAN; SANTOS; PIRES-ALVES, 2004; HOCHMAN; TEIXEIRA; PIMENTA, 2018).

Nesse momento, a produção de estudos buscando identificar a interação entre os atores, assumindo a existência de um borramento entre população e cientistas/especialistas permitiu o reconhecimento de que as ‘práticas de cuidar’ podem ser tanto portadoras de uma carga disciplinar e opressora, como também de “dissonâncias, insubordinações, contestações, negociações, consensos, diluições, ambiguidades, recriações e positivities” (HOCHMAN; SANTOS; PIRES-ALVES, 2004, p. 46). Parte dessas produções cotejou a trajetória das ideias, instituições e políticas de saúde durante a Primeira República considerando o contexto de intensos debates sobre a viabilidade da construção do Brasil enquanto nação que caracterizou aquele período. Esse conjunto de estudos tem localizado a questão sanitária como parte integrante do debate que se ocupava do problema da construção de uma ‘identidade nacional’ que, incluindo reflexões em diferentes áreas como a literatura, as ciências sociais e a educação, comparecia como questão inscrita no esforço de constituição do Estado brasileiro (CARRARA, 2004; HOCHMAN, 1998a; LIMA, 2009, 2013; CASTRO SANTOS, 1980, 1985, 1987, 2004; HOCHMAN; LIMA, 2015; SÁ, 2006, 2009b, 2009a).

O reconhecimento do caráter reformista do Movimento pelo Saneamento dos Sertões da década de 1920 (CASTRO SANTOS, 1985, 1987; HOCHMAN, 1998a), dos seus sentidos para a formação do pensamento político brasileiro e contribuições para a construção de um imaginário sobre o país e seu futuro (LIMA; HOCHMAN, 1996, 2000; CARRARA, 2004; SÁ, 2009a; LIMA, 2013; HOCHMAN; LIMA, 2015), das relações com o processo de interiorização do Estado (LIMA, 1998; SÁ; SÁ; LIMA, 2008; LIMA, 2009, 2013; LIMA; SÁ, 2017), possibilitaram a identificação de um momento de intensa ‘politização da questão sanitária’ para além da estrita subordinação desse processo à dinâmica dos interesses econômicos. Como consequência, esses estudos complexificaram, não apenas a compreensão do sentido que a saúde assumiu nas primeiras décadas do século XX no país, mas do processo de conformação das políticas de saúde e do entendimento da construção do próprio Estado brasileiro. Outros autores, identificaram ainda, a influência das ideias presentes no sanitarismo da década de 1920 em personagens atuantes na saúde brasileira nas décadas

seguintes, como Samuel Pessoa, chamando a atenção para permanências daquele ‘sanitarismo’ nas propostas e políticas de saúde (PAIVA, 2006).

Essas produções pavimentaram uma nova e fecunda perspectiva historiográfica sobre a produção intelectual e atuação pública dos diferentes sujeitos históricos envolvidos no processo de institucionalização da saúde pública enquanto campo de produção científica e da instituição das políticas públicas de saúde nacionais (CASTRO SANTOS, 1980, 1985, 1987; LIMA; HOCHMAN, 1996, 2000; HOCHMAN, 1998a; SÁ, 2006, 2009b; KROPF, 2009; LIMA, 2013). Deslocando a compreensão da saúde como biopoder, tratava-se mesmo de compreendê-la, com todas suas contradições, ora como mecanismo de controle, ora como momento de construção da cidadania brasileira e parte importante da conversão da saúde enquanto preocupação pública.

Como já mencionado, no presente estudo buscamos analisar aspectos do debate público sobre a saúde como parte constitutiva do processo de politização da questão sanitária durante a Primeira República. A importância da publicização das formulações produzidas no seio do movimento sanitarista da Primeira República para os rumos das políticas e instituições de saúde pública, bem como para a formação de uma ideologia de construção nacional tem sido sinalizada, desde a década de 1980, por Luiz Antonio de Castro Santos (1985, 1987, 2004). Os estudos do autor lançaram luz sobre aspectos desconhecidos e não valorizados das políticas de saúde na Primeira República até aquele momento. Tomando como objeto as relações entre o desenvolvimento das políticas de saúde e o processo de ‘*Nation building*’, Castro Santos (1980, 1985, 1987) identificou no seio do Movimento pelo Saneamento dos Sertões a constituição de uma força simbólica – uma ideologia de construção nacional. Nesse sentido, além das transformações econômicas e produtivas, o autor sopesou em sua análise aspectos relacionados a cultura e as ideias, localizando na mobilização da opinião pública por parte de lideranças daquele movimento sanitário um dos diversos aspectos que integraram o processo de politização da saúde naquele período (CASTRO SANTOS, 1987).

A mobilização da opinião pública é apresentada pelo autor como aspecto singular do Movimento Pró-saneamento da Primeira República, inclusive quando comparado ao observado no contexto do movimento pela Reforma Sanitária, na década de 1970 (CASTRO SANTOS, 1985), e mesmo após a instituição do SUS (CASTRO SANTOS; FIGUEIREDO,

2015)<sup>2</sup>. Em que pese sua atenção para a comunicação como uma dimensão relevante da política, a possível repercussão e produção do debate entre outros grupos sociais, externos aos círculos de especialistas, políticos e intelectuais, não foi objeto de investigação ou consideração pelo autor. Sobre esse aspecto, Castro Santos (1980; 1987) afirmou mesmo que o papel desempenhado pela sociedade civil no processo de politização da questão sanitária durante a Primeira República teria sido inexpressivo. E, ao contrário do que teria sido observado nas reformas sanitárias de países como os Estados Unidos e a Inglaterra, aqui, no início do século, o movimento teria encontrado “**pouca receptividade** e até mesmo **forte oposição** junto à imprensa e a opinião pública” (CASTRO SANTOS, 1980, p. 244, grifo nosso). Além da consideração da reação e resistência às reformas urbanas que tiveram como marco a Revolta da Vacina, o autor justifica o seu parecer apontando que, no Brasil, diferente do observado naqueles países, não se encontraria “produção literária de cidadãos interessados nos problemas de saúde pública” (Castro Santos, 1980, p.245).

Os trabalhos de Gilberto Hochman (1998a, 1998b) também destacaram a presença do argumento pró-saneamento nos jornais durante as décadas de 1910 e 1920 como uma condição central no processo de construção das políticas sanitárias da “Era do Saneamento”. Para Hochman (1998a), a ampliação do debate público sobre a saúde contribuiu essencialmente para a legitimação da atuação do governo federal nos estados e a institucionalização de uma política de saúde pública voltada para o interior do país, expressa na implantação, a partir de 1918, dos Serviços de Profilaxia Rural e na criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), em 1920.

O autor identifica nesse contexto o processo de formação de uma “consciência pública da responsabilidade governamental” que passaria a reconhecer as condições de vida dos sertões do país e os riscos coletivos das endemias rurais e epidemias, apontando para a relação entre debate público, consciência pública, vida política e formação de políticas sanitárias (HOCHMAN, 1998b s.p.). Em que pese essa abordagem, ao assumir a perspectiva teórica de que “as políticas de proteção social emergem de uma articulação entre **consciência social das elites** e seus **interesses materiais**”, Hochman (1998a, p. 15 grifos nossos), não considera os outros grupos sociais como parte relevante no processo de mudança nas políticas

---

<sup>2</sup> Em texto recuperando aspectos marcantes das ideias e da biografia de Belisário Penna, o maior entusiasta público do movimento reformista da Primeira República, Castro Santos e Figueiredo (2015) encerram seu texto com uma entrevista imaginada com Penna sobre os rumos da saúde pública brasileira na qual a ausência do SUS e dos debates da saúde pública nos jornais seriam parte da decepção do sanitarista com seus herdeiros.

sanitárias. Dessa perspectiva, a relevância da campanha de opinião pública capitaneada pelos reformistas teria consistido na formação de uma consciência entre as elites.

Ao longo das últimas décadas, estudos no campo da história intelectual e da história das ideias têm levantado novos elementos sobre a circulação dos argumentos dos sanitaristas das décadas de 1920 em periódicos científicos e literários apontando para os desdobramentos do debate sobre a questão sanitária. Pesquisa realizada por Dominichi Sá (2009) sobre as repercussões e controvérsias intelectuais geradas pela divulgação do relatório de viagens de Arthur Neiva e Belisário Penna, a partir do final de 1916, revelou que esse documento e seus argumentos trilharam uma “longa viagem” em diferentes periódicos da época, especialmente, nas revistas médicas e de ciências e letras, evidenciando a importância do contexto de recepção do relatório e a sua relação com o discurso de Miguel Pereira. Atenta às repercussões do argumento sanitarista no debate intelectual e científico do período, a autora identificou que foram empreendidos esforços, especialmente por Arthur Neiva, para a divulgação e circulação do relatório entre intelectuais, cientistas e políticos daquele período e também para sua publicação nos jornais de ampla circulação, como o *Correio da Manhã* (SÁ, 2009a).

Em diálogo com as produções mobilizadas ao longo desse capítulo, nesse trabalho, consideramos que a circulação dos argumentos, ideias e conceitos que gravitaram em torno do movimento pelo saneamento rural, durante os anos finais da década de 1910 e início da década de 1920, sua veiculação em diferentes mídias impressas e as mudanças nas políticas e práticas sanitárias, foram objeto de reflexões e respostas por partes de um conjunto mais amplo da população do que aquele até então apontado pela literatura sobre o tema. Assim, propomos investigar as interlocuções, apropriações, usos e questionamentos das propostas divulgadas pelo Movimento Pró-Saneamento por uma parcela mais ampla da população como parte constitutiva do processo de politização da saúde, da formação de uma consciência sanitária e da construção e legitimação pública das novas práticas e propostas de intervenção no campo da saúde.

A consideração da presença de outros grupos sociais como parte integrante do processo de ‘politização da questão sanitária’ durante o período da Primeira República representa um deslocamento em relação à perspectiva defendida por Castro Santos (1987) de que entre a ‘sociedade civil’ o processo de politização da questão sanitária teria sido inexpressivo. Difere também da compreensão trabalhada por Hochman (1998a), segundo a qual o processo de construção das políticas sociais se limitaria aos resultados dos interesses e

ações das elites. Isso implica que, em contraponto a essas perspectivas, esse trabalho se fundamenta no reconhecimento que a política não surge como evento humano destacado e restrito aos espaços decisórios das instituições do Estado, como monopólio de ‘elites’, mas se estende à ação no espaço público, no qual são produzidas e disputadas a formação de visões mundo, e a constituição das formas de sociabilidade que interferem diretamente no exercício, na legitimidade e na estabilidade do poder (NOVAES, 2007).

Mas qual seria a relevância dessa dimensão ampliada do debate público, incluindo grupos populares, suas propostas e formulações sobre a saúde, o adoecimento e o Estado, para o processo de construção das políticas sanitárias? Por que considerar a publicização de ideias sobre mudanças nas políticas de saúde em jornais e outros periódicos como ação política? Qual a relevância do debate público, da imprensa e dos meios de comunicação para o entendimento da transformação histórica das políticas de saúde? Diante dessas questões, cabe estabelecer, em termos teóricos, as conexões que alicerçam a compreensão de que as formas e sentidos atribuídos por grupos sociais externos às elites políticas e intelectuais são parte integrante da politização da saúde. Abordando as elaborações sobre linguagem, discurso, valores públicos, legitimação e ação política, na próxima seção busca-se também apontar as perspectivas que justificam o estudo da imprensa como dimensão relevante das mudanças históricas na saúde.

## 1.2 Política, saúde e valores públicos

O que é uma Reforma Sanitária? Seria interessante, como fez Kuhn em relação às revoluções científicas, ver na história as características comuns das ‘reformas sanitárias’ realizadas: Os conhecimentos científicos; as avaliações das doenças e dos direitos dos homens; as profissões e as formas de organização sanitária; a consciência popular e a integração entre saúde e sociedade.

*Giovanni Berlinguer, 1987.*

A ocorrência de reformas sanitárias, entendidas como processos de mudanças no escopo e forma de ação do Estado, de transformação de suas repartições burocráticas, diretrizes e intervenções em relação às questões da saúde da população, tem como uma de

suas dimensões políticas a legitimação pública desse processo. Compreendidos dessa forma, os processos históricos de reformas sanitárias não se reduziram a meros reflexos, mudanças ditadas pela esfera econômica (pelas características sócio-histórica das relações de produção), ou pelo cálculo de interesses das elites, sejam elas empresariais, políticas ou circuitos de intelectuais e profissionais da saúde, tão pouco se restringiriam a uma consequência da trajetória histórica do desenho e legado das instituições sanitárias e seu aparato jurídico-legal, ou mesmo pelas mudanças no campo das ciências. Sem se limitar de forma mecânica ou funcional a uma dessas esferas isoladamente, a ocorrência de reformas sanitárias seria resultado do encontro desses diversos elementos, em um processo histórico de interação e conformação mútua incluindo a formação dos valores públicos como um momento de constituição do poder (SEWELL JR., 1985). Nos termos propostos por Giovanni Berlinguer (1987, 1988)<sup>3</sup>, a legitimação pública das reformas sanitárias diria respeito aos aspectos da percepção pública sobre as doenças e os direitos das mulheres e dos homens e à formação de uma consciência sanitária. Considerando esse aspecto que enfatiza a formação de uma ‘consciência popular’, partimos da compreensão que a transformação dos valores públicos – o domínio das ideias compartilhadas, da ideologia e dos aspectos simbólicos, enfim, da cultura política – representou um aspecto decisivo na ocorrência da reforma sanitária da Primeira República. Como define William Sewell Jr. (1985), a dinâmica de construção dos valores públicos é parte constitutiva dos processos de transformação da política e envolve diversos sujeitos políticos, inclusive aqueles identificados como ‘populares’.

A proposta de investigar o debate sobre a questão sanitária em jornais populares como momento relevante da politização da saúde durante a Primeira República e um dos elementos constitutivos dos rumos da reforma sanitária empreendida naquele momento parte de três pontos: i) o reconhecimento dos vínculos entre discurso, valores públicos e a política; ii) a delimitação do que denominamos aqui como ‘popular’ e sua ação política e iii) a consideração sobre o periodismo como espaço de ação discursiva e de prática política, objeto e fonte histórica. Em conjunto, tais pontos nos fornecem os elementos teóricos que dão base a presente pesquisa.

---

<sup>3</sup> Giovanni Berlinguer, em sua palestra no 1º Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, define as Reformas Sanitárias como processos que ocorrem por meio das instituições e da transformação da sociedade e do Estado. Para o sanitarista italiano, as reformas variariam ao longo da história em seu escopo e intensidade. Nessa ocasião Berlinguer também elencou elementos que estariam presentes nas diferentes reformas sanitárias ocorridas ao longo da história: “os conhecimentos científicos, **as avaliações das doenças e dos direitos dos homens**; as profissões e as formas de organização sanitária; a **consciência popular** e a integração entre saúde e sociedade” (Berlinguer, 1987, p. 9, grifo nosso).

O primeiro ponto parte da consideração do discurso público, dos ‘atos de fala’, enquanto uma ação política. Sobre essa concepção, Helton Adverse (2009) chama a atenção que o discurso público ocupava um papel central na teoria política de Maquiavel, dado que, para esse autor, a **formação do juízo público** constituía um aspecto indissociável do **exercício do próprio poder**. Por esse ângulo, as ações humanas endereçadas à esfera política passam, necessariamente, pela linguagem e pela representação e constituição de sentidos do/no espaço público (ADVERSE, 2009).

A legitimação pública das formas de governo, dos governantes, do aparato jurídico e das ações do Estado, bem como das delimitações entre a esfera pública e privada estão diretamente relacionadas a formação do julgamento, das opiniões e visões de mundo em disputa em uma determinada sociedade. Esse julgamento público não se reduz a um cálculo, por meio do qual cada indivíduo pondera segundo seu auto interesse previamente estabelecido. Como nos apontam as formulações de autores como Raymond Williams (2007, 2015) e Sewell Jr. (1985, 2008) a racionalidade dos indivíduos não se encontra dissociada dos processos sociais – coletivos e históricos – nos quais, em cada sociedade, culturas políticas se conformam mediante a interação entre tradições, diferentes estruturas e forças sociais. Por essa perspectiva de análise, o estudo dos aspectos envolvidos na formação da ‘cultura política’ não se dissocia da influência das instituições, sejam elas políticas ou econômicas, mas procura destacar que os termos do conflito e do pacto social, as atitudes cotidianas da população compõem os processos de poder que importam para a transformação histórica (SEWELL JR., 1985, 2008; WILLIAMS, 2007, 2015).

Nos discursos direcionados ao espaço público são mobilizados um repertório simbólico e intelectual constituído por argumentos, conceitos, teorias e formas de linguagem. Nesse sentido, as reflexões de Reinhart Koselleck (1992; 2006) sobre as relações entre mudanças históricas e a linguagem nos fornecem importantes elementos para a consideração das formulações de ideias e sua enunciação no espaço público como uma ação política. Segundo esse autor, os conceitos e ideias políticas são concomitantemente fatos linguísticos e indicadores de algo que extrapola a questão semântica. Articulado ao seu contexto de formulação, todo conceito abriga aspectos de seu tempo, revela tanto a compreensão de ideias como também de comportamentos, facetas do mundo vivido (KOSELLECK, 1992). Por essa perspectiva, os conceitos são ao mesmo tempo constituídos pelo seu contexto histórico e constituintes das possibilidades intervenção na realidade. E, sendo a linguagem substância que integra a política, as definições de seus significados compõem a disputa entre os diferentes



sujeitos e grupos políticos, são espaços de conflito, constituindo, portanto, não apenas uma dimensão incontornável do poder, mas essencial à compreensão da sua manifestação, do seu exercício (KOSELLECK, 2006).

Considerando esses vínculos entre a linguagem e a política, as disputas em torno dos sentidos atribuídos aos conceitos do campo da saúde, a capacidade de publicização das ideias e o seu alcance no debate público sobre as políticas e ações sanitárias são aspectos relevantes do processo histórico de construção das políticas de saúde. Na busca por respostas às questões centrais de cada tempo, as distintas culturas políticas (visões de mundo) disputam narrativas sobre a política e a sociedade, interferindo diretamente nos seus rumos (KOSELLECK, 2006). Nesse embate para redefinir, conservar ou impor decisões, os conceitos políticos não são apenas parte de um vocabulário para descrever uma dada realidade, mas abrigam projetos de mudança política e intenções de transformação. Como alega Koselleck (2006, p.102), alguns conceitos “apontam para o futuro” de seu tempo, fornecem novos repertórios para a ação política.

A conversão de ideias e projetos em direitos coletivos, capazes de colocar em movimento a dinâmica das interações sociais, formando e transformando instituições, pode ser compreendida como processos de intensas disputas em torno da ‘imaginação política’, do alargamento e transformação de sua linguagem, das ideias e formas de denominação da realidade a ser alcançada (o vir a ser). Sobre esse ponto, as formulações de Raymond Williams também nos permitem compreender a linguagem e a cultura não apenas como reflexos das mudanças no mundo, mas como componentes dos processos de transformação. Para esse autor, as palavras, seus usos e sentidos são parte da transformação histórica e também instrumentos por meio dos quais homens e mulheres buscam interferir no curso da história (WILLIAMS, 1985). Sinalizando a interação entre mudanças estruturais e cultura política, para Williams (2015, p. 5) “[a] formação de uma sociedade é a descoberta de significados e direções comuns, e seu desenvolvimento se dá no debate ativo e no seu aperfeiçoamento, sob a pressão da experiência, do contato e das intervenções, inscrevendo-se na própria terra”.

A relação entre linguagem, comunicação e política também comparece no pensamento de Antonio Gramsci, assumindo centralidade na sua análise sobre o processo de mudança histórica. Ao formular o conceito de ‘hegemonia’ como conjunto de ideias e crenças que interpreta e define o mundo, Gramsci também aponta para a existência de uma relação estreita entre linguagem e ação política (FONTANA, 1993). Nesta concepção, a formação do

Estado, bem como os processos de mudança social são compreendidos como frutos de ação intelectual, moral e filosófica. Para Gramsci, toda língua é uma concepção de mundo, jamais sendo uma entidade homogênea e tampouco estática, mas que carrega traços e elementos do passado ao mesmo tempo em que se vê modificada no processo de disputas entre interesses, perspectivas e forças políticas direcionadas ao presente (BOOTHMAN, 2017). Assim compreendidas, as concepções de mundo que habitam a linguagem se formam no contínuo processo de conflitos entre diferentes gramáticas políticas, enredando ação e pensamento – abrindo caminho a consideração de que o domínio da comunicação é um lócus central da arquitetura social. Isso implica que a filosofia e a cultura não podem ser dissociadas do exercício do poder contido no âmbito da economia e das instituições do Estado, dado que “a dominação política” também “se traduz em dominação da linguagem em uma relação na qual coerção e consenso não se separam definitivamente” (VALENTE, 2013, p. 116). Sobre esse ponto, como coloca Benedetto Fontana (1993) em sua investigação sobre a relação entre os pensamentos de Maquiavel e Gramsci, o poder não se sustenta apenas pelo exercício da força, lhe sendo constitutivo a busca de legitimação junto ao povo.

A partir dessa perspectiva, localizamos uma primeira dimensão do processo de “politização da questão sanitária” durante a Primeira República – a conversão de vocábulos, ideias do campo da saúde em um conceito político. Ou seja, a produção de deslocamentos simbólicos no debate público sobre ‘saneamento’ transformou o seu conteúdo político, articulando seus sentidos a propostas sobre a organização política do Estado, sua orientação e modos de distribuição e redefinição do poder. Intrínseca a essa ressignificação do conteúdo do campo da saúde no debate público, outra dimensão do processo de politização seria o processo de publicização, de enunciação pública e do estabelecimento de um debate público sobre a questão, apontando para um processo ampliado de disputa sobre os sentidos das experiências e das expectativas públicas.

A concepção de vida e moral mais difusa em uma determinada sociedade em um dado período histórico trata-se, segundo Gramsci, do senso comum. Essa visão de mundo difusa carrega elementos do passado, das tradições, ao mesmo tempo que se transforma continuamente, em diálogo com as concepções políticas e com diferentes fragmentos de afirmações científicas, religiosas e filosóficas que são absorvidas nos costumes de uma dada sociedade (DURANTE, 2017; LIGUORI, 2017). Para Gramsci, o senso comum não é único ou coeso. Em cada momento histórico diferentes visões de mundo convivem e guardam relação com a estrutura de cada sociedade. Essas visões de mundo carregam uma dimensão

passiva, uma natureza acrítica localizada em uma série de premissas e afirmações impregnadas na experiência cotidiana. Quando uma formulação se torna parte integrante do senso comum isso diz respeito de sua força histórica e capacidade de convencimento (LIGUORI, 2017).

Por essa compreensão, podemos afirmar que todas as pessoas, a partir de suas vivências e da visão de mundo compartilhada, atribuem sentidos aos processos relacionados à saúde e ao adoecimento. O repertório de imagens, conceitos e argumentos enunciados a partir da medicina e da saúde pública sobre as doenças, a definição das responsabilidades do Estado e dos indivíduos no que diz respeito à prevenção e ao tratamento de doenças e a organização das instituições e serviços de saúde interferem diretamente na vida cotidiana coletiva e individual. Os sentidos atribuídos pelos diferentes grupos sociais sobre os processos de adoecimento, a concepção sobre o papel do Estado e o valor atribuído à ciência e aos fatos científicos, interferem na produção de conhecimento, na legitimação das ações e políticas de saúde e, conseqüentemente, no seu processo de institucionalização. Esse entendimento, abre caminho para a compreensão da reflexividade do cidadão comum, seus processos de elaboração e contradições, de crítica e aceitação, introduzindo-o, portanto, no terreno da ação política.

Em seu livro “Gênese e desenvolvimento de um fato científico” Ludwik Fleck (2010) localiza as ciências e o desenvolvimento de um ‘fato científico’ como uma produção social que incorpora valores e ideias do seu contexto histórico. Nessa perspectiva, as ciências são produtos da atividade de comunidades de pesquisadores (coletivos de pensamento) que compartilham um estilo de pensamento específico – e são aceitos/reconhecidos pela sociedade enquanto tal. A produção de conhecimento pelos diferentes coletivos de pensamento, incluídos aqueles vinculados às ciências biomédicas, informa e é informada também pelo senso comum. Nesse mesmo sentido, Rosenberg (1992, p. xiv, tradução nossa) nos aponta que:

[...] mesmo aspectos técnicos, aparentemente pouco sujeitos às demandas de suposições culturais (como, por exemplo, atitudes relacionadas à classe, raça e gênero), são conformados, em parte, por mundos intelectuais compartilhados e estruturas institucionais das comunidades e subcomunidades específicas de cientistas e médicos.

Por esse entendimento, *experts* não apenas seriam afetados pela cultura do seu tempo, como não teriam o monopólio da definição sobre os conceitos sobre adoecimento e saúde. Os intelectuais e cientistas não podem ser compreendidos como produtores de ideias

desenraizadas, tão pouco como simples reflexo de determinados interesses e visões de mundo. A produção de cientistas e intelectuais, como aqueles envolvidos nas formulações do Movimento Pró-saneamento, ocorre inserida em condições históricas, em diálogo com tradições intelectuais, com os paradigmas vigentes em dado contexto cultural e linguístico e em diálogo com as produções e ideias por conjuntos mais amplos da população (FLECK, 2010). Como nos propõem Gomes e Hansen (2016, p. 12), trata-se de considerar a compreensão de mundo dos intelectuais e sua produção “[...] em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla. Ou seja, como sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de em diálogo com as questões políticas de seu tempo”.

Mas quem é esse público, quem é esse circuito mais amplo cuja visão de mundo importaria para as mudanças nas compreensões sobre os processos de adoecimento e das políticas de saúde?

A consideração de um ‘periodismo popular’ publicado na cidade do Rio de Janeiro durante a Primeira República como fonte de pesquisa para identificação das repercussões do debate sanitário em um circuito mais amplo da população exige o delineamento do que chamamos aqui de ‘popular’. Raymond Williams (2007) nos chama atenção para os diferentes sentidos atribuídos a esse termo ao longo da história. Segundo o autor, em determinados contextos de uso, ‘popular’ pode fazer referência a um sistema político conduzido pelo povo (governo popular), também pode ser utilizado para caracterizar algo ou alguém conhecido e aprovado por um número amplo de pessoas (popularidade). O termo também pode ser utilizado com um sentido negativo/depreciativo. Nesses casos, é empregado para sinalizar produtos ou produções culturais de pior qualidade, vulgares e não exclusivos (literatura popular, comércio popular, crenças populares) em oposição ao supostamente requintado, à considerada alta cultura, ao científico etc. Em outra direção, popular pode representar o conjunto de pessoas ‘comuns’, ‘ordinárias’, ‘indistintas’ (WILLIAMS, 2007). Nesse caso, o sentido atribuído à popular se dá em comparação a outros grupos, às minorias que compõe as elites de determinada sociedade.

Nos aproximando desse sentido do termo, nesse trabalho utilizamos o termo ‘popular’ para identificar conjuntos da população – e sua produção cultural, intelectual e política – pertencentes ao grupo que Gramsci localiza na categoria de subalternos. Em oposição a ideia de uma massa, homogênea, genérica, manipulável, e se afastando também de uma representação romantizada ou sacralizada do povo, Gramsci utiliza o conceito de ‘subalternos’ para se referir a condição das pessoas simples, do popular, daqueles que

carecem “do poder de determinar as circunstâncias da própria existência”, que compõem, em uma determinada sociedade histórica, aquele segmento submetido a uma condição de desigualdade em relação a uma minoria que concentra poder e recursos (GREEN, 2017, p. 726). Para Gramsci, esse grupo não constitui uma entidade isolada ou homogênea e não se restringe ao operariado ou a uma classe específica, mas compreende múltiplos e distintos grupos da sociedade dispostos em uma situação social de subalternização (BUTTIGIEG, 2017).

O conceito gramsciano de subalterno abrange grupos com diferentes graus de coesão e organização<sup>4</sup>. Por um lado, compreende aqueles que construíram, em um processo histórico, uma identidade e a consciência de seu valor e papel no mundo e que, por isso, portam uma maior potência para intervenção política<sup>5</sup> – como, por exemplo, a classe operária, a partir do século XIX (SEWELL JR., 2008). Por outro, abarca também aqueles grupos cuja coesão é frágil ou mesmo inexistente, o que se traduz em uma menor capacidade de ação política, uma menor possibilidade de crítica e transformação do senso comum. Os níveis de marginalização a que estão submetidos os diferentes grupos também não são uniformes, existindo diferentes graus de subalternidade em determinada sociedade histórica (BUTTIGIEG, 2017).

Pensar o debate público sobre a questão sanitária entre grupos e sujeitos populares a partir dessa perspectiva teórica significa assumir que suas ações e ideias possuem aspectos particulares, de elaboração, de recepção, recriação e mesmo de antecipação histórica de agendas e debates. E, tal como nos propõem Sewell Jr. (2008, p. 10, tradução nossa), seus ideais, visões e julgamentos não são apenas uma recapitulação simplificada, uma reprodução mimetizada, ou vulgar dos valores endossados pelo Estado ou pelos grupos dominantes – mas sim, são “tecidos na própria trama da vida cotidiana das pessoas comuns”<sup>6</sup>. Essa perspectiva teórica nos aproxima também da concepção de Williams (2015) que, contrário à simplificação da experiência e das formulações populares, defende que a cultura, compreendida como os significados compartilhados de um povo e os processos de criação humana, é um elemento comum, resultado de “processos ordinários das sociedades e das mentes humanas”. Para o autor, a criação de significados e valores de uma dada sociedade não pode ser atribuída de forma restrita a uma minoria.

---

<sup>4</sup> Essa indefinição, ou composição heterogênea diferencia o conceito de ‘subalternos’ do conceito de classe.

<sup>5</sup> Desenvolvem uma relativa “capacidade de transformação crítica” do senso comum, identificando e questionando os elementos que justificam e normalizam a dominação.

<sup>6</sup> O texto no original é: “*They are woven into the very fabric of the everyday life of ordinary people*”.

No esforço de identificar essa condição reflexiva, por outro lado, não se trata de atribuir a cultura e pensamento desses grupos um caráter necessariamente alternativo, oposto e incompatível com a cultura do domínio. A visão de mundo mais difusa, o senso comum, é composto por diversos elementos que justificam e possibilitam a manutenção da desigualdade e da subalternidade – legitimando as desigualdades e a exploração, reiterando a subordinação e uma suposta inferioridade da racionalidade popular, invisibilizando suas formas de intervir e resistir no mundo. Nos importa, portanto, destacar a seguinte complexidade – se por um lado, suas visões de mundo abrigam elementos que legitimam sua condição subalternizada, por outro, também guardam elementos potencialmente alternativos (DURANTE, 2017). E, nessa potência alternativa, mesmo com suas ambiguidades, podem produzir formulações que desnaturalizam as condições desiguais de existência, questionam a assimetria de poder e, em diálogo com outras propostas, apontam para uma outra realidade possível, deslocando o senso comum e a concepção de mundo que acomoda as diferentes formas de opressão.

Convergente a essa perspectiva que busca evitar simplificações, Laura Antunes Maciel (2016, p. 56) localiza na ação popular “experiências, que em seu tempo histórico, se constituíram e apresentaram como alternativas, como críticas ou dissidências e, portanto, em contínuo processo de disputa, apropriação, redefinição com as dominantes ou hegemônicas”. Nos diferentes momentos da história localizamos na experiência popular esforços de reelaborações e insubordinações que apontam para a transformação do mundo, que questionam as estruturas de dominação. Assim, a cultura, a formulação e as disputas acerca das interpretações sobre o mundo ao mesmo tempo que configuram e conservam estruturas de dominação, abrigam espaços de resistências e subversões, de elaboração do ‘vir a ser’. Constituem, portanto, um terreno estruturante do político e constituinte da mudança histórica.

No Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, as visões de mundo, os esforços de resistência, e mesmo, as iniciativas de movimentos populares que buscavam interferir no mundo assumiam diferentes formas e expressões – organizações de trabalhadores, associações culturais e religiosas, produções artísticas como cantigas, músicas, contos e poemas, passando também pela utilização de periódicos como espaços para a vocalização de pleitos e reclamações dirigidas às autoridades e pela produção de jornais próprios (MACIEL, 2017; SANTOS, 2018a). Nesse trabalho, para identificar e analisar aspectos da ampliação do debate público e nos aproximar de indícios de sua face popular, recorreremos a periódicos publicados nas duas primeiras décadas do século XX na cidade do Rio de Janeiro, em particular, mas não exclusivamente, aqueles produzidos por e para grupos

subalternizados. Na próxima seção, delinearemos algumas considerações sobre a imprensa como fonte e objeto de pesquisas de caráter histórico e detalharemos as escolhas e estratégias adotadas no percurso de construção da pesquisa.

### **1.3 A imprensa comercial e popular como fontes e objeto: considerações sobre os caminhos da pesquisa**

O reconhecimento da dimensão discursiva do exercício do poder aponta para a consideração dos discursos, da linguagem e das narrativas veiculados em meios de comunicação enquanto ação política. Por esse entendimento, os periódicos são considerados como espaços onde diferentes grupos e sujeitos políticos buscam vocalizar suas preferências, perspectivas e concepções, disputando a formação dos valores públicos e buscando legitimar suas perspectivas, propostas e projetos junto à sociedade. Tratando-se, então, de um momento importante do debate público, um espaço e ferramenta de intervenção na política, de expressão e construção de diferentes visões e projetos de mundo. Desdobra-se daí que, se a comunicação é parte constitutiva da natureza da política, os diferentes veículos de imprensa – guardadas as particularidades de cada contexto histórico – são veículos de poder, uma vez que definem o maior ou menor alcance do poder de fala, vocalização e audiência das ideias sobre as coisas da vida em sociedade (LIMA, 2011; VALENTE, 2013).

A utilização da imprensa como fonte da pesquisa e parte constituinte do objeto da investigação – a politização da questão sanitária durante a Primeira República – compartilha, portanto, da compreensão dessas publicações como uma “força social ativa”, que ao mesmo tempo que reflete, influí no campo de lutas sociais de sua conjuntura, atuando “na constituição de nossos modos de vida, perspectiva e consciência histórica” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257). Não se trata de assumir os periódicos como meros registros, testemunhos de um determinado período histórico, mas como uma prática social relevante, um instrumento privilegiado de ação pública, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias em cada contexto histórico e social de produção.

A partir dessa compreensão da imprensa como prática social, Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto (2007) nos sinalizam para a ampla abrangência das formas de ação por meio da imprensa. De acordo com as autoras, os jornais e revistas, a depender dos limites e possibilidades de seu contexto histórico, podem atuar na vida social fomentando a adesão à ideias ou promovendo o dissenso; articulando e divulgando projetos, ideias e valores;

normalizando comportamentos; forjando memórias e narrativas sobre o passado; naturalizando e rotinizando novidades no cotidiano; construindo e apresentando questões enquanto problemas públicos e também; induzindo padrões de consumo (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

Sua atuação no debate público pode ocorrer tanto pela veiculação mais explícita de perspectivas em editoriais e artigos de opinião, quanto por meios implícitos em toda a construção da publicação. Os processos de seleção e destaque de temas e fragmentos da vida a serem cobertos por cada periódico, o enquadramento, a definição de diferentes espaços de visibilidade e também os apagamentos, o não dito, conformam os diferentes processos de representação ou silenciamentos de acontecimentos, perspectivas e sujeitos (CRUZ; PEIXOTO, 2007; BIROLI; MIGUEL, 2017). Sobre esse processo Flavia Biroli e Luiz Felipe Miguel (2017, p. 58) nos chamam a atenção que a construção da notícia não é dissociável das suas condições concretas de produção, guardando vínculos com a posição social dos jornalistas, da estrutura econômica e de propriedade de cada jornal, entendendo jornalistas e editores como sujeitos históricos imersos em uma rede de afinidades e conflitos mais ampla, o que torna “o envolvimento parcial com a realidade inevitável”.

Partindo da consideração do jornalismo como prática social e historicamente localizada, para além da verificação da presença ou ausência de artigos e reportagens sobre a questão sanitária e seu conteúdo, foi dedicada atenção para o enquadramento dado ao tema em cada periódico e para as diferentes formas de abordagem: se era objeto apenas de notas; se eram publicadas reportagens sobre o tema; se, e, em que grau, o periódico assumia a proposta como relevante; qual a frequência de mobilização da temática, além de buscar localizar a articulação entre a proposta do Movimento Pró-saneamento com os outros temas e o posicionamento editorial de cada jornal.

A análise dos periódicos também levou em conta que o formato, a organização, a distribuição de conteúdo – a materialidade do jornal – fazem parte das estratégias de enfatizar, destacar, estabelecer hierarquias e conexões entre os diferentes assuntos abordados (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Dessa forma, a análise buscou atentar para os aspectos gráficos das reportagens, artigos, notícias e editoriais sobre a saúde e a questão sanitária – tais como a seção de publicação, a posição na página, o tamanho do título, o espaço ocupado (extensão), além da presença e as características de imagens e ilustrações (aspectos iconográficos).

Durante o percurso de construção da pesquisa foram identificados e selecionados periódicos publicados no Rio de Janeiro nas duas primeiras décadas do século XX. A



imprensa da capital naquele momento era diversa e heterogênea. Grandes jornais diários (alguns com duas edições por dia), caracterizados por uma estrutura profissionalizada e empresarial que ia incorporando progressivamente as novas tecnologias gráficas, dividiam as ruas e os leitores com muitos outros periódicos pequenos ou médios, de propriedade individual, operária ou associativa, além de inúmeras revistas ilustradas (SODRÉ, 1999; LUCA, 2005; ELEUTÉRIO, 2013). Considerando essa composição diversificada e heterogênea da imprensa carioca no início do século XX, buscou-se de identificar elementos da publicização do argumento pró saneamento no debate público. Desse modo, foram selecionados, consultados e analisados periódicos que compunham a ‘grande imprensa’, aqui denominados de ‘comerciais’, e também publicações que podemos localizar como parte de uma ‘imprensa popular’.

Parte dos periódicos que compuseram as fontes de pesquisa estavam aqueles que compunham a ‘imprensa comercial’ carioca, ou seja, aqueles que se organizavam internamente nos moldes de uma empresa capitalista, com uma organização do trabalho pautada pela profissionalização, especialização e hierarquização das suas funções, além de contar com uma estrutura econômica mais robusta. Do amplo conjunto de jornais ‘comerciais’ e revistas ilustradas, foram selecionados alguns daqueles apontados pela literatura como de “maior expressão” (SODRÉ, 1999; ELEUTÉRIO, 2013): Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio, O jornal, O País, A Época, A Noite e Revista Careta.

A análise desses periódicos, em um primeiro momento, teve como objetivo ampliar a compreensão sobre a extensão e as características do debate acerca da proposta do movimento pró-saneamento, entre 1916 e 1920, considerando as particularidades de cada um desses veículos. Nesse momento as questões que guiaram a leitura das fontes foram: Como esses diferentes periódicos abordaram e se aproximaram da proposta pró-saneamento? Como o diagnóstico e a prescrição do movimento pró-saneamento se articulou com a linha editorial desses jornais? Quais foram as estratégias e a atuação dos sanitaristas da Primeira República na publicização e defesas de seus argumentos no espaço desses periódicos?

A consulta desse conjunto de jornais ocorreu por meio da Hemeroteca Digital Brasileira, portal da Biblioteca Nacional que possibilita a consulta online de parte de seu acervo de jornais, revistas, semanários e outras produções seriadas. Para um levantamento inicial, considerando o volume do material dessas publicações foi adotada como estratégia de busca a utilização de palavras-chave relacionadas ao tema do saneamento no período entre

1916 e 1920<sup>7</sup>. Após esse primeiro levantamento, foi feita a leitura e sistematização dessas notícias por periódico com o registro da data de publicação, título, caracterização gráfica (seção, posição na página, tamanho do título e extensão), autoria (quanto artigo assinado), classificação temática e um resumo sobre seu conteúdo. Após identificar os temas e períodos que cada jornal veiculou notícias, artigos e reportagens sobre a questão sanitária foi feita a leitura na íntegra de exemplares dos periódicos buscando identificar quais outros temas eram abordados no mesmo período e quais eram suas articulações com a questão sanitária.

Em seguida, foram identificados e analisados periódicos produzidos por aqueles que estavam nas extensas margens da sociedade carioca, durante as décadas de 1910 e 1920. Esses ‘jornais populares’, segundo Cruz e Peixoto (2007, p.269), são:

[...] periódicos feitos por grupos ou classes que, apesar da padronização de culturas e modos de vida, querem na contracorrente das culturas e viveres dominantes, expressar seus próprios anseios com suas próprias linguagens, e, desse modo se constituem como sujeitos. A imprensa que não é grande - local, regional, alternativa, popular, de resistência, nanica, radical, articula-se fortemente no campo de disputa e, assim como a chamada grande imprensa, constitui-se com configurações próprias, como força ativa nos processos sociais (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 269).

Nas primeiras décadas do século XX, na capital do país, foram diversas as experiências populares de produção de periódicos. Segundo Maciel (2020), em um contexto de ampliação da cultura letrada e da imprensa, uma “pequena imprensa carioca” foi produzida por diferentes grupos e sujeitos e assumiu diversos formatos e pautas. Tratava-se de uma produção empreendida por trabalhadores vinculados a diferentes ofícios, que dedicavam parte do seu tempo livre ao periodismo, motivados pelas mais variadas razões. Segundo a autora:

As razões mais ressaltadas para fazer imprensa era a possibilidade de avaliar, julgar, comentar, interpretar e opinar; em suma, de poder elaborar sentidos para as próprias ações e para as dos outros, difundir projetos e perspectivas próprias ao grupo ou intervir em assuntos considerados de interesse coletivo, público. Nesse sentido, a intensa militância dos trabalhadores na criação de periódicos pode indicar esforços para ter acesso à palavra impressa como forma de intervir e enunciar uma interpretação, elaborar sentidos para as experiências vividas e para constituir um espaço alternativo no qual pudessem trazer à discussão pública acontecimentos ou opiniões dominantes apresentadas no jornalismo diário como universais. Avaliar ideias e acontecimentos sob outros pontos de vista e interesses, implicava em

---

<sup>7</sup> As palavras-chave utilizadas foram aquelas relacionadas ao saneamento, aos serviços de atenção à saúde e também nomes daqueles que a literatura aponta como personagens centrais saneamento’, ‘sanear’ ‘sanitário’, ‘sanitária’, ‘endemias’, ‘verminoses’, ‘serviço de *prophylaxia*’, ‘*Prophylaxia* rural’, ‘Belisário Penna’, ‘Arthur Neiva’, ‘Miguel Pereira’, ‘Carlos Chagas’.

contrapor argumentações e ampliar os espaços de formulação e deliberação na cidade (MACIEL, 2008, p. 115).

Parte importante dessa imprensa popular tematizava questões relacionadas ao mundo do trabalho, algumas publicações faziam parte de esforços mais amplos de mobilização de trabalhadores em associações, sindicatos e outras entidades trabalhistas vinculadas a diferentes correntes políticas. Outro segmento desses jornais tinha como motivação a divulgação de associações e atividades culturais, passando pela produção de um jornalismo que tinha como pauta central o cotidiano e as necessidades da vida experienciada nos bairros do subúrbio carioca (MACIEL, 2008; MENDONÇA, 2011, 2017). Esse conjunto heterogêneo de periódicos populares tinham em comum, além de seu lugar social de atuação singular – diverso da imprensa comercial –, peculiaridades relacionadas a sua propriedade econômica, aos poucos meios para sua produção, e à ausência de reconhecimento oficial ou subvenções públicas. As condições de sua produção se traduziam em tiragens menores, muitas vezes, irregulares e breves (MACIEL, 2008, 2016). As limitações de circulação e alcance decorrentes desse menor poder de investimento e reprodução significava (e refletia) o poder desigual de fala e audiência desses grupos em comparação aos grupos sociais que controlavam e tinham acesso a imprensa comercial.

Nesse sentido, cabe destacar que, em grande medida, os múltiplos registros das ações e formulações de grupos populares sobre suas condições históricas e seus esforços para modificá-las reflete sua condição marginalizada. Dessa forma, a disponibilidade desses periódicos em arquivos é reduzida. Geralmente, são documentos em pior estado de conservação, fragmentados, com lacunas importantes nos exemplares disponíveis. A partir de estudos sobre as experiências de periodismo ‘nas margens do Rio de Janeiro’, em especial os trabalhos de Laura Antunes Maciel (2008, 2016, 2017) e a tese de Leandro Clímaco Mendonça (2017) foram identificados periódicos populares publicados entre 1900 e 1920 que se encontravam disponíveis para consulta online<sup>8</sup> na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e em outros repositórios, como centros de memória de sindicatos e trabalhadores, a

---

<sup>8</sup> Devido a pandemia da covid19 que marcou o período destinado ao levantamento documental da presente pesquisa, um dos critérios de seleção dos periódicos populares foi a sua disponibilização online para consulta remota por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e outros acervos online. Trata-se de uma limitação importante desse estudo dado que segundo pesquisa coordenada por Laura Maciel (2020) existem mais de 500 títulos de periódicos publicados na cidade do Rio de Janeiro que podem ser categorizados como populares disponíveis na Hemeroteca Nacional, entretanto, apenas um pequeno percentual se encontra disponibilizado para a consulta online.

saber: A União Operária, A Voz do Trabalhador, Commercio Suburbano, Echo Suburbano, O Suburbano, O Suburbio, Revista Suburbana e Voz do Povo.

Todas as edições disponíveis desses periódicos foram lidas na íntegra. As notícias, notas e menções que se relacionavam com a saúde e a questão sanitária foram analisadas buscando identificar as compreensões sobre o processo de adoecimento e sobre o papel do Estado em relação à saúde da população nos períodos que antecederam e durante a atuação do movimento pró-saneamento. Importou também ‘se’, e ‘como’, esses diferentes grupos dialogarem com o argumento do movimento sanitário após o ano de 1916. Nessa análise buscamos rastrear as mudanças de sentido, as afinidades, incorporações, usos, críticas, deslocamentos e resistências diante da proposta do saneamento rural, bem como identificar de que modo a saúde se articulava a outras pautas e temas mobilizados nas páginas dessa imprensa popular. Buscando, assim, nos exemplares de jornais populares que resistiram à passagem do tempo os registros dos sentidos e estratégias por meio dos quais grupos populares subalternizados – trabalhadores e moradores dos subúrbios da capital do país – buscaram interferir na vida pública no que se referia a questão sanitária. Entendendo esses grupos sociais como agentes ativos que teorizaram sobre sua existência e contribuíram para a construção da história.

## 2 O MOVIMENTO SANITARISTA DA PRIMEIRA REPÚBLICA: CONTEXTO E IDEIAS

Nas décadas que abrangeram o período de formulação e defesa da proposta do saneamento rural enquanto aspecto central para o país, o Brasil vivia de forma intensa os desdobramentos dos eventos de março de 1888 e novembro de 1889. Nos anos que se seguiram à abolição da escravidão e à proclamação da República ocorreu um processo de intensificação do debate sobre a viabilidade da construção do Brasil enquanto nação (LIMA, 2013). Nesse momento da constituição do Brasil enquanto nação emergia a necessidade de identificar, questionar e imaginar o que seria esse país e quem seriam os brasileiros.

O debate sobre o tema da ‘identidade nacional’ comparecia como questão inscrita na constituição do Estado brasileiro, incluindo reflexões em diferentes áreas como a literatura, as ciências sociais, a educação, o trabalho e a medicina (CARRARA, 2004; CEPÊDA, 2012; LIMA, 2013). Sérgio Carrara (2004, p. 249) aponta que, nesse período, desenrolou-se no país um verdadeiro esforço para a construção de uma “‘engenharia’ simbólica” por parte de uma emergente elite intelectual brasileira. Em seu centro, tecia-se um diálogo e uma reação às ideias e teorias científicas cujas conclusões deterministas estigmatizavam e inferiorizavam as nações periféricas e, por conseguinte, os próprios intelectuais. Dessa forma, a construção de uma identidade positiva para a nação se colocava como condição para o reposicionamento do país e de seus intelectuais e cientistas na relação com outros povos (CARRARA, 2004).

O argumento que mobilizou o movimento sanitарista a partir de meados da década de 1910 abarcou não só a formulação de explicações sobre a incidência e prevalência das doenças endêmicas, mas estabeleceu as relações entre a condição de saúde dos brasileiros e a conjuntura política do país, construindo uma interpretação sobre a nação (CASTRO SANTOS, 1985). Inserido em uma matriz dualista de reflexão, que identificava nos contrastes entre o sertão e o litoral os dilemas centrais da República, o olhar dos médicos, cientistas e sanitарistas<sup>9</sup> que se engajaram no movimento pró-saneamento apontava a doença como

---

<sup>9</sup> Nesse trabalho o termo sanitарista é utilizado para fazer referência aos médicos que se engajaram no movimento em defesa do saneamento durante o período da Primeira República e que trabalhavam na condução das políticas de saúde ou de serviços sanitários públicos, ou como pesquisadores de temas no campo da saúde pública. Cabe destacar, entretanto, que se trata de uma nomeação algo anacrônica dado que, no período em questão, a identidade do profissional ‘sanitarista’ se encontrava em formação. Naquele momento, esse processo de “diferenciação entre os médicos clínicos e os higienistas/sanitaristas” acompanhava a institucionalização da formação de médicos especialistas em saúde pública, bem como o processo de institucionalização da ampliação do papel do Estado nas ações e serviços de saúde públicos (HOCHMAN, 1993, p. 17).

resultado do inquestionável abandono dos brasileiros, uma marca da nacionalidade que se colocava como empecilho para a construção da nação (LIMA; HOCHMAN, 1996, 2000; SÁ, 2009a; LIMA, 2013). Por meio dessa compreensão, a ausência de políticas públicas federais nesses locais passava a ser identificada como a causa do adoecimento, ou seja, crescentemente, se reconhecia que a difusão de doenças tinha também origens políticas e sociais, formando o entendimento de uma etiologia política das endemias rurais. Em seu conjunto, o argumento pró-saneamento, seus usos e variações foram compostos e atravessados por valores, crenças, concepções sobre o papel do Estado e ideias de liberdade, ou seja, as concepções de mundo que prosperavam à época.

Considerando essa condição, esse capítulo procura reunir elementos históricos com objetivo de caracterizar o momento de formulação e publicização do argumento pró-saneamento. Na primeira seção, é apresentado de forma sintetizada o cenário cultural, político e intelectual da Primeira República e as mudanças em curso nas décadas de 1910 e 1920, período de crise da República Oligárquica. Na segunda seção, mobilizando a rica literatura já produzida sobre o Movimento Sanitarista da Primeira República, busca-se destacar os elementos contextuais que contribuíram para a elaboração dos sanitaristas. Por fim, é apresentado o argumento que estabeleceu as relações entre abandono, política e adoecimento.

## **2.1 Projetos de formação nacional e crise da República Oligárquica**

A formulação do argumento do Movimento Sanitarista da Primeira República e sua inscrição no debate público nacional ocorreram em uma conjuntura crítica. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil vivia de forma intensa os desdobramentos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Esses fatos, apesar de não terem significado uma transformação revolucionária, cultivaram no imaginário nacional a sensação de mudança, abrindo terreno para expectativas e para a formulação de novos projetos de país (GOMES, 2014; SCHWARCZ, 2012; BIGNOTTO, 2020).

Após a Proclamação da República, em 1889, e por ensejo da Constituição de 1891, diversas transformações foram impressas na arquitetura institucional do Estado brasileiro. Marcadamente liberal, a nova Constituição definiu o presidencialismo, o federalismo e o sistema bicameral como as bases legais do regime republicano no país. A proposta federalista

conferiu às antigas províncias, convertidas naquele momento em 20 estados e um Distrito Federal, uma maior autonomia econômica, política e administrativa, e ao governo federal um espaço estreito para intervenções (GOMES, 2005a; LESSA, 2015). Nessa nova ordem federativa, cabia a cada estado organizar seus sistemas legislativo, eleitoral e de segurança. A questão sanitária não foi mencionada na Constituição de 1891, porém, seu arranjo tinha como desdobramento implícito a descentralização administrativa que conferia autonomia aos governos locais também na área da saúde pública. Assim, a legislação e a execução de ações de saúde ficaram entre as atribuições dos estados e municípios. Ao governo federal coube apenas a realização de medidas de intervenção sanitária na capital e nos portos, por meio das ações da Diretoria Geral de Saúde Pública (DGSP) (HOCHMAN, 1998a).

Os primeiros anos da República foram marcados por instabilidades políticas, econômicas e sociais. Após as eleições de 1890 e as definições estabelecidas na Constituição de 1891, os debates e conflitos políticos ocorridos entre 1892 e 1904, de forma geral, se organizaram em torno de duas propostas opostas. De um lado, aqueles que, com clara inspiração positivista, defendiam a organização de um governo centralizador e intervencionista que promovesse medidas que viabilizassem o progresso do país. E, de outro, os defensores da construção de uma república liberal, federalista e agrarista, que garantisse a autonomia dos poderes locais e adotasse, no âmbito federal, uma política econômica ortodoxa. Em termos políticos, foi essa proposta, capitaneada pelos liberais de São Paulo, que acabou por se converter na proposta vencedora, principalmente, depois da eleição de Manuel Ferraz de Campos Sales (GOMES, 2005a).

Em seu período de governo, entre 1898 e 1902, Campos Sales estabeleceu mecanismos que conferiram maior estabilidade política ao país. A ‘política dos estados’ ou dos governadores, como ficou conhecido o arranjo oligárquico de poder, tinha como base o compromisso de não intervenção federal nos conflitos regionais. Em contrapartida, as oligarquias locais facilitavam o exercício do mandato presidencial, garantindo maioria no congresso e o apoio incondicional ao governo federal. Esse pacto foi viabilizado e rotinizado pela adoção de mecanismos eleitorais, como a atuação da Comissão de Verificação de Poderes, que invalidava a eleição de opositores, pela alternância dos principais estados na presidência e pelo fenômeno do coronelismo político (LEAL, 2012; GOMES, 2014; LESSA, 2015).

Esse arranjo político, minimizava a influência da oposição no processo político ao viabilizar um equilíbrio entre a presidência federal e as oligarquias estaduais. Esse conjunto

de mecanismos políticos e procedimentos eleitorais estabeleceu os termos do liberalismo oligárquico que seria uma das principais marcas da política nacional da Primeira República (LESSA, 2015). Se por um lado, a adoção da política dos governadores conferiu maior estabilidade política ao acomodar os interesses da oligarquia agrária, para José Murilo de Carvalho (2011, p. 157), entretanto, teve como preço o abandono dos “ideais republicanos de democracia representativa, de participação popular e de divisão de poderes” ao substituir os cidadãos pelos estados.

Quando consideramos o aspecto da ampliação da distribuição do poder, elemento central à ideia de república, a passagem do regime monárquico para o regime republicano no Brasil não significou a transição para uma experiência democrática (BIGNOTTO, 2020). O sistema censitário, que atrelava o direito ao voto a critérios econômicos no Império, foi substituído por um sufrágio em teoria mais abrangente, mas que de universal não tinha nada. A Constituição de 1891 definiu que seriam portadores do direito ao voto, os homens, maiores de 21 anos e alfabetizados. Se por um lado, a eliminação do quesito renda como critério para o reconhecimento do direito ao voto sinalizou no sentido de uma expansão democrática, por outro, a restrição desse direito aos homens letrados manteve excluída do processo eleitoral a maior parte da população (CARVALHO, 2011; GOMES, 2014; BIGNOTTO, 2020). Esse caráter excludente se agravava uma vez que a obrigação do Estado em garantir o ensino primário presente na Constituição do Império, foi suprimida na República. Precisamente, a proposta para a formação da República segundo os parâmetros dos liberais de então se traduziu em um desenho institucional que mantinham limitados os direitos políticos de cidadania e não reconhecia os direitos sociais (GOMES, 2005a).

O conjunto da população que participava efetivamente do processo eleitoral era ainda menor do que a já diminuta parcela da população que teve seus direitos políticos reconhecidos, dado que os índices de abstenção se mantinham elevados. Segundo Carvalho (2001, p. 85), a exclusão das mulheres, dos homens menores de 21 anos, dos iletrados, dos praças e frades do direito ao voto significava que apenas 20% da população total estava apta à participação no processo eleitoral. Nas primeiras eleições diretas, em 1894, na capital do país, o eleitorado que compareceu às urnas correspondia a, apenas, 7% do eleitorado potencial e 1,3% da população. Ante esse cenário de participação eleitoral rarefeita, a imagem construída por parte expressiva da historiografia que se ocupa desse período cristalizou a imagem de um povo politicamente apático, pouco qualificado para o exercício cívico e para reivindicar seus direitos que, bem ou mal, haviam sofrido alguma ampliação.



Em contraponto a essa tradição interpretativa, pesquisas vêm revelando diferentes dimensões da participação ativa de diferentes grupos da população na vida política da república (BATALHA, 2003; GOMES, 2005a, 2005b; MACIEL, 2017; MENDONÇA, 2017). Angela Castro Gomes (2014, p. 91) localiza na Primeira República a formação de um espaço fecundo de iniciativas artísticos-culturais e organizacionais "importantes e de numerosos tipos, realizadas por grupos da sociedade civil, desde movimentos em prol da saúde e da educação até campanhas nacionalistas e sufragistas, passando pelas lutas dos trabalhadores urbanos e dos imigrantes". Esse cenário ganhava contornos especialmente intensos na cidade do Rio de Janeiro, capital do país, que desde o final do Império passava por um processo de valorização e ampliação do espaço público (MELLO, 2012). No mesmo sentido, Carvalho (2001, p. 38) ressalta que "havia no Rio de Janeiro, um vasto mundo de participação popular. Só que esse mundo passava ao largo do mundo oficial da política".

Desse modo, se por um lado as instituições inauguradas com a Proclamação da República tiveram como característica central a baixa densidade democrática e a adoção de medidas econômicas que aprofundavam desigualdades, por outro, a atividade política da sociedade no período se intensificou. De forma geral, a experiência da Primeira República abrigou uma sociedade na qual coexistiram "temporalidades distintas", com movimentos simultâneos e contraditórios de inclusão e exclusão social e econômica (SCHWARCZ, 2012, p. 50).

As duas primeiras décadas da República (1890 - 1910) foram particularmente convulsionadas na capital federal. O período da virada do século foi marcado pela emergência de intensos conflitos militares e civis, como a Revolta da Armada (1893), a Revolta da Vacina (1904) e a Revolta da Chibata (1910). Paralelamente, se observava a influência crescente das doutrinas socialistas e a emergência do movimento operário no cenário político, com um crescimento, algo lento, mas progressivo, das reações grevistas e do associativismo (GOMES, 2005a). A recuperação desses traços é, sem dúvida, fundamental para uma contraposição às teses que explicam a história do país a partir da ausência do popular na vida nacional, afirmando, por sua vez, uma experiência avessa à construção experienciada em outros países (BIGNOTTO, 2020).

As tensões políticas que ocuparam o cenário do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX abrigavam uma resposta intensa, na maior parte das vezes, violenta, aos mínimos sinais de organização da, ainda em formação, classe de trabalhadores. O clima de instabilidade vivenciado pela cidade foi marcado por eclosões de movimentos de natureza

distintas, ações policlassistas, desordens, motins e greves que assumiam uma face popular, espontânea e por vezes violenta. No intervalo entre 1906 e 1919, ocorreu uma gradativa ascensão da influência dos anarquistas que passaram a marcar as formas de organização do movimento dos trabalhadores, coexistindo com uma diversidade expressiva de tendências, especialmente dos socialistas (GOMES, 2005a). As precárias condições de trabalho, a baixa remuneração, a exploração do trabalho infantil, a ausência de qualquer regulação pública sobre o trabalho, somadas às reiteradas crises de carestia mobilizavam as reações de movimentos de trabalhadores nesse período.

Compõe esse cenário, a adoção de uma política de franca austeridade após a crise econômica que ficou conhecida como crise do Encilhamento, no final da década de 1890. O corte de investimentos, o fim do incentivo à indústria e a criação de um novo imposto sob o comércio causaram impactos imediatos na vida da população, especialmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, com o aumento no preço dos alimentos, a cobrança de valores proibitivos dos aluguéis e altas taxas de desemprego (ARIAS NETO, 2003; ALVES, 2019). As crises de carestia, com a escassez de gêneros alimentícios na capital, acompanhada pela cobrança de preços abusivos pelos revendedores, seriam frequentes ao longo das duas primeiras décadas do século. Diante da superexploração e da deterioração de suas condições de vida, as reações de trabalhadores eram heterogêneas, com diferentes graus de organização, comportando iniciativas como a fundação de periódicos para a publicização da causa operária e a criação de associações e sindicatos que fomentaram a organização de ações como comícios, pequenas paralizações e mesmo grandes greves, como as ocorridas entre 1917 e 1920 e a fundação do Partido Comunista, em 1922 (MELLO E SOUZA, 2000; BATALHA, 2003; GOMES, 2005a).

Um conflito popular de grandes proporções que marcou as primeiras décadas do século XX foi a Revolta da Vacina. No período em que Oswaldo Cruz ocupava o comando da DGSP, a proposição do projeto de lei que tornaria obrigatória a vacinação contra varíola e sua tramitação serviram de motivação para o levante. Esse episódio da história brasileira foi objeto de diferentes pesquisas que sinalizaram para a complexidade dos interesses e motivações envolvidos na insurreição popular contra a vacinação compulsória. Nesse sentido, compuseram esse complexo cenário a atuação fervorosa de opositoristas na imprensa, o envolvimento de facções militares e a insatisfação e resistência da população diante das arbitrariedades da reforma urbana e de outras intervenções da saúde pública, como a remoção e a inspeção sanitária dos domicílios (CARVALHO, 2001; BENCHIMOL, 2003).

Considerando a validade de todas essas variáveis e identificando que as motivações eram, possivelmente, diversas para cada um dos grupos sociais envolvidos, cabe aqui ressaltar o papel que ocupou a imprensa na propagação da desconfiança em relação à vacina e às autoridades de saúde pública (no caso, a figura de Oswaldo Cruz). Essa dimensão, explicita que a escassez de um processo de comunicação que construísse a legitimação pública da intervenção proposta (a vacinação) constituía, acima de tudo, um problema de ordem política.

A ocorrência de conflitos na Primeira República não se restringiu ao ambiente urbano. O interior do país também foi palco de insurgências que marcaram profundamente o trajeto da experiência política em curso. Com esses movimentos sociais rurais, emergiam as contradições intrínsecas à formação da sociedade brasileira e do Brasil enquanto um Estado nacional – marcando a condição regional da exclusão social, política e econômica. As tensões políticas reiteradas pelo esforço de submeter as populações rurais aos desmandos dos poderes locais revelaria o arranjo que sustentava a República.

Já nos primeiros anos da República, em 1896, ocorreu o conflito armado entre tropas republicanas com os moradores de um arraial, que, à época, constituía a segunda maior cidade da Bahia. A Guerra de Canudos (1896-1897) reunia elementos místicos e de revolta contra a organização política do interior e a questão agrária. Em que pese a disparidade bélica de lado a lado, somente após quatro expedições as tropas militares conseguiram concretizar, em 1897, a total destruição do arraial sertanejo (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A descrição da resistência e massacre do arraial de Canudos, da luta do Brasil contra o Brasil, registrados na obra jornalística literária “Os Sertões” de Euclides da Cunha, publicada em 1904, marcou de forma longeva o imaginário do país sobre si mesmo (STARLING, 2008; LIMA, 2013). De acordo com Heloisa Starling (2008) o conceito de ‘sertão’ guarda a compreensão de um contexto político e social, uma experiência de país marcado pela dualidade que teria inspirado diversos movimentos políticos e literários que buscavam a descoberta e incorporação do que seria esse país esquecido e isolado dentro da república. As diferentes acepções atribuídas a esse conceito refletiam, ainda segundo a autora, “as dúvidas sobre os dilemas da nossa formação histórica e social: sem a constituição de formas de vida em comum, dividida entre a cidade e o interior, entre o moderno e o arcaico” (STARLING, 2008, p. 134).

Além de Canudos, foram diversos os levantes e movimentos sociais que demarcaram a vivência política dos brasileiros do interior do país que não compunham as chamadas elites. Assim como Canudos, a revolta de Contestado (1912-1915) e o processo de sua bárbara repressão exemplificam de forma contundente o caráter excludente da Primeira República e

sua Constituição, mas acima de tudo, ilumina uma história social popular ativa. A repressão de ambas as revoltas, formadas pela população do interior, dos sertões, beneficiavam a oligarquia agrária (CAMURCA, 1994), ao mesmo tempo que também nos informa a existências de outras ideias de país em ebulição.

Posteriormente, na década de 1920, o Tenentismo mobilizou um conjunto de jovens oficiais do Exército contra o domínio oligárquico por meio da ação armada. Esse movimento teve como marcos a Marcha dos Dezoito do Forte, em 1922, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes, de 1924 a 1925 (LANNA JUNIOR, 2003). Se os dois primeiros consistiram em levantes localizados nas duas das principais cidades do país, a partir de 1925, o movimento tenentista se voltou para o interior do país, para os Sertões.

Como nos mostra Nísia Trindade Lima (2013) a imagem do sertão em oposição ao litoral configurou um elemento importante na formação de imaginários sobre o país e se fez presente tanto nas formulações científicas da geografia, da biologia e da medicina, quanto no pensamento social e político brasileiro. Esse paradigma interpretativo se fez presente também nas artes ao longo de várias décadas - no Jeca Tatu de Monteiro Lobato, posteriormente, na poesia de João Cabral de Melo Neto, nas Veredas de Guimarães Rosa e nas pinturas de Portinari e Tarsila (LIMA; HOCHMAN, 2000; STARLING, 2008; LIMA, 2013). E como veremos, também compareceu centralmente no argumento do movimento pró-saneamento dos sertões.

## 2.2 Ideias e interpretações sobre o Brasil na Primeira República

Nós temos que dar ao Brasil o que ele não tem e que por isso até agora não viveu, nós temos que dar uma alma ao Brasil e para isso todo sacrificio é grandioso, é sublime. E nos dá felicidade.

*Mario de Andrade, 1924.*

O trecho da carta que Mario de Andrade escreveu para Carlos Drummond em 1924 que abre essa seção registra o espírito de uma época, a aspiração que mobilizou diversos intelectuais, políticos, artistas e homens das ciências durante as primeiras décadas do século XX. Como mencionado, a Proclamação da República e a liquidação do escravismo colonial no final do século XIX introduziram descontinuidades nos valores políticos que marcavam o

percurso do país, redefiniram o conteúdo e o desenho das instituições, favorecendo a refutação da ideia (e do sentimento) de que a história nacional seria para sempre a mesma (BRANDÃO, 2010). Ambos os processos foram antecidos pela circulação de ideias e por mudanças na percepção pública. Segundo Maria Tereza de Chaves Mello (2012), nas décadas finais do Império ocorreu o despertar de uma “disponibilidade afetiva”, de uma construção simbólica e teórica no espaço público que possibilitaram a deslegitimação do trabalho escravo e da ordem monárquica. Contribuíram nesse sentido, os esforços de publicização dos ideais republicanos, impulsionados pelo contexto internacional em ebulição, e as mudanças na vida cotidiana – marcadas pelo início do processo de ‘mecanização da vida’, da modernização dos transportes, das cidades e das comunicações. Para a autora, no final do século XIX, colocava-se em curso um “progressivo consentimento de uma nova concepção de mundo, na qual estava inscrito o regime republicano” (MELLO, 2012, p. 14).

Com o decorrer dos anos, nas décadas de 1910 e, especialmente, de 1920, uma progressiva crise de legitimidade do arranjo político estabelecido na Constituição de 1891 ganhava terreno. As sucessivas crises cambiais e do mercado de café, os movimentos militares, em especial, as ações e formulações do Tenentismo, o crescente e diversificado movimento operário, presente, sobretudo nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, o descontentamento das camadas médias urbanas se somavam às contradições internas ao próprio pacto oligárquico. Estudos mais recentes, como o de Flávio Gomes (2005b), localizam ainda uma densa rede de movimentação política da população negra dessas cidades brasileiras, indicando um quadro mais complexo das agitações sociais. De fato, duas décadas depois da Proclamação, o desencanto progressivo com os rumos e formas assumidas pela experiência política republicana no Brasil criaram um terreno fértil para o adensamento dos debates sobre as possibilidades da construção do Brasil enquanto nação e para a diversificação das lutas políticas populares (RICUPERO, 2008; GOMES, 2010; LIMA, 2013; LESSA, 2015).

Diante das contradições e limites das mudanças em curso na Primeira República, aos intelectuais e cientistas brasileiros daquele período se apresentava o desafio de revisitar o caminho percorrido, identificar as origens das mazelas nacionais e formular os projetos de ‘redenção nacional’ necessários a sua ‘modernização’ (CARRARA, 2004; CEPÊDA, 2012; LIMA, 2013; HOCHMAN; LIMA, 2015). As obras que buscaram pensar o país produzidas nesse contexto, segundo Bernardo Ricupero (2008, p. 66), enfatizavam diferentes temas da vida nacional e tinham como elemento comum a “preocupação com o estabelecimento de um

quadro social mais autônomo, nacional, que se contraporía à situação anterior, de subordinação colonial”.

Em recente recuperação sobre os caminhos percorridos na construção política brasileira, Newton Bignotto (2020, p. 42) destaca que muitas análises produzidas sobre esse período da história brasileira pacificaram o entendimento de que a experiência republicana teria sido um “fracasso retumbante”. Em grande parte, essas análises eram informadas pela comparação do processo histórico brasileiro com modelos normativos formulados a partir da ideia de revolução e dos relatos sobre as transformações políticas radicais impressas em outras experiências nacionais, como a Revolução Francesa. Na avaliação do autor, esse imaginário sobre o que constituiria um processo autêntico de construção de um Estado moderno contribuiu para que, entre nós, se cultivasse a sensação (e a categoria de análise) do atraso.

Gildo Marçal Brandão (2005, p. 232) afirma que, no Brasil, a literatura, a arte, a cultura e as ciências foram portadoras de uma forte dimensão política, dada à íntima relação “que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação”. Sobre esse aspecto, cabe ressaltar que, durante a Primeira República, se observou a formação do movimento que sintetizou os rumos que as artes assumiam no país. Em 1922, ano do centenário da Independência, a Semana de Arte Moderna catalisou mudanças radicais na produção estética e literária nacional. O Modernismo, segundo análise de Antônio Cândido (2000), significou um rompimento com um certo tom de constrangimento presente na arte brasileira diante das diferenças com a Europa. Assim, o que antes era visto como empecilho, passou a ser reinterpretado como um atributo de superioridade – nossa composição cultural e racial, as características do clima tropical e a cultura popular passaram a ter sua beleza reconhecida e incorporada nas produções artísticas como virtudes da jovem nação.

Os diagnósticos formulados no esforço de responder aos problemas da formação nacional, ou seja, de sua formação não apenas enquanto uma unidade territorial e política, mas também como uma identidade comum, apontavam para diversos sentidos. Na recuperação da literatura sobre o pensamento político brasileiro, percebe-se que, a depender do ângulo assumido pelo interprete, o ‘atraso’ era atribuído ora ao processo de formação social do Brasil, a nossa herança colonial, agrária e escravista, ora às questões relacionadas à composição ‘racial’ da população, as características climáticas do país, ou mesmo, à ausência da atuação do Estado nas áreas de saúde e educação (BRANDÃO, 2010; LIMA, 2013; HOCHMAN; LIMA, 2015; RICUPERO, 2017; LOPES et al., 2018). O que seriam os brasileiros ou o que afastava o Brasil de ser Brasil e os habitantes dessa terra de serem

brasileiros? A busca de respostas sobre as raízes e formas de superação dos males nacionais, de sua complexidade, longevidade e profundidade mobilizou produções intelectuais, científicas e culturais, que formaram diferentes tradições.

No período marcado por mudanças intensas em algumas cidades – com forte crescimento populacional, ‘modernização’ de suas estruturas e complexificação do tecido social – o país seguia sendo, não obstante, eminentemente agrícola, com vastos territórios excluídos desse processo. A convivência dessas temporalidades distintas, expressões do mesmo processo histórico, colocava lado a lado formas de trabalho assalariadas e inserções laborais precárias, modernização das cidades e surgimento de novas formas de exclusão, industrialização e manutenção das atividades rurais, ampliação do letramento em meio a um amplo analfabetismo. Esta condição, favorecia a formulação de uma imagem de país marcada pela cisão e por dualidades (STARLING, 2008; LIMA, 2013).

Em seu livro “Um Sertão chamado Brasil”, Nísia Trindade Lima (2013) identifica que uma parte expressiva das interpretações que marcaram o imaginário político nacional tinha como elemento comum a identificação do Brasil como um país a ser construído, tendo como objeto o desafio da formação e integração nacional. Essas interpretações compartilhavam da compreensão que os habitantes do território brasileiro seriam um “povo em potencial”, se afastando dos diagnósticos mais pessimistas e deterministas que atribuíam ao clima dos trópicos (um aspecto que não pode ser modificado) ou à composição racial da população (um povo que deve ser substituído) os problemas do país. Como veremos, o argumento que politizou a questão sanitária e inscreveu a saúde no debate público sobre os rumos da nação não esteve fora das tensões interpretativas que caracterizaram esse ambiente intelectual, partilhando muitos dos diagnósticos e controvérsias dessas correntes que buscavam compreender e superar os desafios nacionais (LIMA, 2013). Nesse domínio, parte expressiva das propostas para o desenvolvimento de intervenções com vistas a formação nacional tinha como preocupação comum a atuação do Estado brasileiro – para o qual se prescrevia diferentes formas de organização e delimitações de seu âmbito de responsabilidades.

Como mencionado anteriormente, se o diagnóstico da incompletude do Brasil enquanto nação era compartilhado pelas diferentes correntes interpretativas do período, essas diferiam quanto às prescrições para superação do problema, bem como pelo ideal a ser atingido (LIMA; SÁ, 2008). Compôs esses esforços para pensar e projetar o Brasil enquanto nação propostas mais gerais sobre mudanças na estrutura do Estado, bem como propostas

mais ‘setoriais’ que enfatizavam diferentes temas como campo de ação fundamental para a superação do atraso. Nesse grupo estavam interpretações que defendiam a necessidade de ocupação do território (colonização), a urgência da adoção de reformas sanitárias, de medidas de regulação do trabalho e do capital, da expansão do ensino e da comunicação e do cuidado com a infância (FREIRE, 2005; GOMES, 2005a; LIMA, 2013). Ou seja, no período foram ‘politizados’ vários temas caros a vida nacional.

No conjunto de diagnósticos mais amplos sobre os desafios da formação do Estado e da nação, as ideias de atraso e a ausência de um povo ganharam centralidade e compuseram teses como a do ‘insolidarismo’, de Oliveira Vianna, que argumentava que a nossa formação colonial inviabilizava a conformação de formas de organização social modernas (GOMES, 2010). Se apoiando em debates sobre o determinismo racial e ambiental que compareciam no período, para Oliveira Vianna, a combinação entre ruralismo e escravismo fora responsável pela conformação de um padrão de sociabilidade centrado na família e no proprietário de terra. Sob o predomínio dessas formas de dominação privadas se teriam consolidado os males do poder local e a persistência de uma estrutura de produção agrária, formadora de um ‘espírito clânico’, avesso a solidariedade social. Para quebrar essas amarras do passado seriam necessárias novas instituições políticas que ao centralizarem o poder possibilitariam a superação dos ‘mandonismos locais’. Esse diagnóstico teve ampla penetração no período, sendo incorporado total ou parcialmente por movimentos sociais e em trabalhos de outros autores (GOMES, 2010).

O estabelecimento de relações entre o abandono, a falta de governo e todas as insuficiências do país, tornou-se, segundo Angela Castro Gomes (2010), um dos elementos mais estratégicos do discurso intelectual, político e popular sobre o atraso no Brasil – compondo a cultura política nacional. Múltiplos autores compartilhavam desse diagnóstico, porém foi Oliveira Vianna seu mais destacado defensor. Na perspectiva desses autores, a formação histórica e sociológica brasileira tinha singularidades que configuravam uma realidade (o Brasil real) que o afastavam da prescrição liberal (o Brasil legal). Seria necessário, então, aprofundar o conhecimento sobre as particularidades do país para possibilitar a elaboração do formato do Estado e dos caminhos mais adequados a sua modernização. Ou seja, diante da impossibilidade (e, talvez, indesejabilidade) da recriação do percurso trilhado pelas democracias liberais seria preciso inventar um trajeto próprio, adequado a realidade brasileira (BRANDÃO, 2005; GOMES, 2010; LIMA, 2013). Contra o ‘estrangeirismo’ e o ‘marginalismo jurídico’ das nossas elites, se impunha a necessidade de se



valorizar o ‘direito costumeiro’ da nossa gente, informando instituições novas e adequadas a realidade nacional. Para a superação dos nossos males de origem, seria necessária, então, a atuação do Estado que pela imposição de regras e instituições estabeleceria na sociedade formas modernas e não liberais de organização política<sup>10</sup>.

O debate sobre a vocação econômica e produtiva nacional, se agrária ou industrial, e sua inserção no concerto das nações, que desde o início do século XIX já ocupava parte das leituras sobre o país, também integrou o debate sobre a questão nacional. Nas últimas décadas do Império, o argumento pró industrialização havia ganhado força ao produzir uma associação entre as ideias de República, modernidade e indústrias como formas de superar o atraso causado pela história de colonização e escravidão<sup>11</sup> (FONSECA, 2012). Nos anos de 1920, com a crise do arranjo da oligarquia liberal o tema da industrialização *versus* vocação agrária reaqueceria o debate entre as propostas de intervenção *versus* aquelas que propunham o livre mercado.

Outro elemento que alçou grande influência nas interpretações sobre o país e no debate sobre as ações políticas e institucionais foi o positivismo e suas leituras por intelectuais e políticos brasileiros<sup>12</sup> (CASTRO SANTOS, 1987; LIMA; SÁ, 2008). Desde a década de 1870, no contexto de aspiração por mudanças no regime social e político brasileiro, o positivismo marcava o cenário intelectual nacional como uma filosofia moral de valorização da ciência, recurso intelectual e guia para a ação. Luiz Otávio Ferreira (2008, p. 87) identifica o positivismo como um “sistema filosófico, político, científico e religioso” que teria formado uma matriz na qual eram compartilhados “motivações, valores, compromissos, regras de conduta, repertório conceitual e linguístico que deu singularidade a uma parcela importante de intelectuais e cientistas brasileiros do início do século XX”. Essa *intelligentsia* positivista, não era homogênea mas, tinha como traço comum a concepção de que a reorganização das questões sociais e políticas da sociedade brasileira deveria ter como guia os diagnósticos e prescrições provenientes da ciência e a defesa da nacionalidade (FERREIRA, 2008). A

---

<sup>10</sup> Durante a década de 1930, o Estado corporativo será o formato e estratégia proposta por Oliveira Vianna para superação do “insolidarismo” e do atraso brasileiro. Essa proposta teve forte influência na construção da arquitetura institucional e política durante sua atuação como assessor jurídico no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas – entre 1932 e 1940.

<sup>11</sup> Pedro Fonseca (2012) afirma que, guardadas as diferenças e particularidades dos políticos e intelectuais que defendiam a industrialização nacional, um elemento comum do argumento era a associação entre industrialização e independência do país – matizando os contornos nacionalistas em ascensão.

<sup>12</sup> Castro Santos (1987, p. 307) identificou que o movimento positivista teria sido um elemento facilitador para a entrada de novas ideias que contribuíram para a reforma sanitária em São Paulo na década de 1920.

influência do positivismo é identificada de forma mais ou menos intensa nas produções e atuações de personagens como Marechal Rondon, Euclides da Cunha, Roquette Pinto e mesmo como elemento central da formação do próprio Getúlio Vargas (KURY; FEDI, 2017).

No contexto de valorização da ciência como grande guia no caminho rumo à ‘modernidade’, elaborações como as bases da bacteriologia e das teorias do determinismo racial, também ganhavam repercussões importantes. O incessante processo de disputa sobre a memória e a identidade da nação e suas implicações para a pavimentação dos caminhos possíveis para a construção política do país, encontrou, já no século XIX, uma profusão de novas teorias biológicas. Assim, categorias como raça e natureza compareciam como temas frequentes, estruturadoras de uma parcela dos diferentes projetos de destinos para a nação (LIMA, 2013).

No contexto pós-abolição, a circulação e recepção do racismo científico no Brasil significou a demarcação de novas divisões e fraturas sociais baseadas em argumentos biológicos (SCHWARCZ, 2012). Essas ideias apontavam para “a retomada de um projeto hierárquico, agora pautado na diferenciação racial”, no qual o determinismo biológico comparecia construindo “marcadores sociais vigorosos”, relacionando a composição física de homens e mulheres à incapacidade de civilizar-se (SCHWARCZ, 2012, p. 20). Por essa lógica, as formulações do racismo científico e do darwinismo social reinstituíam novos limites para as possibilidades de ampliação da igualdade inauguradas com a abolição da escravidão e com a Proclamação da República.

Nessa conjuntura de emergência das teorias raciais e do darwinismo social ocorreu a difusão de um movimento científico e social que almejava desenvolver estratégias para a aplicação dos conhecimentos da biologia evolutiva em circulação naquele período para o ‘desenvolvimento da raça’. Esse movimento, denominado eugenia e introduzido no Brasil na década de 1910, reunia a elaboração de uma série de pressupostos que deveriam orientar desde a vida cotidiana até o domínio das políticas públicas. O objetivo consistia em, por meio da aplicação de seus pressupostos, aperfeiçoar as características biológicas e as habilidades humanas, conformando assim sociedades supostamente mais ‘evoluídas’ (STEPAN, 2004, 2005; SOUZA, 2008; MAIO, 2010; SOUZA, 2016).

Nancy Stepan (2004) afirma que a eugenia constituiu um elemento estruturante do pensamento político e social, não apenas no Brasil, mas dos países na América Latina, influenciando as conformações das políticas sociais dos países da região na primeira metade do século XX. No ambiente cultural e social brasileiro, a incorporação dos pressupostos

eugênicos ocorreu por meio de diversas mediações, reinterpretações e atribuição de outros sentidos e significados. Parte das elaborações de eugenistas brasileiros assumiam um tom fatalista, atribuindo às características raciais e étnicas da população um obstáculo incontornável para a construção de uma nação moderna. Essas identificavam na mestiçagem a origem da degeneração racial cuja única saída seria a adoção de medidas eugênicas ‘negativas’ para o controle da miscigenação, como a regulação dos matrimônios, e a adoção de política imigratórias seletivas (SOUZA, 2008, 2016). De outro lado, compartilhando também de teorias do racismo científico, se colocavam aquelas teorias que defendiam o processo de ‘branqueamento’ como o caminho para a regeneração nacional. Essas, viam na mestiçagem a possibilidade de se estabelecer progressivamente, a cada nova geração, o predomínio branco e, por esse meio, transformar o Brasil em um país ‘civilizado’ (STEPAN, 2004).

Nesse ponto é importante salientar que tanto as ideias baseadas em concepções eugênicas racistas, das quais derivava o diagnóstico fatalista sobre a inviabilidade do país, quanto muitas das contraposições feitas a essa perspectiva, foram formuladas a partir do campo da saúde. A questão ‘racial’ comparecia em maior ou menor intensidade na produção dos intelectuais sobre a questão nacional, porém não encerrava o debate. Questões relacionadas a natureza, ao ambiente das diferentes regiões, aos aspectos culturais e a organização política nacional também compareciam como elemento explicativo sobre a viabilidade nacional.

Diversas interpretações foram formuladas em contrapeso ao determinismo racial identificando em aspectos econômicos, políticos e sociais as origens dos males nacionais. Exemplo desse campo de ideias críticas ao racismo científico está presente na interpretação de Manoel Bomfim. O médico sergipano que atuou no campo da pedagogia e da psicologia social mobilizou em sua obra um esforço de ruptura com os paradigmas elitistas e deterministas que identificavam no povo o problema da nação presentes na maioria dos diagnósticos do período. Para Bomfim o ‘parasitismo social’ seria a causa da degeneração nacional. Em uma analogia com o conceito biológico, o ‘parasitismo social’ se caracterizava pela relação histórica de dominação entre países centrais e colônias, bem como pela exploração do trabalho de um grupo social por outro. Em seu pensamento, a longa trajetória de exploração e dominação do povo pelo regime escravista, além da exploração do país por sua metrópole europeia teriam impresso marcas persistentes na formação social do país e da América Latina. Diante desse diagnóstico, Bomfim apontava que para remediar as

consequências do parasitismo social, a educação se colocava como momento incontornável (CANDIDO, 1990; BOMFIM, 2008; PORTUGAL, 2015). Para o autor, a ampliação da educação constituía a possibilidade de criação de uma alma nacional, da formação coletiva do espírito nacional sobre novas bases, em contraponto às marcas da dominação. Ao discutir as mazelas do Brasil e da América Latina a partir dos marcos de uma maior autonomia intelectual popular, Bomfim tornava-se, a seu modo, um progressista moderno singular, reagindo e se contrapondo aos problemas de seu tempo (CANDIDO, 1990).

A centralidade conferida à educação para o enfrentamento das injustiças produzidas em solo brasileiro, não deixa mesmo de ser convergente com as formulações e ações de Roquette-Pinto. Em seus esforços de promoção da educação e difusão da ciência, Roquette Pinto atuou ativamente na construção de meios para viabilizar a ampliação do acesso à educação e à cultura, como com a criação da Rádio Sociedade Brasileira, em 1923 (JORGE, 2008). Outro exemplo de contraposição frontal aos argumentos que localizavam na mestiçagem e, sobretudo, na presença dos negros na composição nacional as causas da degeneração do povo foram colocadas pelo médico e psiquiatra Juliano Moreira. Juliano Moreira identificava como causas dessa degeneração o alcoolismo, a sífilis, as doenças endêmicas e as condições sanitárias e educacionais do povo, afirmando que para sua regeneração eram necessárias medidas de higiene mental e medidas de saneamento (ENGEL, 2015).

No campo de estudos sobre o pensamento político brasileiro foram formuladas diferentes categorizações como forma de organização das interpretações sobre o país. Gildo Marçal Brandão (2010), por exemplo, identifica diferentes linhagens do pensamento político brasileiro definidas pelo compartilhamento de estruturas intelectuais e categorias teóricas que convergiram na interpretação da realidade nacional em diferentes momentos da história. Essas diferentes ‘formas de pensar’ os problemas do país conformariam correntes de pensamento, que, não raro, foram incorporadas na experiência prática e na ação política organizada presentes na vida nacional.

Como procuramos apontar, as perspectivas e interpretações sobre a questão nacional produzidas na Primeira República que tinham em comum o vínculo com o campo da saúde, não eram homogêneas. Essas apresentavam formatos tão diversos quanto as ideias e ideais que circulavam nessas terras no início daquele século e se vinculavam a diferentes linhagens de pensamento. Em diálogo e em resposta à comunidade científica nacional e internacional, os sanitaristas elaboravam suas interpretações e diagnósticos sociais, ao passo que também eram

influenciados pelas diferentes interpretações de país em debate naquele período. Seus discursos se construíram na interface de múltiplos processos discursivos, inseridos no contexto de um ambiente cultural e político intenso, marcado pela introdução de novas ideias e por mudanças sociais e políticas profundas.

Na próxima seção serão delineadas as formulações desenvolvidas no campo da saúde, compreendendo seus diagnósticos como uma práxis (um conjunto de ideias indissociáveis da ação dos sujeitos e grupos no mundo). Para isso, será necessário localizar as interseções com o debate sobre o Estado, as ideias em circulação e também o debate médico no cenário de mudanças aceleradas no campo das ciências, associadas à inauguração de uma percepção de progresso, de fé na ciência e na capacidade humana de progredir.

### **2.3 A saúde e a questão nacional: doença, abandono e política**

Desde meados do século XIX, ideias elaboradas a partir do campo da saúde integraram o debate “sobre a viabilidade e as contradições do que se entendia por processo civilizatório no país”, por meio da atuação intelectual de médicos, sanitaristas e cientistas (HOCHMAN; LIMA, 2015, p. XVII). Tal fato, de acordo com Hochman e Lima (2015), pode ser explicado, em parte, dado que, naquele período, a política conformava um espaço de sociabilidade para uma ‘elite’ nacional e existia uma forte conexão da medicina com o Estado e os poderes locais. Podemos somar a essas particularidades da relação entre medicina e Estado outros dois aspectos: o estreito vínculo entre a formação da identidade de intelectuais e cientistas com a identidade nacional e a compreensão da ciência como atividade humana, social e historicamente localizada, produtora e resultante da cultura.

As interpretações sobre o país elaboradas por médicos e sanitaristas nas décadas de 1910 e 1920 se inserem no contexto mais amplo de leituras que fomentavam a construção de uma identidade positiva para a nação. Como vimos na seção anterior, esse período foi marcado por diferentes esforços de construção simbólica do Brasil como país viável. Diante da fissura aberta pela “crise espiritual europeia” no período entreguerras, e do consequente deslocamento simbólico da Europa como marco civilizatório (CARRARA, 2004, p. 431) ampliou-se o espaço para a emergência de movimentos nacionalistas. Nesse cenário, intelectuais e cientistas de países periféricos e/ou de passado colonial, como o Brasil,

reagiram a estigmatização e inferiorização decorrentes de determinadas teorias científicas, em um duplo movimento no qual os intelectuais, ao mesmo tempo que compartilhavam das premissas e perspectivas em voga no cenário internacional, modificavam seus sentidos, construindo os alicerces para se opor a sua condição de subalternidade (CARRARA, 2004).

Sobre a compreensão da ciência como atividade humana, social e historicamente localizada, produtora e resultante da cultura, Lima (2013, p. 149) aponta que a “produção de valores sociais e, mesmo, a resolução de controvérsias políticas com base numa argumentação científica” seriam ainda mais comuns se tratando de ciências com caráter particularmente normativo, como a higiene e a saúde pública. Isso se daria, uma vez que, essas ciências envolvem formulações e práticas voltadas para a relação dos seres humanos com o seu meio, se debruçando, não só sobre os aspectos biológicos, mas também sobre as condições de vida, hábitos e as formas das relações sociais. Nessa perspectiva, os debates sobre a etiologia das doenças, bem como sobre as formas de manutenção e promoção da saúde, teriam amplas consequências para se pensar a vida em sociedade e as ações estatais<sup>13</sup>. A proximidade de projetos políticos com as ciências médicas e biológicas foi ainda mais intensa diante da centralidade atribuída à ciência e suas instituições no período. Dentre as mudanças nos valores e práticas sociais que caracterizaram a virada do século XIX para o século XX, incluem-se também importantes transformações nos modos de produção intelectual e cultural do país (SÁ, 2006).

Nesse contexto de mudanças nas práticas e instituições médicas e valorização progressiva da ciência, as interpretações sobre o país formuladas no bojo do movimento sanitário ganharam força histórica progressiva nas duas últimas décadas da Primeira República. Tais formulações identificavam como o grande problema nacional a persistência e magnitude das endemias rurais, que incapacitavam os habitantes dos sertões e que teriam como causa principal, não características inatas, mas o abandono dos habitantes pelo Estado (LIMA; HOCHMAN, 1996; HOCHMAN, 1998a; LIMA; HOCHMAN, 2000; SÁ, 2009a; LIMA, 1998). Os elementos centrais que compuseram essa interpretação sobre o Brasil e as propostas de intervenção que dela derivaram podem ser localizados em um relatório de

---

<sup>13</sup> Segundo Jaime Benchimol (2003), nesse período, os problemas de saúde do país, especialmente aqueles vivenciados pela capital, eram objeto de debate e reflexão por médicos e suas instituições. Por meio da aplicação das normas de higiene e dos preceitos da medicina ora vigentes, os higienistas buscavam estabelecer projetos de intervenção no espaço urbano com o objetivo de reduzir a incidência de patologias como a febre amarela, a varíola e o cólera. As prescrições desses médicos higienistas em alguma medida informaram ações tomadas no âmbito do Estado, sendo o exemplo mais expressivo a adoção de princípios da higiene no já mencionado projeto de reforma urbana da capital durante a gestão de Pereira Passos.

viagens que assumiu uma “crescente importância no debate sobre os rumos políticos do país, contribuindo para que o tema da doença e a proposta da reforma da saúde, com maior presença do Estado em todo o território, alcançassem visibilidade” (LIMA, 2009, p. 231).

Ainda como parte dos esforços que se direcionavam à formação do Brasil enquanto nação, desde os anos finais do Império e, de forma mais intensa, com o regime republicano, instituições estatais organizaram e promoveram diversas expedições e comissões com vistas a realização de obras de infraestrutura para a modernização e integração de diferentes regiões do país. Estiveram envolvidos nesses esforços quadros do exército, engenheiros e cientistas de diferentes campos do conhecimento e instituições. Esses pesquisadores atuavam no levantamento e sistematização de informações sobre diferentes aspectos do ‘território desconhecido’, reunindo informações sobre o clima, a fauna, a botânica, a geografia, as condições sanitárias e antropológicas com o objetivo de viabilizar a ocupação e exploração de cada localidade (SÁ; SÁ; LIMA, 2008).

São exemplos desses esforços de integração e modernização do interior as expedições médico-científicas realizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz e as comissões militares visando a construção de uma malha telegráfica que possibilitasse a comunicação com todo o território nacional, em especial a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso – que esteve sob o comando do Marechal Cândido Rondon de 1900 até dezembro de 1930 (MACIEL, 1998; SÁ; SÁ; LIMA, 2008; LIMA; SÁ, 2017). Os levantamentos científicos realizados no bojo dessas expedições reuniram uma infinidade de informações sobre diversas regiões do país, contribuindo para a ampliação e consolidação da ciência nacional em diferentes áreas. Além das contribuições para o desenvolvimento das políticas de integração e modernização dos ‘sertões’, a produção de relatórios e a circulação das impressões e resultados desses levantamentos também informaram os esforços intelectuais que tinham como objeto a formação nacional, alterando as leituras, interpretações e percepções sobre o que era o país (LIMA, 2013).

Uma das viagens empreendidas entre os anos de 1906 e 1922 por médicos e cientistas do Instituto Oswaldo Cruz em apoio as ações de interiorização e modernização do país foi realizada pelos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna em apoio às atividades da Inspeção de Obras Contra as Secas do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Ministério da Viação. A expedição, realizada entre os meses de abril e outubro de 1912, tinha como objetivo catalogar as condições ambientais, epidemiológicas e

socioeconômicas do interior do país, principalmente, das regiões atravessadas pelo rio São Francisco e de outras áreas do Nordeste e Centro-Oeste brasileiro (LIMA, 1998; SÁ, 2009a).

Em seu relatório, Arthur Neiva e Belisário Penna descreveram aspectos do clima, da fauna e flora dos territórios percorridos, enfatizando as doenças de maior incidência na população assim como suas impressões sobre as condições e hábitos de vida dos sertanejos (NEIVA; PENNA, 1916). Ao estabelecer a presença de patologias, principalmente da ancilostomose, da malária e da Doença de Chagas, como a característica central do país, o diagnóstico dos sanitaristas identificava que o mal do qual padeciam os sertanejos e, conseqüentemente, o país, era passível de cura (LIMA; HOCHMAN, 2000). Ou seja, seu argumento via a possibilidade de recuperar o povo por meio de ações de higiene e saneamento - a salvação do povo viria pela ciência, pela medicina e, pela política.

O diagnóstico dos sanitaristas sobre os males do Sertão atribuía à ausência de políticas públicas nesses locais a causa das endemias e epidemias, identificando uma origem política e social para as doenças, ou o que poderíamos chamar de uma etiologia política das endemias rurais. Partindo desse diagnóstico, a solução dos problemas de saúde do sertanejo e, conseqüentemente, do país, seria de natureza pública, ainda não configurada, ‘um vir a ser’, assim como os próprios problemas de saúde. Para a resolução desse problema, a ‘prescrição’ dos sanitaristas consistiu no combate as doenças por serviços de saúde estatais organizados de forma centralizada, com vistas ao estabelecimento de uma nova relação com o sertanejo, como fonte mesmo de transformação desses indivíduos em brasileiros (HOCHMAN, 1998b).

Ao tentar responder ao diagnóstico, comum a outras interpretações, da suposta falta de um “povo” brasileiro, sem o qual não poderia haver uma nação, os sanitaristas entendiam que o imobilismo e a passividade popular se relacionavam com o fraco sentimento de identificação desses com o Brasil enquanto nação. Assim, além de ser a causa da alta prevalência de doenças, o abandono social também favorecia a fragilidade do sentimento político de nacionalidade. Esse diagnóstico pode ser observado no seguinte trecho do relatório:

Raro o indivíduo que sabe o Brazil. Piauhí é uma terra, Ceará outra terra, Pernambuco outra e assim os demais Estados. O governo, é para esses párias um homem que manda na gente, e a existência desse governo conhecem-na porque esse homem manda todos os anos cobrar-lhes os dízimos (impostos). Perguntados se essas terras não estão ligadas entre si, constituindo uma nação, um país, dizem que não entendem disso. Nós éramos para eles gringos, lordaços (estrangeiros fidalgos). A única bandeira que conhecem é a do Divino (NEIVA; PENNA, 1916, p. 191).



Além de atrelar as causas do atraso à disseminação de doenças entre os habitantes do país, Neiva e Penna afirmavam que a origem desse quadro estaria no abandono desse povo pelo Estado e na subjugação dos sertanejos aos poderes locais. Tais problemas políticos, de organização do poder, contribuía para que os indivíduos que habitavam o vasto território nacional guardassem nenhuma identificação com o Brasil. Em outras palavras, saúde e política se transformavam em uma questão compósita, convergente, definindo não apenas o diagnóstico de problemas, mas a própria prescrição do caminho para superá-los.

O espanto dos médicos-cientistas diante das condições de vida, da alimentação insuficiente, com as baixas remunerações pelo trabalho e as aflições de que padeciam os sertanejos aparecem registradas em diversos trechos do já referido relatório, como exemplifica a seguinte passagem:

Não acreditamos haver necessidade de insistir mais neste capítulo; ainda guardamos vivas, as impressões bem tristes, da profunda miséria e do abandono em que jazem milheiros de seres humanos e, o nosso depoimento, de forma alguma viria a mitigar suas aflições. [...] Como se alimentar convenientemente se o salário é desprezível? Em Joazeiro e imediações, o salário é de 1\$ diários a 12 horas de trabalho sem descanso; a 30 quilômetros de Petrolina cai a 500rs e o mesmo tempo de trabalho sendo a comida à custa do patrão, chegando a baixar a 300 e 200rs em várias localidades bahianas e pernambucanas. (Penna e Neiva, 1916, p.165)

No relatório fruto de uma viagem realizada 24 anos após a abolição da escravatura no país, Neiva e Penna registraram também seu espanto com as relações de trabalho que se aproximavam daquelas do período da escravidão. Os homens que habitavam as regiões percorridas pelos sanitaristas, além de ‘povoado por doenças’, se encontravam submetidos às vontades de ‘senhores’, tal como antes da abolição. Mesmo recebendo salários, a sua condição de dependência e vulnerabilidade não havia se alterado. A desigualdade existente entre a condição dos “fazendeiros abastados” e a escassez dos meios para a sobrevivência do sertanejo os colocava em uma situação de constante dependência dos donos de terra, muito próximas daquelas vivenciadas pelos escravos (NEIVA; PENNA, 1916).

O fim da escravidão com a garantia formal de liberdade e o estabelecimento do trabalho assalariado não havia garantido aos trabalhadores as condições necessárias para uma vida autônoma e autodeterminada. A desigualdade dos meios impunha uma relação venal de dependência entre os moradores e os proprietários das terras. Por não possuir sua própria terra e por suas condições de nascimento, o sertanejo permanecia subjugado a vontade do outro para poder existir.

Ao direcionar o olhar para condições de vida e, principalmente, para as precárias relações de trabalho, se explicitava a condição de dominação e abandono na qual se estabelecia um ciclo perverso: a ausência da saúde tornava os sertanejos incapazes para o trabalho e para a ação política. Assim, a dependência e submissão destes homens e mulheres aos arbítrios dos donos de terra são consideradas como partes determinantes do processo de adoecimento dos sertanejos e da nação. Como então seria possível conformar uma nação com uma população que vivia em tais circunstâncias? Como melhorar essas condições sem assumir a saúde como uma questão política?

Ao observar a realidade de homens e mulheres submetidos à força e domínio do outro, habitando um mundo sem lei e sem direitos, os sanitaristas problematizaram a manutenção de uma política que favorecia a persistência dos grandes latifúndios e as implicações da concentração de terra para a configuração de formas de vida ‘livres’.

O fazendeiro mais abastado e com um pouco mais de cultura, exerce grande influência entre os moradores e está, somente cessa, ao entrar em contato com a esfera de influência de outro proprietário pelo menos tão abastado. [...] Aliás, é impossível evitar, cada fazenda é um latifúndio de dimensões sempre crescentes conforme o afastamento das cidades; a pequena propriedade quase não existe, de maneira que, os moradores, estão de qualquer modo na dependência do proprietário de terras (NEIVA; PENNA, 1916, p. 180).

O diagnóstico dos sanitaristas do movimento pelo saneamento dos sertões na década de 1920, encontrou na relação entre a doença que assolava os sertões e o abandono político a explicação para a persistência das endemias rurais, bem como a explicação para a improdutividade e o limite do desenvolvimento da economia nacional. Como registrado no fragmento abaixo, o agente do abandono dessa população era mesmo o Estado e suas instituições:

Vivem eles abandonados de toda e qualquer assistência, sem estradas, sem polícia, sem escolas, sem cuidados médicos ou higiênicos, contando exclusivamente com seus parquíssimos recursos, defendendo suas vidas e propriedades a bacamarte, sem proteção de espécie alguma, sabendo da existência de governos, porque se lhes cobram impostos de bezerros, de bois, de cavalos e burros (Neiva, Penna, 1916, p.199).

Em forte contraposição às interpretações ufanistas e também àquelas fatalistas, que, como vimos, eram corriqueiras no período, a leitura de que os males do Brasil residiam na condição sanitária de sua população conduziu a conclusão de que o problema do país seria passível de cura, e esta viria pela superação do abandono, pela ação política. A partir dessa

formulação, os argumentos presentes no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna deslocavam a saúde para a esfera pública, como elemento fundamental da vida em comum, tomando-a, portanto, como pré-requisito instituinte e resultante da constituição de uma nação. Compreendido esse ponto, resta indagar: Quais elementos científicos, teóricos e conjunturais contribuíram para que médicos e cientistas assumissem a política e a inação estatal como elemento explicativo do adoecimento? O que contribuiu para que assumissem essa visão ampla sobre o processo de adoecimento e as medidas necessárias?

Compartilhando com seus contemporâneos os diagnósticos críticos ao domínio oligárquico e ao limitado papel do governo federal, as questões da saúde e a própria legitimidade do fazer político mudavam qualitativamente de sentidos. Os sanitaristas partilhavam também do conceito e da imagem do Sertão, da matriz dualista de reflexão sobre o país que vingava à época, e que tinha nos contrastes, ausências e lacunas os aspectos centrais da República em formação. Comungavam ainda da representação que compreendia o Brasil sempre em oposição a outro mundo – europeu, civilizado e moderno – estabelecendo, no entanto, outros critérios, para além do geográfico para a delimitação das distâncias entre sertão e litoral (LIMA; HOCHMAN, 2000; LIMA, 2013).

Segundo Dominichi Sá (2009), as elaborações e imagens presentes no relatório não eram inéditas, uma vez que já compareciam em produções e debates anteriores. A autora atribui o seu impacto à estratégia de divulgação e circulação do relatório bem como ao contexto de sua recepção. Dentre os elementos conjunturais que contribuíram para sua repercussão estão (i) as características do processo de institucionalização e valorização da ciência, que marcavam o cenário intelectual do país naquele período; (ii) a crescente valorização da medicina experimental e a influência das descobertas e pressupostos da microbiologia e da medicina tropical no pensamento médico; (iii) o forte engajamento de cientistas, médicos e sanitaristas em esforços intelectuais e ações estatais voltados para a construção nacional, contribuindo para a construção de uma imagem da função social da ciência e da medicina; (iv) o adensamento das críticas ao desenho do Estado, uma República com distribuição oligárquica do poder que impactava as políticas sanitárias.

Como caracterizado na primeira seção desse capítulo, o Brasil passava por um processo de mudanças profundas, com a intensificação das reflexões sobre os problemas nacionais e de projetos para construção da nação. A ciência assumia um papel central nesses esforços, em parte, devido ao seu processo de fortalecimento institucional, impulsionado pela influência dos valores do pensamento positivista, bem como pelo processo de fortalecimento

institucional da ciência. As instituições científicas criadas no final do século XIX, como o Instituto Serumtherápico do Estado de São Paulo (futuro Instituto Butantan) e o Instituto Soroterápico Federal – que posteriormente seria denominado Instituto Oswaldo Cruz “desempenharam papel fundamental nos estudos e nas intervenções práticas destinadas a vencer os obstáculos à expansão da economia e sociedade capitalistas que floresciam no litoral do Brasil” (BENCHIMOL; SILVA, 2008, p. 720).

Nesse mesmo período, os médicos, sanitaristas e cientistas estavam em diálogo e atuando na institucionalização de duas disciplinas médicas que forneceram as bases interpretativas, conceituais e classificatórias para o diagnóstico sobre as patologias do país presente no relatório de Neiva e Penna: – a microbiologia, com seu pressuposto da etiologia específica, e a Medicina Tropical, com a valorização da importância dos vetores no processo e transmissão das doenças (CAPONI, 2002). Por esse entendimento, a formulação de normas e medidas de higiene que referendavam regras para os hábitos individuais e outros costumes e comportamentos, foram acompanhadas por prescrições para a reorganização da vida coletiva e para a reforma do próprio Estado.

Desde finais do século XIX, as descobertas no campo da microbiologia nutriram a já crescente confiança na ciência e na medicina. Firmava-se no imaginário a promessa de que a medicina trilhava um caminho de avanços progressivos no conhecimento sobre os agentes microscópicos que causavam cada doença e isso possibilitaria o desenvolvimento de medidas de prevenção e tratamento para a superação do adoecimento. No Brasil, o desenvolvimento e a valorização da medicina de caráter experimental, baseada em práticas de laboratório, com a ênfase no papel dos microrganismos na incidência de doenças modificou o escopo das propostas e práticas de saúde pública no início do século XX. Isso não significou, entretanto, o abandono de práticas anteriores que consideravam aspectos do ambiente, ou um suposto estreitamento de olhar para o foco no indivíduo, dado que a busca por microrganismos se deu em um contexto que seguia marcado por preocupações sociais mais amplas (CAPONI, 2003; BENCHIMOL; SILVA, 2008; LIMA, 2009).

A higiene brasileira do final do século XIX, segundo análise de Sandra Caponi (2002), possuía um programa de investigação que integrava a microbiologia, a parasitologia e a preocupação com as patologias transmitidas por intermediários vivos – os vetores. Para a autora, a combinação entre os modelos explicativos da microbiologia, desenvolvidos com base nas elaborações de Pasteur e Koch, com o modelo explicativo da medicina tropical tiveram um forte efeito na seleção das medidas de profilaxia adotadas no Brasil. Assim, a

incorporação progressiva da bacteriologia significou a valorização da medicina baseada nas práticas laboratoriais, que munidas de microscópios buscavam a identificação dos agentes causais. Entretanto, no caso brasileiro, esse processo não significou a superação da preocupação de caráter mais ‘ambiental’, para a qual as condições de vida eram centrais.

Como estamos identificando, razões de ordem científica se inscreviam no ambiente mais amplo de transformações em curso na vida pública. Por um lado, a ênfase no agente microbiano ou parasitário contribuiu para o deslocamento da centralidade das elaborações derivadas do racismo científico que identificavam na composição racial a explicação da incidência ou resistência às patologias. Por outro, a identificação da participação de insetos como vetores atribuía um novo sentido e importância para a observação da natureza, como a distribuição de insetos no território e da persistência de locais propícios para a sua reprodução (CAPONI, 2002; BENCHIMOL; SILVA, 2008). Por essa compreensão, ganhava relevância a observação e estudo das particularidades do território nacional para o controle das patologias sem, entretanto, reproduzir o fatalismo pessimista do determinismo ambiental.

Segundo Benchimol e Silva (2008), esse foi o período de ouro da entomologia médica. Essa especialidade, desde finais do século XIX, era progressivamente mais valorizada com a identificação da transmissão de doenças por meio de vetores, em específico da malária e da febre amarela. A observação das relações entre ambiente e o ciclo de vida desses insetos ganhava relevância para o desenvolvimento das medidas de profilaxia: fosse pela hidrografia sanitária, pela proteção mecânica das casas com telas, pelo isolamento de doentes ou pela administração de medicamentos, como a quinina, aos trabalhadores de empreendimentos localizados em regiões endêmicas. A validade de tais apontamentos não deixa de constituir caminhos à problematização das ações públicas.

Ressaltando a influência desse universo cognitivo da medicina tropical para o argumento pró-saneamento, Lima (2009, p. 245) destaca que a amplitude das observações apresentadas no relatório por Arthur Neiva e Belisário Penna podem ser atribuídas à “afinidade eletiva entre conhecimento próprio à medicina tropical e correntes do pensamento político e social” do período. Nesse sentido, como já destacado, além das características ambientais e epidemiológicas, Neiva e Pena lançaram sua atenção também a aspectos da história e das condições de vida da população, formas de organização social e particularidades das relações de trabalho. Como vimos na primeira seção desse capítulo, esses aspectos eram objeto de reflexão e atenção de diversos campos, uma vez que a formação nacional, a

estrutura produtiva, as relações de trabalho e o papel do Estado conformavam o foco dos debates no país.

A influência das novas teorias médicas emergentes na virada do século XIX para o XX, como as descobertas de Koch e Pasteur e da Medicina Tropical, contribuiu não apenas para ampliar o olhar para os processos de adoecimento como também para incluir dimensões da política como parte da explicação das endemias rurais no país. O projeto institucional de ciência que vinha sendo erigido no país transformava também a natureza das ações do Estado. Dessa forma, o processo de politização da saúde teria também razões de natureza científico-epistemológicas.

No campo intelectual, segundo Dominichi Sá (2006), observou-se uma progressiva valorização da ciência especializada enquanto a verdadeira fonte de conhecimento e modernidade, em detrimento da tradicional figura do literato. Esse processo de transformação na produção científica a partir de uma nova episteme, ainda segundo a autora, teria ocorrido de forma progressiva e cumulativa, permeado por ambivalências e contradições. Compôs esse processo a criação de centros de pesquisa, associações e institutos, assim como a presença recorrente de publicações e notícias sobre ‘descobertas’ e debates científicos em periódicos e publicações não especializadas (SÁ, 2006).

Desenhava-se e exercia-se uma “ciência como atividade comprometida publicamente com os destinos da nação não apenas na resposta a demandas sociais concretas, mas pela própria capacidade de descortinar seus problemas e de indicar caminhos para superá-los” (KROPF, 2009, p. 40). Nesse processo, o envolvimento dos cientistas em viagens e expedições de infraestrutura e interiorização serviu também ao propósito de fomentar o reconhecimento desses cientistas como atores chaves na busca por soluções para a nação (KROPF, 2009).

Antes da expedição em apoio às ações da Inspetoria de Obras contra as Secas de 1912, tanto Arthur Neiva quanto Belisário Penna já haviam participado de diversas expedições para o controle de surtos epidêmicos junto à Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Como já mencionado, essas expedições científicas compuseram os esforços de integração nacional ao contribuírem para viabilizar obras de modernização do interior, como a expansão da malha ferroviária e da rede de comunicação telegráfica, por exemplo (BENCHIMOL; SILVA, 2008). Além do conhecimento sobre os aspectos geográficos, hidrográficos, ecológicos, da fauna e da flora, a atuação desses cientistas, médicos, sanitaristas forneceram elementos para a ampliação do conhecimento das doenças ‘tropicais’.

As condições de vida e sanitárias observadas em muitas dessas expedições das quais participaram Penna e Neiva na década anterior, também contribuíram com a formação da imagem que ficaria registrada no relatório da viagem de 1912. Arthur Neiva, por exemplo, atuou em 1908 no controle da malária nas obras da construção da estrada de ferro que ligaria São Paulo ao Mato Grosso (BENCHIMOL; SILVA, 2008). Já Belisário Penna atuou com Oswaldo Cruz nas atividades de controle da malária na região da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), local onde as péssimas condições de trabalho e a alta mortalidade de trabalhadores eram marcantes (BENCHIMOL; SILVA, 2008). A denúncia da “certeza da morte por diversas moléstias” que levavam a substituição contínua dos trabalhadores nessa empreitada era frequente entre jornais operários do período<sup>14</sup>. Belisário Penna também participou da expedição ao norte de Minas na qual Carlos Chagas identificou a presença de um protozoário no intestino de um inseto conhecido como barbeiro (KROPF, 2009).

A descoberta da Doença de Chagas, em 1909, e sua construção simultânea como fato científico e problema social também contribuiu para a formação do arcabouço do argumento pró-saneamento rural. Sobre esse processo, Simone Kropf (2009, p. 40) aponta que ao associar ciências, endemias rurais e projeto nacional, o processo de definição e legitimação da Doença de Chagas deu sentido a uma certa visão da sociedade brasileira, de seus problemas e, sobretudo, do papel da ciência nesta sociedade. A descoberta de Carlos Chagas e sua divulgação reforçou a construção da imagem de uma ciência que poderia descobrir e propor as medidas para a superação das patologias que assolavam o país e, conseqüentemente, contribuir para a superação do atraso. Suas descobertas e possíveis aplicabilidades para a resolução de problemas concretos da nação forneciam elementos para o entendimento da justificativa social das instituições científicas e de suas práticas.

Em 1912, Carlos Chagas declarou que as endemias rurais, especialmente a malária, a ancilostomose e a própria Doença de Chagas eram os principais problemas sanitários do país. Essa mesma tríade estaria presente no centro do diagnóstico do Movimento Pró-saneamento (KROPF, 2009). A identificação de uma doença até então desconhecida no sertão brasileiro forneceu um símbolo potente para a caracterização da imagem de um país adoecido. A divulgação da descoberta foi acompanhada pela denúncia das condições precárias, do flagelo da população que residia no ambiente físico e social que propiciava a disseminação da doença

---

<sup>14</sup> O Matadouro. *A Voz do Trabalhador*. Rio de Janeiro, n2, p2, 15 de jul. 1908. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

transmitida pelo barbeiro. Nesse sentido, Carlos Chagas defendia que por ser evitável por meio da adoção de medidas para a melhoria das condições de habitação, cabia ao Estado evitar esse mal nacional (KROPF, 2009).

Como estamos apontando, as doenças, os modelos explicativos e hipóteses etiológicas provenientes da bacteriologia e da medicina tropical atuaram como ‘elemento racionalizador e estruturante’ (ROSENBERG, 1992) para o desenvolvimento de uma proposta, um projeto de nação em diálogo com as ideias políticas vigentes na Primeira República. Se a imagem projetada era de que por meio da ciência, a medicina, progressivamente, desenvolveria as medidas de profilaxia individuais e coletivas específicas para o controle de cada doença, esse era o sinal de que na modernidade prometida só adoeceriam os abandonados.

Em consonância com outras críticas às estruturas de poder que definiam a organização do Estado na Primeira República, os argumentos de Carlos Chagas e a síntese presente no relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna também se endereçaram aos limites que o desenho federativo estabelecido na Constituição de 1891 impunham a efetivação das ações de saúde (KROPF, 2009; LIMA, 2009). Para esses sanitaristas, o controle das epidemias e endemias configurava um interesse comum à nação, o que justificaria o engajamento político no sentido de uma produção de uma nova legislação e intervenção federal para os domínios da saúde pública.

No contexto de crise da República Oligárquica e de intensificação das críticas a descentralização e ao liberalismo, caracterizado na primeira seção desse capítulo, os sanitaristas analisavam as consequências desse arranjo para a saúde, elaborando propostas de reforma da atuação do governo federal nesse campo. Como já apontado, a Constituição de 1891 não mencionava a organização entre os estados e o governo federal nas ações relacionadas ao campo da saúde, porém, seu arranjo tinha como desdobramento a descentralização administrativa e a autonomia dos governos locais também no âmbito da saúde pública (BRASIL, 1891). Assim, coube aos estados e municípios o desenvolvimento de ações de saúde e o estabelecimento da regulação sanitária. Como atribuição do governo federal ficou o desenvolvimento de medidas de intervenção sanitária nos portos e, posteriormente, também na capital (HOCHMAN, 1998a).

Nas primeiras décadas da Primeira República, as ações sanitárias do governo federal desempenhadas pela DGSP, segundo Gilberto Hochman (1998a), foram caracterizadas pela combinação de um concentrado poder coercitivo com uma infraestrutura tímida e um alcance



territorial limitado<sup>15</sup>. Durante o período de atuação de Oswaldo Cruz a frente da diretoria ocorreu um processo de fortalecimento e ampliação das ações sanitárias no âmbito da capital da República, *pari passu* ao processo de profundas transformações que a reforma urbana imprimiu nas ruas e no cotidiano da cidade (BENCHIMOL, 2003). Em 1904, foi aprovado um novo regulamento sanitário que reorganizou a intervenção sanitária no Distrito Federal (DF) e nos portos do país transferindo para o âmbito de atuação da DGSP a higiene domiciliar, a coordenação da polícia sanitária, bem o controle das doenças infecciosas (HOCHMAN, 1998a; BENCHIMOL, 2003). Na análise de Hochman (1998a, p. 102), esse primeiro momento foi marcado por um “crescimento dos aparatos legais, institucionais e de recursos humanos sobre os quais se fundava a autoridade sanitária”, ainda que com limites territoriais significativos de intervenção.

Em que pese o sucesso das campanhas de controle de epidemias coordenadas por Oswaldo Cruz nos portos e na capital, os limites constitucionais da atuação do governo federal no controle de doenças no interior não foram alterados. De todo modo, em meados da década de 1910, as ações federais nos estados seguiam como excepcionalidades, com atuação focal e temporária contra problemas sanitários que ameaçavam o espaço urbano ou em áreas de realização de obras de infraestrutura<sup>16</sup>. Diante desses limites à ação do governo federal, o Movimento Pró-Saneamento, propunha a centralização das ações sanitárias por meio da criação de uma autoridade sanitária federal – um Ministério da Saúde como estratégia para a superação do abandono das populações rurais e recuperação da sua saúde (CASTRO SANTOS, 1987; HOCHMAN, 1998a).

O argumento que mobilizou o movimento sanitaria a partir de meados da década de 1910 abarcou não só a formulação de explicações sobre a incidência e prevalência das doenças endêmicas, mas estabeleceu as relações entre a condição de saúde dos brasileiros e a condição política do país, construindo uma interpretação sobre a nação (CASTRO SANTOS, 1980, 1985, 1987, 2004). Por meio dessa compreensão, a ausência de políticas públicas

---

<sup>15</sup> A Diretoria Geral de Saúde Pública foi criada pelo Decreto n° 2.449, de 1° de fevereiro de 1897, a partir da unificação da Inspetoria Geral de Saúde dos Portos e o Instituto Sanitário Federal (Brasil, 1897). Vinculada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, nos primeiros anos de sua atuação tinha como principais atribuições a direção dos serviços sanitários dos portos, os estudos de doenças infecciosas e de estatísticas demográficas e epidemiológicas, e, apenas mediante solicitação dos governos locais, o planejamento e execução de ações sanitárias em auxílio aos estados (Brasil, 1897; Hochman, 1998a; Benchimol, 2003).

<sup>16</sup> Ao longo da década de 1910, além das expedições médico científicas do Instituto Oswaldo Cruz, progressivamente, as intervenções sanitárias conduzidas pelo aparato federal nos Estados começaram a ser mais frequentes. Essas ações eram viabilizadas por meio de acordos técnicos e financeiros e ocorreram principalmente com o objetivo de controlar de epidemias de febre amarela e peste bubônica em algumas capitais (HOCHMAN, 1998a).

federais nesses locais passava a ser identificada como a causa do adoecimento, ou seja, crescentemente, se reconhecia que a difusão de doenças tinha também origens políticas e sociais, formando o entendimento de uma **etiologia política das endemias rurais**. Partindo desse diagnóstico, a solução dos problemas de saúde do sertanejo e, conseqüentemente, do país, seria de natureza eminentemente política, que, se bem equacionada, seria capaz de superar os séculos de esquecimento. ‘Sanear o Brasil’ era apresentada por aquela geração como a estratégia para superar o abandono.

A partir de 1916, essas teses que posicionaram a questão sanitária como central para a construção nacional encontraram um terreno fértil e renderam frutos (LUCA, 2001). Nesse momento, o estabelecimento de vínculos entre saúde e a ação estatal transcendeu as barreiras das publicações especializadas e se estendeu a um público mais amplo tendo como um dos veículos principais a imprensa (SÁ, 2009a). Em um momento singular da história nacional, o debate sobre a saúde assumiu uma forte conotação política, mudou de conteúdo e também de arena – se inserindo no processo de disputa e transformação dos valores públicos, das visões de mundo.

Como veremos no próximo capítulo, a esse deslocamento simbólico do debate sobre a saúde, caracterizado pela mudança de seu conteúdo político e articulação com propostas de reorganização do Estado e da distribuição de poder, somaram-se os esforços de publicização dos argumentos e das teses pró-saneamento. Essa outra dimensão do processo de politização da questão sanitária consiste em um renovado processo de enunciação pública dos argumentos e do estabelecimento de um debate público sobre a questão, apontando para um processo ampliado de reinvenção das experiências e das expectativas públicas.

### 3 A PUBLICIZAÇÃO COMO AÇÃO SANITARISTA: O MOVIMENTO PRÓ-SANEAMENTO E A ‘IMPRENSA COMERCIAL’

Como documentado em diversas pesquisas sobre o movimento sanitarista da Primeira República, como nos trabalhos de Castro Santos (1985, 1987, 2004), Gilberto Hochman (1998a, 1998b), Tania de Luca (2001) e Dominichi Miranda de Sá (2009a, 2009b), a imprensa configurou um espaço central no prolífico debate público sobre a questão sanitária. Esses trabalhos identificaram que, a partir de meados da década de 1910, a publicação de discursos, artigos, notas, notícias e comentários acerca da questão do saneamento dos sertões ocupou um espaço significativo das páginas de inúmeras revistas de ciências e letras e também de jornais comerciais que se direcionavam a um público mais amplo.

Durante as primeiras décadas do século XX, uma multiplicidade de publicações periódicas circulava pelas ruas da capital do país. Alguns grandes jornais, com uma estrutura profissionalizada e empresarial, muitos outros pequenos ou médios, de propriedade individual, operária ou associativa, e inúmeras revistas ilustradas pautavam e reverberavam os debates do início da República e as mudanças culturais e sociais vivenciadas no intenso processo de urbanização (SODRÉ, 1999; LUCA, 2005; COHEN, 2013). Naquele momento em que a rádio ainda esboçava seus primeiros passos e a produção de livros no país envolvia altos custos, a imprensa periódica ocupava um espaço central no debate público.

As dificuldades envolvidas na produção de livros no país contribuía para uma confluência da produção de intelectuais e escritores nacionais para as páginas dos jornais e revistas (SÁ, 2009a). Nesse ambiente, os jornais eram fontes de notoriedade e alguma renda para os ‘homens de letras’, concentrando o debate público sobre os problemas, diagnósticos e imbróglis da vida política nacional (SODRÉ, 1999, p. 292). Essa presença era especialmente intensa nos periódicos publicados na capital do país. Na cidade do Rio de Janeiro, o mercado editorial apresentava uma dinâmica distinta. Além de concentrar parte significativa do circuito artístico e intelectual, o Distrito Federal também apresentava uma população letrada acima da média nacional (GOMES, 1993; SALIBA, 2012).

Segundo Nelson Werneck Sodré (1999, p. 251), inicialmente, nos primeiros anos que sucederam à Proclamação da República, não se observou mudanças significativas no jornalismo nacional. Os maiores jornais, seguiram sendo mais ou menos os mesmos, sendo a

criação do Jornal do Brasil, em 1891, a exceção. Nos momentos de agitação social, segundo o autor, se multiplicavam as pequenas publicações que, de vida curta, logo desapareciam. Nas décadas seguintes, todavia, o país observou, progressivamente, as consequências do início da modernização do processo de impressão possibilitada pela introdução de máquinas e tecnologias que permitiam a produção em grande escala em um período mais curto de tempo, ampliando a tiragem dos periódicos e diversificando e aprimorando seu padrão gráfico. Esse processo de modernização técnica, somado à ampliação do mercado leitor e do desenvolvimento da malha de transportes, possibilitou um crescimento significativo do mercado editorial brasileiro (COHEN, 2013).

A modernização da imprensa foi acompanhada pelo empresariamento do setor (SODRÉ, 1999). Grandes jornais diários, caracterizados por uma estrutura profissionalizada e empresarial, iam incorporando, progressivamente, novas tecnologias gráficas (SODRÉ, 1999; ELEUTÉRIO, 2013; LUCA, 2005, 2013). Nos grandes jornais de caráter comercial, a incorporação de avanços técnicos e um novo maquinário significava a substituição de processos manuais por uma produção industrializada, o estabelecimento de uma divisão do trabalho e uma especialização das diferentes funções para a produção dos periódicos (LUCA, 2013).

Foi também nesse período que os jornais comerciais passaram por mudanças estéticas possibilitadas pela introdução de novas técnicas e maquinários, e também pela ampliação da presença e da importância da propaganda no financiamento daqueles periódicos<sup>17</sup>. O perfil dos jornais e do conteúdo veiculado também sofreu inflexões. Tania de Luca (2013, p. 156) nos aponta que nesse momento a transformação do jornalismo em negócio comercial “exigia de seus donos a adoção de métodos racionais de distribuição e gerenciamento, atenção às inovações que permitiam aumentar a tiragem e o número de páginas, baratear o preço dos exemplares e oferecer uma mercadoria atraente”. Buscando angariar novos leitores, passaram a adotar uma diagramação mais leve, a incorporar temas relacionados ao cotidiano da vida urbana, a destinar espaços para a veiculação de cartas e reclamações enviadas pelos leitores e a abordar temas populares, como folhetins, colunas de esportes, cultura, lazer e de humor (LUCA, 2013). Essas mudanças sinalizavam para uma crescente busca dos jornais comerciais de ‘falar com o povo’ e, por meio de diálogos e

---

<sup>17</sup> De acordo com Cohen (2013), nesse período, a publicidade somou-se aos sistemas de distribuição por assinaturas na garantia de um financiamento para os periódicos. A presença da propaganda em jornais e revistas significava ganhos para a imprensa e também para a indústria e o comércio que buscavam ampliar o número de consumidores. A publicidade também passava por transformações intensas. Ao longo da década de 1910, o crescimento e especialização de agências de publicidade marcavam a profissionalização do setor (LUCA, 2013).

negociações, ampliar seu universo de leitores/consumidores (PEREIRA, 2016). Ao longo das décadas de 1900 e 1910, buscando alcançar as fábricas e as periferias da capital, diferentes jornais começaram a dedicar colunas e mesmo seções aos assuntos ‘operários’ e ‘suburbanos’. A cobertura das atividades culturais populares concebidas e desenvolvidas por sociedades recreativas e associações de dança e clubes carnavalescos de bairros do subúrbio e do centro da capital também passou a ocupar espaços das folhas cariocas (PEREIRA, 2016).

Considerando esse cenário de uma imprensa diversificada e em franca expansão e transformação, nesse capítulo, são abordados aspectos da presença do argumento pró-saneamento na imprensa comercial carioca<sup>18</sup>, buscando analisar os diferentes tratamentos dados ao argumento, as abordagens e enquadramentos presentes nos artigos e reportagens sobre o tema considerando as particularidades do posicionamento de cada periódico. A construção desse capítulo também teve como objetivo localizar possíveis estratégias de publicização utilizadas por militantes da campanha de saneamento rural, destacando, sobretudo, os aspectos que influenciaram sua publicização e inscrição no debate público.

### **3.1 O Brasil como um país doente: as repercussões do discurso de Miguel Pereira e a divulgação do Relatório de Viagens**

Conforme nos aponta a literatura, a partir de 1916, trechos e comentários sobre o relatório de Viagem de Belisário Penna e Arthur Neiva ocuparam progressivamente as páginas de jornais de diferentes linhas editoriais. Usualmente, as matérias destacavam o cenário sanitário desolador registrado no relatório, apresentavam dados sobre os adoecidos e enumeravam as doenças encontradas (LUCA, 2001). Segundo Dominichi Sá (2009a), a dimensão e intensidade do impacto do Relatório de Viagem no debate público teria vínculos com a estratégia adotada para sua divulgação, e também com o seu contexto de recepção, caracterizado pela ascensão do nacionalismo diante da I Guerra Mundial. A autora identificou que, no ano de 1916, antes de sua publicação no periódico científico ‘Memórias do Instituto

---

<sup>18</sup> Como apontado no primeiro capítulo, nessa tese, chamamos de ‘jornais comerciais’ aqueles jornais que se organizavam internamente nos moldes de uma empresa capitalista, com uma organização do trabalho caracterizada pela profissionalização de seus trabalhadores, especialização e hierarquização das suas funções, além de contar com uma estrutura econômica mais robusta.

Oswaldo Cruz’, no ano de 1918, Arthur Neiva teria dedicado esforços para a divulgação e circulação do documento entre intelectuais e cientistas daquele período. A partir dessa divulgação, os argumentos contidos nesse documento passaram a ser divulgados em jornais como o *Correio da Manhã* e o *Correio Paulistano* (SÁ, 2009a) e também em outros periódicos como ‘*A Noite*’ e ‘*Jornal do Commercio*’.

Algumas semanas antes das primeiras publicações sobre o relatório de Neiva e Penna, a repercussão de um discurso proferido pelo médico e professor Miguel Pereira na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 10 outubro de 1916, ganharia as páginas dos jornais contribuindo para a dinamização do processo de politização da saúde observado nos anos seguintes (SÁ, 2009b, 2015). Em seu discurso, Miguel Pereira defendia a importância da Doença de Chagas no contexto sanitário brasileiro, cuja magnitude e mesmo existência eram objeto de diversas controvérsias. Com sua icônica afirmação que fora dos limites da capital e de algumas poucas outras cidades, como São Paulo, “o Brasil é ainda um imenso hospital”, Pereira forneceu a imagem que sintetizava de forma aguda a denúncia de um país doente (SÁ, 2009b).

Como era usual no período, o discurso foi reproduzido na íntegra no *Jornal do Commercio* e ganhou destaque em diversos outros periódicos, especialmente no *Correio da Manhã* (SÁ, 2009b, 2015). Um dos jornais que mais tematizou a questão das doenças rurais e se engajou na defesa do argumento de Miguel Pereira foi o periódico vespertino *A Noite*<sup>19</sup>, que em um intervalo de apenas 10 dias estampou em sua capa três vezes o discurso. No dia 17 de outubro de 1916, ‘*A Noite*’ trazia em destaque a frase “Brasil um imenso Hospital”<sup>20</sup>. A matéria, que era ilustrada com a fotografia de mulheres e crianças que seriam das vítimas da “opilação” (Figura 1), afirmava que as palavras de Miguel Pereira eram “a pungente expressão do quadro doloroso que é o Brasil” e defendia que era necessária a organização de uma campanha para a superação desse quadro.

Como recurso para defender a plausibilidade do quadro descrito pelo professor, a matéria transcreveu trechos de um relatório de uma viagem realizada 100 anos antes que

---

<sup>19</sup> O *Jornal A Noite* foi fundado em 1911 por Irineu Marinho. Ao longo da década de 1910 o jornal foi consolidando sua popularidade na capital carioca, com preços mais acessíveis e grandes tiragens. O jornal dedicava atenção a questões da política nacional e da cidade do Rio. Na década de 1910 seu posicionamento político foi marcado pela oposição aos governos de Hermes da Fonseca e aos que se seguiram no período e, na década de 1920, pelo apoio às revoltas tenentistas (ELEUTÉRIO, 2013; BIBLIOTECA NACIONAL, 2014).

<sup>20</sup> O Brasil um imenso hospital: Um novo aspecto da regeneração nacional, uma campanha que precisa ser feita. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 17 out. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1916\\_01735.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1916_01735.pdf)

identificava em diferentes regiões do interior do Brasil uma população adoecida por tuberculose, febres intermitentes, diarreias e outras doenças. Tratava-se do relatório sobre a expedição empreendida entre os anos de 1817 e 1820 pelos naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Von Martius publicado no livro “Reise Brasilien”<sup>21</sup>, cujo fragmento referente a passagem pela Bahia havia sido publicado pela primeira vez em português naquele mesmo ano por ocasião da realização do 5º Congresso Brasileiro de Geografia. Segundo o jornal, a fala de Miguel Pereira sinalizava de forma veemente que o quadro descrito pelos cientistas um século antes não havia mudado.

Figura 1 - Detalhe de capa do jornal A Noite, edição de 17 de outubro de 1916



Fonte: A Noite, 17 de outubro de 1916, p.1.

<sup>21</sup> O zoólogo Johann Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich Philipp von Martius chegaram ao Brasil em 1817 como parte de grupo de cientistas austríacos e bávaros por ocasião do casamento da princesa Leopoldina com Dom Pedro I. A extensa e detalhada pesquisa empreendida por esses cientistas em sua viagem pelo Rio de Janeiro, São Paulo, os sertões de Minas Gerais e Bahia, pelo Nordeste e Amazonia foi registrada no referido livro. (BOLLE; KUPFER, 2019). Bolle e Kupfer (2019) afirmam que o relato de viagens “Reise Brasilien” compõem os textos que forneceram elementos para a construção do conceito de sertão, presente nas obras de interpretação do Brasil.

No dia seguinte, a frase de Miguel Pereira estamparia novamente a capa de *A Noite*, acompanhada de uma entrevista com Arthur Neiva sobre a questão<sup>22</sup>. Nessa matéria, assim como feito com a citação do relatório de Spix e Von Martius, a apreciação de Arthur Neiva é mobilizada como comprovação da veracidade da afirmação de Miguel Pereira, dado que, segundo a matéria, Neiva conhecia “sobejamente o interior do paiz”. Em sua fala, o cientista declarava que a afirmação do professor era “desgraçadamente, uma profunda verdade, mormente para aquelles que conhecem os sertões brasileiros”. Nessa ocasião, Neiva anunciou que em breve seria publicado um relatório produzido junto a Belisário Penna acerca das condições de saúde verificadas nos sertões do país, onde as populações eram devastadas pela malária, pela ancilostomose e pela Doença de Chagas.

Além de anunciar a existência desse relatório, prova da veracidade da assertiva de Miguel Pereira, Neiva propôs que a solução da questão passaria pela criação de um “sub-ministério da Saúde Pública”. Defendo que, para obtenção de melhores resultados, seria necessária a coordenação das repartições de higiene dos estados e municípios a partir de um programa “delineado no centro”. O relatório seria novamente mencionado no dia 27 de outubro quando o jornal publicou sob o título “O Alarmante Estado Sanitário em Nossos Sertões” comentários de Miguel Pereira sobre o seu “retumbante discurso”<sup>23</sup>. A mobilização do relatório como prova da validade do discurso de Miguel Pereira e a utilização da repercussão do discurso como janela de oportunidade para a divulgação dos argumentos do relatório converge com as conclusões de Dominichi Sá (2009a) de que o impacto do discurso teria favorecido a repercussão do relatório e que esse teria se justaposto ao discurso, atuando de forma sinérgica no crescente debate público sobre o saneamento.

Aproximadamente um mês após o discurso de Miguel Pereira, o jornal *Correio da Manhã* dedicaria uma especial atenção ao conteúdo do Relatório de Viagens e ao argumento pró-saneamento. Esse periódico tinha como uma de suas marcas, desde os primeiros anos do século XX, o engajamento em campanhas diversas e uma certa aproximação com camadas menos favorecidas da sociedade, tendo encampado mobilizações contra o aumento da passagem dos bondes na capital, contra os jogos de azar e contra a vacina obrigatória, em 1904 (SODRÉ, 1999; LEAL, 2015). Também ganhavam destaque em suas páginas notícias sobre passeatas, manifestações e outros movimentos coletivos. O *Correio da Manhã*

---

<sup>22</sup> O Brasil um Immenso Hospital! O Dr. Arthur Neiva opina que se devia crear o sub-ministerio da Saúde Pública. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 18 de out. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1916\\_01736.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1916_01736.pdf)

<sup>23</sup> O alarmante estado sanitário em nossos sertões: A margem de um discurso sensacional. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 27 Out. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1916\\_01745.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1916_01745.pdf)



compunha uma frente organizada e heterogênea de oposição reunindo críticos de diferentes tendências. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré (1999, p.347), tratava-se, naquele momento, de um “órgão popular por excelência [...] folha de oposição, vibrante, escandalosa às vezes, veemente, sempre”.

No dia 17 de novembro de 1916, na segunda página do *Correio da Manhã* era publicado o texto “Saneamento dos Sertões”. De autoria de Belisário Penna, o artigo chamava a atenção para a alta prevalência do analfabetismo, das moléstias evitáveis e vícios entre a população nacional. Reverberando o discurso do “eminente Professor Miguel Pereira” que “com autoridade de clínico notável” teria impressionado a nação com suas palavras, Belisário se colocava a disposição para se juntar aos esforços da patriótica campanha contra a miséria, “as moléstias de Chagas, da malária e da ankylostomiase” que afligiam os sertanejos. Ao longo do texto, enumerava, ainda, uma série de outras patologias encontradas ao longo do território nacional durante sua viagem com Arthur Neiva, inclusive nos arredores do Distrito Federal, como nos bairros de Jacarepaguá e Guaratiba<sup>24</sup>.

A esse texto se sucederiam uma série de mais 12 artigos sobre o saneamento dos sertões, publicados entre os dias 19 de novembro e 30 de dezembro daquele ano e outros nos primeiros meses do ano de 1917. Essas publicações apresentavam as impressões sobre outros aspectos da vida e saúde dos sertanejos presentes no relatório de viagens, tais como a descrição das condições de trabalho e vida dos moradores do interior do país. A persistência das relações de trabalho servil, a alimentação insuficiente e a falta de instrução se somavam as endemias como as causas do atraso e da baixa produtividade<sup>25</sup>. Em outro texto, Penna também apresentou uma longa homenagem a herança deixada por Oswaldo Cruz e às ações desenvolvidas por seus discípulos, principalmente, por Carlos Chagas<sup>26</sup>.

A presença dos argumentos pró-saneamento no *Correio da Manhã* não se restringiram aos textos de Belisário Penna, mas compareceriam também em artigos assinados por outros colaboradores bem como em editoriais do jornal. No dia 04 de dezembro, o *Correio da Manhã* afirmava “O Brazil é um paiz doente no sentido literal da expressão”, atribuindo à

---

<sup>24</sup> Saneamento dos Sertões I. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 17 nov. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1916\\_06476.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1916_06476.pdf)

<sup>25</sup> Saneamento do Sertões II. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 19 nov. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1916\\_06478.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1916_06478.pdf)

<sup>26</sup> Saneamento dos Sertões III. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 20 nov.1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1916\\_06479.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1916_06479.pdf)

“fraqueza physica de uma enorme população rural estiolada pelos germens da moléstia” a incapacidade militar e a miséria econômica do país<sup>27</sup>.

Nem todos os periódicos que repercutiram o discurso de Miguel Pereira reproduziram o apoio enfático a suas ideias, como o *Correio da Manhã* e *A Noite*. Como nos aponta Sá (2009a) o debate acerca da imagem do país doente e do Relatório de Viagens fomentou controvérsias e mobilizou críticas e esforços de oposição em periódicos médicos, de letras e em jornais diários da capital e do interior do país<sup>28</sup>. O esforço de mobilizações dos ‘registros científicos’ do Relatório de Neiva e Penna nas páginas do *Correio da Manhã* e do *Jornal A Noite* ocorria em diálogo e resposta às críticas direcionadas a Miguel Pereira e ao seu discurso impressas em outros periódicos.

O tradicional jornal governista ‘*O Paiz*’ (SODRÉ, 1999), apoiou parcialmente a afirmação de Miguel Pereira. Em diversas edições, o periódico buscou relativizar a amplitude do problema sanitário e levantou questões sobre o conhecimento do professor Miguel Pereira sobre a realidade do interior do país. Em 29 de outubro de 1916, em um artigo de capa, o jornal defendia que havia uma “evidente hipérbole” nas declarações atribuídas ao professor. Segundo o artigo, faltavam provas a sua afirmação e apenas sua autoridade de clínico e professor não seria suficiente para validar seu diagnóstico<sup>29</sup>. Na perspectiva do jornal, a campanha pelo saneamento do interior do país era necessária, mas o problema a ser enfrentado não seria tão dramático como o pintado por Miguel Pereira e pelos jornais, dado que, em quase todo o interior, a população seria composta por “homens sadios”, ainda que, em algumas localidades o quadro sanitário fosse precário<sup>30</sup>. O jornal apoiava a criação de um órgão para organizar as ações sanitárias como uma forma de melhor utilizar os recursos destinados para a saúde. Entretanto, segundo o posicionamento do jornal, diferente do proposto por Arthur Neiva, não caberia a criação de um sub ministério, mas uma subsecretaria

---

<sup>27</sup> O Congresso médico de São Paulo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.1, 04 dez, 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1916\\_06493.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1916_06493.pdf)

<sup>28</sup> Segundo a autora a repercussão do relatório de Neiva e Penna motivou até mesmo a criação de uma revista por médicos de Goiás e militares. A Revista Informação Goiana tinha como objetivo ser “um instrumento tanto de crítica sistemática ao relatório Neiva-Penna quanto de defesa da salubridade do Brasil Central” (SÁ, 2015, p. 121).

<sup>29</sup> Qui-pro-quó. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.1, 29 out. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DOCREADER/178691\\_04/33328](http://memoria.bn.br/DOCREADER/178691_04/33328)

<sup>30</sup> Discursos e Trocadilho. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.1, 24 out., 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/178691\\_04/33282](http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/33282)

de saúde pública, subordinada ao Ministério do Interior, que deveria ficar a cargo de um dos discípulos de Oswaldo Cruz, ou de Carlos Chagas<sup>31</sup>.

O *Jornal do Commercio*, principal periódico da elite carioca daquele período, também repercutiu o discurso de Miguel Pereira e se aproximou da defesa do saneamento das áreas rurais. Além de ter divulgado na íntegra o famoso discurso e outras falas proferidas no mesmo evento<sup>32</sup>, o periódico, em sua edição vespertina, celebrou a criação de uma Comissão para elaborar propostas para o problema nacional composta por Miguel Couto, Miguel Pereira, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Carlos Seidl e Afrânio Peixoto<sup>33</sup>. Contudo, esse jornal assumiu um tom mais conservador do que o impresso nas publicações de *A Noite* e do *Correio da Manhã* no que se referia às medidas a serem adotadas pelo governo federal no enfrentamento do problema sanitário. Em 25 de outubro, em artigo de capa sobre o “formoso discurso” de Miguel Pereira, o jornal admitia que o socorro médico às populações doentes do interior do país era uma “das grandes necessidades nacionais”. Porém, convergente com o posicionamento assumido pelo periódico ‘*O Paiz*’, argumentava que a interpretação dada ao discurso do ilustre médico havia sido “demasiadamente larga” e que era necessário “não exagerar”, uma vez que “em todos os estados as zonas depauperadas pelas endemias são mais a exceção do que a regra”<sup>34</sup>.

Assim, assumindo a defesa dos princípios liberais que marcavam a política do período, os artigos publicados nesse jornal condicionavam a adoção de ações para o saneamento à existência de recursos suficientes, defendendo também que essas medidas deveriam ser desenvolvidas respeitando a autonomia dos estados<sup>35</sup>. Ou seja, as ações federais de saneamento não deveriam ferir o arranjo oligárquico. Para fomentar sua posição o jornal veiculou opiniões de médicos e cientistas que defendiam que era possível resolver parcialmente o problema de algumas endemias rurais com ações simples e, principalmente, de baixo custo – sem a criação de novos serviços de saúde ou mudanças na estrutura estatal. Foi

---

<sup>31</sup> Sub-secretaria de Saúde Pública. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.2, 26 out 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DOCREADER/178691\\_04/33303](http://memoria.bn.br/DOCREADER/178691_04/33303).

<sup>32</sup> O Banquete ao Professor Aloysio de Castro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 13 out 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_10/41484](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_10/41484)

<sup>33</sup> O combate a akylostomiase: A palavra do Professor Miguel Pereira ecoou nos centros científicos. *Jornal do Commercio: edição da tarde*, Rio de Janeiro, p.1, 01 dez 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>

<sup>34</sup> *Jornal do Commercio: edição da tarde*, Rio de Janeiro, p.1, 25 out. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>

<sup>35</sup> *Ibidem*.

o caso do artigo de capa publicado em dezembro de 1916 com comentários de Arthur Moses, cientista do Instituto de Manguinhos. Nesse artigo Moses defendia a viabilidade e a importância da realização de uma “campanha econômica”<sup>36</sup>. Segundo o cientista, devido às limitações orçamentárias do país não seria viável resolver todos os problemas sanitários de uma só vez. A profilaxia da tuberculose, por exemplo, apesar de sua importância deveria ficar para “momento mais folgado”. A profilaxia da sífilis e da lepra, por outro lado, poderiam ficar a cargo dos estados, principalmente daqueles considerados “estados ricos”, como Minas Gerais e São Paulo. A ação do governo federal, segundo o entrevistado, deveria ficar restrita a apenas duas endemias: o impaludismo e a ancilostomose. O combate a essas patologias deveria ocorrer pela distribuição de medicamentos utilizando, quando necessário, o serviço postal, dado que na perspectiva do médico, reproduzindo uma visão estigmatizada do povo, seria impossível convencer a população do interior a adotar as medidas profiláticas necessárias, como a utilização de calçados. Por essa perspectiva, “[a] distribuição gratuita de remédios seria medida exequível e econômica”<sup>37</sup>. Como vimos, essas limitações impostas pelo federalismo e pelo argumento do equilíbrio orçamentário eram objeto de críticas do Movimento Pró-Saneamento que relacionava o saneamento com a ampliação do espaço de intervenção do governo federal e a adoção de medidas sanitárias com estratégia para o aumento da produtividade do país. Em síntese, enquanto a proposta que se desenhava entre os integrantes do movimento sanitário propunha uma refundação da estrutura do Estado, seus críticos buscavam caminhos que se adaptassem a ordem estabelecida.

A publicação de artigos e notas sobre a questão do saneamento seguiriam comparecendo de forma esporádica nos jornais ao longo do ano de 1917, com a cobertura das atividades da Comissão da Academia de Medicina<sup>38</sup> buscando formular propostas para a questão do saneamento bem como com a publicação de artigos de opinião e notas sobre a urgência do problema. Como veremos na próxima seção, a partir de 1918 o debate passou por um processo de intensificação e ampliação de interlocutores com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil

---

<sup>36</sup> Pelo Saneamento do Brasil: A prophylaxia pelo tratamento – plano de uma campanha econômica. *Jornal do Commercio: edição da tarde*, Rio de Janeiro, p.1, 06 dez. 1916. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>

<sup>37</sup> Ibidem.

<sup>38</sup> A Comissão foi constituída por proposta de Miguel Couto como forma de elaborar propostas para o problema nacional sinalizado por Miguel Pereira em seu discurso e era composta por Miguel Couto, Miguel Pereira, Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Carlos Seidl e Afrânio Peixoto.

### 3.2 A Liga Pró-saneamento do Brasil e a imprensa

Na segunda metade da década de 1910, diante dos impactos simbólicos da Primeira Guerra Mundial, se observou a ascensão de diversos movimentos de caráter nacionalista no Brasil. Nesse contexto, grupos e correntes de pensamento se organizaram em diversas Ligas que buscavam afirmar caminhos para a formação nacional por meio de campanhas voltadas para temas como a saúde, a educação, o serviço militar, entre outros (HOCHMAN, 1998b). Data desse período, por exemplo, a criação de organizações como a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915), a Liga de Defesa Nacional (1916), a Liga Fluminense contra o analfabetismo (1916) e a Liga Nacionalista em São Paulo (1917). Esse modelo de organização constituiu um dos formatos possíveis de engajamento para diferentes grupos sociais que buscavam intervir politicamente e ampliar seus direitos. Nesse período também foram criadas Ligas operárias, como a Liga do Operariado do Distrito Federal (1912) e Ligas que reuniam movimentos de defesa de direitos civis e sociais para conjuntos específicos da população como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, criada em 1919.

Sobre a intensidade da proliferação de Ligas na capital, a seguinte nota publicada na capa do jornal *Voz do Povo*, em agosto de 1920, é ilustrativa<sup>39</sup>:

Esta cidade está contaminada como uma verdadeira psicose da mania das ligas. Há liga para tudo; das pernas ao pescoço. Liga pró-aliados [...], liga contra a tuberculose, liga contra o analfabetismo, liga do commercio, e agora liga nacionalista. Tudo se liga e vemos tudo desligado. O analfabetismo cresce; a tuberculose mais se alastra e o commercio mais furta, ligado.<sup>40</sup>

Em 11 de fevereiro de 1918, data em que se completava um ano da morte de Oswaldo Cruz, foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, que catalisou esforços de um número significativo de intelectuais, políticos, médicos e outros profissionais, de diferentes áreas e instituições, na defesa do saneamento rural. Entre os associados da Liga constavam alguns nomes ilustres, como o do Presidente Wenceslau Brás, do escritor Monteiro Lobado, do sanitarista João Barros Barreto, do cientista Carlos Chagas, dos médicos Miguel Pereira,

---

<sup>39</sup> Tratava-se de uma nota crítica a atuação insuficiente da liga contra o analfabetismo, destacando que as ações promovidas pela tal liga eram apenas paliativas.

<sup>40</sup> As Ligas. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.1, 14 ago. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00187.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00187.pdf)

Astrogildo Machado, Juliano Moreira, Mário Magalhães, José Paranhos Fontenelle, do médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, dentre outros (BRITTO; LIMA, 1991). A liderança da Liga ficou a cargo de Belisário Penna, que naquele momento já se mostrava um árduo militante da causa do saneamento e atuava como funcionário da Diretoria Geral de Saúde Pública (CASTRO-SANTOS; FIGUEIREDO, 2012).

Partindo do diagnóstico que os problemas de saúde pública seriam “indissolavelmente ligados a todos os problemas nacionais de ordem econômica, política e social”, o programa da Liga defendia a urgência e a legitimidade da intervenção da União nas questões relativas à saúde em todo território nacional. Contrários a autonomia de estados e municípios em relação às questões da saúde pública, defendiam que, com relação à saúde da população, não poderia “haver simples interesse regional ou local [...] devendo haver uma só orientação e uma só ação” (PENNA, 1923, p. 294). Ou seja, defendiam a necessidade de centralização da condução das políticas de saúde no governo federal e a expansão das ações sanitárias para todo território nacional.

À vista dessa perspectiva, o estabelecimento de um código sanitário nacional, com regras gerais sobre questões relacionadas ao saneamento de água e esgotos, a regulamentação das construções urbanas e rurais, da saúde e das relações de trabalho se colocava como imprescindível para a superação da condição de ‘atraso’. Sendo necessário, portanto, melhorar as condições da população no que se referia as “suas habitações, dar-lhes facilidades de comunicações, instrução elementar, educação agrícola e barateamento da vida”, com vistas a superar a improdutividade e garantir o progresso do país (PENNA, 1923, p. 297).

A Liga buscou expandir seu espaço de atuação incentivando o desenvolvimento de delegações estaduais para ampliar a interlocução com governos de municípios e estados, bem como buscou articular junto ao Congresso Nacional apoio para a aprovação de uma legislação que ampliasse a autoridade sanitária federal por meio da criação de um Ministério da Saúde que estruturasse serviços de controle das endemias rurais (BRITTO; LIMA, 1991; HOCHMAN, 1998a).

Relacionada a essa, outra frente de atuação da Liga era composta por atividades voltadas para a ampliação do debate público sobre a questão sanitária, a publicização de seus argumentos e o convencimento público. Assim, tendo o discurso público como estratégia política central, os integrantes da Liga realizavam ações de propaganda por meio de palestras apresentando o quadro sanitário do país em instituições públicas e privadas, da distribuição de panfletos para a população, além de promoverem a publicação de livros e artigos em

periódicos médicos, em jornais e revistas (CASTRO SANTOS, 1985; HOCHMAN, 1998a). A centralidade atribuída à divulgação e propaganda do argumento reformista fica evidente no seguinte trecho do programa da Liga Pró-Saneamento:

**Propaganda activissima, ininterrupta**, precisa ser feita para incutir no espirito de todos os nossos patricios, sobretudo no dos homens públicos, dos literatos, dos jornalistas, dos intelectuais, enfim, que o alcoolismo, a trypanosomiase americana, a malária e a opilação, em vastíssima escala, e outras endemias em menos, são as causas do nosso atraso e da vergonhosa retaguarda em que vamos ficando de outros povos (PENNA, 1923, p. 297, grifo nosso).

Esses esforços de intervenção no debate público surtiram efeitos. Durante os 2 anos de atuação da Liga a presença do debate sobre a questão sanitária em jornais e revistas expandiu significativamente. Multiplicaram-se os artigos de opinião sobre diferentes aspectos do saneamento do país, bem como de notas e reportagens sobre os eventos e palestras promovidos pela Liga. Jornais como *A Noite*, que em 1916 já havia dedicado um espaço significativo para as repercussões do discurso de Miguel Pereira, visibilizaram a criação e as atividades da Liga<sup>41</sup>; <sup>42</sup> e seguiram veiculando cartas e notas de Belisário Penna<sup>43</sup>;<sup>44</sup> e de outros integrantes do movimento.

O aumento da frequência do assunto nos jornais foi acompanhado pela ampliação do número de periódicos que destinaram um espaço para a campanha. A cobertura do então ‘popularíssimo’ *Jornal do Brasil*<sup>45</sup> sobre o tema do saneamento dos sertões brasileiros configura um bom exemplo do impacto da criação e atuação da Liga em alguns jornais. O

<sup>41</sup> Os últimos Bandeirantes. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 25 fev. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02223.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02223.pdf)

<sup>42</sup> Liga Pró-saneamento do Brasil. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3 13 fev. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02213.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02213.pdf)

<sup>43</sup> As alarmantes cifras da mortalidade infantil: as causas dessa calamidade segundo o Dr. Belisário Penna. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3, 4 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02232.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02232.pdf)

<sup>44</sup> Uma face do problema do saneamento da nossa população: a última conferência do Dr. Belisario Penna. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 05 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02233.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02233.pdf)

<sup>45</sup> Nesse período o jornal assumiu como proposta editorial o noticiário popular, se projetando como um diário cujo objetivo era defender os pobres e divulgar suas queixas e reclamações. Buscando ampliar sua base de leitores o jornal publicava temas de interesse popular como o jogo do bicho, atividades de associações carnavalescas, colunas de assuntos policiais e também cobria acontecimentos nos subúrbios da capital (FERREIRA; MONTALVÃO, 2015). Essa postura editorial significou a ampliação do número de seus leitores. Segundo Ferreira e Montalvão (2015) ainda que se aproximasse de reivindicações e buscasse a incorporar entre seus leitores segmentos populares, o jornal não defendia lutas que significassem qualquer ameaça de ruptura com a ordem.

Jornal que desde sua refundação em 1894 se dedicava a tratar sobre questões locais, reclamações de populares sobre problemas da cidade e dos subúrbios, praticamente não fez menção ao argumento do saneamento rural até o ano de 1918. Mesmo o famoso discurso de Miguel Pereira não havia repercutido em suas páginas. Os nomes dos sanitaristas Arthur Neiva, Belisário Penna e Carlos Chagas eram mencionados apenas em “Notas Sociaes”, que noticiavam as viagens internacionais dos cientistas de Manguinhos ou sua presença em jantares promovidos pela Sociedade de Medicina, sem nenhuma menção ao argumento pró-saneamento.

No período compreendido entre 1910 e as vésperas da criação da Liga, o termo ‘saneamento’ usualmente assumia nas páginas do *Jornal do Brasil* o sentido de ‘moralização’, sendo utilizado para caracterizar medidas de combate a crimes urbanos, ações de perseguição a ‘vagabundagem’, de combate a corrupção no serviço público e apenas, ocasionalmente, para se referir a ações de obras urbanas de aterramento ou drenagem com fins de controle de doenças e melhorias ambientais. Por exemplo, na edição de 25 de janeiro de 1917, na seção sobre os casos policiais, sob o título “Ainda bem: começou a ser feito o saneamento do 12º Distrito”, o termo saneamento se referia a retirada de “vagabundos, baderneiros e ladrões de ambos os sexos”<sup>46</sup>.

Em 1918, após a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil o espaço reservado ao debate sobre o saneamento – que naquele momento passava a ser empregado, majoritariamente, para se referir a ações voltadas para a prevenção e cuidados relacionados às doenças endêmicas – aos discursos de Belisário Penna e outros médicos, se ampliaria significativamente. No *Jornal*, ao longo de todo esse ano, foram veiculadas diversas notas sobre a atuação da Liga, como a reproduzida na Figura 2. Suas reuniões, encontros e publicações eram expostas em destaque, muitas vezes, acompanhada de registros fotográficos de eventos e dos seus integrantes. Além da cobertura das atividades da Liga, a publicação de denúncias sobre situações de regiões insalubres, ocorrência de epidemias e o abandono de bairros da capital também se intensificou. Nos anos de 1919 e 1920 a veiculação no *Jornal do Brasil* de discursos, cartas e notícias sobre os problemas sanitários da capital seguiu frequente.

---

<sup>46</sup> Ainda bem: começou a ser feito o saneamento do 12º Distrito. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.2, 25 jan. 1917. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/37063](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/37063)



Figura 2 - Detalhe do Jornal do Brasil com reportagem sobre reunião da Liga Pró-Saneamento do Brasil, 13 de abril de 1918.



Fonte: Jornal do Brasil, p.5, 13 de abril de 1918.

A criação da Liga também foi acompanhada por uma mudança da frequência do tema do saneamento no diário matutino *A Época*<sup>47</sup>. Em 1916, a repercussão do discurso de Miguel Pereira nesse jornal foi tímida. No período seguinte ao evento foram publicadas apenas duas pequenas notas sobre os desdobramentos do discurso na Câmara dos Deputados<sup>48</sup>. Dois anos depois, a criação da Liga foi abordada com entusiasmo em suas páginas – no mesmo dia em que seria realizada a cerimônia de inauguração, o jornal se referiu a criação da Liga como “O maior dos serviços ao paiz”. A nota informava ainda que havia sido enviado para a redação do Jornal um convite especial para a participação do evento. “Entre os nomes que firmam este convite encontra-se o Dr. Belisário Penna”, cuja presença, segundo o jornal, seria “uma garantia do sucesso” que teria a iniciativa<sup>49</sup>.

Assim como no *Jornal do Brasil*, ‘*A Época*’ cobriu regularmente as atividades da Liga, apresentando notas sobre as reuniões dos membros, cobrindo falas, seminários e

<sup>47</sup> *A Época* foi um jornal matutino criado em 1912 no Rio de Janeiro como propriedade de uma Sociedade Anônima. Em seus primeiros anos a oposição ao governo de Hermes da Fonseca marcou o tom de suas publicações, bem como a coexistência em suas páginas de artigos ensaios sobre “cultura e moda galante” com a cobertura de questões sociais e do mundo do trabalho. O Jornal contava com colunas sobre questões operária e uma dedicada aos bairros suburbanos, se aproximando de questões do cotidiano dos cariocas (BRASIL, 2014; MENDONÇA, 2017).

<sup>48</sup> Um tema nacional: A salubridade dos sertões brasileiros. *A Época*, Rio de Janeiro, p.2, 23 nov. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100\\_1916\\_01596.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100_1916_01596.pdf)

<sup>49</sup> O maior dos serviços ao paiz. *A Época*, Rio de Janeiro, p.3, 11 fev. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100\\_1918\\_02040.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100_1918_02040.pdf)

iniciativas em prol do saneamento que, não raramente, ocupavam a capa ou áreas de destaque do jornal. A imagem da Liga como uma cruzada empreendida por homens da ciência, comprometidos com a construção do país era frequentemente mobilizada como estratégia discursiva de defesa da seriedade e importância das propostas do movimento pró-saneamento. Em 14 de junho, texto assinado pelo advogado J. Nogueira Itagyba exemplifica esse recurso retórico. Seu artigo apresentava os médicos herdeiros de Oswaldo Cruz como verdadeiros apóstolos, sacerdotes da medicina experimental, “[os] novos cruzados” da causa do saneamento. Itagyba constrói uma narrativa heroica que teria se iniciado com as expedições dos cientistas de Manguinhos por rios e zonas sertanejas, passando pela descoberta “sensacional” do *Trypanosoma cruzi*, pela conquista “dos ouvidos da opinião” e “dos poderes públicos” pelo discurso de Miguel Pereira, e que se encerrava com a chegada dos médicos e cientistas na organização dos serviços públicos. Para o articulista, a atuação de Arthur Neiva a frente do combate às endemias no Estado de São Paulo era um exemplo do potencial da atuação dos ‘apóstolos de Oswaldo Cruz’ que deveria ser transposta pelo governo federal para todos os estados<sup>50</sup>.

A cobertura das atividades da Liga e a defesa de seu argumento não compareceram apenas nas folhas de jornais, mas também em Revistas, como a Revista do Brasil, dirigida por Monteiro Lobato. O escritor e editor contribuiu destacadamente para a divulgação dos argumentos pró-saneamento e das atividades da Liga. Além de ter publicado uma série de textos sobre a questão do saneamento rural no periódico “O Estado de São Paulo” ao longo do ano de 1918, Lobato também fomentou a publicação de diversos artigos de sua autoria e de outros militantes da causa do saneamento (LUCA, 2001).

Além de ter marcado presença na revista de Monteiro Lobato, o argumento pró-saneamento compareceu também em outras revistas ilustradas<sup>51</sup>. Segundo Saliba (2012), as reflexões sobre o que seria o Brasil e sobre os desafios de construção da nação e da nacionalidade, como os debates sobre eugenia, nacionalismo, educação entre outros, também compareceram nas revistas dedicadas ao humor. O semanário Careta, que tinha como proposta editorial a sátira e o humor, também registrou o apoio a causa da Liga Pró

---

<sup>50</sup> Itagyba, J.N. Os novos cruzados. *A Epoca*, Rio de Janeiro, p.3, 15 jun. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100\\_1918\\_02160.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100_1918_02160.pdf)

<sup>51</sup> A modernização das técnicas de impressão e ilustração possibilitou a introdução de cores e outras inovações gráficas. As revistas dedicavam-se ao debate de temas específicos, com uma profundidade maior que os jornais diários. Se dirigiam a diferentes interesses – existiam revistas para os mais distintos segmentos que abordavam temas como esportes, religião, ‘assuntos femininos’, literatura e ciências (ELEUTÉRIO, 2013).

Saneamento, sinalizando para a amplitude que o debate alcançou. Segundo Sodré (1999, p. 302), com seu repertório eclético e um exímio padrão gráfico, *Careta* foi uma das revistas ilustradas mais populares do período, “sendo encontrada nos engraxates, barbeiros e consultórios”. Em 02 de março de 1918, o artigo intitulado “Assumptos Brasileiros” apresentava a Liga como uma iniciativa patriótica e humanitária. O texto denunciava que os moradores da capital pouco ou nada se interessavam pelas questões nacionais, e que, se o artigo fizesse menção a França ou fosse redigido em inglês teria uma chance maior de prender o interesse do carioca do que a questão do saneamento do sertão. E, concluía, diferente do que poderiam acreditar os leitores, o Brasil não acabava em Cascadura e parte importante dos confortos da vida da capital eram custeados pelo trabalho dos sertanejos<sup>52</sup>.

Ao longo do primeiro semestre de 1918 outras notas iriam expressar o apoio a causa do saneamento dos sertões. Essas notas mobilizaram elementos presentes no relatório de Neiva e Penna, enfatizando as relações entre os arbítrios dos poderes locais, o processo de corrupção das eleições e o adoecimento dos sertanejos. Ainda no campo do estabelecimento de relações entre a condição de abandono, dependência, submissão e o processo de adoecimento dos sertanejos e da nação, em 26 de abril daquele ano, o poema assinado por João Rialto<sup>53</sup> afirmava<sup>54</sup>:

Vae ser saneada a selva Brasileira  
 Medida que se impõe, medida bôa,  
 Que toma emfim a gente gastadeira  
 Após tanto dinheiro gasto á tôa  
 Sigam logo as missões, assim Deus queira  
 Enquanto o entusiasmo não se escoâ  
 Para a vermina vêr, mais a papeira  
 Com quantos páus se faz uma canóá?  
 E surja em pouco tempo o sertanejo?  
 De corpo são e acaso habilitado  
 A traçar garatujas no papel.  
 Pena é que de matar não haja ensejo  
 Do sertão bruto o bicho mais damnado  
 Que é sem dúvida alguma - o coronel.

A Liga também criou e editou seu próprio periódico, a revista *Saúde*. Em suas oito edições, publicadas entre os anos de 1918 e 1920, foram abordados os argumentos científicos

<sup>52</sup> Assuntos Brasileiros. *Careta*, Rio de Janeiro, p.07, 02 mar. 1918. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/careta/careta\\_1918/careta\\_1918\\_506.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_1918/careta_1918_506.pdf)

<sup>53</sup> Que, segundo Sobrinho Neto (2017), era um dos pseudônimos do médico e escritor Edgar Barbosa de Barros.

<sup>54</sup> Rialto, J. O Saneamento do Sertão. *Careta*, Rio de Janeiro, p.8, 26 abr. 1919. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/083712/21375>

sobre as endemias rurais e sobre variados temas associados à higiene, à profilaxia e à educação higiênica que corroboravam com a realização da proposta reformista (BRITTO; LIMA, 1991; CARVALHO; BARRETO, 2016). Segundo Britto e Lima (1991) as edições da revista Saúde publicadas ao longo do ano de 1918 tinham como aspecto comum a publicação de artigos que faziam a defesa política da ampliação das ações de saneamento, com forte teor nacionalista. Já nas edições de 1919, o periódico teria assumido um caráter mais científico. Carvalho e Barreto (2016) chamam atenção para o caráter educativo da publicação que, além de artigos que subsidiavam o argumento pró-saneamento, também continha sessões sobre ciências, como a química, biologia. Nesse sentido, as autoras apontam que para a rede de cientistas e intelectuais que participaram da Liga as medidas de saneamento eram praticamente indissociáveis do ensino das ciências e das medidas higiênicas.

Em 1918, a publicação da obra “Saneamento do Brasil” que reunia diversos textos de Belisário Penna também fomentou o debate público. A primeira parte do livro do sanitarista, denominada ‘Demolição’, reunia todos os artigos publicados no Correio da Manhã entre 1916 e 1917. Na segunda parte, sob o título ‘Reconstrução’, foram reunidos textos com detalhes sobre as doenças de importância nacional como a malária, ancilostomose, o mal de chagas, o consumo de álcool (a endemia do alcoolismo) e também explicações sobre as medidas profiláticas mais adequadas para cada uma dessas patologias. Nessa seção também se encontrava o programa de criação da Liga Pró-Saneamento e um detalhamento técnico sobre a construção de fossas (PENNA, 1923). Os recursos da venda do livro tinham como destino o financiamento das ações da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Assim como as outras atividades relacionadas a Liga e a figura de Belisário Penna, o lançamento do livro foi comentado em periódicos de diferentes espectros – do tradicional *Jornal do Commercio* à *Revista Careta*<sup>55</sup>. No *Jornal do Commercio*, a publicação foi objeto de extensa resenha. Ocupando quase meia página do periódico, a resenha, que iniciava atribuindo a Belisário o “mérito de cientista” e patriota, afirmava que não se tratava de uma obra de esmero literário, mas de “um livro de combate e que vem traçar de modo inteligente um programa de saneamento para a nossa terra” que apresenta “provas” de “sua pesquisa de cientista”<sup>56</sup>.

Os jornais diários também foram espaço para críticas ao argumento pró-saneamento. Assim como o ocorrido em relação ao discurso de Miguel Pereira e à imagem do país como

---

<sup>55</sup> Dous livros novos. *Careta*, Rio de Janeiro, p.28-29, 26 abr. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/083712/19575>

<sup>56</sup> Novos Livros. *Jornal do Commercio*: edição da tarde, Rio de Janeiro, 08 mar 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>

um imenso hospital, elementos da campanha da Liga foram objeto de reações por médicos e, especialmente, políticos ligados às regiões do interior do país. Entretanto, nesse momento, o espaço destinado às controvérsias foi mais restrito do que em 1916. Entre agosto e outubro de 1918, no jornal *A Noite*, por exemplo, foram publicadas cartas enviadas por Octacilio de Albuquerque<sup>57</sup>, nas quais o então Deputado pelo estado da Paraíba acusava que os escritos de Belisário Penna padeciam do mal do exagero e que muitas das patologias que segundo o sanitarista grassavam o Sertão brasileiro já haviam sido controladas<sup>58;59</sup>.

Em alguns casos, o crítico concordava com o argumento do abandono como causa da ocorrência de doenças e com a importância das medidas de saneamento, entretanto discordava da ênfase dada às endemias rurais, sinalizando outros problemas que deveriam ser considerados, como a Sífilis, o alcoolismo e a tuberculose. Por outras vezes, os questionamentos veiculados nos jornais se dirigiam aos aspectos técnicos das medidas de profilaxia para o controle de epidemias e endemias defendidas pelos sanitaristas ou a explicação etiológica presente em seus argumentos.

O debate registrado no *Jornal A Noite* e no *O Imparcial* sobre as causas dos altos índices de mortalidade infantil nos "subúrbios e zonas rurais" do Distrito Federal em 1918 é ilustrativo de uma das controvérsias que permeavam o debate sobre a questão sanitária. De um lado, Belisário Penna enviou cartas aos jornais e ao diretor da DGSP discordando dos médicos que atribuíam à miséria, à falta de higiene e à promiscuidade as causas da mortalidade infantil. Utilizando como recurso de autoridade sua experiência como médico no Posto da Penha, o integrante da Liga Pró-saneamento, afirmava que a pobreza seria um agravante, mas não a causa principal da mortalidade infantil. As verminoses ao causarem surtos diarreicos e outras perturbações gastrointestinais seriam as verdadeiras responsáveis pela morte precoce de crianças. Assim sendo, Belisário defendia que a abertura de postos como o da Penha em todas as áreas do DF para tratar doentes, difundir os ensinamentos de higiene e obrigar a construção de fossas, ou seja, o projeto de saneamento seria a estratégia

---

<sup>57</sup> Médico e político brasileiro que foi prefeito de João Pessoa (1908-1911), deputado federal (1915 a 1920) e senador (1923 e 1924) pelo estado da Paraíba. (SENADO FEDERAL, s.d.)

<sup>58</sup> Pelo Saneamento do Interior. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 24 ago.1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02404.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02404.pdf)

<sup>59</sup> Saneamento rural: escreve-nos o Dr. Octacilio de Albuquerque. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.5, 01 out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02442.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02442.pdf)

adequada para superar o problema<sup>60</sup>. Também no ‘A Noite’ foram publicadas cartas e reportagens de outros médicos questionando essas afirmações de Penna, como a carta do delegado de saúde do 9º distrito, Álvaro Graça argumentando que as medidas propostas por Belisário poderiam resolver a questão das verminoses, mas não a mortalidade infantil<sup>61</sup>, dado que, se as crianças sucumbiam às verminoses seria por conta da miséria e fome que inviabilizava a resposta adequada do organismo, e não o inverso.

A presença de notícias sobre a atuação da Liga, a divulgação de textos e artigos de seus membros em periódicos foi intensa durante seus dois anos de atuação. Em 1920, a Liga encerrou suas atividades após a criação do Departamento Nacional de Saúde (DNSP) que, sob a direção de Carlos Chagas, incorporou muitos dos integrantes da iniciativa em seu corpo técnico. A criação do DNSP representou uma evidente ampliação da autoridade sanitária federal (HOCHMAN, 1998a), porém ficou aquém do almejado pelo movimento pró-saneamento, que defendia a criação de um Ministério para as questões da saúde. No texto “Defesa Sanitária do Brasil”, Belisário Penna expressou sua insatisfação com os limites orçamentários e administrativos decorrentes da Lei que criou o DNSP:

Ella [a Liga Pró-Saneamento] preferia um ministério de Instrução e Saúde Públicas, que não logrou ver aceito. Infelizmente, o Departamento tal como foi orientado, ou melhor, desorientado, não satisfaz absolutamente os seus fins, sobretudo no que diz respeito ao saneamento e prophylaxia rural (PENNA, 1923, p. 299).

Durante o período de atuação da Liga Pró-Saneamento, outro evento contribuiu para amplificar a repercussão dos argumentos em defesa do saneamento – a pandemia de gripe de 1918. Gilberto Hochman (1998a, p. 135) argumenta que a pandemia e seus impactos teriam intensificado a percepção pelas elites econômicas e políticas dos “riscos da doença que se pega” e que essa percepção teria se convertido em apoio por essas elites às iniciativas propostas pelo movimento reformista. Como veremos na próxima seção, a intensificação do debate sobre a questão sanitária ocasionado pelo cenário dramático da pandemia de influenza se articulou com um esforço de divulgação do funcionamento e benefícios dos postos de profilaxia rural da capital como estratégia em defesa do saneamento.

---

<sup>60</sup> As alarmantes cifras da mortalidade infantil: as causas dessa calamidade, segundo o Dr. Belisario Penna. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.3, 04 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02232.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02232.pdf)

<sup>61</sup> As alarmantes cifras da mortalidade infantil. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 06 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02234.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02234.pdf)

### 3.3 Efeitos de uma pandemia e os esforços de divulgação da ação dos Postos de Profilaxia Rural

No final de 1918 ocorreram os primeiros casos da ‘espanhola’ em solo brasileiro. Na capital, entre os meses de outubro e novembro, o número de casos se multiplicou em uma velocidade surpreendente, deixando a maioria da população doente e um número de mortos aterrador. Durante o período de maior disseminação do vírus foram interrompidos diversos serviços essenciais como padarias, mercados, serviços funerários e de manutenção urbana, devido ao elevado número de trabalhadores enfermos (TEIXEIRA, 1993). Podemos entrever o impacto da pandemia de 1918 na vida cotidiana e, por conseguinte, na percepção sobre a questão da saúde, na descrição feita por Pedro Nava dos dias que se seguiram aos primeiros casos no Rio de Janeiro:

Era apavorante a rapidez com que ela ia da invasão ao apogeu, em poucas horas, levando a vítima às sufocações, às diarreias, às dores lancinantes, ao letargo, ao coma, à uremia, à síncope e à morte em algumas horas ou poucos dias. [...] Aterrava a velocidade do contágio e o número de pessoas que estavam sendo acometidas. Nenhuma de nossas calamidades chegara aos pés da moléstia reinante: o terrível não era o número de casualidades - mas não haver quem fabricasse caixões, quem os levasse ao cemitério, quem abrisse covas e enterrasse os mortos. O espantoso já não era a quantidade de doentes, mas o fato de estarem quase todos doentes, a impossibilidade de ajudar, tratar, transportar comida, vender gêneros, aviar receitas, exercer, em suma, os misteres indispensáveis à vida coletiva. (Nava, 1989, p.199 apud Teixeira, 1993)

Além do impacto na percepção sobre o risco de adoecimento apontado por Hochman (1998a), a epidemia também contribuiu para a legitimação das propostas de mudança na política de saúde por meio do reconhecimento da atuação dos próprios integrantes da Liga na organização da resposta à pandemia na capital. Inicialmente, as ações públicas frente aos primeiros casos de gripe na cidade do Rio de Janeiro foram marcadas por controvérsias sobre a etiologia e forma de transmissão da doença, pela minimização da gravidade dos efeitos pandemia na capital e também por uma ausência de coordenação das ações de profilaxia. O aumento vertiginoso do número de casos e óbitos foi atribuído por parte da imprensa à condução de Carlos Seidl à frente da DGSP. A crise significou sua substituição por Theophilo

Torres e posteriormente, a nomeação de Carlos Chagas para a condução da DGSP (GOULART, 2005; KROPF; LACERDA, 2009).

Sob o comando de Carlos Chagas foram ampliados os hospitais emergenciais e postos de atendimento em diferentes regiões da cidade (GOULART, 2005; KROPF; LACERDA, 2009). Pelos jornais foram convocados profissionais da saúde para se juntarem aos esforços de combate a gripe. De acordo com Goulart (2005), a atuação de Carlos Chagas na condução da resposta à epidemia de gripe acabou por contribuir para o processo de mitificação do legado de Oswaldo Cruz e de seus herdeiros, ampliando o poder político e simbólico dos integrantes da Liga Pró-Saneamento. Esses, desde o período de Oswaldo Cruz já vinham ocupando espaços institucionais e atuavam em cargos públicos. Belisário Penna, o principal publicista da defesa do saneamento, desde 1914, atuava como inspetor sanitário nos subúrbios da capital e, em 1916, foi responsável pela criação do primeiro posto de profilaxia rural do subúrbio carioca – inicialmente localizado na região de Vigário Geral e depois transferido para a região da Penha. Em 1918, o sanitarista passou a ocupar a direção do Serviço de Profilaxia Rural (CARVALHO, 2019). Criado no início daquele ano, esse serviço era diretamente vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e representava a institucionalização de parte do pleito da Liga Pró-Saneamento uma vez que permitia a atuação do governo federal, por meio da assinatura de acordos de cooperação com os estados (HOCHMAN, 1998a).

Durante o período de vigência da pandemia foram frequentes as notas sobre a organização dos serviços contendo descrições do número de atendimentos aos acometidos pela influenza nos Postos de Profilaxia e em outros hospitais temporários. O jornal 'A Noite', por exemplo, em 28 de outubro de 1918, apresentou sob o título "Uma visita a alguns postos médicos nos subúrbios" o relato elogioso da atuação dos postos de Irajá e de Madureira no atendimento aos infectados pela gripe, apresentando o número de atendimentos médicos realizados nos postos e em domicílio<sup>62</sup>.

Após a pandemia, reportagens como essa, sobre o funcionamento dos Postos de Profilaxia na capital, bem como de outras ações de saneamento e controle de endemias seguiriam ocupando espaços em jornais como o Jornal do Brasil, O Jornal, A Noite, A Época e O País, fomentando o debate público sobre o saneamento. Após a criação do Serviço de Profilaxia Rural, em 1918, ocorreu um crescimento do número de postos de profilaxia na

---

<sup>62</sup> Uma visita a alguns postos médicos nos subúrbios. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.4, 28 out. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02469.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02469.pdf)



capital federal. Ao posto da Penha somaram-se os postos de Pilares, Madureira, Jacarepaguá, Gávea, Ilha do Governador, Bangu, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz. Cada um desses serviços contava com médicos, material para análise de amostras, microscopista, um profissional administrativo, guardas sanitários e trabalhadores para atuar nos serviços de abertura de valas e sarjetas.

Entre os serviços ofertados nos postos estavam a prevenção e tratamento de verminoses, a oferta de tratamento para outras doenças aos ‘desvalidos’, atendimento domiciliar e a propaganda higiênica com a distribuição de materiais impressos e palestras. As medidas de prevenção englobavam ações individuais, tais como o rastreamento de infectados por verminoses por meio da realização de exames de fezes, bem como intervenções no ambiente, tais como abertura de valas, drenagem de pântanos dentre outras (CARVALHO, 2019). Segundo Carvalho (2019), em muitas das regiões onde funcionavam os serviços as medidas adotadas tiveram impacto significativo, tendo contribuído, em alguns casos, para a valorização de terrenos nessas regiões.

No periódico diário *O Jornal*, criado em meados do ano de 1919, foi recorrente a presença de notas e reportagens sobre os postos de profilaxia rural. A cada 3 ou 4 dias, em média, o jornal dedicava uma coluna, por vezes, na capa, para a cobertura do funcionamento desses serviços de saúde, detalhando o número de pessoas tratadas de verminoses e impaludismo, informando dados sobre as vacinações e exames realizados, fossas construídas, casas vistoriadas, multas aplicadas e valas abertas<sup>63;64;65;66</sup>. Exemplificam essas publicações os recortes apresentados na Figura 3. Além de apresentar dados de seu funcionamento o jornal defendia reiteradamente a “necessidade de intensificar na maior escala possível a ação de combate contra as terríveis endemias que assolam o Distrito dotando o Serviço de Prophylaxia de todos os elementos necessários para esse fim”<sup>67</sup>.

---

<sup>63</sup> O saneamento do Rio: serviços prestados pelo posto da Gavea e Tijuca. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.3, 01 ago. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/2704](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/2704)

<sup>64</sup> O Saneamento Rural: synthese dos trabalhos da Prophylaxia Rural no 1º semestre. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 9, 19 jul. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/2550](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/2550)

<sup>65</sup> Prophylaxia rural: posto de Bangú. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.6, 03 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/110523\\_02/435](http://memoria.bn.br/DocReader/110523_02/435)

<sup>66</sup> A Prophylaxia rural: posto da Penha. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.11, 07 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/488](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/488)

<sup>67</sup> O combate às verminoses. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.1, 24 jun. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/2226](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/2226)

Visitas de autoridades aos postos de profilaxia da capital e outros serviços de saúde também se convertiam em oportunidades para diretores e inspetores relatarem os trabalhos desenvolvidos para imprensa. Em março de 1918 a visita do presidente Venceslau Brás ao posto da Penha foi noticiada pelos jornais A Época<sup>68</sup> e A Noite<sup>69</sup>. A reportagem sobre a ilustre visita descrevia o número de pacientes em atendimento e enumerava aqueles que seriam os resultados alcançados pelo serviço, defendendo a urgência do “saneamento do interior do Brasil”<sup>70</sup>.

Figura 3 - Recortes de reportagens sobre os Postos de Profilaxia Rural publicados no 'O Jornal', 1919,1920.



Fonte: O Jornal, 03/02/1920, 07/02/1920; 01/08/1920; 24/06/1920

Em março do ano seguinte ganhou destaque a visita de Paulo de Frontin, então prefeito do Distrito Federal, às ruas dos bairros da Penha, Olaria, Ramos e Bonsucesso. Segundo a reportagem publicada no Jornal do Brasil, a situação observada fazia jus as queixas

<sup>68</sup> O chefe de Estado desceu de Petrópolis: A visita de s. ex. ao Posto de prohylaxia de Ankylostomiase na Penha. A Época, Rio de Janeiro, p. 2, 26 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100\\_1918\\_02082.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720100/per720100_1918_02082.pdf)

<sup>69</sup> O Sr. Presidente da República impressiona-se com o estado sanitário do interior do Brasil: S. Ex. visitou hoje o posto de saúde da Penha. A Noite, Rio de Janeiro, p.2, 25 mar. 1918. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1918\\_02253.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1918_02253.pdf)

<sup>70</sup> Ibidem.

e protestos proferidos pela população daquela localidade de um "criminoso abandono" da zona rural da capital pelos poderes municipais e federais. Endossando as razões da indignação popular, os membros da comitiva teriam ficado horrorizados com a situação observada, que segundo o jornalista que acompanhou a visita, "[p]eor não poderia ser". Na ocasião, por convite de Belisário Penna, a comitiva realizou uma visita ao posto de Prophylaxia Rural da Penha dirigido pelo Dr. Raul de Magalhães, que prestou informações sobre a febre amarela na região da Leopoldina e detalhou as medidas que estavam sendo adotadas por aquele serviço<sup>71</sup>. No dia seguinte, o Jornal dedicaria duas colunas para a reprodução da fala de Belisário Penna sobre o plano de saneamento rural e sua proposta de construção de fossas nos subúrbios da capital como a melhor forma de combate a ancilostomose<sup>72</sup>.

O esforço de publicizar as ações dos serviços de profilaxia e a pauta do saneamento em eventos oficiais é ilustrada na reportagem publicada pelo Jornal do Brasil a respeito da visita de membros da imprensa à inauguração do Hospital Oswaldo Cruz, em 1919, no município de Mendes:

No trem, quando voltamos ainda impressionados com a magnífica instalação do primeiro Hospital de Saneamento, o illustre Dr. Belizario Penna, chefe do serviço, vinha nos dando informações sobre o brilhante resultado de sua campanha, entre nós, que julgamos de muito interesse para nossos leitores. Nas sedes dos postos e em domicílio foram tratadas até 30 de julho do corrente anno 28.806 opilados, 27.526 outras verminoses, em ancylostomose; 10.049 impaludados, 15.134 grippados, (1.867 em domicillio) e 25.622 de outras moléstias, num total de 92.198 pessoas com 135.20 consultas. Fizeram-se 10.793 vacinações e revacinações, 6.605 injeções de quinina e 1.943 outras substâncias, várias operações e pequenas cirurgias e curativos. [...]. Eis o que vimos e soubemos do benemérito serviço de prophylaxia rural, tendo feito tanto bem ao nosso espírito o convívio de algumas horas com os apóstolos do saneamento que marcamos com uma pedra banca.<sup>73</sup>

Além das reportagens e entrevistas sobre os postos protagonizadas por Belisário Penna, então chefe do Serviço de Profilaxia, também é possível localizar que médicos e diretores desses serviços também se articulavam com membros da imprensa e enviavam regularmente os resultados dos trabalhos desenvolvidos nos postos para os jornais. Em 30 de

---

<sup>71</sup> O Sr. Prefeito na zona rural: A visita aos subúrbios da E.F. Leopoldina. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.6, 24 mar 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/45084](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/45084)

<sup>72</sup> A prophylaxia rural do districto: como o prof. Belizario Penna vae resolver o problema. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.5, 25 mar. 1916. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/45095](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/45095)

<sup>73</sup> Serviço de Prohylaxia Rural: O Hospital Oswaldo Cruz. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.7, 03 ago. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/030015\\_03/46203](http://memoria.bn.br/docreader/030015_03/46203).

março, por exemplo, o jornal A Noite veiculava entrevista feita com Dr. Raul de Almeida Magalhães inspetor sanitário que naquele momento chefiava a comissão de saneamento do estado do Maranhão (Figura 4). Em sua entrevista o médico detalhava a lógica de funcionamento dos postos, destacando sua forma de organização, o papel de cada membro da equipe, a importância das visitas domiciliares e da construção de fossas para o controle das endemias<sup>74</sup>.

Figura 4 - Detalhe de capa Jornal A Noite



Fonte: Jornal A Noite, 30 de março de 1919.

### 3.4 Em busca da formação de uma consciência sanitária nacional: o discurso público como ato político sanitarista

Como procuramos discutir nesse capítulo, a disputa pública dos sentidos e valores compartilhados sobre os processos de adoecimento e as definições de responsabilidades de

<sup>74</sup> Os frutos de uma grande obra: um anno de campanha sanitária. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 20 mar 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1919\\_02619.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02619.pdf).

Estado constituiu um momento central da atuação do Movimento Pró-saneamento da Primeira República. A análise dos principais periódicos comerciais em circulação no Rio de Janeiro apontou que entre o discurso de Miguel Pereira, em 1916, e a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1920, a interpretação que repunha a saúde como tema central para a formação nacional e a compreensão da centralidade do papel do governo federal no combate às endemias rurais e na organização dos serviços de saúde se sedimentou no debate público, antecipando a consolidação do aparato institucional.

No processo de ampliação do debate público sobre o saneamento, diferentes aspectos da Reforma Sanitária em curso naquele período foram mobilizados nas páginas da imprensa carioca. Além dos eventos de grande repercussão na imprensa já identificados pela literatura como centrais para a publicização e politização do argumento pró-saneamento<sup>75</sup> – o discurso de Miguel Pereira, em 1916, a divulgação do relatório de viagens a partir daquele mesmo ano e as ações da Liga Pró-Saneamento, entre 1918 e 1920 (Hochman, 1998b; Sá, 2009b; a, 2015) – destacamos que a análise dos jornais comerciais cariocas possibilitou a identificação de outros processos que fomentaram o debate público. Notadamente, no contexto da pandemia de influenza em 1918, a expansão dos serviços de profilaxia rural nos subúrbios da capital e a entrada de figuras centrais do movimento pró-saneamento, sobretudo Carlos Chagas e Belisário Penna, em posições essenciais da administração da saúde pública do governo federal forneceram elementos que ampliaram o espaço para o debate sobre o saneamento na imprensa. A atuação desses serviços, o número de atendimentos, seus resultados foram propagandeados e defendidos em diferentes folhas.

Em síntese, no complexo e fecundo contexto histórico da Primeira República, caracterizado por mudanças políticas intensas, uma ativa geração de sanitaristas marcou presença na cena pública problematizando seus argumentos na imprensa nacional no momento de ampliação da ação estatal sobre a saúde. Suas proposições sobre as relações entre doença e política encontraram ouvintes e debatedores. Dentre esses, se encontrariam jornalistas, críticos, políticos e grupos populares dispostos a acolher, criticar e repercutir a interpretação de nação e as propostas de redenção do país elaboradas pelo movimento sanitário. Como analisou Gilberto Hochman (1998a, p. 244), “poucas vezes, na experiência republicana brasileira, a saúde pública foi objeto de tamanha atenção do governo e da opinião pública”.

---

<sup>75</sup> Gilberto Hochman (1998b) localiza três marcos cronológicos da atuação do movimento pelo saneamento rural – o discurso de Miguel Pereira em 1916, o impacto público da divulgação do Relatório de Viagens de Neiva e Penna e a atuação da Liga Pró-Saneamento do Brasil.

Sem dúvida, como já destacado pela literatura, Belisário Penna protagonizou parte significativa das ações de divulgação do argumento pró-saneamento rural, atuando como o grande ‘apóstolo do saneamento’<sup>76</sup> que defendia o saneamento rural em discursos nos mais diversos espaços públicos como praças, cinemas e clubes (Lima, 2013; Castro Santos e Figueiredo, 2015) buscando na imprensa também um espaço para suas pregações. A análise dos periódicos, entretanto, nos permitiu localizar um circuito mais amplo de figuras, que mesmo não compartilhando da mesma intensidade e visibilidade pública de Belisário Penna, se engajaram no esforço de publicização e defesa do tema. Artigo assinado por Claudio Ganns, em 1918, sobre o discurso de Azevedo Sodré na Câmara dos Deputados<sup>77</sup> chamava atenção para a diversidade de atores envolvidos na campanha pró-saneamento:

Essa cruzada, pois, já vem vindo de longe, pela voz autorizada dos cientistas como Oswaldo Cruz, Carlos Chagas, Pacheco Leão, Arthur Neiva e Belizario Penna, que reuniu em torno dela médicos como Miguel Couto, Afrânio Peixoto, Plácido Barbosa e Antonio Leão Vellozo, e **interessou publicistas, como Azevedo Amaral, João Ribeiro, José Maria Bello, Assis Chateaubriand, Mario Brant, Jackson de Figueiredo e sobretudo Monteiro Lobato**, nos magistrais artigos publicados em S. Paulo, acaba felizmente de repercutir de novo no seio do Parlamento Nacional por intermédio de que é bastante para erguel-a ainda mais alto, como o mesmo objetivo que fizera Miguel Pereira – o campeão dessa campanha patriótica-dizer modestamente, entrevendo os efeitos e a irradiação da sua se sua palavra comunicativa, que a sua phrase, já celebrizada – o Brasil é um vasto hospital – fora unicamente a última gotta que transbordará o cálice já cheio das amarguras sertanejas.<sup>78</sup>

Os publicistas enumerados por Claudio Ganns atuavam nos diversos jornais que tematizaram a questão do saneamento e se engajaram na divulgação e defesa do argumento sanitaria. Azevedo Amaral, após 1916, atuou como editor do *Correio da Manhã* e *d’O País*, já Assis Chateaubriand nesse período era colaborador do *Correio da Manhã*, João Ribeiro, historiador, escritor de livros didáticos e professor do Colégio Pedro II, escrevia regularmente

---

<sup>76</sup> Diferente autores como Lima (2013) e Castro Santos e Figueiredo(2015) mobilizam a imagem da atuação pública de Penna registrada por Pedro Nava em suas memórias. O médico e escrito caracteriza Belisário Penna afirmando que “[n]ão se sabia onde acabava o apóstolo e começava o charlatão; onde terminava o higienista e principiava o caixeiro-viajante do vermífugo, naquela bolinha humana de largura igua à altura que percorreu o Brasil como uma espécie de pregador, de mestre, de camelô, de messias, de orador popular, de empresário e redentor [...]”.

<sup>77</sup> O Deputado Azevedo Sodré, médico e membro da Liga-Pró-Saneamento, defendeu enfaticamente a proposta do saneamento na Câmara Federal. Em agosto de 1918, Sodré apresentou um projeto que previa a criação do Ministério da Saúde no Congresso Nacional. Sua proposta conferiria ao governo federal autonomia para atuar em todo o território nacional. Essa proposta de Sodré foi derrotada na Câmara sob o argumento que esse desenho violava a autonomia dos estados (HOCHMAN, 1998a).

<sup>78</sup> Saneamento do sertão: notas à margem de um discurso. *Jornal do Commercio (edição da tarde)*, Rio de Janeiro, p.4, 20 jul. 1918. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>

para imprensa, Mario Brant, nesse período colaborava com A Noite e com O Imparcial e fundou o jornal Estado de Minas em 1919 e Jackson de Figueiredo era colaborador d'O Jornal.

Alguns elementos identificados nesse capítulo, como o registro do envio de cartas para as redações de diferentes jornais com comentários sobre a questão sanitária e convites para as atividades da Liga Pró-Saneamento e, posteriormente, para visitas oficiais e inaugurações de novos serviços, sinalizam que os militantes pró-saneamento se articularam à imprensa por meio de suas redes de sociabilidade buscando ampliar o alcance de seus argumentos. Essas iniciativas sinalizam para a utilização da comunicação como instrumento político, intrínseca ao esforço daqueles reformistas para a efetivação de mudanças institucionais para a saúde pública.

Nesse sentido, podemos considerar que as práticas dos integrantes do movimento pró-saneamento se aproximava do conceito de 'intelectuais mediadores', tal como proposto por Gomes e Hansen (2016, p. 10), como "homens de produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social". Tais figuras, tinham na imprensa, mas não somente, um dos espaços de divulgação de suas formulações para o público não especializado como forma de intervenção na realidade. E, assim como nos propõem as autoras, sujeitos históricos que "podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam, não sem distinções, ainda que historicamente ocupem posição de reconhecimento variável na vida social" (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10).

Uma conferência feita por Belisário Penna poucos anos depois do período da atuação da Liga Pró-saneamento do Brasil, em 1921, e transcrita no jornal do Commercio, corrobora com a percepção de que ao menos para Belisário a intervenção no debate público tinha como propósito, não apenas o convencimento de uma minoria, mas se dirigia a população buscando a formação de uma consciência pública ampliada sobre o saneamento<sup>79</sup>. Na conferência "Oswaldo Cruz e a Consciência Sanitária Nacional"<sup>80</sup>, após realizar uma descrição da trajetória do homenageado, o sanitarista afirmou que Oswaldo Cruz teria sido "o ponto de partida, o centro de irradiação da maior e mais transcendental conquista da nossa nacionalidade – a formação da 'Consciência Sanitária'". Essa consciência, segundo Belisário,

---

<sup>79</sup> Oswaldo Cruz e a Consciência Sanitária Nacional. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p.3, 12 fev. 1921. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/364568\\_11/763](http://memoria.bn.br/DocReader/364568_11/763)

<sup>80</sup> Dirigida à Liga Nacionalista e ao Grêmio Oswaldo Cruz em São Paulo.

quando alcançasse “todas as classes da sociedade brasileira” passaria a constituir o “alicerce sólido da nacionalidade” e daria “solução rápida a todos os múltiplos problemas nacionais”. Providos dessa consciência cada indivíduo aprenderia a “defender-se das doenças para preservação da saúde, e a colectividade [saberia] exigir dos dirigentes as medidas de saneamento do meio para correção dos fatores climatéricos que favorecem a vida e a proliferação de parasitos pathogenicos”.

Cabe destacar que, de forma geral, os diferentes sujeitos que atuaram na Liga Pró-Saneamento se dirigiam aos diferentes grupos populares projetando uma relação de tutela, atribuindo ao povo uma condição de incapacidade relativa, de minoridade moral e intelectual, um povo que, abandonado, precisava ser resgatado e regenerado. Tratava-se, em alguma medida de incutir um ‘conhecimento elaborado’ sobre ‘uma camada de ineptos’ definindo uma condição pedagógica autoritária e elitista. Em que pese a presença dessa visão absolutamente estigmatizante do popular na interpretação base do movimento sanitaria (compartilhada por toda uma geração de homens de ciência, intelectuais e políticos do período), suas ações voltadas ao debate público se endereçavam a população como uma forma de ampliar a legitimidade das intervenções sanitárias, ou seja, a compreensão do povo era considerada como um aspecto incontornável para a realização da reforma sanitária pretendida. Como afirmou Belisário Penna, fomentar no povo a ‘Consciência Sanitária’ significava tanto um aprendizado sobre os cuidados necessários para a prevenção de doenças (uma educação sanitária) como também uma formação política na qual os diferentes grupos da sociedade passassem a reconhecer as responsabilidades dos governantes, e a reclamar por elas. Em alguma medida, fomentar uma ‘consciência sanitária’ se colocava como uma forma de superar a ausência de legitimidade da saúde pública que alguns anos antes havia composto o complexo contexto da Revolta da Vacina.

Entre 1916 e 1920, a opinião pública constituiu um momento incontornável para alavancar as transformações institucionais pretendidas. Como apontamos no capítulo 01, em nossa perspectiva de análise, as transformações políticas são indissociáveis do conjunto de ideias e crenças que define as interpretações de mundo – e, nesse processo, os diferentes grupos populares não recebem passivamente as informações divulgadas, mas atuam ativamente na conformação do debate público. Dessa forma, suas concepções de mundo, suas perspectivas importam para os rumos e termos do debate e dos projetos institucionais, ainda que muitas vezes com os limites impostos pela sua condição desigual de acesso aos meios para vocalização de suas perspectivas.



Não obstante, a constatação das repercussões públicas do argumento pró-saneamento, do debate entre os intelectuais e sua presença nos grandes jornais da época, expondo o vínculo entre doença, abandono e atraso, o sentido político que a saúde assumia para as camadas não reconhecidas como parte integrante das elites não têm sido objeto de atenção da produção acadêmica. A invisibilização da ação política de diversos grupos sociais populares tem caracterizado uma parcela importante das produções sobre a história da saúde. Em que pese a consideração das limitações e constrangimentos impostos pela concentração de poder, a desigualdade de fala e a exclusão dos pobres, das mulheres, da população negra, dos trabalhadores e trabalhadoras, dos espaços de decisão formal que caracterizaram a Primeira República, existia, especialmente na capital, uma diversidade de experiências de participação popular para além dos espaços oficiais (CARVALHO, 2001; GOMES, 2014).

A riqueza das experiências políticas de diferentes grupos sociais periféricos durante a Primeira República tem sido revelada por estudos do campo da história social que têm identificado o envolvimento de trabalhadores, moradores do subúrbio, mulheres e negros, especialmente, mas não exclusivamente na capital do país, em associações, ligas, grêmios e sindicatos que buscavam intervir na esfera pública diferentes temas como educação, cultura, alimentação, moradia, estrutura urbana e saúde pública (BATALHA, 2003; GOMES, 2005b, 2005a; MACIEL, 2008, 2016, 2017; MENDONÇA, 2017; BARBOSA, 2017). Essas produções identificaram que no contexto de ampliação da cultura letrada observado no início do século, os jornais e revistas abrigaram estratégia e expressão de diversos projetos e ações para a intervenção no mundo por diferentes grupos populares.

Assim, diante da observação da intensidade do debate sobre o saneamento e a saúde na imprensa, da expansão da cultura letrada observada naquele período na capital do país (SÁ, 2006), do reconhecimento da existência de um engajamento popular, da identificação de um periodismo periférico crescente (MACIEL, 2008, 2016, 2017; MENDONÇA, 2017) e da compreensão da legitimação pública e do debate público como constitutivos dos processos de mudança histórica (SEWELL JR., 1985; FONTANA, 1993; WILLIAMS, 2015), identifica-se algumas questões a serem investigadas sobre o período. Como os argumentos sanitaristas compareceram nos periódicos publicados e organizados por grupos populares? Como as novas ideias de organização da saúde e do papel do Estado na questão sanitária foi recepcionada entre grupos populares organizados? Em que medida, movimentos e associações populares e trabalhistas, parte de grupos sociais subalternos, incorporaram, reformularam, dialogaram ou se opuseram à interpretação/projeto de nação e às ações e intervenções orientadas por essa

proposta? Contrapondo-se ao princípio de uma recepção passiva ao que era afirmado pelos sanitaristas, é possível localizar divergências e formulações alternativas produzidas por grupos populares? Quais os sentidos que foram atribuídos por sujeitos pertencentes a esses grupos sociais, classificados no olhar daqueles sanitaristas como os ‘abandonados’, sobre sua situação sanitária, sobre as propostas de intervenção e sobre o diagnóstico presente no movimento pró-saneamento?

## 4 ANTECEDENTES: SAÚDE, ADOECIMENTO E POLÍTICA EM PERIÓDICOS POPULARES (1900 E 1916)

### 4.1 Periodismo popular no contexto da Primeira República

Os estudos que alegam que o cenário político da Primeira República foi marcado pela ausência da ação política de grupos populares têm como parte de sua base argumentativa, não raramente, as altas taxas de analfabetismo entre a população brasileira naquele momento. Por essa perspectiva, o iletramento, uma das mazelas herdadas da escravidão, seria parte do quadro que justificaria a ausência de capacitação, interesse rarefeito e a não participação na vida política. Como mencionado no capítulo 01, Castro Santos (1980) utiliza a ausência de ‘produção literária’ por pessoas comuns sobre a saúde como evidência da ausência da participação da sociedade civil na reforma sanitária da década de 1920.

Decerto que o analfabetismo era a realidade de aproximadamente 70% da população brasileira em 1920, caindo para 56% em 1940 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007). Na cidade do Rio de Janeiro, no entanto, a proporção da população letrada era maior do que a observada no restante do país. Na capital, a ampliação da rede potencial de leitores se deu de forma mais intensa, assim como o desenvolvimento de produções culturais escritas por diferentes iniciativas populares (SALIBA, 2012). Acompanhando a ampliação do número de leitores e a busca pelos jornais comerciais de ampliar seus consumidores com a incorporação de novos temas, no período, ocorreu uma multiplicação e pluralização de experiências de produção de periódicos por diferentes grupos da população carioca.

A imprensa do período não se restringia às publicações comerciais como aquelas analisadas no capítulo anterior. Pesquisas no campo da história social da imprensa vêm identificando que, especialmente na capital do país, uma rica produção de publicações impressas “por e para” trabalhadores (MACIEL, 2016). Essa ampliação da produção de periódicos por diferentes categorias e organizações de trabalhadores, com objetivos diversos, transcorreu em um momento decisivo na formação da classe trabalhadora no país enquanto ator político. Esse processo, segundo Angela Castro Gomes (2005, p.25), refere-se a “um fenômeno político-cultural, capaz de articular valores, ideias, tradições e modelos de

organização”. Batalha (2003) nos aponta que naquela conjuntura histórica esse processo resultou da combinação de determinações objetivas, relacionadas à mudanças no modelo de produção – o crescimento industrial, a ampliação do número de trabalhadores por fábricas e oficinas –, com elementos simbólicos, relacionados à construção de uma autoimagem coletiva, uma identidade compartilhada por trabalhadores.

Nesse momento inicial da formação da classe trabalhadora brasileira diversos projetos políticos competiam pelo monopólio da definição da identidade operária e promoveram pequenas e expressivas ações de resistência, organizadas em diversas experiências associativas (GOMES, 2005a). Na virada do século XIX para o século XX, esses movimentos desempenharam diferentes papéis na trajetória do movimento operário e contribuíram para a construção da autoimagem do trabalhador brasileiro e também para a formação de suas diferentes formas de organização e luta política (BATALHA, 2003; GOMES, 2005a). Dos socialistas clássicos, que deram o tom das iniciativas operárias nos primeiros anos do século XX, aos anarquistas, passando pelos sindicalistas revolucionários e comunistas, é possível dizer que, mesmo guardadas suas diferenças teóricas e de organização da lutas dos trabalhadores, todos na produção de jornais uma importante estratégia de ação política (BATALHA, 2003; TOLEDO, 2013).

No entendimento de Laura Antunes Maciel (2008, 2016, 2017), para esses grupos políticos a produção de jornais constituiu um instrumento de mobilização, reivindicação, formação de identidades e construção de memórias. Questionando as análises que apontam para a total ausência de outros grupos sociais para além de uma elite intelectual e política nos processos de transformação histórica, esses estudos apontam para a existência de uma “pluralidade de locais e sujeitos históricos que, por meio da imprensa, buscaram construir espaços de crítica, liberdade e resistência” (MACIEL, 2008, p. 01). Sobre a imprensa escrita por trabalhadores nesse período, a autora afirma ainda que “é possível reconhecer uma intensa militância como formadores ou propagandistas de ideias de liberdade, direito e cidadania, e lutas pela universalização de ideais humanistas ou cientificistas, além da publicidade a diferentes projetos políticos e sociais” (MACIEL, 2017, p. 72).

A criação e ampliação de espaços para a vocalização dos anseios de grupos de trabalhadores não se deu sem reações. A perseguição aos periódicos operários durante a Primeira República passava por ações de deslegitimação simbólica, por meio da atribuição de termos pejorativos a essas produções, pela repressão formal, como censura, e até pela coerção direta por meio de violentos ataques policiais, que culminaram, por diversas vezes, no

empastelamento das redações dos jornais operários. Após as expressivas greves de 1917 e 1918 a repressão contra as iniciativas de movimentos operários e de trabalhadores, aí incluídos seus jornais e publicações, se intensificou significativamente (SODRÉ, 1999).

A atuação política por meio da publicação periódica não se restringia às ações desenvolvidas no âmbito da luta operária e sindical. Flávio Gomes (2005b), ao abordar experiências de mobilização negra no período pós-abolição, identificou a edição de diversos periódicos que tinham a questão racial e o preconceito como tema central. Segundo o autor, em sua maioria, essas publicações eram periódicos modestos, de vida curta, diversos em seus formatos, tendências políticas e objetivos de atuação. Esses jornais constituíram-se naquele momento em instrumento de comunicação entre intelectuais, associações e entidades negras com o “meio negro” e com a sociedade em geral. O autor chama atenção, ainda, para um cuidado que deve ser tomado na análise de registros como os periódicos – em que não se pode resumir toda a experiência e as expectativas de um grupo social complexo – como os trabalhadores, as mulheres e a população negra – aos registros encontrados nas páginas dos periódicos escritos por integrantes desses grupos. Em que pese o cuidado necessário para evitar simplificações e generalizações, o autor destaca que considerar essas fontes “ajuda, sobretudo, a entender como parte da população percebeu, concebeu, projetou, construiu e, em outros momentos, iniciou a desconstrução de sua própria imagem e presença na sociedade” (GOMES, 2005b, p. 34).

Outro grupo de publicações que compôs esse conjunto de impressos populares foi o chamado jornalismo suburbano, produzido por e para moradores de diversos bairros da capital. Segundo Leandro Mendonça (2017, p. 18), a virada do século XIX para o século XX foi marcada por um crescente engajamento de sujeitos que “recorreram ao jornalismo para fixar na esfera pública seus nomes e dos jornais ou colunas onde escreviam como interpretes do proletário suburbano”. Por meio de tal esforço, buscaram falar em nome desses trabalhadores e desenvolveram diferentes estilos de imprensa, articulados em uma complexa rede de comunicação social nos subúrbios da capital que teve seu período de maior expressão entre os anos de 1900 e 1920. No contexto de ampliação do letramento moradores dos subúrbios cariocas, externos à elite políticas, econômica e intelectual do período, faziam da escrita e do periodismo formas de atuação política (MENDONÇA, 2011, 2017).

Além de constituir um meio para o debate e publicização de suas pautas e estratégias de luta, a imprensa se colocava aos trabalhadores do Rio de Janeiro do início do século como possibilidade de fundar outros espaços de ação política e representação pública, contribuindo

para o reconhecimento social de seus ofícios, de sua identidade enquanto trabalhadores e de suas perspectivas sobre os problemas nacionais (MACIEL, 2016). Nesse sentido, os periódicos populares em suas diferentes formas, sindicais, operários, de associações de classe, suburbanos entre outras classificações possíveis, constituíam canais relevantes que, veiculando suas interpretações sobre as questões daquele tempo, serviam para a vocalização e formação de perspectivas do público leitor sobre os acontecimentos e disputas políticas em curso. Como será problematizado, essa documentação produz elementos importantes para deslocar interpretações que lamentam a ausência de um *citizen* inglês em solo brasileiro, e que localizam aí, em uma suposta carestia de uma cultura política popular, a falência da experiência republicana brasileira.

Nas próximas seções desse capítulo são reunidas as análises de alguns periódicos escritos por grupos populares, buscando identificar como, em suas múltiplas vivências e intencionalidades, se relacionaram e formularam projetos e propostas para a área da saúde, no período entre o início do século XX e momento anterior a intensificação da campanha pró-saneamento dos sertões. Para tal, foram identificados e selecionados 5 jornais publicados entre 1902 e 1915, com edições disponíveis para consulta online: Comercio Suburbano; O Subúrbio; O Suburbano; Echo Suburbano, A União Operária do Engenho de Dentro e A Voz do Trabalhador. Trata-se de um conjunto heterogêneo de jornais, escritos e editados por diferentes sujeitos, com motivações, objetivos e públicos distintos. As coleções disponíveis desses periódicos foram analisadas buscando a identificação dos temas e leituras feitas sobre os problemas de saúde e os argumentos mobilizados (atentando para o estabelecimento de vínculos entre a atuação do Estado e a saúde, as reivindicações políticas no campo da saúde e as relações causais estabelecidas) no período anterior a 1916.

#### 4.2 Nos Jornais Suburbanos: relações entre abandono e adoecimento

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; alguns, morando mais longe, em Inhaúma, em Cachambi, em Jacarepaguá, perdem amor a alguns níqueis e tomam bondes que chegam cheios às estações. Esse movimento dura até às dez horas da manhã e há toda uma população de certo ponto da cidade no número dos que nele tomam parte. São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente

que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, do dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis.

*Lima Barreto, 1948.*

As mudanças experienciadas na capital do país durante a virada do século XIX para o século XX não ficaram restritas às grandes obras que mudaram os contornos do centro. As chamadas regiões suburbanas, que até meados do século XIX eram ocupadas por grandes fazendas, chácaras, casarões e alguns pequenos povoados, também passaram por um processo de mudanças intensas (MIYASAKA, 2008; SANTOS, 2011; MENDONÇA, 2017). O trecho do romance ‘Clara dos Anjos’ de Lima Barreto finalizado em 1922, que abre essa seção, ilustra o papel central dos trens e bondes para os habitantes dessas zonas afastadas do centro da capital. A expansão da malha de transporte, especialmente da linha férrea<sup>81</sup>, a criação de um sistema suburbano de transporte de passageiros, o barateamento progressivo dos preços das passagens, a expansão do número de fábricas e oficinas, o vertiginoso crescimento populacional<sup>82</sup> e os impactos da reforma urbana contribuíram para que, nas primeiras décadas do século XX, os bairros suburbanos abrigassem um processo de expansão acentuada (SANTOS, 2011; FONSECA, 2016; SEFARTY, 2017). Esses territórios que margeavam as estações de trem passaram a albergar novas identidades, sociabilidades e formas de ocupar a cidade que, naquele momento, trilhava aceleradamente seu processo de modernização.

A composição populacional do subúrbio carioca era heterogênea, composta por uma classe média de profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos e por trabalhadores das camadas mais populares, como empregadas domésticas, vendedores, operários e trabalhadores de serviços, como garçons, sapateiros, padeiros etc. (SANTOS, 2011). Em que pese suas diferenças e heterogeneidade, a população suburbana vivenciava intensamente as contradições da nação em formação. Suas vidas passavam por mudanças aceleradas, ao mesmo tempo em que se intensificavam e diversificavam as formas de marginalização e exclusão dos territórios da cidade e da sua população.

---

<sup>81</sup> Em 1858, foi inaugurada a Estrada de Ferro Dom Pedro II, ferrovia que com a República passou a ser chamada de Estrada de Ferro Central do Brasil. Ao longo das décadas seguintes foram inauguradas novas estações e, em 1870, um sistema suburbano de transporte de passageiros (FINGER, 2013).

<sup>82</sup> Ainda nas últimas décadas do século XIX a capital passou por um crescimento demográfico exponencial com a chegada migrantes do interior do país, em sua maioria recém libertos e de imigrantes. Segundo dados do IBGE (2010), a população da capital passou de 522.651 habitantes em 1890, para 811.443, em 1900, para 1.157.873 em 1920. O que representou um crescimento de aproximadamente 120% em trinta anos.

Foi nesse contexto que essas localidades foram palco de inúmeras iniciativas de produção de periódicos. Essas experiências, em sua maioria, breves e esporádicas, canalizaram esforços de diversos sujeitos e grupos que utilizaram a imprensa como meio para vocalização de seus projetos e pleitos políticos, criação e reafirmação de identidades, bem como espaço de luta política. Sobre essa imprensa suburbana, Mendonça (2011, p.24) nos chama atenção para o fato de que o periodismo produzido nessas localidades era tão heterogêneo quanto a população que habitava aqueles territórios. Em suas pesquisas, o autor identificou uma pluralidade de experiências que iam desde a publicização e defesa dos interesses de uma certa “aristocracia suburbana”, composta por “homens de negócios, políticos, advogados e jornalistas” até a produção de periódicos por trabalhadores, operários e suas organizações. Assim, os objetivos que motivavam a publicação de jornais nesses bairros eram plurais, passando pela veiculação de reivindicações de melhorias para as ruas do bairro, de propagandas do comércio local que crescia junto com a região, a divulgação de notas sobre eventos culturais e sociais, a publicação de crônicas literárias e poemas, bem como de artigos sobre a organização dos trabalhadores e operários da região e a defesa da classe trabalhadora. O periodismo, em alguns desses casos, constituía estratégia de afirmação e diferenciação social, uma forma de alguns moradores desses territórios de reproduzir elementos da vida de uma elite nos subúrbios (MENDONÇA, 2011, 2017; BRASIL, 2021).

Nas páginas desses jornais eram publicados artigos com opiniões de colaboradores e editores sobre temas variáveis, sobretudo, aqueles identificados como problemas dos subúrbios e sobre as ações que seriam necessárias para a sua superação. Nesses artigos, frequentemente, eram promovidas campanhas e reivindicadas ações dos poderes públicos. Na análise de Mendonça (2011, p. 45) “esse envolvimento com o periodismo foi extremamente importante no sentido de estabelecer espaços garantidores da visibilidade dos interesses, projetos e lutas por direitos de grupos populares, residentes em áreas distantes dos centros de decisão política da cidade”.

Ao analisar exemplares dos periódicos ‘Commercio Suburbano’, ‘O Subúrbio’, ‘O Suburbano’ e ‘Echo Suburbano’, publicados em intervalos compreendidos entre os anos de 1902 e 1914, observamos que compôs esse esforço de vocalização dos interesses dos bairros dos subúrbios a mobilização de uma imagem que, como vimos no capítulo 2, a partir de 1916, seria central na defesa do saneamento dos sertões – a imagem do **abandono**. Como descrito, a vinculação entre abandono, a ausência do governo federal e as insuficiências da nação foi um



dos elementos centrais da cultura política nacional que compôs a interpretação presentificada no discurso pró-saneamento.

Nos jornais suburbanos, a imagem de uma região abandonada pelas autoridades era recorrente nas notas, cartas e reportagens sobre a falta ou insuficiência de serviços públicos e medidas para infraestrutura dos bairros daquela região, tais como transportes, ensino público, limpeza urbana, esgoto e segurança. Muitas dessas reclamações e denúncias reiteravam as péssimas condições sanitárias e a ausência dos serviços de higiene, estabelecendo uma estreita relação entre o **abandono** e a ocorrência de **doenças**.

No que diz respeito às condições de limpeza urbana, o acúmulo de lixo em ruas e a existência de valas com águas “fétidas e apodrecidas” eram aspectos frequentemente relacionados à presença de mosquitos e à propagação de doenças. Essa relação entre sujidades e epidemias foi mobilizada como estratégia argumentativa em defesa da urgência da resolução desses problemas pelas autoridades públicas. Em 1902, o jornal ‘Commercio Suburbano: Tudo pelo Povo’<sup>83</sup>, periódico publicado no bairro de Piedade, trazia em sua capa a reclamação de moradores da Rua Angelina sobre o acúmulo de lixo naquela localidade e também de moradores da estação do Encantado sobre a presença de uma cocheira, na qual o acúmulo de lixo seria “um verdadeiro foco de miasmas, pondo em perigo a saúde”<sup>84</sup>. O mesmo jornal traria em outras edições publicadas naquele mesmo ano reclamações sobre a existência de buracos, falta de água e segurança, afirmando: “Santo Deus! que abandono”<sup>85</sup>.

Notas e reportagens sobre as péssimas condições urbanas e sanitárias da região se repetiriam nos anos seguintes nas páginas de outros periódicos, frequentemente acompanhadas da vinculação entre abandono daquelas regiões e adoecimento. Com o título que enunciava sua identidade e pauta suburbana, o jornal “O Subúrbio: jornal independente, noticioso, literário e consagrado aos interesses locais” veiculou diversas notas e artigos sobre a questão sanitária<sup>86</sup>. Em 30 de novembro de 1907, uma reportagem sobre as condições de

---

<sup>83</sup> O Jornal ‘Commercio Suburbano’ tinha como linha editorial o engajamento para o progresso dos interesses de comerciantes que atuavam nos bairros do subúrbio (BRASIL, 2021).

<sup>84</sup> Reclamações. *Commercio Suburbano*, Rio de Janeiro, p.1-2, 15 maio 1902. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/821454/per821454\\_1902\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821454/per821454_1902_00001.pdf)

<sup>85</sup> Vergonhoso!!! *Commercio Suburbano*, Rio de Janeiro, p.3, 06 jul. 1902. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/821454/per821454\\_1902\\_00005.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821454/per821454_1902_00005.pdf)

<sup>86</sup> De acordo com Mendonça (2017) o Jornal ‘O Subúrbio’ foi um dos poucos periódicos suburbanos que conseguiu se viabilizar comercialmente por mais de uma década. As edições disponíveis na Hemeroteca Digital e analisadas para esse trabalho são da sua segunda fase, dos anos de 1907 e 1908, quando o jornal era propriedade de Xavier Pinheiro.

higiene do bairro de Bonsucesso afirmava que essas eram as piores possíveis – tratava-se de uma “zona suburbana completamente esquecida, em pleno abandono, uma verdadeira calamidade”<sup>87</sup>. Além do abandono, outro argumento frequentemente mobilizado nas denúncias e reivindicações que pautavam o debate sobre a questão sanitária dos subúrbios era a comparação entre a atuação rigorosa do serviço de higiene na fiscalização do espaço privado dos domicílios com as ações efetuadas no espaço público. Segundo o jornal, os serviços de higiene só apareciam “para exigir absurdos dos moradores”, “ao passo que deixa que as águas apodreçam livremente, empoçadas nas ruas, exhalando miasmas, focos de mosquitos aos milhões como uma ameaça permanente a saúde”<sup>88</sup>. Em outro artigo, publicado em 1908 no mesmo jornal, um morador do Engenho de Dentro argumentava que, se por um lado, os agentes de saúde pública eram absolutamente criteriosos durante a realização das vistorias dos domicílios, fazendo uma série de exigências, verificando vasos e potes, nos mínimos detalhes; por outro, as ruas e sarjetas seguiam exalando "o fétido dos detritos que se acham em franca decomposição e a água verde e podre, desenvolvendo não só o mau cheiro, como larvas e mais larvas de mosquitos" sem nenhuma ação das autoridades<sup>89</sup>.

Com relação à ênfase dada a presença de mosquitos e as condições propícias para seu aparecimento, cabe lembrar que, desde 1903, estava em curso na capital uma intensa campanha para o controle da febre amarela. Jaime Benchimol (1999), atento às teorias sobre a etiologia e a profilaxia da febre amarela em circulação no final do século XIX e início do século XX no Brasil, identificou que no período da organização do combate à doença, durante a gestão de Oswaldo Cruz a frente da DGSP, persistiam controvérsias teóricas entre médicos e pesquisadores brasileiros sobre o caráter exclusivo da transmissão pelo mosquito. Aqueles que defendiam a existência de outras formas de transmissão da doença afirmavam que as medidas de profilaxia deveriam incluir também desinfecções e o saneamento dos solos. Essas controvérsias, em alguma medida compareciam também nas denúncias veiculadas nos jornais populares, que, ainda que com menos frequência, denunciavam a presença de ‘miasmas’ e ‘odores fétidos’ como elementos que poderiam contribuir para o surgimento de uma epidemia.

---

<sup>87</sup> O bairro de Bomsucesso. *O Subúrbio*, Rio de Janeiro, p.2, 30 nov 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00022.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00022.pdf)

<sup>88</sup> *Ibidem*.

<sup>89</sup> Engenho de Dentro: Uma carta de um estimado negociante. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.2-3, 03 out 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00062.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00062.pdf)

A campanha que fora capitaneada por Oswaldo Cruz, todavia, se alinhava a teoria que atribuía a transmissão da febre amarela ao mosquito *Stegomyia fasciata*, desenvolvida pelo médico cubano Juan Carlos Finlay (BENCHIMOL, 1999). Assim, reunindo os esforços para o controle da doença nas ações de combate ao mosquito, a campanha contou com a criação do Serviço de Profilaxia da Febre Amarela e dividiu a cidade em distritos sanitários que ficavam sobre a jurisdição de delegacias de Saúde. O serviço contava com a ação de brigadas que tinham entre os membros de sua equipe os guardas sanitários responsáveis pela vistoria das casas. A campanha também contou com a divulgação de folhetos informativos e com a publicação de notas em jornais comerciais com conselhos para a população que destacavam o vínculo da proliferação dos mosquitos com a existência de água parada. Os informativos detalhavam as formas de prevenção: a notificação dos doentes, a adoção de proteção mecânica contra os mosquitos e a aplicação de medidas que prevenissem sua reprodução: – não deixar recipientes com água parada<sup>90</sup>. Em 1907, no mesmo ano que ‘O Subúrbio’ publicava a reportagem sobre as condições propícias à proliferação de mosquitos, Oswaldo Cruz havia declarado o fim da epidemia de febre amarela na capital. Os esforços de publicização das medidas de combate aos mosquitos e o êxito dessas ações, em alguma medida, reforçavam junto à população que a presença de águas paradas em vias públicas representava mesmo um risco para a saúde da população e sua persistência era exemplo do abandono dos bairros suburbanos.

As radicais reformas urbanas em curso no centro do Distrito Federal e em outros bairros da elite carioca expunham de forma ainda mais aguda o processo de exclusão e abandono das regiões suburbanas. As condições observadas nos bairros do subúrbio, sem serviços públicos, como esgoto e água encanada, surgiam como a contraface da modernização da capital. Para os moradores dos subúrbios, no mesmo momento histórico que a chegada dos trens e bondes significava a redução das distâncias; a modernização e o saneamento das regiões centrais ampliavam o intervalo existente entre duas temporalidades – o centro moderno que se projetava para o futuro e os bairros periféricos, que relegados a uma condição de abandono, permaneciam distantes desse progresso.

Diante desse contraste, não raro, as denúncias publicadas nas páginas dos jornais populares sobre o abandono dos bairros suburbanos eram acompanhadas de acusações sobre a patente desigualdade da distribuição dos recursos da cidade. Nessa perspectiva, se na região

---

<sup>90</sup> Meios de evitar a febre amarela: do ilustre diretor de Saúde Pública recebemos estes conselhos ao povo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.2, 26 abr. 1903. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1903\\_00684.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1903_00684.pdf)

central da capital, seguiam sendo erguidas edificações luxuosas e empreendidas obras de saneamento, os bairros onde residiam os trabalhadores – “produtores da riqueza da cidade” – permaneciam em uma condição na qual se somavam todos os elementos “que pode[riam] contribuir para se desenvolver uma epidemia”<sup>91</sup>. Anos depois, já em 1922, a acusação dessa distribuição desigual de recursos e atenção iria comparecer nas páginas da Revista Suburbana. Ao enumerar as “coisas que o povo suburbano não deve[ria] esquecer” nas eleições, além da falta de esgoto, saneamento e iluminação, constava “o desvio das rendas dos subúrbios pelos poderes públicos” que seria “aplicado em obras sumptuárias nos bairros chiques da cidade enquanto a zona suburbana precisa[va] de melhoramentos uteis e necessários”<sup>92</sup>. A experiência do abandono era acompanhada de uma crescente formulação crítica sobre a exploração e a desigualdade. As medidas adotadas nos bairros centrais, incluídas as medidas sanitárias, passavam a ser mobilizadas como referência do que aos subúrbios faltava.

A mobilização de argumentos relacionando à saúde e ao déficit de ação estatal por esses periódicos não se encerrava na consideração de melhoramentos urbanos relacionados à limpeza, drenagem e esgotamento. A tuberculose, doença que figurava entre as principais causas de óbito naquele momento<sup>93</sup>, era pauta regular, elucidando o entendimento de que a consciência do abandono era fruto de uma experiência complexa. Reafirmando a tuberculose enquanto um problema nacional, os artigos sobre o tema destacavam não apenas relações entre as condições de moradia, vida e trabalho com a ocorrência da doença<sup>94</sup>, como também defendiam a necessidade de adoção de medidas pelo Estado para o controle do agravo e para a garantia de assistência aos tuberculosos.

Em sua edição de 10 de agosto de 1907, ‘O Suburbio’ destacava “a cifra espantosa do obituário” por tuberculose, da qual, um percentual expressivo, ocorria na capital do país. De tão frequente os casos e mortes, segundo a reportagem, o povo estaria “habitado a

<sup>91</sup> *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.1, 08 ago 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00054.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00054.pdf)

<sup>92</sup> Coisas que o suburbano não deve esquecer. *Revista Suburbana*, Rio de Janeiro, p. 2, 20 ago. 1922. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/821691/per821691\\_1922\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821691/per821691_1922_00001.pdf)

<sup>93</sup> A tuberculose era a principal causa de óbito na capital do país. Na capital causa aproximadamente 3 mil óbitos por ano. Sendo superada por outras causas apenas nos anos em que ocorreram epidemias de febre amarela e varíola (IBGE, 1917)

<sup>94</sup> De acordo com Dalila Sheppard (2001) a associação entre as condições de vida e a pobreza como elementos determinantes para o desenvolvimento da tuberculose compareciam na literatura médica brasileira desde meados do século XIX. Após a comprovação experimental do caráter infectocontagioso e a identificação do agente específico da tuberculose por Koch, esses elementos seguiram presentes como aspectos que facilitaríamos o contágio, como locais mal ventilados e fechados e aspectos que contribuíam para a predisposição do organismo, como alimentação insuficiente e excesso de trabalho.

doença, vencido pela morte”. No entanto, como afirmava a mesma reportagem, a descoberta de Koch, teria permitido afirmar que a tuberculose, “maior inimigo da humanidade”, seria “uma doença curável” e, por meio da higiene, “evitável”. A publicação afirmava ainda que a luta contra a doença necessitaria de esforços maiores que os “serviços valiosos da Liga contra a tuberculose”, e declarava os desejos de que o governo auxiliasse o “notável cientista” Oswaldo Cruz, então Diretor Geral de Saúde Pública, na campanha contra a tuberculose<sup>95</sup>.

Tal reportagem fazia menção à Liga Brasileira contra a Tuberculose que, desde sua criação, em 1900, reunia médicos e intelectuais com o objetivo de combater a tuberculose por meio da implantação de medidas de profilaxia e cura. A Liga, entidade filantrópica, tinha a publicização de materiais sobre a gravidade do problema e das formas de prevenção como uma das suas principais estratégias. Ela também criou alguns dispensários, serviços que prestavam assistência médico-social aos tuberculosos pobres da capital (NASCIMENTO, 2011).

Apesar de reconhecer méritos na atuação da Liga contra a Tuberculose, para os responsáveis do periódico ‘O Suburbio’ esta era insuficiente. Coerente com o apelo por uma maior presença do Estado na organização de serviços públicos, a reportagem destacava que o apoio do governo seria indispensável para que os efeitos da campanha fossem reais e o combate à tuberculose, “imperioso, inadiável, eficaz, para [...] em futuro não muito remoto, [poder] declarar victoriosamente: Não! Não somos um paiz de avariados”<sup>96</sup>. A imagem de “um país de avariados” pela tuberculose nos remete a cena presente no discurso proferido por Miguel Pereira quase uma década depois, quando afirmou em 1916 que o Brasil era ainda um imenso hospital, um país doente, abatido pelas endemias rurais, pela sífilis, pelo alcoolismo e pela fome (SÁ, 2009b). O ‘país de avariados’ pela tuberculose, descrito na página do jornal O Suburbio em 1907, em alguma medida, antecipava historicamente elementos que caracterizaram o diagnóstico do movimento pró-saneamento: a doença como característica nacional, o abandono como parte da causa do adoecimento e o combate à doença por meio da ação pública e estatal como meio de recuperar o país.

Essa reportagem fazia referência ao programa de controle da tuberculose elaborado por Oswaldo Cruz e apresentado na forma de projeto de lei ao Congresso Nacional naquele ano. O projeto apontava para os fatores que facilitavam o adoecimento pelo bacilo, tais como

---

<sup>95</sup> Reacção contra a tuberculose. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.2, 10 ago 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00006.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00006.pdf)

<sup>96</sup> Ibidem.

as condições de moradia (superlotação e falta de arejamento e iluminação) bem como a condição física (deficiência alimentar, esgotamento e predisposição hereditária). Isso posto, o plano propunha que o governo federal deveria criar um serviço especializado para o combate à tuberculose que garantisse a coordenação das medidas de controle e a oferta de tratamento e condições para o isolamento dos doentes sem recursos. A proposta incluía ainda, a garantia de um auxílio aos trabalhadores enquanto durasse a doença (BERTOLLI FILHO, 2001; HIJJAR et al., 2007).

A proposta de Oswaldo Cruz não chegou a ser implementada. Nos anos seguintes, não foram tomadas ações significativas para o combate à tuberculose – a doença tão pouco estaria no centro da campanha pró-saneamento dos sertões (BERTOLLI FILHO, 2001; HIJJAR et al., 2007). Com a Reforma Carlos Chagas, em 1920, ocorreu a primeira ação pública estatal voltada para a doença, com a criação da Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose. Após a criação dessa inspetoria, foram criados alguns dispensários públicos para o atendimento aos tuberculosos na capital cujas ações, entretanto, eram insuficientes diante da magnitude que a doença assumia (NASCIMENTO, 2011, p. 7).

O apoio do jornal *O Suburbio* às ações propostas por Oswaldo Cruz em 1907 refletia o reconhecimento da tuberculose enquanto um problema público, grave, diante do qual cabia ao Estado promover as medidas de profilaxia e o atendimento aos doentes. Em agosto daquele mesmo ano, o jornal publicaria outra reportagem sobre o papel que o Estado deveria desempenhar frente a tuberculose. Sob o título “Defesa dos tuberculosos”, a doença era apresentada como um dos problemas “de mais complicada solução e interesse do povo”<sup>97</sup>. Detalhando o número de óbitos e atendimentos nos diferentes hospitais da cidade, a reportagem argumentava que aqueles números revelavam a gravidade da situação, diante da qual, parte da solução seria a construção de um hospital para o atendimento dos tuberculosos pelas autoridades públicas. A ausência de medidas para o atendimento dos acometidos, em especial, dos tuberculosos pobres da capital, contrastava com o empenho de recursos e esforços na remodelação da região central do Rio de Janeiro, sobre a qual a reportagem afirmava:

Enquanto sentimos essa aflictiva situação, continua a picareta do progresso a rasgar novas avenidas, prosseguirão as obras colossaes dos edifícios públicos, consumindo sommas extraordinárias de dinheiro, este mesmo que é arrancado do povo, cujas vicissitudes esquecidas no momento, são confundidas nos pruridos da nossa civilização, no fútil proposito de

---

<sup>97</sup> Defesa dos tuberculosos. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.2, 24 ago 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00008.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00008.pdf)

recommendar uma cidade remodelada, minada, entretanto pela tuberculose. Mais caridade e menos ostentação<sup>98</sup>.

Em outra publicação, dessa vez no Jornal Echo Suburbano, publicado no bairro de Madureira, a tuberculose também foi pautada relacionando sua ocorrência com as péssimas condições de vida dos trabalhadores residentes no subúrbio. Em 22 de outubro de 1911, na crônica ‘Monólogo de um faminto’, de autoria do então diretor do jornal Pinto Machado e assinada sob o pseudônimo de Antônio da Pedreira, a tuberculose foi apresentada como parte integrante da tragédia da vida de um operário. A crônica narra a trajetória de vida de um operário marcada pelo analfabetismo, pelo trabalho infantil e pela alimentação insuficiente, que, depois de anos de muito trabalho, teria perdido toda a sua família por tuberculose. A tuberculose comparece como parte da crise de carestia, vinculada às más condições de moradia e às péssimas condições nutricionais:

Morador em casas onde a luz não penetra amplamente, mal alimentado por essas tascas imundas que se denominam pomposamente de hotéis, sem coragem ao regressar do trabalho de hygiene para o corpo, eu cheguei velho, orphão de carinho e com saudade da mocidade a minar-me a existência. (...) Fruto do meio cujo seio tenho vivido, estraguei-me. Faminto que sou, fabricante da fartura dos outros, só agora verifico que outros que ainda não sofreram como os membros da minha classe, se importam com os sofrimentos alheios. É que na evolução a que chegamos, os membros da imprensa são outros tantos famintos.<sup>99</sup>

O Echo Suburbano fazia parte de um grupo de jornais que tinham como característica de sua linha editorial, além da defesa dos melhoramentos para a Zona Suburbana, afinidades com a causa operária. A aproximação desses periódicos com a pauta dos trabalhadores comparecia nessas páginas de diferentes formas, fosse como declaração de solidariedade, pela publicação de matérias sobre pautas operárias, até sinais mais explícitos de envolvimento, tendo, inclusive, entre seus jornalistas e redatores a participação de sindicalistas e militantes (MENDONÇA, 2017)<sup>100</sup>. Pinto Machado, por exemplo, autor da crônica citada acima, foi um operário tecelão e gráfico que trabalhou nas fábricas de tecidos nos bairros de Deodoro e da Tijuca e, posteriormente, na companhia Litho-Typografica. Pinto Machado, em sua juventude, atuou intensamente na causa operária, tendo participado de greves, presidido a União

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> Monólogo de um faminto. *Echo Suburbano*, Rio de Janeiro, p.1, 22 out. 1911. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/821527/per821527\\_1911\\_00188.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821527/per821527_1911_00188.pdf)

<sup>100</sup> Mendonça (2011) identificou que Ernesto Nogueiro, proprietário do jornal Echo Suburbano, privilegiava a cobertura das questões e lutas dos trabalhadores vinculados a Estrada de Ferro Central do Brasil, local onde trabalhou por anos até ser demitido.

Operária do Engenho de Dentro de 1903 até 1909 e atuado na comissão organizadora do 1º Congresso Operário Brasileiro, em 1906. Posteriormente, o longo de sua vida, atuou como repórter e jornalista em diferentes periódicos (BATALHA, 2009)<sup>101</sup>.

A União Operária do Engenho de Dentro (UOED) reunia trabalhadores de diversas categorias, principalmente, ferroviários e trabalhadores da indústria têxtil e na primeira década do século XIX chegou a ser uma das maiores associações da capital (BATALHA, 2009). Durante a gestão de Pinto Machado a associação criou o periódico “A União Operária: órgão da União Operária do Engenho de Dentro e do Partido Operário Independente”. O jornal que teve poucas edições, inicialmente teve como editora e redatora a professora, operária e socialista Elisa Scheid, e posteriormente o próprio Pinto Machado.

Nas três edições do jornal da UOED disponíveis para consulta na hemeroteca digital localizamos que o periódico dedicava uma parte expressiva de suas páginas para publicações que buscavam incentivar a organização dos trabalhadores em um partido operário. Dentre seus artigos identificamos a associação entre as condições de vida dos operários, especialmente de moradia e a vulnerabilidade à tuberculose<sup>102</sup>. No artigo intitulado “Casas para a pobreza”, publicado na capa da edição de 22 de outubro de 1905 (Figura 5), Pinto Machado escrevia sobre a condição de vida e moradia dos trabalhadores. Assim como faria na reportagem publicada no *Echo Suburbano* em 1911, associava essas condições com o “cortejo de horrores” da tuberculose.

O militante afirmava que as ações para o controle da febre amarela e varíola que estavam em curso pelas autoridades da higiene eram em vão pois o mesmo governo que despendia “milhares de contos com tantos e tantos higienistas” não gastava ao menos “100 réis a favor de habitações para os pobres”. A “marcha avassaladora dessas perigosíssimas doenças” era propiciada pela “falta de habitações para as classes pobres”, somada ao aumento dos aluguéis na capital e à ausência de uma política de habitação. O artigo relacionava a essas causas um elemento que não identificamos nos periódicos suburbanos, mas que seria frequente nos jornais operários nas décadas seguintes – no qual a falta de união e mobilização dos operários seria parte da causa de suas precárias condições de habitação e,

---

<sup>101</sup> Também segundo Mendonça (2017, p.65) durante sua vida, Pinto Machado “deslocou-se progressivamente da sua militância em direção à via da negociação junto aos administradores das Empresas, do Estado, parlamentares e governo”.

<sup>102</sup> Querer é poder. *A União Operária*, Rio de Janeiro, p. 2, 01 maio 1904. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/259233/per259233\\_1904\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/259233/per259233_1904_00001.pdf)



consequentemente, da ocorrência de doenças. Assim, a superação das doenças dependeria da capacidade de luta dos trabalhadores para a construção de seus direitos<sup>103</sup>.

Figura 5 - Capa Jornal União Operária, edição de 22 de outubro de 1905



Fonte: A União Operária (1911).

No período analisado, além de denunciar a tuberculose como um problema relacionado às condições de vida a ser enfrentado pelos poderes públicos, os jornais suburbanos também repercutiram a ocorrência de epidemias e cobriram as medidas tomadas pela administração pública para o seu controle. Em 1908, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro uma violenta epidemia de varíola. Segundo dados do IBGE (1917, p. 420), naquele ano, no

<sup>103</sup> Casas para a pobreza. *A União Operária*, Rio de Janeiro, p.1-2, 22 out. 1905. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/259233/per259233\\_1905\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/259233/per259233_1905_00002.pdf)

Distrito Federal foram registrados 9.046 óbitos pela doença. Diante do avanço da “sinistra que rebentava em purulências toda a cidade”<sup>104</sup>, o Jornal ‘O Suburbio’ publicou diversas notas sobre as medidas necessárias para o controle da epidemia. A vacinação contra a varíola, cuja obrigatoriedade, em 1904, foi objeto de controvérsias e serviu de estopim para a Revolta da Vacina, em 1908, diante do aumento vertiginoso de casos era defendida nas páginas de diversos jornais suburbanos.

De acordo com Tania Fernandes (2010), a obrigatoriedade da vacina ainda era objeto de controvérsias em 1908. Entre os políticos havia aqueles que, contrariando a proposta de Oswaldo Cruz, defendiam que a melhor forma de controle da doença era o isolamento hospitalar dos casos confirmados e suspeitos, conferindo menor importância à vacinação. Em que pese essas discordâncias, os colaboradores de ‘O Suburbio’ fizeram coro a defesa da vacinação, partindo da compreensão de que a superação da epidemia em curso dependia do esforço de toda a população em aderir à medida. Segundo as reportagens e artigos sobre a varíola publicados nesse jornal no ano de 1908, as críticas à vacinação eram “uma doutrina insensata, maléfica, prejudicial” e a população deveria seguir como que em “uma romaria em direção aos postos de vacinação” dado que a vacina seria o agente “mais eficaz, mais seguro, mais prompto, para libertar uma população inteira de uma calamitosa epidemia”<sup>105</sup>.

Diante do aumento do número de casos e mortes por toda a capital, o jornal seguiria repercutindo o avanço da epidemia ao longo do ano e publicizando a necessidade da vacinação. Na coluna ‘Sabbatina’, assinada por Manoel do Paraizo<sup>106</sup>, em diversas edições foram veiculados artigos de opinião acerca da questão da responsabilidade da vacinação das crianças. Diante do aumento do número de crianças afetadas, o articulista afirmava que negar a imunização às crianças deveria configurar um crime, defendendo que, além do reconhecimento da obrigatoriedade da vacinação de crianças por seus responsáveis, deveriam

---

<sup>104</sup> Expressão utilizada pelo popular jornalista e cronista João do Rio (Paulo Barreto) em sua crônica “A Peste” que retrata o avanço da epidemia de ‘bexiga’ na cidade do Rio de Janeiro. No conto publicado no livro *Dentro da Noite*, em 1910, acompanhamos o avanço da doença na cidade por meio das mudanças na percepção do personagem Luciano Torres sobre a existência de uma epidemia. Nesse trajeto, acompanhamos a transição de um sentimento de normalidade do personagem mesmo diante das notícias de aumentos de casos até a constatação, em meio a uma crescente angústia e medo da morte, de que sim, havia uma epidemia na cidade (RIO, 1910).

<sup>105</sup> A Varíola. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.1, 25 abr. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00039.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00039.pdf)

<sup>106</sup> Segundo informações da Biblioteca Nacional (2021) ‘Manoel do Paraizo’ provavelmente era um pseudônimo de algum dos editores do jornal.

ser aplicadas multas para aqueles que atrasassem com as vacinas das crianças sob sua responsabilidade<sup>107;108</sup>.

Outro tema que compareceu nas páginas d'O Suburbio foram as reivindicações e debates sobre a criação e organização de serviços de saúde públicos nos bairros suburbanos. A instalação de um hospital de isolamento para atendimento dos doentes das epidemias, que não poupavam a "populosa e adiantada zona suburbana", também esteve entre os pleitos do jornal. No contexto da epidemia de 1908, ocorreu a inauguração do Hospital de Variolosos do Engenho de Dentro, na antiga fábrica de louças do Engenho de Dentro (Figura 6). A inauguração do serviço de saúde foi recebida com entusiasmo na folha suburbana, sendo objeto de pauta de artigos e notas em diferentes edições.

Figura 6 - Detalhe capa O Suburbio, notícia sobre a instalação de um hospital de isolamento nos subúrbios.



Fonte: O Suburbio, 25 de julho de 1908.

O jornal afirmava que, desde 1904, já defendia a necessidade da oferta de cuidados em hospital público especializado para o caso das doenças contagiosas, reforçando que uma instalação dessa natureza nos subúrbios reduziria a resistência dos infectados daquela localidade a se internarem. Além de demarcar que a abertura daquela instituição se tratava de um pleito antigo dos organizadores do periódico, o jornal enumerava algumas sugestões para

<sup>107</sup> Sabatina. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.1, 01 ago 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00053.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00053.pdf)

<sup>108</sup> Sabatina. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.2, 22 ago 1908. Disponível: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00056.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00056.pdf)

o melhor funcionamento do serviço no bairro. Dentre eles, com o objetivo de aumentar a confiança da população, defendia que seria importante que o corpo médico do hospital contasse com o trabalho de clínicos conhecidos da localidade<sup>109</sup>. Como se pode perceber, mais que o apoio, os colaboradores do jornal intelectualizava possíveis caminhos para seu funcionamento.

Na perspectiva impressa no jornal *O Suburbio*, se no que diz respeito ao controle da variola as autoridades públicas faziam sua parte, disponibilizando vacinas em quantidade suficiente nos postos, o mesmo não ocorria em relação a outros serviços, que tardavam a chegar nos subúrbios, como o hospital de isolamento, ou que eram insuficientes, como o atendimento de primeiros socorros (assistência pública). A assistência prestada às vítimas de acidentes nas vias públicas ou nos espaços de trabalho, segundo o jornal, ficava a cargo de voluntários que estivessem passando por perto para levar o acidentado a uma farmácia mais próxima até que o serviço de socorro oficial chegasse para transferir o paciente para a Santa Casa. A situação nos bairros dos subúrbios seria ainda pior, dado que o acidentado era levado para uma delegacia e aguardava por um longo período até o serviço de socorro. Diante desse quadro, o jornal apresentou uma proposta de organização de serviços de atendimentos permanentes em cada região da capital, que garantissem o socorro público 24h, mesmo nos bairros mais longínquos<sup>110</sup>.

Em edições seguintes, o mesmo jornal, publicou dois artigos detalhando como deveriam ser organizados esses serviços. Para diminuir os custos aos cofres públicos, o projeto sugeria que fossem utilizadas instalações já existentes, como delegacias, serviços sanitários ou agências da prefeitura. Cada um desses serviços estaria vinculado a uma única direção, localizada no centro da cidade. A série de publicações sobre o tema também abordou a necessidade da organização de serviços para realização de atendimento domiciliar<sup>111;112</sup>. A análise dos jornais nos permite identificar processos de legitimação pública das ações de

---

<sup>109</sup> Hospital de Isolamento nos Subúrbios. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 jul. 1908. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1908\\_00052.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1908_00052.pdf)

<sup>110</sup> Assistência Pública. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p. 2, 31 ago. 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00009.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00009.pdf)

<sup>111</sup> Assistência Pública. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.1, 21 set. 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00012.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00012.pdf)

<sup>112</sup> Assistência Pública. *O Suburbio*, Rio de Janeiro, p.1, 08 out. 1907. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747\\_1907\\_00014.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/818747/per818747_1907_00014.pdf)

saúde, como também a antecipação histórica de determinadas agendas sanitárias e mesmo a construção de propostas de organização da assistência.

#### 4.3 A Saúde n'A Voz do Trabalhador

Assim como realizado para os jornais suburbanos, com o objetivo de rastrear os sentidos atribuídos as questões da saúde em um jornal operário no período anterior a atuação do Movimento Pró-saneamento rural foram identificadas e analisadas as edições disponíveis do jornal A Voz do Trabalhador<sup>113</sup>, órgão de comunicação oficial da Confederação Operária Brasileira (COB). A COB foi criada por decisão do Primeiro Congresso Operário Brasileiro realizado em 1906 com o objetivo de promover a união e a solidariedade dos trabalhadores na defesa de seus interesses, bem como publicizar suas teses, estudos e reivindicações. Sua fundação ocorreu em março de 1908 e teve dois períodos de atuação, de 1908 a 1909 e de 1913 a 1915. O jornal 'A Voz do Trabalhador' foi um dos seus principais instrumentos de atuação (BATALHA, 2009; ABREU; TOLEDO, 2015).

A COB era composta por diferentes federações nacionais de indústria ou de ofício, uniões locais ou estaduais de sindicatos, sindicatos isolados e também por sindicatos não federados. Durante seu período de existência, a COB passou por um processo de ampliação do número de entidades associadas, expandindo sua influência na organização dos trabalhadores de diferentes partes do país. De acordo com Edilene Toledo (2013, p. 12), apesar de ser ancorada principalmente na Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ), a COB significou o “primeiro grande esforço de criação de uma identidade comum entre os trabalhadores do Brasil”.

A atuação da COB foi marcada pela influência das ideias anarquistas, todavia, sua organização e atuação foi produto da ação de militantes de diversas orientações políticas que compartilhavam o entendimento que os sindicatos eram um elemento central para o processo de transformação social. Havia mesmo uma intenção em não identificar a confederação ou os sindicatos a ela associados como anarquistas, com o objetivo de reunir o maior número possível de trabalhadores (TOLEDO, 2013; ABREU; TOLEDO, 2015).

---

<sup>113</sup> Foram analisadas as 71 edições do jornal 'A Voz do Trabalhador: Orgam da Confederação Operária Brasileira' disponíveis online em: <http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/2019/05/digitalizadas-as-edicoes-do-jornal-voz.html>

O ‘A Voz do Trabalhador’, jornal oficial da COB, foi publicado em edições quinzenais em dois intervalos – entre 1908 e 1909 e, posteriormente, entre 1913 e 1915. Durante seu período de circulação, esse periódico teve como característica central o incentivo à associação dos trabalhadores em sindicatos e a promoção dessas associações como estratégia prioritária para transformação das condições de vida da população trabalhadora. Em todas as suas 71 edições o periódico reuniu informes sobre reuniões de sindicatos, suas reivindicações e realizou a cobertura de suas ações, tais como a realização de comícios e greves. Também veiculava críticas severas àquelas categorias que, na percepção dos militantes, não organizavam adequadamente seus sindicatos ou, quando já sindicalizados, não promoviam ações concretas de resistência – “classes tão grandes em número e tão pequenas em força e organização”<sup>114</sup>.

Em suas páginas também eram impressas denúncias sobre a precariedade das condições de trabalho nas fábricas e oficinas. Dentre as causas trabalhistas promovidas ganhava destaque a defesa da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias, a luta por melhorias nos salários, a defesa da igualdade salarial entre homens e mulheres e o combate ao trabalho infantil. Outras pautas que marcavam o posicionamento do jornal eram a causa antimilitarista, contra a guerra e o recrutamento militar, e a militância anticlerical.

Podemos afirmar que as questões relacionadas à saúde e ao adoecimento não constituíram uma pauta central nesse periódico operário. Quando mobilizadas, geralmente, assumiam o carácter de denúncias que tinham como interlocutor os próprios trabalhadores. Se nas folhas suburbanas o pleito se direcionava às autoridades públicas para que essas adotassem medidas de expansão da presença do Estado naquelas regiões, ou mesmo, para reforçar junto aos leitores a imagem dos periódicos como representantes de seus interesses ante as autoridades e a opinião pública, nas notas e reportagens d’A Voz do Trabalhador o adoecimento era mobilizado como forma de compor o quadro geral das consequências da exploração a que eram submetidos os trabalhadores. Assim, os problemas de saúde eram apresentados como parte integrante das condições precárias de vida, cuja superação seria viabilizada apenas por meio da organização e fortalecimento da ação dos trabalhadores em seus sindicatos, sem a intermediação ou intervenção do Estado.

A denúncia, então, não se dirigia ao Estado, suas repartições, políticos ou autoridades públicas. De inspiração anarquista, o jornal assumia que os trabalhadores não poderiam ou deveriam esperar nada dos governantes. Analisando o anarquismo como uma das tradições

---

<sup>114</sup> *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.2, 15 maio 1914. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

políticas que buscava construir a identidade da classe trabalhadora e pautar suas estratégias de luta naquele momento, Angela Castro Gomes (2005a) identifica que essa se afastava radicalmente do modelo liberal. Em essência, recusavam-se a aceitar a restrição da política aos espaços de atuação dos partidos e das disputas eleitorais. De acordo com a autora, não se tratava de uma negação da política, mas sim, de um entendimento diverso acerca de sua própria natureza. Ou seja, os anarquistas se diferenciavam dos socialistas, em parte, por compreenderem a categoria política a partir de marcos teóricos diferentes, que se traduziam em outras formas e estratégias de ação política.

Os anarquistas e os sindicalistas revolucionários compartilhavam com os socialistas os esforços de construção de uma autoimagem do trabalhador como honestos, mas explorado econômica e socialmente (BATALHA, 2003; TOLEDO, 2013). Como parte da construção dessa autoimagem do trabalhador e dos esforços voltados para uma ‘ampliação de sua consciência’, estava o combate veemente a costumes identificados como sendo prejudiciais à moralidade do trabalhador, como o consumo de bebidas alcoólicas e o carnaval. O combate ao alcoolismo, elemento comum ao diagnóstico dos males do país compartilhado entre sanitaristas e higienistas, seria objeto de uma extensa campanha nas páginas do ‘A Voz do Trabalhador’, estando mesmo entre as resoluções do Segundo Congresso Operário realizado em 1913.

Apesar dessas convergências, anarquistas e sindicalistas revolucionários combatiam enfaticamente a opção dos socialistas pela formação de um partido político como forma de luta, bem como, dirigiam críticas à tradição sindical associativista beneficente, especialmente comum no Rio de Janeiro naquele período (BATALHA, 2003; GOMES, 2005a). Como alternativa a essas formas de organização, propunham a formação de sindicatos de resistência como espaços de luta e fortalecimento da solidariedade entre trabalhadores. Na perspectiva desses militantes, os sindicatos não deveriam se configurar como instituições assistenciais, mas sim, deveriam ter como característica central a realização de ações diretas contra o Estado e os patrões. A perspectiva anti-institucionalista da luta pela emancipação do trabalhador em uma sociedade capitalista mostrava-se, de fato, um centro organizador do pensamento daqueles militantes. Dessa forma, o núcleo de atuação dos anarquistas repousava na realização e organização de greves, a promoção de comícios, ações para a propaganda da causa operária e atividades voltadas para a educação dos trabalhadores contra a estrutura social instituída (BATALHA, 2003; GOMES, 2005a).

Em relação à saúde e ao processo de adoecimento, as reportagens publicadas no periódico da COB, tipicamente estabeleciam uma relação entre a ocorrência de doenças e as

condições de trabalho, constituindo um recurso argumentativo e estratégia para alertar aos trabalhadores sobre a indiferença dos patrões e do Estado diante do adoecimento da classe operária. Um dos objetos de denúncias era a ocorrência de epidemias relacionadas a determinados locais de trabalho.

As péssimas condições sanitárias da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que seriam, poucos anos depois, objeto de intervenção de Oswaldo Cruz para o controle da malária (BENCHIMOL; SILVA, 2008) foram objetos de denúncias em julho de 1908 no ‘A Voz do Trabalhador’. A reportagem veiculada pelo jornal denunciava que as promessas feitas pelos empreiteiros para atrair trabalhadores não eram cumpridas e que chegando nas regiões de trabalho os operários brasileiros e estrangeiros eram atingidos por diversas doenças epidêmicas, como “febres palustres, sezões e beribéri”. A reportagem afirmava ainda que essas epidemias eram resultantes de uma combinação entre a "malignidade do clima" da região amazônica com as armadilhas dos empreiteiros, que submetiam os operários “a um trabalho bestial e insuportável”, sem realizar o pagamento dos valores acordados e garantir as condições mínimas de salubridade <sup>115</sup>. Em diálogo com parte das teorias em circulação no período que relacionavam o adoecimento às condições climáticas, a reportagem identificava a ‘malignidade do clima’ como um elemento importante para o processo de adoecimento que, entretanto, era potencializada pela natureza predatória da relação de trabalho. Ao não oferecer garantias de acesso ao tratamento e medidas de profilaxia adequadas e submeter os trabalhadores a remunerações insuficientes para subsistência, os patrões facilitavam o adoecimento e a morte. A ocorrência de epidemias entre trabalhadores seria mobilizada em outras edições, denunciando o adoecimento e a morte de trabalhadores por doenças como a malária e a ausência de atendimento por parte dos patrões <sup>116</sup>.

Assim como nos jornais suburbanos, a tuberculose também foi reiteradamente mobilizada como exemplo das consequências das condições de vida dos trabalhadores no ‘A Voz do Trabalhador’. O jornal operário, entretanto, enfatizava as relações entre o surgimento da doença e as péssimas condições higiênicas dos locais de trabalho, às longas jornadas e à alimentação insuficiente. Em algumas edições, a alta mortalidade de trabalhadores em categorias específicas, como a dos padeiros, foi utilizada como exemplo das condições de trabalho e da falta de organização dessas categorias. A organização em sindicatos, era

---

<sup>115</sup> O Matadouro: no amazonas. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.2, 15 jul 1908. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>116</sup> A Eloquência dos fatos. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.02, 01 jun 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)



apresentada quase que como uma medida profilática para o mal, uma vez que, na perspectiva registrada no jornal, poderia combater aquela que seria **a causa das causas da tuberculose – a exploração do trabalho**. Nessa perspectiva, a união dos trabalhadores era apontada então como “o remédio salvador” dos trabalhadores<sup>117</sup>.

A associação entre condições de vida e a ocorrência de casos de tuberculose foi mobilizada em um cenário especialmente duro para os trabalhadores cariocas. O ano de 1913, no contexto de uma recessão da economia brasileira, foi marcado pela elevação expressiva dos preços dos principais alimentos, acompanhada da redução dos salários pagos aos trabalhadores e do aumento do desemprego (ALVES, 2019). Diante desse quadro de piora das possibilidades de subsistência e reprodução da vida foram promovidas campanhas públicas de protesto contra a ‘carestia da vida’, nas quais a COB participou ativamente<sup>118</sup>. Na interpretação veiculada nas páginas desse jornal a crise da carestia era “resultante da lógica da divisão da sociedade em duas classes, a que trabalha e é espoliada e a que espolia e não trabalha”<sup>119</sup>.

Em 15 de julho de 1913, o jornal trazia na capa o artigo “A Tuberculose” (Figura 7). O texto, assinado pelo padeiro e militante da Liga Federal dos Empregados em Padaria do Rio de Janeiro, Antonio de Oliveira (BATALHA, 2009), direcionava críticas as soluções para a tuberculose publicizadas pelos jornais comerciais. Na sua perspectiva, essas propostas eram insuficientes, uma vez que se restringiam a adoção de medidas para o tratamento daqueles já vitimados pelo mal. Afirmando ser um leigo no tema, o padeiro argumentava que as principais causas da tuberculose já eram amplamente conhecidas: o excesso de trabalho, a má alimentação, e as condições insalubres de habitação. Tratava-se de uma doença contagiosa,

---

<sup>117</sup> Aos Padeiros. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.02, 15 jul 1908. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>118</sup> De acordo com Kaio Alves (2019, p. 266), “os comícios públicos foram a principal via de luta adotada, embora reuniões com políticos, inclusive o presidente da República, conversas com a imprensa e assembleias de trabalhadores também tenham ocorrido em menor número”. O autor identifica que o movimento contra a carestia no Rio de Janeiro em 1913 e também em 1917 não foi homogêneo, reunindo militantes reformistas, socialistas e anarquistas que, por vezes, seguiam estratégias diferentes de luta e pautas de reivindicações diversas. Entre fevereiro e abril de 1913, foram organizados 29 comícios públicos contra a carestia. Posteriormente, em 1917, ainda segundo o autor, foram promovidos 33 comícios que ocuparam uma região mais ampla da cidade (ALVES, 2019).

<sup>119</sup> Aos trabalhadores e ao povo em geral: protesto contra a carestia da vida. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.2, 15 mar 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalhopi.com.br/p/jornais_17.html)

que, entretanto, teria "guarida" apenas "num organismo fraco e maltratado, por isso, consequentemente propenso a ser contaminado"<sup>120</sup>.

Figura 7 Detalhe de capa d'A Voz do Trabalhador, 15 de jul. de 1913.



Fonte: A Voz do Trabalhador, 15 jul. 1913.

Seguindo essa lógica, a alta proporção de vítimas entre os trabalhadores seria a confirmação dessa verdade. Diante desse quadro, o articulista propõe que a medida para evitar a tuberculose seria a instituição de uma remuneração digna para o trabalhador, que permitisse que os pais não mais precisassem submeter as crianças “ao labor atrofiante das oficinas, justamente no período em que a idade reclama a escola”. Assim, evitar o trabalho infantil seria uma forma de possibilitar seu desenvolvimento como adultos fortes, com maior resistência diante do contágio. Afirmava ainda que causava “certa hilaridade” a ideia "dos cientistas de construir hospitais de tratamento para os tuberculosos" e, que deles não se deveria esperar algo diferente, cabendo aos trabalhadores a luta contra esse mal “que, na sua marcha veloz” tenderia a “produzir o aniquilamento das classes que tudo fazem e nada tem”<sup>121</sup>.

No dia 01 de novembro daquele mesmo ano, o jornal publicaria outro texto associando as condições de trabalho à tuberculose. Nesse artigo, as críticas se voltavam para a atuação da Liga contra a Tuberculose, que reuniria “senhoras e cavalheiros *chics* da alta burguesia [...] fazendo reclames espalhafatosos das suas qualidades caritativas”. Diferente da posição adotada pelos colaboradores de ‘O Suburbio’ anos antes, para o jornal operário, as ações da Liga seriam insuficientes, ou mesmo inúteis, pois a doença era “uma consequência

<sup>120</sup> A Tuberculose. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.1-2, 15 jul. 1913. Disponível em [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>121</sup> Ibidem.

lógica da má organização social”, da qual os integrantes da Liga eram parte constituinte. O texto reafirmava o vínculo entre a tuberculose e o “depauperamento do organismo humano” resultante das longas jornadas de trabalho e da alimentação escassa. A atuação filantrópica da Liga seria uma ilusão, pois os mesmos industriais, proprietários, comerciantes e capitalistas que atuavam na Liga eram aqueles que seguiam explorando e, por isso, reproduzindo as condições para o adoecimento dos trabalhadores<sup>122</sup>.

As relações entre saúde e trabalho também foram mobilizadas em defesa da redução da jornada diária de trabalho. Nesse caso, encontramos registros da utilização de argumentos que seriam baseados nas “recentes descobertas científicas” como justificativas para a redução das horas trabalhadas. A ciência da fisiologia comprovaria que as longas jornadas seriam na verdade, práticas ‘anti-higiênicas’. Assim, os avanços recentes da medicina estariam transportando essa questão “do domínio inconsciente das reivindicações empíricas do operariado, para o domínio científico, mais vasto e muito mais seguro”<sup>123</sup>. O artigo, publicado em maio de 1913, argumentava que o estudo da fisiologia, teria provado experimentalmente que as longas jornadas de trabalho provocavam a geração de substâncias no sangue que causam males às células, contribuindo para a baixa produtividade, o adoecimento, a morte precoce e a ocorrência de acidentes de trabalho<sup>124</sup>. Os achados da ciência, da então progressivamente valorizada medicina experimental, tornariam ‘indiscutíveis verdades’ aquilo que os trabalhadores já percebiam em seus próprios corpos e na observação da vida de seus companheiros. A mobilização da ciência e da medicina, nesse caso, é feita como estratégia para a validar e legitimar a reivindicação dos trabalhadores.

De forma geral, podemos afirmar que a orientação autonomista forte nas perspectivas de anarquistas e sindicalistas revolucionários, que segundo Toledo (2013), se presentificava nas ideias e ações da COB, marcava a forma como foram registradas e abordadas as questões da saúde e das políticas de saúde nas publicações d’A Voz do Trabalhador. Essa autonomia era entendida “como recusa da delegação de poder a qualquer representante político” e se expressava na “exaltação da capacidade de autogoverno dos trabalhadores” (TOLEDO, 2013, p. 19). Podemos acrescentar que essa relação entre autonomia política e recusa de delegar poder se estendia inclusive às autoridades reconhecidas da medicina e repartições do Estado.

---

<sup>122</sup> Divagando. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p. 03, 01 nov 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>123</sup> A fadiga e o dia de 8 horas. *A Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.4, 01 maio 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>124</sup> Ibidem.

Partindo dessa compreensão acerca do papel político dos trabalhadores quanto a questão da saúde e da construção e legitimação de uma política sanitária, o Estado e suas ações ou omissões não foram objetos de problematização nas páginas do periódico da COB. A centralidade conferida aos próprios trabalhadores e à ação sindical, também se fez presente em relação aos problemas sanitários abordados. Não seria por meio da aprovação de uma legislação específica ou pela ampliação da presença estatal que os trabalhadores alcançariam melhores condições de vida, mas sim, por meio da luta por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento da ação sindical que seriam superados problemas como as doenças epidêmicas, a tuberculose e o adoecimento laboral. Essa perspectiva é reiterada quando analisamos os registros dos debates e deliberações do Segundo Congresso Operário Brasileiro.

Realizado em setembro de 1913, esse Congresso foi noticiado e organizado por meio das páginas d'A Voz do Trabalhador. Nas edições de 01 e 15 de outubro o jornal apresentou os temas, debates e moções do congresso que reuniu delegados de 59 associações de trabalhadores. Dentre os temas do Congresso predominaram aqueles sobre as estratégias de organização dos trabalhadores, aspectos da relação do movimento operário com a política partidária e sobre o papel dos sindicatos. No que diz respeito às questões da saúde identificamos que sua presença passa praticamente despercebida. Sob o enunciado "Como conseguir assegurar a adoção de condições de higiene e de segurança em que deve ser exercido o trabalho operário?" a 9ª moção aprovada relacionou a garantia da salubridade do espaço de trabalho com o fortalecimento da organização sindical, por meio da qual seria possível vencer a luta na garantia de melhores condições de trabalho. Essa organização, deveria ser acompanhada pela maior instrução dos próprios trabalhadores para identificar os problemas do ambiente de trabalho e propor as medidas a que deveriam ser tomadas. Assim, a atuação do Estado como regulador das condições de higiene dos espaços de trabalho não se colocava como pleito. Para aqueles militantes "somente os trabalhadores conseguirão melhorar a sua situação, por fim emancipar-se, por si só, cuidando, eles próprios, das questões que lhe dizem respeito"<sup>125;126</sup>.

---

<sup>125</sup> As Resoluções do Segundo Congresso Operário Brasileiro. *Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.02, 01 out. 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

<sup>126</sup> Ainda o Segundo Congresso Operário Brasileiro. *Voz do Trabalhador*, Rio de Janeiro, p.02, 15 out. 1913. Disponível em: [http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais\\_17.html](http://www.mundosdotrabalho.com.br/p/jornais_17.html)

#### 4.4 Uma politização da saúde por suburbanos e trabalhadores

Nas primeiras décadas do século, antes mesmo do processo de ampliação do debate público sobre a questão sanitária e da atuação do Movimento Pró-saneamento, trabalhadores, lideranças sindicais e profissionais vinculados às classes médias dos subúrbios cariocas pautaram a saúde em seus periódicos. Esses diferentes sujeitos e grupos que faziam do periodismo um meio para a ação política estabeleceram conexões, adaptações e formularam argumentos em diálogo com a medicina, as ciências biológicas e a higiene. E, por meio de diferentes estratégias simbólicas e argumentativas, aproximaram as produções do campo das ciências e das políticas de saúde de suas pautas e reivindicações. Em cada jornal, os sentidos assumidos foram diversos, refletindo as diferentes intenções que motivavam sua publicação, suas concepções sobre o Estado e também sobre os meios adequados para alcançar a mudança desejada.

O processo de institucionalização da bacteriologia, de valorização da ciência, a progressiva legitimação da medicina experimental e as disputas sobre os modelos explicativos sobre o processo de adoecimento foram acompanhados por um processo de circulação, mediação, publicização e diferentes apropriações, usos e reformulações. Tanto no caso dos jornais suburbanos, quanto no operário *A Voz do Trabalhador*, localizamos a utilização de ‘descobertas’ e preceitos científicos como estratégia para conferir legitimidade às demandas desses grupos. A saúde e o adoecimento eram apresentados como argumentos para questões tão diversas quando a necessidade de adoção de medidas pelo Estado para melhorar as condições de limpeza das ruas dos subúrbios, até para sustentar e legitimar a defesa da redução da jornada de trabalho e da superação do trabalho infantil.

Os temas da saúde que ganharam destaque nesses periódicos refletiam tanto a experiência concreta desses sujeitos diante da ocorrência de epidemias e doenças endêmicas quanto o formato assumido pela ação pública diante desses problemas. Assim, no período entre 1900 e 1916, ganharam destaque problemas priorizados na agenda do governo, como as epidemias de febre amarela e varíola, mas também a tuberculose, que não era objeto de uma ação pública abrangente apesar de sua presença constante na vida da cidade, especialmente entre os mais pobres. Sobre a tuberculose Diego Armus (2004) nos chama atenção que, na maior parte dos países, entre 1820 e 1950, a prevalência da tuberculose era tão alta que praticamente todas as pessoas tinham algum contato com a doença e suas consequências. A tuberculose, se configurava naquele período como uma doença “onipresente, especialmente

entre os trabalhadores, mas sem poupar os setores de classe média e mesmo os afluentes” (ARMUS, 2004, p. 398).

Outro aspecto que cabe destacar, é que naquele momento a utilização do termo ‘saneamento’ era praticamente ausente no conjunto de periódicos populares analisados. Para se referir as ações do Estado voltadas para a saúde pública, tipicamente, os jornais utilizavam o termo ‘ações de higiene’. Essa expressão, detentora de prestígio e densa de significado naquele contexto, era utilizada para denominar um campo do conhecimento e também as repartições públicas. Posteriormente, como vimos no capítulo 03, no contexto de atuação do Movimento Pró-saneamento, o termo ‘saneamento’ passaria a abrigar um conteúdo político e se relacionar à atuação do Estado em relação a população.

No que diz respeito à definição do papel do Estado e dos limites entre o domínio público e privado das ações, essa diferiu significativamente nos periódicos analisados nesse capítulo. Nos jornais do subúrbio as reivindicações sanitárias compunham os esforços por melhorias das condições de vida e também da construção de uma imagem do subúrbio diante da sociedade. Ou seja, de reivindicação pela inclusão no processo de modernização pelo qual passava a região central da capital. As críticas direcionadas à ausência de ações do Estado naqueles problemas identificados como problemas públicos, muitas vezes, dividiram espaço com o reconhecimento e o elogio às medidas de higiene e profilaxia, bem como da figura de Oswaldo Cruz e da ciência. As queixas também conformavam uma forma de projeção da imagem de que nos bairros do subúrbio residiam pessoas interessadas no ‘progresso’, ‘civilizadas’, apreciadoras das ciências e de seus avanços. A presença de reflexões sobre os serviços de saúde, a elaboração de propostas voltadas para a ampliação da legitimidade das ações de saúde junto a população sinaliza a existência de esforços e iniciativas de moradores dos bairros dos subúrbios da capital em pensar e propor formas de organização dos serviços de saúde.

A imagem do abandono frequentemente mobilizada nos jornais suburbanos se apresenta como uma antecipação histórica da imagem que se projetaria com a divulgação do Relatório de Arthur Neiva e Belisário Penna alguns anos depois. Por um lado, a presença constante da imagem do abandono e da vinculação desse abandono com o adoecimento, reitera a compreensão da agência e da importância política de grupos populares nas mudanças históricas. Por outro, reforça a compreensão que intelectuais e cientistas compartilham das ‘visões de mundo’ do seu tempo histórico, que sua produção intelectual ocorre “em articulação com seus pares e com a sociedade mais ampla” (GOMES; HANSEN, 2016, p. 12).

Já no jornal operário ‘A Voz do Trabalhador’ a ausência de reivindicações direcionadas ao Estado refletia mesmo a compreensão de anarquistas e sindicalistas revolucionários de que a transformação social não seria possível pela ação Estatal. A construção do argumento da doença como resultante da exploração foi a principal marca da abordagem da saúde nesse periódico. Como vimos, em suas páginas, o adoecimento foi mobilizado como resultante das longas horas de trabalho, do trabalho infantil, das péssimas condições de higiene dos ambientes de trabalho, da alimentação inadequada e da moradia precária. Os problemas de saúde eram utilizados como recurso argumentativo para evidenciar o antagonismo existente entre os interesses dos patrões e do Estado e dos trabalhadores e fomentar a identidade e a solidariedade entres esses últimos, que deveriam buscar a solução para esse problema por meio da ação sindical.

Se os jornais suburbanos antecipavam a imagem do abandono e suas relações com o adoecimento, n’A Voz do Trabalhador identificamos o estabelecimento de interrelações entre exploração do trabalho, a exaustão e as más condições de vida com o adoecimento, aspectos que também seriam mobilizados, alguns anos depois, no relatório de Neiva e Penna. Ainda que a prescrição para a superação das causas do adoecimento não fosse a mesma que os sanitaristas defenderiam alguns anos depois – os trabalhadores que atuavam na publicação de A Voz do Trabalhador não pleiteavam a ampliação do Estado, mas guardavam outra concepção e projeto de sociedade. Outro problema mobilizado nas páginas desses periódicos, que depois comparecerá nos discursos dos sanitaristas da década seguinte, especialmente na pauta de Belisário Penna, foi o Alcoolismo.

Nesse sentido, podemos afirmar que, no período anterior à intervenção no debate público do Movimento Pró-saneamento, a recepção das formulações do campo da saúde por esses grupos não foi indiferente ou passiva diante das propostas de intervenções médicas e sanitárias. Em sentido oposto, foi marcada pela preocupação, por formulações e reelaborações de entendimentos e propostas baseadas nas experiências da vida coletiva, na autoimagem desses trabalhadores, nas condições de trabalho e de vida das famílias populares em diálogo com outras tradições do pensamento político e da luta operária que definiam o tipo de inserção política de cada um desses grupos e sujeitos. Ou seja, a saúde foi, em diversas dimensões, objeto de politização por esses grupos, nos apontando que os sujeitos históricos podem, em um mesmo movimento, “aderir a certa mensagem político-cultural” e a “subverter de várias maneiras por estratégias de seleção e usos” o conhecimento formulado em determinada época (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16).

## 5 SAÚDE E O SANEAMENTO RURAL PELAS PÁGINAS DA VOZ DO POVO E COLUNAS SUBURBANAS (1916-1920)

No período que antecedeu a intensificação do debate público sobre a saúde e a atuação da Liga Pró-saneamento, como vimos, a saúde já era tematizada tanto em jornais vinculados à causa operária quanto naqueles que buscavam falar em prol dos subúrbios cariocas. Nos diferentes periódicos analisados a questão da saúde assumiu múltiplos sentidos e compôs diferentes estratégias de lutas e reivindicações. Os enquadramentos dados à saúde e ao adoecimento nesses periódicos anteciparam alguns dos elementos que conformariam o diagnóstico formulado no bojo do movimento sanitário nas duas últimas décadas da Primeira República e também abrigavam aspectos dissonantes.

O presente capítulo busca reunir elementos sobre como a saúde e o saneamento compareceram em alguns periódicos publicados e organizados por grupos sociais populares durante o período de atuação do Movimento Pró-saneamento, entre o final da década de 1910 e anos iniciais da década de 1920. Nesse momento, cabe investigar em que medida movimentos, associações populares e trabalhistas incorporaram, ressignificaram ou se opuseram a interpretação, ao projeto de nação e às intervenções orientadas pela proposta do saneamento dos sertões. Assim, foram analisadas as edições disponíveis do jornal operário Voz do Povo (1920), da Revista Suburbana (1918; 1922) e também notícias e seções sobre os subúrbios presentes em jornais comerciais, em especial, a seção ‘O Suburbio’ publicada no jornal O Paiz, em 1918.

### 5.1 O sertão [não] é aqui: pleitos por saneamento para os subúrbios da capital

“[...] o interior começa nos subúrbios da capital do país.”

Belisário Penna (1920, p.7)

"É inacreditável que a zona povoadíssima compreendida entre o Engenho de Dentro e Madureira, a uma hora da Avenida Rio Branco, subúrbios da capital do vastíssimo Brasil cujo sertão se pretende agora sanear, não tenha esgotos! Pois não tem!"

Mario Reis (Revista Suburbana, 06/07/1918)



Como nos apontam os trabalhos de Gilberto Hochman (1998b) e Nísia Trindade (2013), o Movimento Sanitarista da Primeira República promoveu uma redefinição dos limites entre o litoral e o sertão do país. Nas palavras de Hochman (1998b, sp.), “os sertões dos médicos-higienistas caracterizavam-se pela concomitante ausência de poder público e onipresença de doenças endêmicas”. Por essa definição “médico-política” os sertões começariam no “final da avenida Rio Branco” (HOCHMAN, 1998b, sp.), incorporando assim os bairros do subúrbio da capital do país.

Como vimos no capítulo anterior, as iniciativas de periodismo que tinham a defesa dos subúrbios cariocas como sua motivação central denunciavam reiteradamente o abandono daqueles bairros pela administração pública e atribuíam a essa condição de desamparo a causa do surgimento de inúmeras doenças naquela região da cidade. Essa denúncia era acompanhada do diagnóstico da existência de uma distribuição desigual de recursos entre as regiões centrais do Distrito Federal que, naquele momento, abrigavam diversas iniciativas de melhorias urbanas, ao passo que as ruas suburbanas, espaço onde residiam os trabalhadores que produziam e financiavam o embelezamento do centro carioca, seguiam abandonadas. A partir da localização das fissuras e contradições existentes entre a proposta do saneamento rural e a vivência cotidiana dos bairros periféricos, a reivindicação impressa naqueles periódicos buscava o reconhecimento da sua condição, não de sertão, mas de ‘dentro’ – de parte integrante daquela capital que se projetava ao futuro da nação em construção.

No final da década de 1910 e início da década de 1920 esses periódicos seguiam tematizando a vida cotidiana dessas localidades, cobrindo as atividades culturais, propagandeando o comércio local e denunciando os problemas da infraestrutura urbana. No ano de criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, a intensificação do debate sobre a questão sanitária observada nos principais periódicos comerciais da cidade também compareceu nos periódicos feitos nos, para e pelos subúrbios. Nesse momento, as reportagens e artigos sobre a saúde passaram a incorporar as endemias rurais, antes pouco ou nada mencionadas dentre os problemas de saúde característicos dos bairros suburbanos e zonas rurais da capital, como uma questão relevante e reflexo da ausência de ações das autoridades públicas. As verminoses, em especial, o ‘amarelão’ se somavam à tuberculose, à varíola e às ameaças das doenças transmitidas por mosquitos e águas fétidas no diagnóstico do quadro sanitário suburbano impresso nas páginas suburbanas.

Em julho de 1918, o primeiro número da Revista Suburbana, periódico ‘modesto’ do bairro do Engenho Novo (BRASIL, 2021), dedicou três colunas ao debate do saneamento. O

artigo, assinado pelo médico suburbano Mario Reis<sup>127</sup>, afirmava que naquele momento "quando tanto se [falava] em saneamento do Brasil" cabia lembrar as autoridades da situação na qual os subúrbios da capital se encontravam. Nessa publicação localizamos o argumento que iria marcar parte das publicações sobre o tema nos periódicos suburbanos e também se apresentaria no jornal operário Voz do Povo – no qual se apontava para a existência de uma contradição entre a defesa enfática do saneamento dos sertões “longínquos do país” enquanto nos bairros da capital “os vermes, entre os quaes o ankylostomo”, encontravam-se “por toda parte”. Dessa forma, seria “[...]inacreditável que a zona povoadíssima compreendida entre o Engenho de Dentro e Madureira, a uma hora da Avenida Rio Branco, subúrbios da capital do vastíssimo Brasil cujo sertão se pretende agora sanear [...]” não tivesse uma rede de esgoto. Nesse texto, publicado alguns meses depois da criação da Liga Pró-saneamento, Mario Reis sugeria que o governo iniciasse as obras da tão anunciada campanha de saneamento pelos subúrbios como uma forma de exemplificar os benefícios da medida para a população, provando assim a capacidade de ação dos agentes públicos de realizar a obra nos sertões "onde tudo seria longe e difícil". O artigo defendia ainda a necessidade de ir além do combate às verminoses, a ação pública de saneamento deveria incluir também a profilaxia da malária, o combate à sífilis, à tuberculose, à lepra, e ao ‘typho’.<sup>128</sup>

As endemias e a questão do saneamento também compareceram no suplemento diário voltado aos subúrbios publicado pelo periódico ‘O Paiz’. De acordo com Mendonça (2017, p. 34) já nas primeiras décadas do século XX os grandes jornais da capital desenvolveram iniciativas para atrair a atenção do público de leitores dos subúrbio por meio da criação de seções que tinham como objetivo “dar publicidade às ações e reivindicações de trabalhadores e proprietários nos diferentes distritos, que eram também potenciais leitores e consumidores de notícias, opiniões e reclames publicitários”. Fez parte desse movimento a inserção de jornalistas que faziam parte de uma “rede comunicativa suburbana”, ou seja, que atuaram na criação, direção e produção de periódicos suburbanos, nos principais jornais comerciais da capital (MENDONÇA, 2017, p. 21). Sobre a existência dessas seções nos jornais comerciais, Mendonça (2017) argumenta que:

Os subúrbios não eram apenas territórios que forneciam assuntos e notícias cuja população cumpriria apenas o papel de leitores. Agora, mais do que

---

<sup>127</sup> Mario Reis residia e atuava como clínico no bairro de Inhaúma.

<sup>128</sup> Reis, M. Saneamento. *Revista Suburbana*, Rio de Janeiro, p.15-16, 06 jul. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/821691/per821691\\_1918\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/821691/per821691_1918_00001.pdf)

nunca, os grupos mais articulados dessas zonas passavam a explorar a imprensa com o intuito de transformar em pauta jornalística os desafios e dilemas que acreditavam enfrentar, tornando-se ainda assim, também eles produtores de conteúdo, disputando o controle sobre a opinião de parcela significativa dos moradores da cidade (MENDONÇA, 2011, p. 61–2).

Esse foi o caso da atuação de Xavier Pinheiro, jornalista que na década anterior havia atuado como redator e editor do periódico ‘O Suburbio’<sup>129</sup>, na direção do suplemento dedicado a causa suburbana publicado no ‘O Paiz’ entre março e julho de 1918 (MENDONÇA, 2017). O suplemento, inicialmente denominado “O Suburbio: Publicação diária consagrada aos interesses suburbanos”, veiculava anúncios, noticiava eventos da vida cultural e social suburbana, apresentava reportagens sobre a história e a geografia dos bairros da cidade e contava com colunas que abordavam temas da vida operária<sup>130</sup>. Em sua primeira edição o suplemento foi apresentado como a entrada do jornal O Paiz na campanha “para melhorar e transformar os subúrbios”. O argumento mobilizado em seu texto de apresentação defendia que a má distribuição de recursos pelas autoridades municipais entre as diferentes regiões da cidade era a principal causa das condições precárias dos bairros suburbanos. Segundo o editorial do suplemento, a prefeitura “esbanjava com os bairros ‘chics’ [...] para satisfazer a vaidade dos ricos proprietários” enquanto a relação com os subúrbios era marcada por um “flagrante menosprezo”<sup>131</sup>. Como vimos no capítulo anterior, a relação entre desigualdade da distribuição de recursos, sua consequência para a infraestrutura da cidade e as condições de saúde era uma consciência compartilhada. Exemplifica o enraizamento desse argumento o texto assinado por Lima Barreto e publicado na Revista Careta em 1921:

De uns tempos a esta parte – e isto só data dos meados da república – tomou-se dos nossos dirigentes e mais magnatas uma vaidade singular: a vaidade de Botafogo e adjacências. O resto do Rio não existe; mas paga imposto. O Rio é Botafogo; o resto é a cidade indígena, a cidade negra. Não merece a mais simples mirada...<sup>132</sup>

Assim como nas publicações suburbanas, o suplemento dirigido pelo jornalista local Xavier Pinheiro tinha como pauta central o pleito por melhoramentos para aquela região da

<sup>129</sup> Cujos exemplares disponíveis foram analisados para a construção do capítulo 04.

<sup>130</sup> A partir do final de maio passou a se chamar “Seção Suburbana”. Contribuíram para esse jornal diversos jornalistas suburbanos como Pinto Machado e Mariano Garcia.

<sup>131</sup> Aspiração Justa. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.9, 01 mar. 1918. Disponível em: [memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12195.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12195.pdf)

<sup>132</sup> Barreto, Lima. Botafogo e os Pró-Homens. *Revista Careta*, Rio de Janeiro, p. 10, 06 ago 1921. Disponível em: [careta\\_1921\\_685.pdf](http://careta_1921_685.pdf) (bn.br)

cidade. Em suas páginas foram impressas reivindicações por melhorias na educação pública, campanhas em defesa da arborização das ruas suburbanas, pleitos por aperfeiçoamentos no sistema de transporte público, por fornecimento de água encanada, pela ampliação da segurança pública, contra a carestia da vida e o alto preço dos alimentos e, também, por melhorias relacionadas ao saneamento. O debate sobre a saúde pública nesse suplemento compunha parte das reclamações e denúncias mais amplas sobre os melhoramentos necessários àquelas localidades. Já em sua primeira edição, o jornal afirmava que mesmo as ruas mais populosas do subúrbio se encontravam em um “estado de imundice”. Segundo a publicação, a existência de inúmeras valas e as péssimas condições de higiene das casas coletivas seriam a prova que a DGSP ignorava aquela região<sup>133</sup>.

A denúncia de ruas e buracos com condições propícias a proliferação de mosquitos<sup>134</sup>, ‘focos de miasmas’<sup>135</sup> compareceram em praticamente todas as edições do suplemento. A vinculação entre a má alimentação e o adoecimento seria outro argumento frequente em reportagens que denunciavam a comercialização de alimentos estragados, como carne e leite, e exigiam a fiscalização das condições de higiene dos mercados e restaurantes pelas autoridades de saúde pública. A associação entre as condições de vida, a pobreza, a carestia e o adoecimento também marcariam o tom de diversas publicações sobre a saúde da população<sup>136</sup>.

Um dos agravos correlacionados às condições de vida nos artigos publicados no suplemento foi a mortalidade infantil. Essa questão, que como vimos foi objeto de um extenso nos jornais comerciais, foi tema de uma série de seis reportagens com a opinião de “alguns conhecidos e conceituados clínicos suburbanos” para “orientar o governo para as necessárias providencias”<sup>137</sup>. Todos entrevistados apresentaram a mortalidade infantil como um problema de múltiplas causas, concordavam sobre a importância das perturbações gastrointestinais, das verminoses e outras doenças infecciosas na morte de bebês nos bairros do subúrbio da capital

---

<sup>133</sup> Ibidem.

<sup>134</sup> Mosquitos aos Turbilhões. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1918. O Suburbio, p.9. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12208.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12208.pdf)

<sup>135</sup> Foco de miasmas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 03 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12197.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12197.pdf)

<sup>136</sup> Ceifa alarmante. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 08 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12202.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12202.pdf)

<sup>137</sup> As causas da mortalidade infantil. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12223.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12223.pdf)

e também sobre as relações entre aquelas mortes tão precoces e “um problema que envolve, no seu todo, uma questão econômico-social”<sup>138</sup>. Em cada entrevista, entretanto, os médicos suburbanos enfatizavam diferentes causas. Alguns identificavam na atuação de curandeiros e parteiras “ignorantes” o principal problema. Outros atribuíam à interrupção do aleitamento materno, por ignorância ou por má nutrição materna, e a conseqüente substituição por leite animal de origem duvidosa, a causa mais frequente. As soluções prescritas passavam pela estruturação de serviços de puericultura, por medidas para a educação materna, pela adoção de medidas eugênicas, até mesmo por medidas mais amplas para a melhoria das condições de vida da população, além da regulamentação do trabalho das mulheres nas fábricas <sup>139</sup> e a proposta de criação de postos de assistência públicos<sup>140</sup>.

O combate às endemias rurais por meio da adoção de medidas de saneamento também foi elencado entre as possíveis soluções da mortalidade infantil, ainda que sua importância não fosse ponto pacífico. O médico suburbano Antonio dos Santos, por exemplo, reafirmava a centralidade das verminoses para a morte de crianças pequenas, apresentando o saneamento dos subúrbios e da baixada como a principal medida para o combate à mortalidade infantil<sup>141</sup>. Por outro lado, entrevistados como Mario Reis criticavam a tese defendida por Belisário Penna de que as verminoses seriam a principal causa da morte precoce de crianças. Para o médico, a verminose mataria, mas não tanto quanto a “alimentação defeituosa”, sendo assim uma medida insuficiente para a resolução do problema<sup>142</sup>.

A abertura, organização e financiamento de serviços de saúde públicos nos bairros suburbanos também seria objeto de debate no espaço do suplemento ‘O Suburbio’. Assim, como no periódico de mesmo nome publicado em 1908, na seção do jornal O Paiz de 1918, encontramos textos assinados por ‘Miguel do Paraiso’ defendendo a organização de serviços de assistência nos subúrbios para atendimento às urgências e também artigos defendendo a

<sup>138</sup> As Causas da Mortalidade Infantil (II). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 01 abr. 1918. O Suburbio, p.08. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12226.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12226.pdf)

<sup>139</sup> As Causas da Mortalidade Infantil (V). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 25 abr. 1918. O Suburbio, p. 09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12250.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12250.pdf)

<sup>140</sup> As Causas da Mortalidade Infantil (VI). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1918. O Suburbio, p.11. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12253.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12253.pdf)

<sup>141</sup> As Causas da Mortalidade Infantil (III). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12230.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12230.pdf)

<sup>142</sup> As causas da mortalidade infantil. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12223.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12223.pdf)

abertura de uma maternidade nos subúrbios<sup>143;144</sup>. A defesa da ampliação de serviços públicos de assistência à saúde também compareceria em carta publicada no jornal sobre a abertura e manutenção de policlínicas na região. Diante das notícias da abertura de uma Policlínica Suburbana por iniciativa privada, a carta assinada por Paulo dos Santos defendia que esses serviços de saúde eram necessários, mas deveriam ser mantidos pelo Estado e não por interesses privados, uma vez que esses só visariam “o mercantilismo, sob a capa da caridade ou a popularidade, a fama para que lhes não falhem os cálculos”<sup>145</sup>.

Em abril de 1918, as ações da Liga Pró-saneamento do Brasil e dos Postos de Profilaxia começaram a ganhar algum espaço nas páginas do suplemento suburbano. A proposta de saneamento rural como uma solução para os problemas nacionais compareceu, principalmente, nos textos de autoria do jornalista e ex-operário, Pinto Machado, assinados sob o pseudônimo de Itagy. Como vimos no capítulo anterior, Pinto Machado, em sua atuação como editor e redator do jornal da União Operária do Engenho de Dentro e, posteriormente, como jornalista no ‘Echo Suburbano’ assinou artigos que vinculavam a melhoria da saúde da população a melhorias nas condições de vida e a ampliação da capacidade de organização e luta dos trabalhadores. Em 1918, foi responsável pela publicação de diversos artigos em defesa da lavoura e da produção rural nos bairros suburbanos. Foi no contexto da carestia de gêneros alimentícios na capital e de seu engajamento nas atividades do Comitê de Propaganda e Ação Pró-Lavoura, que Pinto Machado mobilizou o argumento central da tese do movimento sanitário da Primeira República – em seus textos o saneamento é apresentado como condição para “ter trabalhadores sadios, capazes de muito produzir”<sup>146</sup>.

Em artigo publicado em 17 de abril de 1918, Pinto Machado festejava a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil afirmando que não havia “problema de maior importância para o povo do que o saneamento, não dizemos já em localidades distantes, nos sertões do Brasil grandioso e enorme, mas dentro do próprio Distrito Federal, na zona rural e na baixada do Rio de Janeiro”. Assim como nos textos publicados na Revista Suburbana naquele

---

<sup>143</sup> Sabbatina. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12203.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12203.pdf)

<sup>144</sup> Maternidade Suburbana. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 09 mar. 1918. O Suburbio, p.09. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12203.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12203.pdf)

<sup>145</sup> As Policlínicas. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 15 abr. 1918. O Suburbio, p.9. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12240.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12240.pdf)

<sup>146</sup> Itagy. Protecção á Lavoura. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 04 abr. 1918. O Suburbio, p.9. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12229.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12229.pdf)

mesmo ano, pelo olhar do jornalista suburbano, ex-operário e sindicalista, não se tratava de reconhecer aqueles bairros como partes do sertão, mas de denunciar que o problema do saneamento causava suas consequências **dentro** mesmo do Distrito Federal. Nesse artigo o jornalista defendia que as ações de saneamento – aparentemente compreendida em um sentido mais estreito – como a realização de obras hidrográficas, deveriam ser acompanhadas pela “Higiene dos campos” – ações para ensinar “ao povo [...] a conhecer um pouco a higiene de si, a precaver sua prole contra o parasita que inutiliza o vivente para sempre”<sup>147</sup>. Segundo o autor, essas ações propostas pela Liga Pró-Saneamento seriam urgentes dado que:

O povo que habita as paragens distantes do Distrito Federal, nada tem por si. Bebe agua da cacimba á flor da terra, deposito amplo de todas as matérias que as enxurradas carregam e quando fica enfermo, toma um purgante feito em casa ou vai ao curandeiro com pretensões a espirita e bebe as aguas que o intrujão lhe receita. Não morre, porque não tem que morrer e só por isso. Quando alguém tem ‘amarelão’, cujo micróbio é hoje conhecido pela sciencia, manda-se o enfermo pitar. E esse povo, creado ao Deus dará, á mercê da sua ignorancia, sem conhecimentos, poderá um dia ser proveitoso a pátria? Não. Mesmo porque a pátria nada lhe deu, em nada concorreu para o seu bem-estar.<sup>148</sup>

Pinto Machado não foi o único a imprimir a defesa do saneamento dos subúrbios no suplemento d’O Paiz. Outras notícias cobriram atentamente a inauguração de novos postos de profilaxia rural<sup>149</sup>, reivindicaram um maior aporte de verbas para o funcionamento desses serviços<sup>150</sup> e solicitaram visitas de Belisário Penna a outras regiões da capital, colégios e oficinas de trabalho para que o sanitarista pudesse reconhecer que os serviços oferecidos no Posto da Penha eram necessários em uma área maior da cidade. Segundo o suplemento, dado que Belisário Penna havia se envolvido “em uma empresa tão trabalhosa, por amor de seus semelhantes, justo que nenhum esforço [poupasse] em se tratando de socorrer os enfermos dessas moléstias”<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup> Itagy. Pela Zona Rural (VII). *O Paiz*, Rio de Janeiro, 17 abril 1918. O Suburbio, p.06. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12242.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12242.pdf)

<sup>148</sup> Ibidem.

<sup>149</sup> Inauguração do Posto Sanitário dos Pilares. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 27 maio 1918. O Suburbio, p. 10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12282.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12282.pdf)

<sup>150</sup> Vai ser feita a hygiene rural. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 23 abr. 1918. O Suburbio, p.06. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12248.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12248.pdf)

<sup>151</sup> Contra a ankylostomiase. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 abril 1918. O Suburbio. p.9. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12241.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12241.pdf)

O saneamento era apresentado como “palpitante ao subúrbio do Distrito Federal” e necessário para o combate a doenças como “febres palustres, typhoides e outras” que atingiam e deixavam gravemente enfermas muitas pessoas na capital. Essas doenças seriam “moléstias **que dentro** e bem perto do Distrito Federal” atingiam e eram responsáveis pela morte de diversos habitantes, sendo “um entrave ao progresso que os seus habitantes desejam”. Nesse momento, a figura de Belisário Penna é descrita como “um dos poucos médicos que se interessam pela vida alheia” e sua atuação a frente do posto de profilaxia é apresentada como indício de seu conhecimento sobre a gravidade do cenário sanitário dos bairros suburbanos e da indiferença dos governos diante desse quadro <sup>152</sup>. Em alguma medida, a procura pelo famoso militante da Liga Pró-saneamento consistia mesmo em legitimar um conhecimento e uma luta que já estava em curso no subúrbio.

Nas páginas d’O Suburbio também foram direcionadas críticas à atuação da DGSP. Remetendo à icônica frase de Miguel Pereira, o artigo intitulado “Vasto Hospital Suburbano” afirmava que nos subúrbios havia um “fingimento de higiene”. Segundo o texto, a existência daquele que seria “um departamento ‘luxuosíssimo’ de empregos, carga tremenda na despesa do Ministério do Interior” não se revertia em benefícios para os subúrbios. Após a morte de Oswaldo Cruz, segundo o artigo, não teria existido nenhum avanço nos assuntos de saneamento, mesmo com o trabalho “hercúleo” de Belizario Penna na região da Penha. Nesse texto as ações de saneamento para aquela região da cidade são colocadas como condição para que o “vasto hospital suburbano” passasse a “ser um dia a sub-cidade do Districto Federal”<sup>153</sup>.

O debate pelo saneamento, o diagnóstico da doença como marca central da nacionalidade e desafio primordial da nação em construção, foi mobilizado nas páginas do suplemento dirigido e redigido por jornalistas e militantes suburbanos no contexto da busca por incorporação daqueles bairros ao progresso observado nas regiões centrais da capital. Nesse movimento, evidenciavam-se legitimação e crítica ao conhecimento elaborado pelas autoridades da saúde pública.

Como mencionado, a análise desse suplemento em comparação com os jornais publicados nos subúrbios nos anos anteriores aponta para uma crescente visibilização e reconhecimento público das endemias rurais enquanto um problema de saúde pública

---

<sup>152</sup> Pró-saneamento. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 28 abril 1918. O Suburbio, p.11. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12253.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12253.pdf)

<sup>153</sup> Vasto Hospital Suburbano. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 31 maio 1918. Secção Suburbana, p.10. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1918\\_12286.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1918_12286.pdf).



relevante. Nos periódicos que buscavam falar por e para os subúrbios aqui analisados, durante a atuação do Movimento Pró-Saneamento, a questão sanitária não foi mobilizada como prova que o sertão era logo ali, mas como denúncia do abandono que parte de dentro da capital estava submetida. Se os bairros não tão distantes não contavam com condições sanitárias mínimas, se as endemias rurais eram responsáveis pelo adoecimento e morte no Distrito Federal, como poderia o governo empreender o saneamento de todo o sertão do país?

## **5.2 Saúde e saneamento na ‘Voz do Povo’: como sanear em condições de vida e trabalho que adoecem?**

Sob a influência do cenário internacional, os anos finais da década de 1910 e do início da década de 1920 foram marcados por um clima revolucionário entre os militantes operários brasileiros. As repercussões da Revolução Russa, dos assassinatos de militantes na Europa, como Rosa Luxemburgo, e das greves que ocorreram em diversos países, ao longo do ano de 1919, influenciavam a mobilização dos militantes brasileiros, reforçando o diagnóstico de que o momento exigia organização por parte dos trabalhadores<sup>154</sup>. Ao mesmo tempo, a repercussão desses acontecimentos alimentava os temores da elite nacional e as reações contra as diferentes iniciativas de organização e ação política dos trabalhadores brasileiros (GOMES, 2005a). Após as greves de 1917 e 1919, as prisões arbitrárias, o fechamento de associações e periódicos operários, as deportações e desterro passaram a ser cada vez mais frequentes (BATALHA, 2003).

Foi nesse contexto de notícias que inspiravam os anseios revolucionários e impulsionavam as ações de repressão aos trabalhadores que o jornal Voz do Povo veiculou, em edições diárias, notícias sobre a atuação de sindicatos, artigos sobre o cenário nacional e internacional e divulgou análises de militantes anarquistas, sindicalistas revolucionários, comunistas e socialistas<sup>155</sup>. Publicado ao longo do ano de 1920 pela Federação dos

---

<sup>154</sup> De acordo com Claudio Batalha (2009, p. 184), entre 1917 e 1919 observou-se no Rio de Janeiro e em São Paulo a criação de “mais organizações operárias do que em qualquer outro período equivalente”. Essa tendência de crescimento repentino, para o autor, pode ser interpretada como indicativo da instabilidade das organizações operárias no período, mas também da disponibilidade dos trabalhadores para a organização e a atuação política.

<sup>155</sup> Ângela Castro Gomes (2005) destaca a participação de anarquistas consagrados como Otávio Brandão, Fábio Luz e Mâncio Teixeira e dos socialistas Mauricio de Lacerda e Evaristo de Moraes.

Trabalhadores do Rio de Janeiro (FTRJ), o jornal *Voz do Povo*, contou com o apoio de, ao menos, sete sociedades de trabalhadores – incluindo os trabalhadores têxteis, da construção civil, culinários, padeiros, de transportes terrestres e marítimos, metalúrgicos, entre outros. Com publicação diária, o periódico *Voz do Povo* possuía uma redação própria e um corpo de redatores indicado por essas associações (SODRÉ, 1999).

Suas páginas dedicavam um amplo espaço para a cobertura dos acontecimentos da Europa, para a propaganda das ideias anarquistas e socialistas e para a defesa da necessidade de organização dos trabalhadores em sindicatos. Em todas as suas edições, assim como havia sido n'A *Voz do Trabalhador*, eram convocadas e registradas as reuniões realizadas por sindicatos e noticiadas as greves e comícios. O jornal também constituiu um meio para a organização de eventos públicos, como festivais em defesa dos militantes presos e extraditados e suas famílias, que eram realizados, principalmente, na Quinta da Boa Vista.

Ao longo do ano de 1920 o jornal cobriu e fomentou a mobilização da greve geral em apoio aos trabalhadores da Leopoldina, noticiou e defendeu as iniciativas de greves de marmoristas, tecelões e alfaiates, assim como, denunciou as prisões, repressões e perseguições aos trabalhadores grevistas. Também foram objeto de pauta as ações preparatórias e os debates do 3º Congresso Operário do Brasil, realizado naquele mesmo ano. O jornal, que desde sua criação sofreu repressões sistemáticas, foi publicado até 06 de dezembro de 1920, quando, após a prisão de se seus redatores, encerrou suas atividades (SODRÉ, 1999; GOMES, 2005a).

Além das notícias e reflexões sobre aspectos da organização operária e da ação sindical, o jornal também reuniu artigos e reportagens sobre as condições de vida dos trabalhadores e outros aspectos da vida política brasileira. A denúncia reiterada sobre os altos preços dos alimentos, as péssimas condições de moradia e a carestia da vida marcaram presença. E, assim como no *A Voz do Trabalhador*, em 1913, essas condições precárias de vida foram reiteradamente relacionadas aos problemas de saúde vivenciados pelos trabalhadores, com uma maior ênfase para a tuberculose. As ameaças da tuberculose e outras doenças, como o impaludismo e a gripe, foram mobilizadas em reportagens que denunciavam as condições de higiene dos ambientes de trabalho<sup>156</sup>, o trabalho infantil, as péssimas

---

<sup>156</sup> A higiene nas padarias. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 19 set. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00223.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00223.pdf)

condições de moradia<sup>157</sup>, os altos custos de vida e as limitações para acesso a uma alimentação digna<sup>158</sup>. Diante desses inúmeros ‘males sociais’ as medidas de higiene promovidas pelo governo eram insuficientes. No periódico, a explicação que relacionava as condições de vida e o enfraquecimento das resistências físicas com o adoecimento pela tuberculose é estendido para outras doenças contagiosas. Partindo dessa explicação para o processo de adoecimento, a solução para a doença deveria incluir mudanças mais amplas na estrutura social, como explicitado no seguinte trecho sobre a ocorrência de uma epidemia de impaludismo em Santa Cruz:

O impaludismo não é consequência somente de sarjetas mal desobstruídas e sem injeções de creolina. O mal é muito mais transcendente e monta as condições sociaes de uma população. Na miserável vida que levam os habitantes pobres de Santa Cruz, encontram-se facilmente as razões por que é ella victima do terrível mal. Sem habitações limpas e arejadas, alimentando-se deficientemente e mal, aquella gente vae pouco e pouco se depauperando até não mais se poder reagir a infecciosidade do ambiente. As causas mais sérias, essas só uma reforma social profunda as alcançará, o que não pode ser feito pela sociedade capitalista e deshumana em que hoje vivemos.<sup>159</sup>

Em 1920, menos de dois anos após a grande epidemia de gripe na capital, os temores da ocorrência de uma nova epidemia também ficaram impressos nas páginas do periódico operário. As reportagens noticiavam supostos novos surtos da doença<sup>160;161</sup> e denunciavam suspeitas de que o governo, o exército e a saúde pública ocultavam novos casos e óbitos<sup>162</sup>. Alguns dos artigos publicados sobre os receios de uma nova epidemia de gripe também apontavam para a existência de vínculos entre as precárias condições de vida dos trabalhadores da capital e a disseminação da doença. Com base em argumentos e estratégias

---

<sup>157</sup> Os traficantes da miséria: As explorações continuam nas habitações collectivas – para quem apelar? *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 19 maio 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00100.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00100.pdf)

<sup>158</sup> A Tuberculose. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.01, 21 ago 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00194.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00194.pdf)

<sup>159</sup> Os males sociais: O impaludismo em Santa Cruz e o combate da Directoria de Hygiene. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.03, 23 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00046.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00046.pdf)

<sup>160</sup> A gripe no Rio: Os casos augmentam – mais gripados a bordo dos navios vindos do Lazareto. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 10 fev 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00005.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00005.pdf)

<sup>161</sup> A gripe no Rio: no exército um óbito e novos gripados. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 20 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00014.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00014.pdf)

<sup>162</sup> Estamos ameaçados de grippe? Um caso fatal na Santa Casa. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.01, 07 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00003.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00003.pdf)

próximas às utilizadas em relação à tuberculose, comparecia no jornal a divulgação das condições anti-higiênicas das habitações coletivas, a alimentação deficiente, a exaustão por longas horas de trabalho que caracterizavam a vida da maioria absoluta dos moradores na cidade do Rio de Janeiro. Essas condições são apontadas como elementos que, diante da chegada dos primeiros casos de gripe na cidade, teriam contribuído para a disseminação da doença e para o aumento das cifras totais de óbitos. Ao afirmar que a carestia da vida das classes operárias contribuíra para a dramática proporção que a epidemia assumiu na capital do país, a proteção da cidade de uma nova tragédia ficaria condicionada à melhoria das condições de trabalho e habitação dos trabalhadores<sup>163</sup>.

A denúncia de condições que propiciariam a contaminação também foi mobilizada para fomentar críticas às instituições a que parte do movimento operário se opunha – o exército e a igreja (antimilitarista e anticlerical). As péssimas condições a que eram submetidos os militares e a suspeita do surgimento de casos de gripe em instalações militares foi frequente<sup>164</sup>. Também localizamos acusações dirigidas aos riscos envolvidos em determinados rituais da igreja católica, como o caso do ‘beija-pé’, que segundo o jornal seria “uma das maiores porcarias” da igreja católica, dado que homens, mulheres e crianças, enfermos e sãos, beijavam a imagem do de Jesus crucificado, aumentando a possibilidade da transmissão das mais variadas doenças. Considerando que a prática seria de “visível prejuízo coletivo”, o jornal afirmava que caberia a adoção de medidas de restrição pelas autoridades da saúde pública, que segundo o jornal nada faziam, pois, a relação entre o Estado e a Igreja era das “mais comprometedoras e ilícitas”<sup>165</sup>.

Nas edições do jornal também era frequente a publicação de notas sobre acidentes de trabalho, informando o local da ocorrência e o serviço que prestou atendimento ao trabalhador. Vale ressaltar que, no ano anterior, por meio da Lei nº 3.724 de 1919, foi determinado que todo acidente ocorrido no ambiente de trabalho deveria ser notificado à polícia. Dada essa obrigatoriedade, o jornal noticiava os acidentes que haviam sido informados às delegacias de polícia no dia anterior e também denunciavam acidentes não

---

<sup>163</sup> Como em 1918 estamos sujeitos á epidemia da gripe: a falta de hygiene nas habitações collectivas, a carestia da vida e a defficiencia de alimentação. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 11 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00006.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00006.pdf)

<sup>164</sup> A Saúde Pública precisa viver ás claras! E as repartições militares também. Existe ou não existe a gripe na capital? Um caso fatal no Hospital da Vila Militar. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 03 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00026.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00026.pdf)

<sup>165</sup> Semana santa: beija-pé de Christo... *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.01, 03 abr. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00056.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00056.pdf)

declarados, ou tentativas de padrões de ‘esconderem’ incidentes. O jornal apontava para a limitação da legislação e do Estado para reduzir a ocorrência de acidentes, propondo que deveriam ser formadas comissões coordenadas pelos próprios trabalhadores para garantir a adoção das medidas necessárias pelos empregadores e atuar de forma preventiva. Sobre esse ponto é interessante notar que, nas reportagens e artigos publicados no *Voz do Povo* os acidentes de trabalho não eram compreendidos como um problema de saúde pública, mas sim, como casos de polícia. Assim como no *A Voz do Trabalhador*, a compreensão de que a prevenção dos acidentes caberia à luta dos próprios trabalhadores por melhores condições laborais se repetia nas páginas da *Voz do Povo*, associando a garantia de condições seguras ao fortalecimento da ação sindical.

Em diálogo com o debate intelectual e político do período o jornal operário também dedicou espaços para abordar os problemas nacionais e propor soluções. Ao longo de todas as suas primeiras edições é possível identificar uma ênfase na questão da educação, que superaria “em importância, a qualquer outro problema nacional”<sup>166</sup>. Como discutimos no capítulo 02, a educação compunha alguns dos principais diagnósticos sobre o país durante a Primeira República, sendo marca do pensamento de intérpretes como Manuel Bonfim (CANDIDO, 1990; BOMFIM, 2008). Os artigos publicados sobre esse tema relacionavam os desafios do país com o trabalho infantil, com o alto analfabetismo entre a população e o baixo número de escolas e professores. O trabalho infantil e a ausência da garantia ao acesso ao ensino público também eram relacionados a outras questões nacionais, como a saúde e a segurança – ao “povoar de menores as fábricas e oficinas” e “despovoar as escolas” aumentava-se a “necessidade de prisões e hospitais”<sup>167</sup>.

O diagnóstico publicizado pelo Movimento Pró-Saneamento que via nas endemias rurais e na ausência de ações estatais para o saneamento o grande empecilho para a formação nacional não teve a mesma repercussão que os debates sobre a educação no periódico *Voz do Povo*. Em que pese a centralidade atribuída ao tema da educação, a defesa da importância das ações de saneamento compareceu ao longo do ano de 1920 com abordagens diversas e, muitas vezes, contrastantes.

---

<sup>166</sup> Um Problema a Resolver: Educação e Ensino. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.1, 06 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00002.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00002.pdf)

<sup>167</sup> Trabalho de Menores. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.1, 16 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00011.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00011.pdf)

A defesa explícita da interpretação do Movimento Pró-saneamento compareceu de forma mais enfática em dois longos artigos assinados pelo jornalista e político trabalhista Mauricio de Lacerda<sup>168</sup> sobre a questão dos trabalhadores rurais. Nesses textos, o então deputado federal, defendia que a garantia de pão, instrução e saneamento para os trabalhadores dos campos deveria ser uma bandeira central do movimento operário brasileiro. O então deputado justificava seu apoio ao projeto de reforma da Saúde Pública na câmara por entender que o saneamento era uma forma de "[v]alorizar o homem e sua inteligência, criar, de organismos em ruínas, músculos sadios para o trabalho e consciências cultas para as ideias, garantir duas riquezas de um povo: a econômica e a mental". A organização de escolas e serviços de saúde no interior foi apresentada por Lacerda como condição imprescindível para viabilizar a organização dos trabalhadores do campo. Nos campos, segundo o político, a propaganda social deveria começar salvando "a vida e a inteligência" do trabalhador rural, "da morte, das febres, da sombra e da ignorância"<sup>169</sup>.

Para subsidiar suas afirmações, Mauricio de Lacerda, transcreveu trechos do discurso feito pelo "eminente cientista" Belisário Penna em Paraíba do Sul. Na passagem transcrita no *Voz do Povo*, Belisário caracterizava as condições de trabalho nos campos como piores que as garantidas aos animais. Dissertava ainda sobre aquelas que seriam as consequenciais de uma "indústria forçada" que submetia os trabalhadores da cidade às péssimas condições de trabalho e à carestia da vida, estabelecendo vínculos entre as condições de vida dos trabalhadores rurais com as dos trabalhadores urbanos. Segundo Mauricio de Lacerda, a reprodução de trechos do discurso de Belisário Penna tinha dois objetivos. O primeiro, mostrar aos operários que para que sua propaganda social chegasse aos campos eles deveriam antes lutar por instrução e saúde para as zonas rurais. Segundo, para provar aos "conservadores" que já era "tempo de reconhecer no trabalhador um homem e não uma espécie animal"<sup>170</sup>.

Alguns dias depois, trechos de outro discurso de Belisário Penna sobre as condições de saúde dos trabalhadores rurais seriam novamente reproduzidos em um artigo de capa,

---

<sup>168</sup> De acordo com Batalha (2009) Mauricio de Lacerda foi um Deputado Federal pelo estado do Rio de Janeiro entre 1912 e 1920 que contava com forte apoio eleitoral entre setores operários como os trabalhadores das oficinas da Estrada de Ferro da Central do Brasil, localizadas no Engenho de Dentro. Lacerda foi um colaborador frequente do *Voz do Povo* ao longo do ano de 1920.

<sup>169</sup> Lacerda, M. O Proletariado dos Campos. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.2, 30 abr. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00083.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00083.pdf)

<sup>170</sup> Ibidem.

também assinado por Mauricio de Lacerda. Em 05 de maio de 1920, a reportagem “Trabalhadores Roceiros” (Figura 8), questionava a percepção de que a campanha pelo saneamento rural se tratava de uma forma de “difamação contra o nosso caboclo”. Tal como na publicação anterior, o deputado justificou a reprodução da fala de Belisário Penna alegando que as formulações do sanitarista deveriam ser consideradas “insuspeitas” aos seus “adversários em ideias”, por tratar-se de uma “filha da liberdade de palavra concedida á sciencia contra o preconceito e a politicagem de quase todos”<sup>171</sup>.

Nos trechos transcritos, o sanitarista defendia que o melhor caminho para a redenção sanitária e econômica do país consistia na “emancipação do trabalhador rural” por meio da divisão dos grandes latifúndios em colônias saneadas pelo Estado, junto a fiscalização dos hábitos dos trabalhadores rurais “nos princípios de hygiene” e da educação. Essas medidas, possibilitariam a desconcentração da riqueza por “centenas de milhares de pequenos proprietários”. Em sua fala, o sanitarista apontava ainda que a divisão dos grandes latifúndios em milhares de pequenas propriedades, em “colônias saneadas”, seria o verdadeiro caminho para o progresso do país e reiterava: “Sanear o Brasil é povoal-o, enriquecel-o, moralizal-o”<sup>172</sup>.

---

<sup>171</sup> Lacerda, M. Trabalhadores roceiros. *A Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 05 maio 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00087.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00087.pdf)

<sup>172</sup> Ibidem.

Figura 8 - Detalhe de capa do jornal Voz do Povo, reportagem sobre discurso de Belisário Penna.



Fonte: Voz do Povo, 05 de maio de 1920.

Pela perspectiva impressa no texto de Mauricio de Lacerda as ações de saneamento seriam necessárias não somente à construção nacional, mas também para viabilizar a tomada de consciência e atuação dos trabalhadores rurais no processo de luta política dos trabalhadores brasileiros. A reprodução dos argumentos do fervoroso militante pelo saneamento dos sertões sobre as medidas necessárias para a emancipação econômica e sanitária do trabalhador rural foi mobilizada por Lacerda no contexto de intensificação dos debates sobre a organização do trabalhador rural e sobre qual deveria ser o papel dos sindicatos urbanos nesse processo de organização. O 3º Congresso Operário Brasileiro, que reuniu 116 delegados de 64 entidades operárias na sede da União dos Operários de Fábricas de Tecido, em abril de 1920, tinha como primeiro tema para discussão a “necessidade da organização dos trabalhadores do campo” (LONER, 1998). Assim, o tema da ‘emancipação do trabalhador rural’ comparecia como uma afinidade eletiva entre a pauta dos sanitaristas pró saneamento rural e as questões que mobilizavam parte dos militantes operários.

Em 20 de agosto do mesmo ano, o argumento central da interpretação do movimento pelo saneamento dos sertões compareceria em outra publicação desse periódico, dessa vez, para direcionar críticas ao Presidente da República. Assinada por José da Parahyba, a reportagem “A Parahyba desamparada” descrevia o abandono como causa do adoecimento dos habitantes de diversas localidades da Paraíba por impaludismo e opilação. Segundo o



artigo, as endemias devastavam até mesmo as regiões mais ricas e próximas da capital do estado, e que o presidente, Epitácio Pessoa, era insensível ao drama de seu estado natal, relegando-o ao abandono<sup>173</sup>.

Além de comparecer nos artigos de Mauricio de Lacerda sobre os trabalhadores rurais e informar críticas dirigidas ao governo federal, o debate sobre a saúde, o trabalho e o saneamento rural assumiu outros formatos no jornal operário, principalmente, em reportagens que apontavam para a existência de contradições entre os argumentos dos militantes pró-saneamento e as ações dos serviços de saúde pública e dos postos de profilaxia rural. Nas páginas do ‘Voz do Povo’, assim como nos periódicos suburbanos nos anos anteriores, foram veiculadas diversas reclamações direcionadas à ‘saúde pública’ sobre a persistência de condições que seriam propícias para o surgimento de doenças em vias públicas – tais como a existência de valas fétidas<sup>174</sup>, o acúmulo de lixo e a ausência de limpeza urbana<sup>175</sup>, a presença de animais mortos e da proliferação de mosquitos em determinadas regiões<sup>176</sup> (Figura 9). Essas reclamações e notas revelavam uma adesão crítica ao argumento pró-saneamento.

---

<sup>173</sup> Parahyba, J. Parahyba desamparada. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.01, 20 ago. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00202.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00202.pdf)

<sup>174</sup> Sanear ou infeccionar? Em pleno o Rio, num dos seus bairros existe uma vala que está infeccionando os habitantes locais. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00034.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00034.pdf)

<sup>175</sup> O povo reclama com a saúde pública. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p. 03, 19 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00013.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00013.pdf)

<sup>176</sup> Para a saúde pública ler: uma casa invadida por mosquitos. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.3, 20 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00014.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00014.pdf)

Figura 9 - Recortes do Voz do Povo de notícias sobre reclamações da população sobre o saneamento de ruas da capital



Fonte: Voz do Povo, 11/03/1920; 19/02/1920; 20/02/1920

Em algumas dessas notas, as condições insalubres de determinadas ruas e bairros da cidade eram apresentadas em contraponto à proposta do movimento pró-saneamento: como se poderia debater e publicizar tanto a importância do saneamento do país se diversas ruas dos bairros da capital, em especial dos bairros onde residiam os trabalhadores, proliferavam as mais diversas doenças? Em uma reportagem sobre a existência de lixo, lama e mosquitos nas ruas do bairro de Ramos, local nas intermediações do Posto de Profilaxia Rural da Penha, por exemplo, o jornal questionava como, no mesmo momento em que “tanto alarde se faz[ia] por ahi a prophylaxia rural e do saneamento dos subúrbios”, a saúde da população de Ramos seguia a “mercê do descaso de quem por ela deveria se interessar.”<sup>177</sup>

A identificação de incoerências e lacunas entre o discurso pró-saneamento, o conceito que se formava em torno da ideia de sanear e as ações realizadas pelo Estado também deram o tom das denúncias das condições laborais dos trabalhadores que atuavam nas obras de saneamento coordenadas pelas autoridades públicas. O periódico Voz do Povo veiculou denúncias sobre atrasos e variações nos pagamentos<sup>178</sup> e também sobre o adoecimento dos trabalhadores da saúde pública que sinalizavam para a contradição existente

<sup>177</sup> Pela saúde do Povo. O que Ramos reclama em vão. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.1, 10 jun. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00122.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00122.pdf)

<sup>178</sup> Abra o olho sr. Carlos Chagas! As explorações de que estão sendo victimas os serventes da Saúde Pública. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.2, 28 abr. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00081.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00081.pdf)

entre a promessa de, por meio do saneamento, resgatar a capital e o interior do país e a efetivação dessas ações mediante a exploração de trabalhadores que atuavam nas obras de saneamento. Um desses artigos sobre o atraso dos pagamentos foi publicado em 16 de junho de 1920. Assinado por ‘trabalhadores da saúde pública’ o artigo criticava os atrasos mobilizando de forma irônica os argumentos do próprio movimento sanitário. Segundo o artigo, se a preguiça do brasileiro seria explicada pelo verme da ancilostomíase, Belisário Penna, então chefe do Serviço de Profilaxia Rural, “bem poderia também combater o verme da morosidade (de sua repartição)” que explicaria o atraso nos pagamentos dos operários<sup>179</sup>.

A denúncia do abandono e das precárias condições de vida e de saúde dos trabalhadores das obras de saneamento da Baixada Fluminense também seria impressa no jornal. Segundo notícias veiculadas os trabalhadores das obras de saneamento estavam morrendo de “febre e fome”. Ao noticiar o adoecimento e morte de três trabalhadores por impaludismo, sem assistência médica ou qualquer forma de tratamento adequado na zona de Porto das Caixas<sup>180</sup>, o jornal classificava o saneamento da Baixada Fluminense como um empreendimento grandioso, necessário para livrar “a população [...] das terríveis febres palustres, febres que ceifavam grande número de desgraçados”. Entretanto, essa obra necessária estaria ocorrendo por meio de “um crime bestial” – a ausência de socorro aos trabalhadores acometidos pelas febres. Nas obras de saneamento em curso naquele momento, os trabalhadores vivenciariam “os maiores horrores durante as doze horas diárias, horas que são obrigadas a passar dentro de brejos”. Apesar de serem descontados com o valor de um dia de serviço para o custeio de cuidados médicos, os operários seguiam “desamparados por completo” dado que o médico pago com o dinheiro desses trabalhadores se negava a atendê-los no local do trabalho<sup>181</sup>.

Sendo atribuído ao conceito de ‘saneamento’ o sentido oposto ao ‘abandono’, as condições precárias as quais aqueles trabalhadores eram submetidos seriam incompatíveis com a ação de ‘sanear’. O abandono seria a origem do adoecimento daqueles trabalhadores. E

---

<sup>179</sup> Prophylaxia rural: progresso de caranguejo. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 jun. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00128.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00128.pdf)

<sup>180</sup> Os proletários que trabalham na obra de saneamento da Baixada Fluminense morrem impaludados no maior abandono. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.2, 24 jun. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00136.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00136.pdf)

<sup>181</sup> A Baixada Fluminense. Como se matam trabalhadores: De febre e de fome! *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 25 jun. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00137.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00137.pdf)

seria por meio da reprodução desse quadro de abandono/adoecimento/exploração que a elite estava prometendo promover o saneamento do país:

[...] a condição dos trabalhadores da Baixada Fluminense é de completa miséria acrescida ainda mais dos horrores da enfermidade e da exploração capitalista que ali se pratica em alta escala. [...] Existe lá uma empreitada para o serviço de saneamento, em cuja frente se acha um facultativo que está aproveitando da miséria dos trabalhadores para impor conduções vexatórias e desumanas. E é dessa forma que a burguesia nacionalista quer sanear o Brasil.<sup>182</sup>

Nas notas e reportagens que denunciavam a miséria e o adoecimento vivenciados pelos trabalhadores residentes nos subúrbios, o diagnóstico de abandono, da precariedade e exploração, também presente no relatório de viagem de Neiva e Penna, descreve não os sertões longínquos, mas, o entorno da capital. Além da insalubridade das ruas dos bairros dos subúrbios e das precárias condições dos trabalhadores dos serviços de profilaxia, um outro caso envolvendo o debate do saneamento e as ações da saúde pública repercutiu de forma intensa entre os meses de fevereiro e abril de 1920, não apenas pelas páginas do *Voz do Povo*, mas em diversos jornais comerciais, especialmente nas colunas dedicadas aos temas dos bairros suburbanos. Tratava-se do caso das ‘fossas do Bangu’ que será abordado na próxima seção.

### 5.3 O caso das fossas de Bangu: a quem cabe o dever de sanear?

Em fevereiro de 1920, começaram a chegar às redações de diferentes jornais cariocas, como *A Noite*, o *Correio da Manhã* o *Jornal do Brasil* e também no *Voz do Povo*, cartas com reclamações sobre as ações do Serviço de Profilaxia Rural<sup>183</sup>. Tratava-se de queixas de moradores dos bairros cariocas de Marechal Hermes, Penha, Tury-Assú, Bento Ribeiro, Cascadura, Ilha do Governador e Bangu diante da exigência de que construíssem

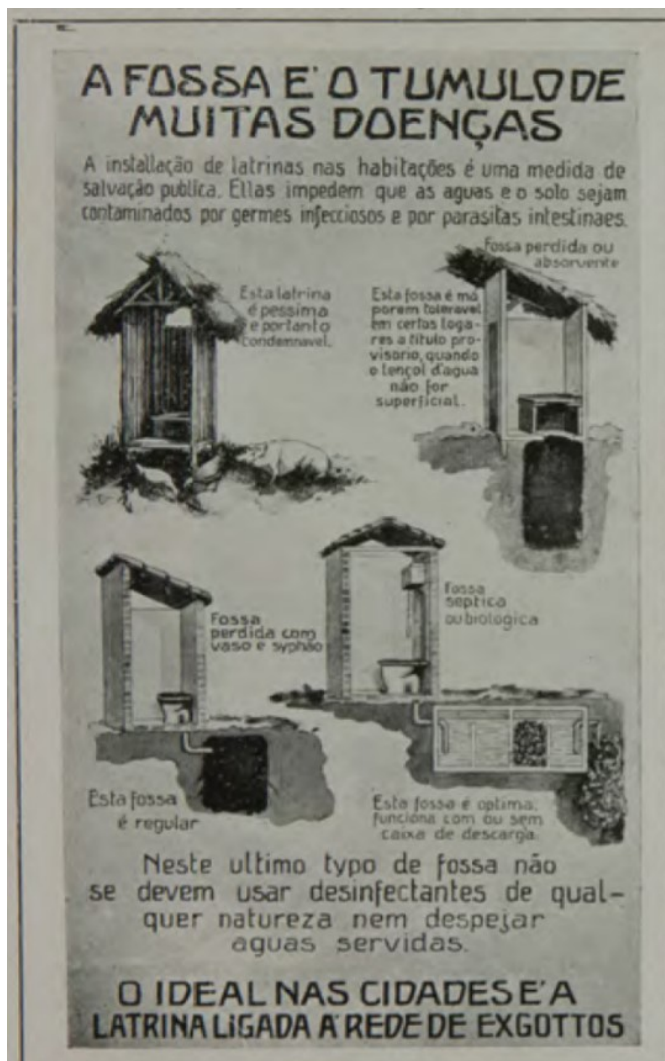
<sup>182</sup> Segundo informações insuspeitas... *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 06 ago. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00179.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00179.pdf)

<sup>183</sup> Como abordado no capítulo 02, o Serviço de Profilaxia Rural foi criado em 1918 no contexto de atuação do Movimento Pró-Saneamento. Inicialmente, sua criação significou a possibilidade de o governo federal atuar nos Estados por meio de acordos. Em 1920, o Serviço de Profilaxia Rural, sob direção de Belisário Penna, foi incorporado à recém-criada DNSP e tinha como suas atribuições a instalação de postos de profilaxia nos estados e também era responsável pelas ações de combate às endemias rurais na capital.

fossas e latrinas em suas propriedades ou pagassem multas. Diante dessa medida do Serviço de Profilaxia rural, os moradores desses bairros organizaram diferentes formas de ação política: enviaram declarações aos jornais, organizaram comissões, promoveram abaixo-assinados e pleitearam reuniões com políticos e jornalistas para tratar sobre o tema.

A construção de fossas e latrinas, motivo do dissenso, era uma peça importante do projeto de saneamento rural proposto por Belisário Pena. Em seu já mencionado livro “Saneamento do Brasil”, publicado e largamente divulgado em 1918, o sanitarista afirmava que era uma das atribuições dos serviços de higiene pública instruir cada indivíduo sobre as formas de prevenção bem como oferecer o tratamento aos adoecidos, sem, entretanto, forçá-lo a aceitar essas medidas. Por outro lado, Belisário defendia que o Estado poderia e deveria “obrigal-o á construção e uso de latrinas na sua casa ou no seu estabelecimento” como uma forma de evitar a contaminação do solo e assim “impedir que o indivíduo se torne nocivo á collectividade” (PENNA, 1923, p. 234). Ele também argumentava que nos espaços rurais, pelas distâncias e custos envolvidos, não caberia defender a instalação de um sistema de esgoto. Nesse caso deveriam ser construídas latrinas ligadas às fossas (Figura 10).

Figura 10 - Ilustração sobre a instalação de latrinas e fossas como medida de prevenção da infecção por parasitas intestinais publicada no livro O Saneamento do Brasil



Fonte: Penna, 1923, p. 234

Quando, em 1919, já ocupava o cargo de diretor do Serviço de Profilaxia Rural, Belisário Penna defendeu em diversos artigos jornalísticos e falas públicas que a construção de fossas seria a medida mais adequada para a prevenção daquela que, em sua opinião, seria a principal endemia rural, não só dos sertões, mas também dos subúrbios da capital – a ancilostomose. Para o sanitarista, assim como nos sertões do interior do país, a instalação de uma rede de esgotamento sanitário nos subúrbios seria impossível e a proteção de sua população contra o ‘germe da preguiça’ deveria se dar por meio da construção obrigatória de latrinas e fossas sépticas pelos próprios moradores. Essas fossas deveriam ser conectadas à

fossas biológicas, mais eficientes e também dispendiosas, que deveriam ser construídas pelo município<sup>184;185</sup>.

Após a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública<sup>186</sup> a proposta do sanitarista começou a ser posta em prática nos bairros na capital. Já em janeiro de 1920, os agentes dos Postos de Profilaxia Rural começaram a notificar os proprietários das residências de diversos bairros dos subúrbios e estipular um prazo, que variava entre 20 e 30 dias, para a construção das fossas e latrinas. Ao proprietário que não cumprisse as orientações no período determinado eram aplicadas multas.

Diante dessas exigências as reclamações enviadas por moradores aos jornais compartilhavam de um mesmo argumento – o cumprimento das cobranças feitas pelas autoridades sanitárias era impossível. Isto pois o prazo dado era demasiadamente curto, os custos das obras muito altos em comparação ao valor dos imóveis e à renda dos trabalhadores daqueles bairros e o valor das multas, absurdo. Algumas das cartas publicadas questionavam ainda o fato de o Estado impor tais obrigações quando muitos daqueles bairros ainda não tinham acesso a água encanada, iluminação ou mesmo serviço de esgoto. Assim, argumentavam que caberia ao governo cumprir com suas próprias responsabilidades antes de aplicar exigências tão rígidas aos moradores<sup>187;188</sup>.

As cartas e reportagens sobre a questão publicadas nos diferentes periódicos compartilhavam o reconhecimento da importância das medidas de saneamento, sinalizando para a legitimação pública que a proposta alcançara entre a população nos anos anteriores. Esse reconhecimento comparece nas cartas publicadas nos jornais, nas notas e reportagens

---

<sup>184</sup> A Prophylaxia rural do districto: como o prof. Belizario Penna vae resolver o problema. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.1, 25 mar. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_03/45095](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_03/45095)

<sup>185</sup> A Prophylaxia Rural no Estado do Rio: Em defesa de uma região castigada inclementemente pela malária e pelas verminoses: Palavras do Dr. Belisario Penna. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.1, 19 nov. 1919. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1919\\_02849.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1919_02849.pdf).

<sup>186</sup> O DNSP foi criado por meio da publicação do Decreto nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Ainda em 1920, o decreto n. 14.189, de 26 de maio, substituiu o que criara o DNSP, cuja execução foi por duas vezes prorrogada pelos decretos n. 14.227, de 23 de junho de 1920, e n. 14.282, de 31 de julho de 1902. Em setembro daquele mesmo ano, foi aprovada a extensa regulamentação do DNSP por meio do decreto n. 14.354, de 15 de setembro de 1920 (BRASIL, 1920a, 1920b).

<sup>187</sup> Forneçam primeiro água, luz e esgotos! Os pequenos proprietários dos subúrbios obrigados a cousas impossíveis. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.01, 05 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1920\\_02928.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1920_02928.pdf)

<sup>188</sup> Em vez de fossas seria melhor estabelecer rede de esgotos! Eis o que desejam os moradores de Tury-Assú. *A Noite*, Rio de Janeiro, p.2, 05 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1920\\_02956.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1920_02956.pdf)

sobre tema veiculadas tanto nos jornais comerciais quanto no operário Voz do Povo. As reclamações e resistências não questionavam a legitimidade da intervenção do Estado nos temas da saúde pública ou a relevância do combate às endemias rurais, mas sim, contestavam a estratégia utilizada e a definição dos limites entre as responsabilidades do Estado e da própria população.

O Jornal do Brasil repercutiu intensamente o assunto, atuando em defesa da suspensão da exigência de construção das fossas pelos moradores. Artigo publicado em 02 de fevereiro de 1920 nesse jornal afirmava que todas as ações do governo para o saneamento dos sertões eram dignas de reconhecimento por “seu valor e caráter humanitário”. O jornal, entretanto, alegava que nas semanas anteriores haviam sido frequentes as reclamações endereçadas a sua redação sobre as intimações que estabeleciam um prazo de 30 dias para a instalação de latrinas. Segundo o jornal, as cartas informavam que o custo da execução dessas adaptações seria de, em média, 300\$, uma despesa quase sempre superior as posses do pequeno proprietário das zonas rurais que, diante da impossibilidade de cumprir com o prazo e arcar com as multas, seriam obrigados a vender suas pequenas propriedades. A nota terminava com um pedido: de que se cumprisse a nobre missão do governo de sanear os subúrbios, mas que para isso o governo passasse a fornecer mão de obra ou o material para que os proprietários atendessem as exigências<sup>189</sup>. O questionamento quanto ao papel meramente regulador do Estado sugere que a imaginação crítica popular formulava um outro lugar social para o poder público.

A questão das fossas não foi objeto de atenção apenas nos jornais cariocas. É revelador da intensidade do debate sobre a controvérsia a sua presença no desfile de um clube do bairro de Madureira no carnaval daquele ano<sup>190</sup>. O desfile do clube carnavalesco ‘Os Fidalgos de Madureira’ teve como enredo de um dos seus ‘carros de crítica’ uma charge sobre a exigência feita aos moradores do subúrbio para construir fossas sanitárias<sup>191</sup>. No enredo dos Fidalgos, publicado no O Jornal (Figura 11), após a 2ª alegoria, que homenageava a vitória

---

<sup>189</sup> O saneamento rural. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.5, 30 jan. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/549](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/549)

<sup>190</sup> A presença da crítica à questão das fossas no desfile de carnaval de um clube de bairro exemplifica mais do que a amplitude que o debate alcançou, apontando que a resistência política pode estar presente em diversas formas de expressão cultural. Para além das organizações convencionais como sindicatos, partidos e associações comunitárias, fica salientado que a dança, a organização de bailes, o samba, a religião, o futebol e outras vivências consideradas muitas vezes como formas de despolitização, historicamente têm abrigado estratégias de luta política, sobretudo, dos grupos subalternos.

<sup>191</sup> Nos Subúrbios – o préstito dos fidalgos de Madureira. *O Paiz*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/178691\\_05/574](http://memoria.bn.br/docreader/178691_05/574)



do 3º Campeonato Sul-Americano de Futebol pelo Brasil e a atuação do goleiro Marcos Carneiro de Mendonça na final, era apresentado o carro “As fossas”, cujo roteiro era o seguinte: “Bella e muito espirituosa a crítica. Sô Anastaço, distinto cavadô, moradô num casebre de sapê sem soalho haver, fica sem saber como há de viver para taes fossas fazer. Imagine Zé povo quanto riso há de haver. Carros com famílias fantasiadas”<sup>192</sup>.

Figura 11 - Detalhe página 'O Jornal' enredo do desfile dos Fidalgos de Madureira, fevereiro de 1920.

**F. M.**  
**FIDALGOS DE MADUREIRA**

**O GRANDE PRESTITO DE HOJE**

Abram alas! Os Fidalgos vão desfilár  
sua nobreza, sua "nada" que repre-  
senta um "muito" de valor, graça, espó-  
rito e coragem, nesta época de "arro-  
cho", "apertura", "parcimônia" e outras  
bobagens.

Abram alas!  
Uma comissão de frente composta de  
12 socios montados em fogosos gliecos  
da Arábia, tratando a rigor precederá a  
banda de clarins, cujos componentes es-  
tarão fantasiados de guerreiros romanos,  
que em suas estridentes anunciará a  
sua arte e modesta passate: a ar-  
guir uma banda de musica, fantasiada de  
fidalgos do século XVII, executarã tan-  
gerosas tangos carnavalescos. Em segui-  
da, o carro-chefe, linda joia de arte e  
concepção, que idealizou o nosso artista  
Carlos Franco.

**1ª ALLEGORIA**  
**Trindade Planetaria**

Sobre nuvens, a terra girará ocudada  
pelo sol, representado pelo mesmo Aldeias  
Silva, lindamente fantasiado, que com-  
panhará a nossa gloriosa flammula, e a  
luz, pela garbosa senhora Odette Silva,  
que, distribuindo botões, agradecerá os  
applausos que receber. Nesse majestoso  
carro de cinco movimentos, vem, oh!, po-  
vo amigo e justiciero como sempre, ficar  
indocia sobre o que mais apreciar, se o  
bom gosto artistico ou as letras das nos-  
sas allegorias.

O astro rei mandou dizer á Terra  
Que o castigo para a vida tua  
O poente a milha luz encerra  
E será vigiada pela Luz.

A seguir sua garbosa guarda de hon-  
ra ricamente fantasiada.

**1ª CRITICA**  
**Depois das 7 . . .**

Esse espirituoso carro de critica repre-  
senta uma tendinha, onde um "pão da-  
guas" (Pão João) fará diabruras em com-  
panhia de Lord Fozça Velha, do Me-  
Me Esquece e Lord Tingó. Esse carro  
despugilará e fignado muito encrenca que  
houver, tal é o espirito dos seus defen-  
sores.

**2ª ALLEGORIA**  
**Campeonato Sul-Americano**

Lindissima concepção onde fala bem  
alto o nosso patriotismo e o do nosso in-

comensuravel artista. O nosso inigualá-  
vel e insubstituivel goal-keeper Marcos  
Mendonça fazendo uma das suas mais  
difficéis pegadas, glorificado pela esbelta  
figura da "Pama" que leva as mais in-  
hospitas regiões os nossos credios da  
esportem brasileiros, pelo que exprem  
esse carro teriamos uma victoria etna-  
gadora, se tivessamos competidores...

No goal Marcos faz a defesa,  
A multidão lhe dá applausos mil,  
Ele ganha com a sua destreza  
Bola triumpho para o Brasil.

Trinta e oito victorias conduzindo fa-  
milias ricamente fantasiadas, acompa-  
nha a guarda de honra composta de 11  
players.

**2ª CRITICA**  
**As Fossas**

Bella e muito espirituosa a critica  
Sô Anastaço, distinto cavadô, moradô  
num casebre de sapê, sem soalho haver,  
fica sem saber como há de viver para taes  
fossas fazer. Imagine Zé povo quanto ri-  
so há de haver.

Carros com famílias fantasiadas.

**3ª ALLEGORIA**  
**Bola de Neve**

Deslumbrante allegoria que a regenda  
humana do Carlos Franco mais uma vez  
suspensão, por isso não o descrevemos  
para que o povo julgue como os Fidalgos  
sabem ser

**FIDALGOS!!!**

A's nossas fidalgas e ao intepretat  
E. Eguito as nossas homenagens.

Vamos dar trato ás pernas  
com o coração liberio  
Vamos graças puras e ternas  
Nós queriamos ter bem perto...

K, quando pela alvorada,  
A alacre passadeira  
Deu ao sol seu rompimento,  
Dae-nos de nossos olhos  
Brilhantes como luarex  
Mais luzes que o do Firmamento.  
E agora!!!

Fogos, Palhas, Palhas sacudidos de  
capão molhado e tirico, não queiram nes-  
se castello cheio de traças alstado tira-  
vê suas vidraças tirar-nos a gloria ou  
que o povo não dignificas.  
Aos da zona que se criou.

Fonte: O Jornal, 16/02/1920.

Ao longo dos primeiros meses do ano de 1920 o jornal Voz do Povo se engajou ativamente na questão, principalmente, cobrindo as reações e ações de resistência dos moradores de Bangu, bairro onde ficava localizada a maior empresa têxtil da capital federal, a Companhia Progresso Industrial do Brasil – a Fábrica Bangu, que empregava

<sup>192</sup> F.M. Fidalgos de Madureira: O grande préstito de hoje. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/601](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/601)

aproximadamente 3 mil trabalhadores (SEVERINO, 2015). Em 22 de fevereiro daquele ano, com o título “A Saúde Pública persegue os operários”, o jornal afirmava que o município tinha os recursos necessários para realizar as obras que teriam custo aproximado de 200\$ por residência, sem a necessidade de perseguir os trabalhadores com a cobrança de multas que chegariam a 125\$, quando um tecelão receberia no máximo 7\$ por dia de trabalho. Segundo a reportagem, diante dessa situação os trabalhadores de Bangu teriam organizado uma reunião na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) de Bangu<sup>193</sup> onde teriam decidido pela redação de uma mensagem que, após aprovada pelos interessados em uma nova reunião, seria enviada por uma comissão ao Ministro da Justiça.

A segunda reunião sobre a questão das fossas ocorreu na noite do dia 26 daquele mesmo mês, também na sede de Bangu da UOFT. O periódico *Voz do Povo*, no dia 28 de fevereiro, publicou uma reportagem sobre essa reunião, informando que teriam participado da assembleia presidida pelo operário Fernando Machado, além de operários e moradores, políticos e parlamentares identificados como “representantes de Bangu” e também membros da imprensa carioca. Na perspectiva do periódico operário, de pouco teria servido aquela reunião, uma vez que, o tempo de fala conferido aos “políticos e seus adutores” foi demasiado diante do pouco tempo destinado para a fala dos trabalhadores<sup>194</sup>. Ainda segundo a reportagem, os políticos que compareceram e discursaram na reunião assumiram posturas diversas, alguns aconselharam aos presentes que se organizassem e fossem junto ao governo pleitear a suspensão das multas, outros defenderam a medida do Serviço de Profilaxia Rural, sob vaias da população<sup>195</sup>.

No dia seguinte, o jornal *Voz do Povo* deu seguimento aos comentários sobre a construção das fossas, reafirmando seu diagnóstico de que se tratava de um problema cuja solução era responsabilidade do governo, uma vez que as medidas exigidas custariam mais que o salário dos operários. O jornal argumentava ainda que os operários, apesar de serem

---

<sup>193</sup> A Saúde Pública persegue os operários: uma reunião para tratar das ‘fossas’ do Bangu. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.2, 22 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00016.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00016.pdf)

<sup>194</sup> Os caçadores de votos: A questão das fossas em Bangu. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.2, 28 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00022.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00022.pdf)

<sup>195</sup> Segundo a narrativa do jornal teriam se pronunciado na reunião Cesario de Mello, médico e político do Bairro de Santa Cruz que compunha o Conselho Municipal naquele momento, teria feito uma fala pouco precisa, mas em defesa da construção das fossas pelos moradores e foi interrompido pelos operários presentes que afirmavam que não tinham acesso à água encanada. Salles Filho teria defendido que a construção de fossas fosse feita pelo governo e incentivado aos interessados reclamarem junto às autoridades. Vicente Piragibe, então deputado federal pelo DF, iniciou sua fala em prol das fossas, mas terminou por incitar o povo a não aceitar que o governo não resolvesse sua situação.

proprietários de suas residências, ainda estavam pagando pelo arrendamento da terra para a fábrica de Bangu, o que diminuía ainda mais sua renda. Questionando mais uma vez a participação de políticos como intermediadores da causa e defendendo a importância da organização dos trabalhadores, o jornal afirmava uma outra politização da saúde:

O governo quer fossas para preservar os intestinos da população operaria dos parasitas. Mas não se lembra que ele constitui com a sua camarilha o parasita muito mais pernicioso do que o da opilação. Parasita das suas energias, do seu trabalho, das suas economias. Portanto, não é com a interferência de politiqueros, nem caçadores de votos, que os nossos camaradas devem pleitear a queda desse absurdo. É unindo-vos, num só bloco de solidariedade, numa só coesão de classe para protestar contra essa extorsão de ares benéficos e falaciosos<sup>196</sup>.

A reunião ocorrida no dia 26 de fevereiro também foi noticiada no jornal *Correio da Manhã*<sup>197</sup>, que apresentou o resumo da fala dos presentes. O jornal comercial *A Noite* além de noticiar a reunião, também publicou uma nota com comentários de Belisário Penna em resposta à reunião e às reclamações dos ‘proprietários de Bangu’. Na nota, Belisário afirmava que se tratava antes de “uma campanha inglória, essa que estão movendo contra nossos trabalhos”. Em sua defesa, Penna argumentava que a campanha era promovida, não pelos moradores e operários da região, mas sim, por proprietários de casas que eram sublocadas. Buscando se opor às denúncias que o serviço de saneamento estaria perseguindo os trabalhadores e a população mais pobre, argumentava que os inquilinos – pobres e operários – seriam, na verdade, os grandes prejudicados pela recusa dos proprietários em construir as fossas. Na sua perspectiva, os serviços de profilaxia estavam sendo ‘tolerantes’ com a situação, prorrogando os prazos e relevando as multas, mas que a situação não poderia ser adiada indefinidamente, cabendo aos proprietários cumprirem com as exigências do poder público<sup>198</sup>.

Belisário Penna, que naquele momento ocupava o cargo de diretor da Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural (DSPR), responsável pelas ações dos Serviços de Profilaxia Rural, era alvo de parte importante das críticas presentes nessas publicações. No jornal *Voz*

<sup>196</sup> As Fossas do Bangu: Mais um meio de perseguição systematica aos operários. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 29 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00023.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00023.pdf).

<sup>197</sup> Uma reunião da população de Bangu contra os serviços da Prophylaxia Rural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.03, 27 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1920\\_07668.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1920_07668.pdf)

<sup>198</sup> A questão das fossas sanitárias: O Dr. Belisario fala-nos a propósito das reclamações dos proprietários de Bangu. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1920\\_02948.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1920_02948.pdf)

do Povo, o tratamento destinado ao sanitaria era bem distinto daquele que seria observado no artigo assinado por Mauricio de Lacerda publicado no jornal alguns meses depois<sup>199</sup>. Se no texto de Lacerda o discurso do sanitaria era mobilizado como prova ‘científica’ da necessidade de medidas voltadas ao trabalhador rural, nas reportagens e artigos sobre a questão das fossas, Belisário era acusado por faltar com o bom senso ao não reconhecer que a maioria dos residentes de Bangu, trabalhadores e operários, não contava com os meios necessários para a construção das fossas.

Em 02 de março de 1920 foi publicada no *Voz do Povo* uma resposta às afirmações de Belisário Penna de que os operários de Bangu não tinham motivos para reclamação contra as medidas do Serviço de Profilaxia Rural e que as fossas não eram construídas por falta de vontade dos operários. O artigo reafirmava que caberia ao governo a realização das obras, questionando a solução proposta por Vicente de Piragibe de que a cobrança deveria ser feita apenas para aqueles com condições de arcar com os custos, uma vez que, em Bangu, quase a totalidade dos moradores seriam de origem operária. O artigo terminava então denunciando a presença de Belisário Penna em um banquete enquanto os operários lutavam para não morrer de fome<sup>200</sup>.

Cinco dias depois, o jornal voltaria a desferir duras críticas contra o entusiasta do saneamento. Com o título “A questão das fossas de Bangú: Alto lá, Sr. Belisario Penna! Ignorância, não; falta de dinheiro!” (Figura 12), o jornal acusava Belisário Penna e também José Paranhos Fontenelle, o então inspetor do Posto de Profilaxia Rural de Bangu, de serem protagonistas de uma “farsa higiênica”. Segundo o artigo, naqueles dias o chefe dos serviços de profilaxia teria participado de uma nova reunião sobre o tema no Cinema Moderno no bairro de Bangu. Nessa conferência, ao tratar da questão das fossas, Belisário teria taxado os operários de ignorantes. Em resposta, o jornal reafirmava que não se tratava de ignorância sobre a importância do saneamento, mas falta de recursos e que, ao contrário, quem padecia

---

<sup>199</sup> O artigo de Mauricio de Lacerda sobre a questão do saneamento publicado em 30 de abril, mencionado anteriormente, trazia como parte de seus argumentos uma defesa de Belisário Penna. Sobre a controvérsia das fossas do Bangu, Mauricio de Lacerda afirmava: “[p]ode bem ser que em execução de sua tarefa tenha havido precipitações ou decisões menos adequadas na prática como o caso das fossas de Bangu, em que não houve resistência ao saneamento, mas o pedido de uma equidade para colocá-la dentro do possível das forças dos habitantes proletários”. Para Mauricio de Lacerda, esse episódio seria “um detalhe de execução inevitável de uma grande obra”.

<sup>200</sup> As fossas de Bangú. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.1, 02 mar 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00025.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00025.pdf)

da ignorância era Belisário Penna ao desprezar a situação de vida ‘aflictiva’ dos trabalhadores<sup>201</sup>. O texto finalizava questionando:

Onde há fome, onde há necessidade, onde não existe água encanada pode haver higiene? E se o governo a quer construir por que ele mesmo não pode construir as fossas? Por que taxar de ignorantes os trabalhadores que não atendem a essa medida higienica por falta de recursos? O necessário para a manutenção dos seus lares? É o caso de se perguntar onde está a consciência dessa gente?<sup>202</sup>

Figura 12 - Recorte Jornal Voz do Povo: Título da reportagem publicada em resposta a Belisário Penna.



Fonte: Voz do Povo, 07 de março de 1920.

A questão das fossas seguiria sendo pautada no jornal operário até o final do mês de março, sendo objeto de reportagens e artigos nos dias 09, 11, 20 e 21 de março. O tom dessas reportagens seguiu marcado pela denúncia da contradição de buscar cuidar da saúde da população reduzindo suas condições de subsistência. Ao denunciar o que consideravam a injustiça das exigências da construção de fossas pelos moradores do bairro operário de Bangu e outros bairros suburbanos, denunciavam também os outros problemas de vida e de saúde que o governo e o serviço sanitário seguiam ignorando. Sobre as condições de vida da população os artigos reafirmavam a relação entre as condições de trabalho, os baixos

<sup>201</sup> A questão das fossas de Bangú: Alto lá, Sr. Belisario Penna! Ignorancia não; falta de dinheiro! *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 07 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00030.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00030.pdf)

<sup>202</sup> Ibidem.

rendimentos, os altos custos de vida, a má alimentação e a ocorrência de doenças – condição que, com suas exigências, o governo e a profilaxia estariam aprofundando:

Desconhecerão, acaso, que existem lares sem pão, organizações físicas outrora robustas minadas pela tuberculose, pelo exgotamento, pela anemia, combatidas pelo excesso de trabalho das oficinas e das fábricas, pela falta de alimentação? O governo, nesta questão de fossas, se por um lado tenta combater moléstias daninhas que depauperam, imbecilizam, acossam a população rural, por outro lado conduz a fome, a necessidade, a privação dos lares dos habitantes. Combater moléstias e implantar a fome, é medida pouco aceitável. [...] E, se é propósito do governo e da medicina cuidar da saúde da população, como medida de regeneração física e moral do país, não é com a fome, nem com a necessidade, que se regenera, nem se constroem coisa alguma.<sup>203</sup>

Ainda no início de março os jornais noticiaram a ocorrência de reuniões entre o Ministro da Justiça, Sá Freire, que ocupava o cargo de prefeito do Distrito Federal, e Belisário Penna<sup>204;205</sup>. Na ocasião Sá Freire teria disponibilizado ao Serviço de Profilaxia Rural agentes e recursos para a construção das fossas. Segundo reportagem publicada no *Correio da Manhã*, Belisário Penna teria negado a oferta, informando que a prefeitura ajudaria construindo canaletas e outras instalações sanitárias no Distrito Federal, mas que a questão das fossas seguiria como atribuição dos Serviços de Profilaxia Rural<sup>206</sup>.

O caso seguiu sem solução. Nas páginas dos jornais, especialmente do *Voz do Povo* e do *Jornal do Brasil*, seguiam sendo veiculadas reclamações de moradores e notícias sobre abertura de processos para a suspensão das cobranças e decisões judiciais. Foi o caso do memorial assinado por 2.000 residentes de Bangu e entregue ao Ministro da Justiça no dia 15 de março de 1920. O memorial, que foi reproduzido na íntegra nas páginas do *Jornal do Brasil* no dia 17 de março daquele ano, registrava, por um lado, a legitimidade alcançada pelos serviços de profilaxia rural junto a população ao longo dos anos anteriores e, por outro, desferia duras críticas a responsabilização dos moradores pela construção das fossas.

---

<sup>203</sup> Ainda a questão das fossas do Bangú. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 09 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00032.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00032.pdf).

<sup>204</sup> As fossas biológicas da Zona Rural. *A Noite*, Rio de Janeiro, p. 02, 09 mar 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970\\_1920\\_02959.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/348970/per348970_1920_02959.pdf)

<sup>205</sup> As fossas sanitárias. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p.04, 09 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691\\_1920\\_12934.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1920_12934.pdf)

<sup>206</sup> A questão da construção das fossas na zona rural. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, p.04, 10 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842\\_1920\\_07680.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1920_07680.pdf)

A carta que acompanhava o abaixo assinado, destacava que na zona rural, “onde não [havia] abastecimento de água nem de esgotos”, a população havia recebido com entusiasmo o serviço de controle de verminoses, procurando espontaneamente os postos. A carta seguia afirmando que até aquele momento “a prophylaxia rural curava, fornecia gratuitamente medicamentos instruída sobre a prophylaxia do mal”, recebendo em troca, o apoio e auxílio da população rural. A questão das fossas, entretanto, havia significado uma mudança de orientação da atuação desses serviços, que passaram a “deixar de curar para alvitrar a população das zonas rurais”. Ao exigir de seus habitantes, em sua maioria ‘paupérrimos’, que moravam naquela região ‘onde tudo faltava’, a construção de fossas de depuração biológica o serviço aprofundava suas péssimas condições de vida. A carta questionava ainda a capacidade dos médicos dos serviços de profilaxia de planejarem a construção das fossas, afirmando que esse trabalho deveria ser feito por engenheiros e que as fossas, se construídas equivocadamente, poderiam acabar por contaminar o solo e os lençóis de água. Sobre Belisário Penna, a carta declarava que “as populações não podem estar à mercê do capricho de um só homem por melhor intencionado que elle seja, porque esse homem pode estar em erro e esse erro pode ser funesto”<sup>207</sup>.

Algumas semanas depois, diante da não resolução do impasse e a persistência da reclamação de moradores, as páginas do jornal *Voz do Povo* publicaria críticas ainda mais duras a Belisário Penna. Nessa ocasião, Belisário foi apontado como “representante da burguesia”, “chefe, o rei pequeno, o tirano que deseja a viva força obrigar o proletariado a construir fossas”. Por meio do periódico, também foi noticiada e promovida a organização de novas reuniões a serem realizadas no bairro de Honório Gurgel com o objetivo de protestar contra a “extorsão” do Serviço de Profilaxia Rural<sup>208</sup>. Relatos e reclamações de moradores, bem como o registro de debates sobre o tema nas reuniões do Conselho Municipal, seguiram presentes, ainda que com menor frequência, também nas folhas do *Jornal do Brasil* nos meses de abril, maio e junho.

As iniciativas de pressão política organizadas por moradores dos subúrbios contra as exigências para a construção de fossa por meio de abaixo assinados, pelo envio de cartas e reclamações aos jornais comerciais e pela publicação de reportagens no *Voz do Povo*

---

<sup>207</sup> As fossas da zona rural: um importante memorial. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p.06, 25 nov. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_04/1308](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_04/1308)

<sup>208</sup> As fossas biológicas na zona suburbana: O proletariado local deve defender os seus direitos pela força da solidariedade. *Voz do Povo*, Rio de Janeiro, p.02, 21 mar 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003\\_1920\\_00044.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/720003/per720003_1920_00044.pdf)

impactaram nos termos do debate público sobre a responsabilidade do Estado nessa questão. A cobertura feita pelo periódico comercial ‘O Jornal’ ao longo dos primeiros meses de 1920 nos fornece indícios dessa mudança. Como descrito no capítulo 3, ‘O Jornal’, desde suas primeiras edições no ano de 1919, realizava a cobertura das ações do serviço de profilaxia rural nos bairros cariocas e defendia as iniciativas de saneamento. No controverso caso das fossas, não foi diferente. Entre fevereiro e março de 1920, O Jornal, dedicou um espaço significativo de suas páginas, inclusive alguns artigos de capa, para a defesa da proposta de Belisário Penna e da atuação dos Serviços de Profilaxia, veiculando, quase que diariamente artigos que reafirmavam a importância da medida<sup>209;210;211;212</sup>, elogios às decisões de juízes para obrigar os proprietários dos subúrbios a cumprirem as exigências<sup>213;214</sup> e textos assinados pelo proprietário de uma empresa de construção de fossas defendendo a medida<sup>215;216</sup>. Entre abril e maio, por sua vez, as publicações em defesas da construção de fossas pelos moradores diminuiriam de frequência nessa folha, até desaparecerem. Entre maio e junho, ocorreu uma mudança na ênfase nas publicações, e o jornal começaria a publicar pequenas notas informando a manifestação dos moradores de Bangu e de outros bairros, ainda que com uma visibilidade bem inferior àquela dedicada a defesa da atuação dos serviços de profilaxia nessa questão.

---

<sup>209</sup> Pouco mais de um anno de luta. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 01, 26 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/702](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/702)

<sup>210</sup> Ainda a questão das fossas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.01, 07 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/826](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/826)

<sup>211</sup> A questão das fossas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.01, 17 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/954](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/954)

<sup>212</sup> Desídia dos poderes públicos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.01, 19 mar. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/978](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/978)

<sup>213</sup> As fossas sanitárias: uma reclamação improcedente por ser medida de salvação pública. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.03, 19 fev 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/616](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/616)

<sup>214</sup> Medida de salvação pública. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.01, 22 fev.1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/650](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/650)

<sup>215</sup> Tratava-se de entrevista e artigo assinado por Henrique Pinto de Lima, proprietário “da fábrica de cimento armado” onde eram produzidas “em grande escala as fossas de cimento armado”. Em declaração feita ao jornal em 21 de fev. de 1920, Henrique Lima, que também era um dos anunciantes do jornal, afirmava que os proprietários só não eram adquiridos por quem não quisesse dado que sua loja facilitava a compra, parcelando o pagamento. Na ocasião o proprietário defendia que nos casos dos moradores mais pobres caberia ao governo arcar com os custos da obra.

<sup>216</sup> As fossas de depuração. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p.02, 21 fev. 1920. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/110523\\_02/639](http://memoria.bn.br/docreader/110523_02/639).



Ao que tudo indica, após a resistência dos moradores dos bairros suburbanos atendidos pelos Postos de Profilaxia Rural e o intenso debate público sobre a questão, as intimações para a construção das fossas foram progressivamente interrompidas. Em setembro de 1920 os serviços de esgotamento sanitário da capital que antes estavam a cargo da Inspetoria de Esgotos da Capital Federal foram incorporados a DNSP (BRASIL, 1920c). A regulamentação da DNSP, aprovada em 15 de setembro daquele ano estabeleceu, em seu artigo 1.062 que caberia a Diretoria de Saneamento e Profilaxia Rural fornecer “fossas de depuração, e outras, a todos os interessados, cabendo-lhe o direito de fiscalizar a construção, ordenar o fechamento e fiscalizar o funcionamento”. E ao locatário ou morador caberia a responsabilidade pela “pela limpeza e conservação da latrina e da fossa, e também pela remoção das matérias solidas nella contidas, quando essa remoção se fizer necessária” (BRASIL, 1920b). Ou seja, a regulamentação manteve a exigência da construção de fossas, porém essas seriam executadas pelo Estado. Aos moradores caberia a responsabilidade pela sua manutenção e limpeza, prevendo a aplicação de multas nos casos de desobediência. Essa regulamentação previa ainda a realização de obras que garantissem o esgotamento progressivo das áreas rurais, com a desinfecção e aterramento de todas as fossas pela Inspetoria de Engenharia Sanitária da DNSP (BRASIL, 1920b).

Nos anos seguintes, outras questões presentes nas propostas, formulações e reivindicações impressas nos jornais operários e suburbanos foram progressivamente incorporadas no âmbito de ações sob responsabilidade do DNSP. No mesmo ano de sua criação, a publicação do decreto nº 14.471, de 11 de novembro de 1920 determinou que a fiscalização dos gêneros alimentícios, do controle da qualidade do leite, outros laticínios e carnes passasse a configurar entre as responsabilidades do órgão (BRASIL, 1920d). Nesse ponto cabe lembrar que, como analisado no início desse capítulo, naquele momento os jornais populares analisados denunciavam reiteradamente a comercialização de alimentos degradados como causas do adoecimento da população e exigiam a adoção de medidas pelas autoridades públicas.

Outra preocupação registrada nesses jornais que foi incorporada ao domínio de atuação do DNSP foi a salubridade dos ambientes de trabalho. Em 1921, com a Reforma Carlos Chagas, a criação da Delegacia de Higiene Profissional e Industrial significou a incorporação de ações voltadas para a proteção da saúde dos trabalhadores. Como vimos, nas primeiras décadas do século XX, os jornais operários analisados nesse trabalho não identificavam a institucionalização de medidas de fiscalização pelas autoridades estatais como

a solução para a questão do adoecimento e dos acidentes de trabalho. No entanto, a incorporação da “proteção da saúde dos operários, de acordo com a natureza de cada indústria em particular” nas atribuições da autoridade sanitária nacional (BRASIL, 1921, p. 42) dialogava com o reconhecimento, já sedimentado entre o movimento operário, do estreito vínculo entre as condições dos locais de trabalho e o adoecimento dos trabalhadores. A criação da secção de Higiene infantil e Assistência à Infância também incorporava nas ações do DNSP pautas eram centrais nos jornais suburbanos e operários – a condição de trabalho e a saúde de mulheres e crianças. Além das ações de assistência à primeira infância pelo governo e de educação higiênica voltadas para crianças, a partir de 1921, a “regulamentação do serviço das operárias durante o período de gestação” passou também a compor as responsabilidades da DNSP (BRASIL, 1921).

#### 5.4 Saneamento e as lutas de trabalhadores e suburbanos

Como vimos, a ampliação de um debate público sobre a questão sanitária nacional ocorreu no mesmo momento em que os jornais comerciais cariocas se voltavam para a população da periferia da capital buscando ampliar seus consumidores. Também foi nesse momento que trabalhadores e moradores dos subúrbios faziam do periodismo um instrumento de construção de suas identidades e de espaço de luta política. A análise dos exemplares disponíveis da Revista Suburbana, do suplemento O Suburbio e do jornal operário Voz do Povo, bem como a consideração das reclamações enviadas a esses jornais e aos jornais comerciais entre os anos de 1916 e 1920 indica que o processo de politização da saúde observado durante a Primeira República envolveu um conjunto mais amplo da população carioca, incluindo indivíduos e grupos historicamente subalternizados que tinham a produção de periódicos como parte de suas estratégias de luta política. Essa condição evidencia um circuito social distinto, mais complexo do que quando se considera apenas os jornais comerciais como objeto de pesquisa.

Tal achado nos permite questionar as afirmações de Castro Santos (1980, 1985, 1987, 2004) e Hochman (1998a) que apontam para a ausência de sujeitos e grupos populares no debate sobre a questão sanitária no período. Naquele momento em que a saúde se convertia em uma questão central da política nacional, os trabalhadores e moradores dos subúrbios

cariocas não foram meros receptores daquelas ideias, mas atuaram ativamente no processo de transformação, impondo sentidos e questões que guardavam relações com as suas vivências e anseios. O alcance de suas ações, é claro, tem de ser considerado à luz da distribuição desigual dos recursos de poder e possibilidades de vocalização, o que não se confunde com o entendimento de que fora das elites se encerra a história. Os sentidos e as formas assumidas pelo argumento dos reformistas e suas ações nesses periódicos populares foram múltiplos. A comparação com os periódicos populares produzidos no período anterior à atuação do Movimento Pró Saneamento sinaliza para um progressivo reconhecimento das endemias rurais, em especial das verminoses, enquanto problema público cuja solução passava pela política. Outra mudança observada foi a transformação dos sentidos atribuídos ao termo ‘saneamento’. Em alguma medida, podemos afirmar que se tratava de um conceito em construção, que, em uma estreita associação às propostas e práticas de intervenção dos reformistas, assumia novos sentidos e tinha sua utilização ampliada, sendo incorporado, contestado, e ressignificado por diferentes conjuntos da população.

Por um lado, localizamos utilizações do conceito de ‘saneamento’ como algo restrito a realização de obras de ‘saneamento do solo’, intervenções hidrográficas – como mudanças de cursos de rios, drenagem de águas paradas e construção de fossas. Em outros momentos, muitas vezes no mesmo periódico, o termo assumia um sentido mais amplo – dotado de um sentido político que apontava para a vinculação da saúde da população a condições mais amplas da vida – constituindo assim uma expressão de a ‘determinada consciência histórica’ (KOSELLECK, 2006) sobre os vínculos entre ação do Estado, saúde e adoecimento. Não se trata de assumir que o sentido do conceito de saneamento, oposto mesmo ao abandono, como a causa de uma nova compreensão pela sociedade dos processos de adoecimento, mas sim como parte integrante do processo de mudança histórica então em curso. Em diálogo com as formulações de Koselleck (1992, p. 137) podemos afirmar que naquele momento o emergente conceito de saneamento abrigava a descrição de seu tempo, constituído pelas diferentes visões de mundo e constituindo uma possibilidade de intervenção na realidade. E, sendo a linguagem substância que integra a política, as definições de seus significados são objeto de conflitos entre os sujeitos e grupos políticos (KOSELLECK, 2006). A atuação do movimento pró-saneamento, em diálogo e disputas com diferentes grupos sociais, contribuiu para a formação de novos sentidos em torno dessa palavra.

Esse entendimento da ideia de saneamento não se encerrava em uma formulação biomédica de compreensão das melhores técnicas de profilaxia de doenças, no pensamento de

cientistas e intelectuais ‘desenraizados de sua sociedade’ sobre o caminho a ser trilhado pela nação. Mas sim, tratava-se de uma formulação construída no debate público, em diálogo e tensão com ideias e elaborações que compareciam nas formulações impressas nos periódicos suburbanos e de trabalhadores nas décadas anteriores, sobretudo aquela que vinculava o adoecimento ao abandono<sup>217</sup>. Nesse movimento histórico de formação de uma consciência compartilhada sobre a dimensão pública da saúde, a proposta reformista de ampliação da intervenção do Estado na saúde por meio de uma campanha de saneamento encontrava grande apoio nas páginas dos periódicos analisados, sinalizando para a ampla legitimação e enraizamento público que tal proposta alcançara.

Em que pese esse consenso, o conceito de saneamento foi mobilizado de diferentes formas, com intensões diversas – tanto em movimentos de apoio quanto de crítica ao Movimento Pró-saneamento e às ações do aparato estatal, tendo sido incorporado no repertório das diferentes iniciativas de luta política por melhorias das condições de vida e trabalho. Essa aproximação, apropriação e modificação do argumento reformista por grupos em suas diferentes lutas políticas nos remete aos achados de Nancy Tomes (1999a) em seu livro “*The Gospel of Germs: Men, Women, and Microbe in American Life*”. Em sua pesquisa, a autora investiga as influências das teorias médicas sobre o adoecimento, em especial da microbiologia, e seus impactos nas mudanças de crenças e hábitos cotidianos dos norte-americanos no início do século XX, incluindo como essas foram interpretadas e mobilizadas “pelos de baixo” em suas lutas políticas. Precisamente, a autora aponta como movimentos de trabalhadores e movimentos da população negra utilizaram o medo dos germes e o argumento dos reformistas sanitários dos Estados Unidos como armas e estratégias nas lutas por mudanças sociais. Segundo Tomes (1999b), para esses grupos os esforços e o discurso dos sanitaristas representavam uma ‘espada de dois gumes’ [*two edged sword*]. Se por um lado, o medo da contaminação pelos “germes” ampliava a estigmatização dos doentes e das camadas populares, aprofundando preconceitos e legitimando medidas de segregação racial – por outro, o risco do contágio, a existência de uma ‘cadeia de transmissão das doenças’ [*chain of disease*] foram mobilizados como argumento por sindicatos de trabalhadores e ativistas afro-americanos como armas na reivindicação por melhores condições de trabalho e vida.

No caso das lutas e mobilizações que utilizavam o periodismo como estratégia política analisadas no presente trabalho, também identificamos a utilização da concepção de

---

<sup>217</sup> Relembrando as formulações Raymond Williams (1985) palavras que tem origem em determinadas áreas do conhecimento, frequentemente, passam a ser utilizadas para a descrição de pensamentos e experiências em áreas mais amplas da experiência humana.

saneamento e sua interpretação da saúde como um ponto central para o progresso do país como instrumento popular para justificar reivindicações mais amplas. Em diversos momentos, a reforma sobre a qual falavam operários e suburbanos incorporava diversos elementos da tese do Movimento Pró-Saneamento ao mesmo tempo que guardavam outros sentidos.

Por um lado, identificamos a existência de afinidades eletivas entre o discurso e a prática dos sanitaristas pró-saneamento rural e as bandeiras, expectativas e ações dos grupos envolvidos na produção dos periódicos populares analisados. Uma dessas afinidades estava no estabelecimento de vínculos entre as precárias condições de trabalho e o adoecimento e, este como um entrave para o progresso do subúrbio e da nação. A associação entre trabalho e saúde compareceu tanto nos argumentos elaborados sobre a questão da saúde dos trabalhadores rurais, quanto nas denúncias sobre a exploração dos trabalhadores urbanos, inclusive aqueles que atuavam nas obras de saneamento. Nos materiais consultados as relações entre saneamento e trabalho também se articulavam a projetos sobre os rumos da nação, especialmente em sua relação com trabalho, a produção de riqueza e o progresso, como nos artigos do jornalista e ex-operário Pinto Machado, e da relação da saúde com a capacidade de luta, como impresso no argumento do Deputado Mauricio de Lacerda sobre a questão dos trabalhadores do campo e a luta sindical. Em outros momentos, principalmente no que dizia respeito às condições de trabalho e à prevenção de acidentes laborais, a causalidade e a solução proposta eram diferentes daquelas defendidas pelos sanitaristas – tratava-se de fortalecer o sindicato para se garantir a saúde dos trabalhadores e melhores condições de vida. Outro ponto de contato foi o diagnóstico dos sanitaristas sobre as péssimas condições sanitárias dos subúrbios da capital, a identificação da vasta presença de endemias nesses bairros e sua relação ao abandono foi mobilizada periódicos populares como evidência da distribuição desigual de recursos entre as diferentes partes da capital.

Por outro lado, as críticas às medidas do Estado – e suas ausências – nas questões sanitárias impressas nas publicações do periódico *Voz do Povo* e também veiculadas em colunas de jornais comerciais, como *O Paiz* e o *Jornal do Brasil*, revelam as fissuras e limites do conhecimento elaborado pelas figuras do sanitarismo dos anos 1920 em encontrar guarida na vida popular. As experiências dos trabalhadores e moradores suburbanos impressa em seus jornais locais e mesmo nas reclamações da população endereçadas aos grandes jornais comerciais, indicam a relação entre o reconhecimento da necessidade das medidas de higiene e saneamento, presente na proposta dos reformistas, e a sua contradição com a ausência de medidas mínimas de estrutura urbana nos bairros de dentro da capital.

Os subúrbios cariocas, local de residência das trabalhadoras e trabalhadores da capital, também foram o espaço onde se desenvolveram as primeiras ações concretas da proposta do projeto de saneamento dos reformistas – os Postos de Profilaxia Rural. A criação e funcionamento desses serviços, como vimos, integravam os esforços de propaganda do projeto de saneamento, sendo objeto de diversas reportagens nos jornais comerciais de maior circulação na cidade. Nos periódicos suburbanos esses serviços também foram objeto de grande reconhecimento e defesa. Entretanto, apesar desse reconhecimento, frequentemente os textos e notícias publicados apontavam que a abertura de postos era insuficiente para a efetiva realização da grande proposta de saneamento. Além da mobilização do argumento pró-saneamento como estratégia de luta, os periódicos analisados também foram espaço e instrumento para a vocalização de questionamentos das medidas empreendidas pelas autoridades sanitárias. A controvérsia sobre a responsabilidade da construção de fossas pelos moradores dos subúrbios marcou o debate sobre a proteção da saúde dos indivíduos e da coletividade e sobre os limites que delimitavam quais seriam as obrigações dos indivíduos e quais eram as do Estado.

Outro ponto que compareceu nas fontes analisadas como marca do debate sobre a questão do saneamento nesses periódicos foi a rejeição à estigmatização dos moradores dos subúrbios, muitas vezes implícito no diagnóstico dos sanitaristas. Por meio do periodismo trabalhadores e suburbanos afirmavam que, em grande medida, a não adoção das prescrições sanitárias não se dava por ignorância, mas pela falta dos meios necessários. Ao mesmo tempo que localizamos esses esforços de resistência à estigmatização dos moradores dos subúrbios por critérios sanitários, os argumentos do saneamento também foram mobilizados, especialmente nos periódicos suburbanos, de forma a estigmatizar outros grupos sociais subalternizados – como os trabalhadores rurais e as mulheres. Assim, mesmo nos jornais populares, em alguns artigos a situação de saúde dessa população era atribuída à ignorância, reproduzindo, em parte, a visão elitista de que certa parcela da população era incapaz e que para ela deveria ser direcionado um tratamento de tutela e controle.

Em síntese, identificamos que, naquele momento, a saúde configurou uma gramática política que abrigou deslocamentos entre os limites entre o público e o privado que além de ter comparecido como uma categoria central para se pensar a questão da formação de um povo brasileiro, foi parte integrante dos argumentos e estratégias simbólicas de luta de movimentos de trabalhadores e suburbanos por melhores condições de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No carnaval de 2019, o samba enredo da Mangueira celebrava a existência de um passado não retratado na história oficial brasileira. O samba, que se consagrou campeão daquele ano, questionava o apagamento das histórias de resistência que possibilitaram a construção do Brasil como um país viável, apesar das opressões que marcam nossa trajetória. Em alguma medida, o processo de construção dessa tese buscou registrar alguns dos indícios de parte dessa “história que a história não conta” (VIEIRA, 2019), ao rastrear a presença de esforços populares na construção da saúde pública brasileira durante a Primeira República.

No processo de delineamento do projeto, a análise do rico conjunto de produções sobre a história da saúde possibilitou um reenquadramento das experiências dos sanitaristas da Primeira República ao revelar a centralidade que a questão sanitária assumiu para o debate sobre a construção nacional em um momento singular da história brasileira. Em oposição à imagem presente nas narrativas fundantes do campo da Saúde Coletiva, que reduzem as iniciativas sanitárias às ações de opressão, produções das ciências sociais e do campo da história da saúde destacam o papel desempenhado por uma ativa geração de sanitaristas na construção da saúde pública brasileira. Estes, por meio de seus esforços políticos atuaram de forma decisiva na instituição de mudanças no arranjo das políticas sanitárias nacionais, contribuindo para a ampliação da atuação social do Estado na saúde (CASTRO SANTOS, 1987; HOCHMAN, 1998a).

Se as narrativas produzidas no contexto da Reforma Sanitária de 1970 não consideraram a rica experiência do Movimento Pró-Saneamento dos Sertões, as produções historiográficas sobre a Primeira República, que revelaram as diferentes facetas da atuação de médicos, cientistas, políticos e intelectuais na formulação e defesa da saúde como problema e solução para a nação, não cotejaram a presença e atuação de outros grupos sociais, externos às elites, no debate e luta política que permeava o tema da saúde durante as décadas de 1910 e 1920. A tematização da saúde por grupos populares durante a Primeira República parecia se restringir ao momento da Revolta da Vacina, em leituras que, muitas vezes, atribuíam ao povo o estado de indiferença ou mero reflexo das ações de uma minoria dominante. A exclusão das ações de grupos populares no processo de seleção das fontes e enquadramento do problema a ser pesquisado sobre o passado das políticas de saúde no Brasil reatualiza, em alguma medida, a manutenção da subalternidade desses grupos, inscrevendo na história o silenciamento de suas formulações e resistências.

Segundo Hobsbawm (2013, p. 27) o que é definido oficialmente como ‘passado’ é resultado de “uma seleção particular da infinidade daquilo que é lembrado ou capaz de ser lembrado. Em toda a sociedade a abrangência desse passado social formalizado depende, naturalmente, das circunstâncias”. A partir da historiografia sobre a existência de uma diversidade de publicações periódicas produzidas por trabalhadores e moradores dos subúrbios cariocas na virada do século XIX para o século XX, foi possível levantar questionamentos sobre a ausência de estudos acerca dos sentidos que a saúde assumia para esses grupos. Nesse processo de construção foi fundamental a compreensão de que a transformação dos valores públicos e da cultura política representam aspectos constitutivos do poder e, portanto, influem nos processos de construção e mudança histórica. Sob essa perspectiva teórica da história, os diversos grupos da população, inclusive aqueles subalternizados, identificados como ‘populares’, tornaram-se elementos-chave para a pesquisa. A valorização do sentido público da política – em que o poder transcende o domínio das instituições, da economia e dos segmentos de elite – fundamentou a consideração do papel da comunicação no conflito político e da imprensa como fonte e objeto de pesquisa.

Ao longo da tese argumentamos que a atuação política dos médicos, cientistas, intelectuais e políticos engajados no Movimento Pró-Saneamento ocorreu a partir das e em diálogo com as formulações de seu tempo. Esses ocupavam uma posição privilegiada de vocalização de suas ideias e propostas de intervenção e se articularam à imprensa por meio de suas redes de sociabilidade buscando ampliar o alcance de seus argumentos críticos aos limites impostos pelo arranjo liberal oligárquico às ações federais na área da saúde pública. A análise dos principais periódicos comerciais em circulação no Rio de Janeiro, apresentada no capítulo 3, apontou que entre 1916 e 1920 a interpretação e a proposta do saneamento se sedimentou no debate público e se estabeleceu como parte do senso comum, antecipando a consolidação do aparato institucional. Essa análise também permitiu identificar que além do discurso de Miguel Pereira, da divulgação do Relatório de Viagens de Arthur Neiva e Belisario Penna e da atuação da Liga Pró-Saneamento, a expansão dos serviços de profilaxia rural nos subúrbios da capital e a entrada de figuras centrais do Movimento Pró-saneamento na administração da saúde pública do governo federal, também forneceram elementos que ampliaram o espaço para o debate sobre o saneamento na imprensa.

Todavia, como procuramos documentar, a publicização de seus projetos para intervenção na política sanitária e construção da nação não ocorreu de forma isolada, ante uma sociedade apática e indiferente. Ao publicizar suas formulações e ao instalar e atuar em serviços de saúde nos subúrbios da capital, os integrantes do movimento sanitaria



encontraram entre seus interlocutores grupos políticos populares que já tematizavam os problemas de saúde e relacionavam o adoecimento com as condições de vida, de moradia, com a desigualdade de distribuição de recurso, com as condições de trabalho e com a capacidade de organização e luta política dos trabalhadores. A ‘ideia força’ sintetizada no relatório de Belisário Penna e Arthur Neiva, posteriormente sedimentada no programa da Liga Pró-Saneamento, além de abrigar elementos em circulação no período, como nos mostra Sá (2008), também continha formulações e argumentos sobre a saúde e o adoecimento que já eram debatidos por grupos sociais mais empobrecidos. Como vimos no capítulo 04, os jornais produzidos nos bairros suburbanos, já nas décadas de 1900 e 1910, apontavam para uma estreita relação entre o adoecimento e o abandono daquelas regiões por autoridades públicas. Nos jornais operários também era frequente a mobilização do adoecimento nas denúncias sobre as péssimas condições de trabalho.

No momento em que a saúde pública foi deslocada para o centro da agenda política nacional, o argumento pró-saneamento foi debatido, reformulado, repercutido e criticado por movimentos populares. Entre os grupos que dialogaram criticamente com os argumentos do movimento sanitário estavam trabalhadores e moradores dos subúrbios cariocas que, por meio da imprensa popular, formulavam e buscavam vocalizar outros projetos de cidade e de país. O material analisado aponta que, para além dos circuitos médicos e políticos, diferentes grupos pensavam sobre a saúde, sobre seus vínculos com a organização social e apontavam estratégias para a superação do adoecimento. Suas ações eram dotadas de imaginação prática e política – apontavam como a saúde era e como deveria, ou mesmo poderia vir a ser. Em cada um dos jornais populares analisados, os sentidos assumidos foram diversos, refletindo as diferentes intenções que motivavam sua publicação, suas pautas, concepções sobre o Estado e também sobre os meios adequados para alcançar a mudança almejada.

As estratégias identificadas como necessárias para a melhoria da saúde da população eram as mais diversas. No ‘A Voz do Trabalhador’, por exemplo, a saúde se associava à melhoria das condições de vida e trabalho, o que passava por uma maior coesão e militância dos trabalhadores em sindicatos. Já nas ‘folhas suburbanas’, o debate acerca dos problemas de saúde se interligava aos pleitos pela ampliação da presença do Estado como forma de superar o abandono dos bairros periféricos. Essas formulações e ações políticas voltadas ao debate público compuseram o complexo contexto de construção das políticas que desembocaram na ampliação da ação estatal na saúde na Primeira República.

A identificação dessas experiências não consiste em atribuir à ação desses diferentes grupos populares a condição de causa única das políticas, mas sim de tomá-las como elemento

constituente do processo de mudança, que interferiu tanto no desenho institucional quanto nas possibilidades de sua implementação. Em outras palavras, a intensidade da publicização e debate sobre o tema do saneamento, a força simbólica do argumento sanitaria, foi também fruto dos seus vínculos e afinidades com a percepção sobre a saúde e o adoecimento já presentes entre circuitos mais amplos da população. Nesse sentido, as possibilidades e caminhos para implementação da ação sanitária também foram influenciados decisivamente pela ação política popular, como documentado no caso das fossas do Bangu. Por meio do periodismo, trabalhadores residentes dos subúrbios resistiram de variadas formas às ações julgadas como injustas ou insuficientes.

Pensar o debate público sobre a questão sanitária entre grupos populares a partir dessa perspectiva teórica nos possibilitou identificar em suas ações e ideias aspectos particulares de elaboração, de recepção, recriação e mesmo de antecipação histórica de agendas e debates. Entre os argumentos e concepções sobre a saúde mobilizados nesses periódicos identificamos elementos que décadas depois estariam presentes com diferentes ênfases nos debates sobre a saúde no Brasil, sobretudo a vinculação entre as condições de vida e de trabalho à saúde da população e dessa com o progresso do país.

Rastrear os registros das formulações e ações políticas dos grupos que se localizavam às margens dos espaços de poder institucional e simbólico significou desafios adicionais para a realização da pesquisa diante da disponibilidade restrita e do pior estado de conservação das fontes. A consideração apenas dos jornais disponíveis *online* representou uma importante limitação para o estudo. Certamente, a consulta aos jornais disponíveis no acervo físico dos diferentes arquivos ampliaria a análise aqui empreendida, incorporando outras vozes. A limitação das fontes também significou uma fragmentação do período analisado dado que o conjunto de periódicos populares consultados apresentavam intervalos temporais importantes além de poucos exemplares disponíveis. Como a maior parte dos periódicos suburbanos e operários tinham uma vida breve, não foi possível analisar como um mesmo periódico abordou a questão da saúde antes e depois do período de atuação do Movimento Pró-saneamento.

Em que pese essas e outras limitações, a compreensão das trabalhadoras e dos trabalhadores, da gente comum, como agentes ativos e presentes na construção da história possibilita levantar novas questões para pesquisas futuras: quais foram as mudanças da compreensão sobre o papel do Estado na saúde que se sedimentaram e permaneceram no repertório de movimentos sociais? Como, em outros momentos históricos, a saúde foi mobilizada por movimentos que fizeram da imprensa uma estratégia de luta? Dada a

importância do debate público na conformação das visões de mundo e da imprensa e outras mídias como meios de ação política, esse trabalho também identifica nos periódicos uma fonte relevante para novas pesquisas sobre a trajetória da saúde pública brasileira. Nesse quesito, as possibilidades de pesquisa levantadas na construção desse trabalho também fomentam questionamentos sobre como outros grupos, de trabalhadores e trabalhadoras, homens e mulheres envolvidos em campos de luta política diversos, como em associações negras e em lutas em defesa das mulheres, pensavam e se articularam às questões da saúde. Sobre esse aspecto, a localização da crítica à exigência da construção de fossas como alegoria do desfile de um grupo carnavalesco de Madureira é um indício das outras formas e fontes que a criação de sentidos e lutas voltadas à saúde pode ter assumido.

Como não poderia ser de outro modo, a construção dessa tese foi profundamente influenciada pelas questões colocadas pelo tempo presente. Em alguma medida, as perguntas que guiaram a construção da pesquisa também foram influenciadas pelos desafios que se colocam hoje à consolidação do direito à saúde no Brasil. Decerto que o período entre o ingresso no doutorado, em 2017, e a redação dessas considerações finais, em 2022, foi marcado por crises sobrepostas – o progressivo desmonte do Estado e das políticas públicas e os reiterados ataques à democracia brasileira que se aprofundaram após a eleição de Bolsonaro, em 2018. A esse conjunto de crises políticas e social se somou a complexa experiência da pandemia da covid-19.

Após esse pouco mais de um século que separa a escrita da tese do debate sobre o saneamento rural causa certa perplexidade verificar que alguns dos problemas ali debatidos seguem sendo um desafio no Rio de Janeiro, e no Brasil do século XXI. O esgotamento sanitário, parte importante das prescrições daqueles sanitaristas para a superação das endemias rurais na Primeira República, segue um desafio atual. Ainda que a cidade do Rio apresente uma média bem maior do que a nacional na proporção de domicílios com acesso a rede de esgoto, em 2020, apenas 68,3% da população urbana do Estado do Rio de Janeiro morava em domicílios atendidos com rede de esgoto (BRASIL, 2020). A tuberculose, doença reiteradamente apontada nos periódicos operários e suburbanos como grande problema de saúde pública relacionado às condições de vida e trabalho segue adoecendo cariocas. Em 2020, a cidade registrava uma das maiores incidências do país dessa doença, com mais de 100 casos a cada 100 mil habitantes (SES RJ, 2022). Além da tuberculose, diversos outros problemas de saúde sinalizados por grupos sociais com menor poder de vocalização seguem sem reconhecimento e resposta pública adequada.

No que diz respeito à dimensão política da comunicação, a pandemia da covid19 forneceu novos e enfáticos elementos para o reconhecimento das relações entre o debate público e os rumos das políticas sanitárias. Logo após a identificação dos primeiros casos de transmissão comunitária do vírus, cada novo caso suspeito notificado em terras brasileiras e alhures ecoavam em todas as mídias. Nos meses que se seguiram, a adoção das primeiras medidas coletivas para a contenção do vírus, a organização do sistema de saúde para atendimento dos casos e os possíveis tratamentos ocuparam a TV, os periódicos, os portais de notícias *online* e as redes sociais e provocaram fortes deslocamentos no lugar da saúde e do Sistema Único de Saúde no debate público.

Essa intensificação do debate sobre a saúde fez com que o SUS e os trabalhadores da saúde, antes tematizados quase que exclusivamente como ‘problema’ (SILVA; RASERA, 2014), passassem a ter suas ações mais visibilizadas. No debate público surgia a questão: E se não fosse o SUS? Diversos sanitaristas, de diferentes áreas da Saúde Coletiva, não apenas passaram a ter maior audiência, como sentiram a necessidade de ir a público e disputar o juízo coletivo. Por outro lado, nas diferentes mídias, se construiu uma intensa disputa acerca do entendimento sobre a legitimidade das medidas de distanciamento social, o reconhecimento da existência e da gravidade da doença, da necessidade do uso de máscara e, posteriormente, sobre a segurança e efetividade das vacinas. Essas controvérsias eram alimentadas por um governo federal negacionista.

Como argumentam Camargo e Grant (2014) a ampliação do debate público dos fundamentos científicos que influem nas ações e políticas de saúde é fundamental para a superação da desconfiança na ciência. Como a presente pesquisa nos auxilia a compreender, o reconhecimento e legitimação de práticas e intervenções sanitárias são elementos centrais para os sistemas de saúde. De certa forma, os acontecimentos do tempo presente reforçam o argumento apresentado nessa tese de que a formação das políticas de saúde não se encerra na sua construção normativa e institucional, mas que a cultura política, a dimensão simbólica, as ideias compartilhadas e o seu processo de legitimação, constituem, também, momentos importantes à sua realização.

Esse papel do debate público para a saúde pública, claramente acentuado no contexto da pandemia, aponta para a urgência da ampliação da capacidade do movimento sanitário do século XXI de comunicar suas propostas em diálogo com a população, legitimando suas ações. Para além das controvérsias suscitadas no contexto da pandemia cabe pontuar que são diversas as questões que se colocam como desafios à legitimação do SUS e construção do direito a saúde como valor público.

Diante da insuficiência do texto constitucional para a plena garantia da saúde como direito público e valor universal, alguns autores têm identificado na ausência de uma ampla base social de apoio ao SUS um dos determinantes que limitam a sua plena efetivação (FLEURY, 2009; RODRIGUES, 2014; SANTOS, 2018b; SOUZA et al., 2019). Após 3 décadas de esforços para efetivação do direito universal à saúde constitucionalizado em 1988, permanece o desafio de construir consensos sobre a urgência de superar a segmentação e fragmentação do sistema de saúde; de desnaturalizar que o acesso aos serviços de saúde e as possibilidades de tratamento e alívio do sofrimento sejam condicionadas pela renda; que brasileiros e brasileiras não tenham acesso a serviços de atenção primária, especializados e hospitalares de acordo com suas necessidades e ainda morram em filas de espera por leitos de UTI, exames diagnósticos ou tratamentos. E, por fim, segue o desafio de reafirmar a importância da ação estatal para a superação desses problemas e fazer frente ao movimento de franca deslegitimação do Estado e fortalecimento das alternativas de mercado às políticas sociais.

Nesse processo de luta política pela garantia do direito universal à saúde, o ato de se comunicar e disputar os valores públicos deve vir acompanhado do ato de ouvir. Os valores e princípios firmados na Reforma Sanitária de 1970 que desembocou na criação do SUS, por sua compreensão dos vínculos entre saúde e democracia, propõe a possibilidade de superar a forma elitista e autoritária de se relacionar com o povo e a opinião pública. Como constatado nessa tese, o povo abriga formulações e práticas decisivas ao processo de mudança histórica. Reafirma a importância da atuação de mulheres e homens, dos comuns na definição dos rumos da história, ainda que constrangida, as incontáveis iniciativas de organização de movimentos populares que, mesmo sob constrangimentos, promoveram ações de combate à pandemia. Essas iniciativas populares, diante da ausência de coordenação pública, para muitos se apresentou como a única estratégia de proteção e sobrevivência.

Perto do bicentenário da independência, em um contexto de uma complexa crise política e sanitária, se coloca ao país, novamente, o desafio de imaginar os projetos possíveis, de construir a viabilidade de construção de uma nação menos desigual, mais justa. Nessa tese, o estudo do passado não se deu com a intensão de buscar as razões dos problemas do presente ou aprender lições a serem reproduzidas no Brasil do século XXI. O reconhecimento da ação do povo na história e de sua atuação e força no presente, da importância da comunicação, do debate público e dos valores compartilhados para os processos de mudança histórica, incluindo nas políticas de saúde, nos possibilitam, tão somente, levantar algumas reflexões

sobre a nossa ação para a construção de uma sociedade que garanta melhores níveis de saúde e o cuidado àqueles que necessitam no presente.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. de; TOLEDO, E. *Confederação Operária Brasileira (COB)* (C. J. de Paula, Ed.) *Dicionário Historiográfico da Primeira República (1989-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFEDERA%C3%87%C3%83O%20OPER%C3%81RIA%20BRASILEIRA%20\(COB\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFEDERA%C3%87%C3%83O%20OPER%C3%81RIA%20BRASILEIRA%20(COB).pdf)>.
- ADVERSE, H. M. *Maquiavel: política e retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- ALVES, K. C. G. As campanhas contra a carestia na cidade do Rio de Janeiro e a construção do direito do trabalho na Primeira República. *Escrita da História*, p. 265–290, 31 ago. 2019.
- ARIAS NETO, J. M. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. Em: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Ed.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Edição: 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 208–245.
- ARMUS, D. “Queremos a vacina Pueyo!!!”: Incertezas biomédicas, enfermos que protestam e a imprensa - Argentina 1920. Em: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Ed.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 393–426.
- BARBOSA, M. *Escravos e o mundo da Comunicação: Oralidade, Leitura e Escrita no Século XIX*. [s.l.] Mauad Editora Ltda, 2017.
- BATALHA, C. H. de M. *Dicionário Do Movimento Operário. Rio De Janeiro Do Século XIX Anos 1920*. São Paulo, SP, Brasil: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- BATALHA, C. H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. Em: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Ed.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Edição: 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 161–190.
- BENCHIMOL, J. L. *Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil*. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 1999.
- BENCHIMOL, J. L. Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro. Em: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Ed.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Edição: 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231–286.
- BENCHIMOL, J. L.; SILVA, A. F. C. da. Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 3, p. 719–762, set. 2008.
- BERLINGUER, G. Palestra: Giovanni Berlinguer no Congresso da Abrasco. *Normal Proposta: jornal da Reforma Sanitária*, p. 9, 1 mar. 1987.
- BERLINGUER, G. *Reforma sanitária, Itália e Brasil*. [s.l.] Editora Hucitec, 1988.

BERTOLLI FILHO, C. *História social da tuberculose e do tuberculoso: 1900-1950*. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 2001.

BIBLIOTECA NACIONAL. *A Noite (Rio de Janeiro)BNDigital*, 31 jul. 2014. . Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-noite/>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BIGNOTTO, N. *O Brasil à procura da democracia: Da Proclamação da República ao século XXI*. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Jornalismo, conflito e objetividade. Em: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (Ed.). *Notícias em disputa: Mídia, democracia e formação de preferências no Brasil*. 1ª edição ed. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

BOLLE, W.; KUPFER, E. E. Travessia do Sertão: refazendo a viagem de Spix e Martius de 1818. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, p. 19–46, 10 jun. 2019.

BOMFIM, M. *A américa latina: males de origem [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BOOTHMAN, D. *lingua* (G. Liguori, P. Voza, Eds.)*Dicionário Gramsciano. 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 26 jan. 2017. .

BRANDÃO, G. M. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, v. 48, n. 2, p. 231–269, jun. 2005.

BRANDÃO, G. M. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. . 24 fev. 1891.

BRASIL. 3.987. Lei nº 3.987, de 2 de janeiro de 1920. Reorganiza os serviços da Saúde Pública. . 2 jan. 1920 a, Sec. 1, p. 437.

BRASIL. nº14.354. Decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. Aprova o regulamento para o Departamento Nacional de Saúde Pública, em substituição do que acompanhou o decreto nº 14.189, de maio de 1920. . 15 set. 1920 b, p. 244.

BRASIL. Decreto nº 14.376, de 24 de setembro de 1920. Transfere para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores os Serviços ora a cargo da Inspeção de Esgotos da Capital Federal. . 21 set. 1920 c.

BRASIL. Decreto nº 14.471, de 11 de novembro de 1920. Modifica alguns dos artigos do regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública, aprovado pelo decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. . 11 nov. 1920 d.

BRASIL. Decreto nº 15.003, de 15 de setembro de 1921. Faz modificações no regulamento aprovado pelo decreto nº 14.354, de 15 de setembro de 1920. . 14 set. 1921, p. Anexo-3º parte do regulamento.

BRASIL. *Ministério de Desenvolvimento Regional. SNIS - Painel de Informações sobre o Saneamento*. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-setor-saneamento>>. Acesso em: 7 fev. 2022.



BRASIL, B. *A Época (Rio de Janeiro, 1912)* BNDigital, 2014. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca/>>. Acesso em: 26 jun. 2021.

BRASIL, B. *A imprensa suburbana carioca no início do século XX* BNDigital, 14 maio 2021. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-a-imprensa-suburbana-carioca-no-inicio-do-seculo-xx/>>. Acesso em: 9 ago. 2021.

BRITTO, N.; LIMA, N. T. A Proposta Do Saneamento Rural. Um Estudo Da Revista saúde (1918-1919). *Estudos De Historia E Saude*, v. 3, p. 1–34, maio 1991.

BUTTIGIEG, J. A. *subalterno/subalternos* (G. Liguori, P. Voza, Eds.) *Dicionário Gramsciano. 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 26 jan. 2017. .

CAMARGO, K.; GRANT, R. Public Health, Science, and Policy Debate: Being Right Is Not Enough. *American Journal of Public Health*, v. 105, n. 2, p. 232–235, 18 dez. 2014.

CAMURCA, M. A. *Marretas, Molambudos E Rabelistas: A Revolta De 1914 No Juazeiro*. São Paulo, Brasil: Maltese, 1994.

CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos Avançados*, v. 4, n. 8, p. 4–18, abr. 1990.

CAPONI, S. Trópicos, microbios y vectores. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 9, p. 111–138, 2002.

CAPONI, S. Coordenadas epistemológicas de la medicina tropical. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 10, n. 1, p. 113–149, abr. 2003.

CARRARA, S. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. Em: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Ed.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2004.

CARVALHO, J. M. de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4ª edição ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2001.

CARVALHO, J. M. de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. *Varia Historia*, v. 27, n. 45, p. 141–157, jun. 2011.

CARVALHO, L. D. de. *O Saneador do Brasil: Saúde Pública, Política e Integralismo na trajetória de Belisário Penna (1868-1939)*. 2019. Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2019.

CARVALHO, M. A. R. de; LIMA, N. T. O argumento histórico nas análises de saúde coletiva. Em: FLEURY, S. (Ed.). *Saúde: Coletiva? Questionando a onipotencia do social*. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992. p. 117–142.

CARVALHO, T. R. D. de; BARRETO, M. R. N. Intelectuais, ciência e nação: a atuação de Edgard Roquette-Pinto no movimento sanitário nas primeiras décadas do século XX. *Anais do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.*, 18 nov. 2016. Disponível em: <[https://www.15snhct.sbhct.org.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=1565](https://www.15snhct.sbhct.org.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1565)>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CASTRO SANTOS, L. A. de. *Power, Ideology, and Public Health in Brazil, 1889 - 1930*. 1987. Havard University, Cambridge, Mass., 1987.

CASTRO SANTOS, L. A. de; FIGUEIREDO, R. É. D. de. Belisário Penna, combatente. Em: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (Ed.). *Médicos intérpretes do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2015.

CASTRO SANTOS, L. A. Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930). *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 23, p. 237–250, 1980.

CASTRO SANTOS, L. A. O pensamento sanitário na primeira república: uma ideologia de construção de nacionalidade. *Dados. Revista de Ciências Sociais*, v. 28, n. 2, p. 193–210, 1985.

CASTRO SANTOS, L. A. Poder, ideologias e saúde no Brasil da Primeira República: ensaio de sociologia histórica. Em: ARMUS, D.; HOCHMAN, G. (Ed.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 249–293.

CASTRO-SANTOS, L. A. de; FIGUEIREDO, R. É. D. de. Belisário Penna, combatente: um capítulo da história da saúde pública brasileira. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 4, p. 848–857, dez. 2012.

CEPÊDA, V. A. Entre a economia e a política os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado. *Sinais Sociais*, p. 88–119, 2012.

COHEN, I. S. Diversificação e segmentação dos impressos. Em: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. DE (Ed.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 107–135.

CRUZ, H. de F.; PEIXOTO, M. do R. da C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 35, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/2221>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

DURANTE, L. *povo* (G. Liguori, P. Voza, Eds.) *Dicionário Gramsciano. 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 26 jan. 2017. .

EDLER, F. C. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Asclepio*, v. 50, n. 2, p. 169–186, 30 dez. 1998.

ELEUTÉRIO, M. de L. Imprensa a serviço do progresso. Em: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. DE (Ed.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 85–106.

ENGEL, M. G. Psiquiatria, questão racial e identidade nacional no pensamento de Juliano Moreira. Em: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (Ed.). *Médicos intérpretes do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2015.

FERNANDES, T. M. *Vacina Antivariólica: ciência, técnica e o poder dos homens, 1808-1920*. 2. ed. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2010.

FERREIRA, L. O. O ethos positivista e a institucionalização das ciências no Brasil. Em: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. DE (Ed.). *Antropologia brasiliense: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. [s.l.] Editora UFMG, 2008. p. 87–98.

FERREIRA, M. de M.; MONTALVÃO, S. *Jornal do Brasil* (A. A. de Abreu, Ed.) *Dicionário Historiográfico da Primeira República (1989-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2015. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>.

FINGER, A. E. *Um século de estradas de ferro : arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957*. 2013. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/15345>>. Acesso em: 15 set. 2021.

FLECK, L. *Genese E Desenvolvimento De Um Fato Científico, A*. Edição: 1ª ed. Belo Horizonte: FABREFACTUM, 2010.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 3, p. 743–752, jun. 2009.

FONSECA, A. B. A. *A cidade que não é: Leituras do subúrbio carioca*. 2016. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <[https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1412321\\_2016\\_Indice.html](https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=1412321_2016_Indice.html)>. Acesso em: 10 ago. 2021.

FONSECA, C. M. O. História da política de saúde no Brasil: interpretações e trajetórias. Em: *História da Saúde no Brasil*. Saúde em Debate. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2018. p. 403–429.

FONSECA, P. C. D. Gênese e percursos do desenvolvimentismo no Brasil. Em: FONSECA, P. C. D.; PEDRO PAULO ZAHLUTH BASTOS (Ed.). *A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade*. Edição: 1 ed. São Paulo, SP : Rio de Janeiro, Brazil : [Campinas, São Paulo, Brazil]: Editora Unesp, 2012. p. 21–68.

FONTANA, B. *Hegemony and Power : On the Relation Between Gramsci and Machiavelli*. First edition edition ed. Minneapolis: Univ Of Minnesota Press, 1993.

FREIRE, M. M. de L. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. 2005. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

GARCÍA, J. C. La Medicina Estatal en América Latina (1880-1930). *Revista Cubana de Salud Pública*, v. 42, n. 1, p. 0–0, mar. 2016.

GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. [s.l.] Editora FGV, 2005a.

GOMES, A. de C. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. Em: MARTINHO, F. C. P.; LIMONCIC, F. (Ed.). *Os intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista: Alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 201–231.

GOMES, A. de C. Primeira República no Brasil: uma história da historiografia. Em: MOURÃO, A.; GOMES, A. DE C. (Ed.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. [s.l.] Editora FGV, 2014. p. 55–94.

GOMES, A. de C.; HANSEN, P. de S. Apresentação. Em: GOMES, A. DE C.; HANSEN, P. S. (Ed.). *Intelectuais mediadores: praticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7–40.

GOMES, Â. M. de C. Essa gente do Rio... os intelectuais cariocas e o modernismo. *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 62–77, 1 jul. 1993.

GOMES, F. dos S. *Negros e política: (1888-1937)*. 1ª edição ed. [s.l.] Zahar, 2005b.

GOULART, A. da C. Revisitando a espanhola: a gripe pandêmica de 1918 no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 12, n. 1, p. 101–142, abr. 2005.

GREEN, M. *simples* (G. Liguori, P. Voza, Eds.) *Dicionário Gramsciano. 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 26 jan. 2017. .

GUIMARÃES, J. A Contra-Revolução Neoliberal e o Desafio Socialista da Refundação da República Democrática no Brasil. Em: HORTA, C. R.; ALVES, C. A. (Ed.). *Novos contextos e desafios do mundo do trabalho*. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2018.

HIJJAR, M. A. et al. Retrospecto do controle da tuberculose no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 41, p. 50–57, set. 2007.

HOBBSAWM, E. *Sobre história*. 1ª edição ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2013.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Revista Estudos Históricos*, v. 6, n. 11, p. 40–61, 1 jul. 1993.

HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento: As Bases da Política de Saúde Pública no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Hucitec; ANPOCS, 1998a.

HOCHMAN, G. Logo ali, no final da avenida: Os sertões redefinidos pelo movimento sanitário da Primeira República. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, p. 217–235, jul. 1998b.

HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. Médicos e interpretes do Brasil: uma introdução. Em: *Médicos intérpretes do Brasil*. Pensamento político-social. 1. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2015. p. XVII–XXV.

HOCHMAN, G.; SANTOS, P. X. dos; PIRES-ALVES, F. História, saúde e recursos humanos: análises e perspectivas. Em: MINISTÉRIO DA SAÚDE (Ed.). *Observatório de Recursos Humanos em Saúde no Brasil: Estudos e Análises*. Série B. Textos Básicos de Saúde. [s.l.: s.n.]2p. 14.

HOCHMAN, G.; TEIXEIRA, L. A.; PIMENTA, T. História da saúde no Brasil: uma breve história. *História da saúde no Brasil*, p. 9–26, 2018.

IBGE. *Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912)*. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1917. v. 1

IBGE. *População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais (1872/2010)*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do século XX*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

JORGE, A. D. ferreira. *Roquette-Pinto e a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro*. 2008. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2176>>. Acesso em: 19 maio. 2019.

KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 134–146, 30 jul. 1992.

KOSELLECK, R. História dos conceitos e história social. Em: KOSELLECK, R. (Ed.). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Edição: 1ª ed. Rio de Janeiro (RJ): Contraponto, 2006. p. 97–118.

KROPF, S. P. *Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909 - 1962*. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 2009.

KROPF, S. P.; LACERDA, A. L. de. *Carlos Chagas, um cientista do Brasil = Carlos Chagas, scientist of Brazil*. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 2009.

KURY, L.; FEDI, L. Rondon e o Positivismo: a defesa dos Feitichistas. Em: KURY, L.; SÁ, M. R. (Ed.). *Rondon: Inventários do Brasil (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2017. p. 224–250.

LANNA JUNIOR, M. C. M. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. Em: FERREIRA, J.; DELGADO, L. DE A. N. (Ed.). *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Edição: 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 231–286.

LEAL, C. E. *Correio da Manhã* (C. J. de Paula, F. Lattman-Weltman, Eds.) *Dicionário Historiográfico da Primeira República (1989-1930)*. Rio de Janeiro: CPDOC - FGV, 2015. . Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. 1ª edição ed. [s.l.] Companhia das Letras, 2012.

LESSA, R. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da primeira república brasileira*. 3ª edição ed. [s.l.] Topbooks, 2015.

LIGUORI, G. *senso comum* (G. Liguori, P. Voza, Eds.) *Dicionário Gramsciano. 1926-1937*. São Paulo: Boitempo, 26 jan. 2017. .

LIMA, V. A. de. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. [s.l.] Paulus, 2011.

LIMA, N. T. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 5, n. suppl, p. 163–193, jul. 1998.

LIMA, N. T. Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, n. suppl 1, p. 229–248, jul. 2009.

LIMA, N. T. *Um Sertão Chamado Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da primeira república. Em: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Ed.). *Raça, ciência e sociedade*. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 1996. p. 23–40.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 2, p. 313–332, 2000.

LIMA, N. T.; SÁ, D. M. de. Roquette-Pinto e sua geração na República das letras e da ciência. Em: LIMA, N. T.; SÁ, D. M. DE (Ed.). *Antropologia brasileira: ciência e educação na obra de Edgard Roquette-Pinto*. [s.l.] Editora UFMG, 2008. p. 57–84.

LIMA, N. T.; SÁ, D. M. de. O Território da República e a comissão Rondon. Em: KURY, L.; SÁ, M. R. (Ed.). *Rondon: Inventários do Brasil (1900-1930)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial, 2017. p. 22–47.

LONER, B. A. 3º Congresso Operário Brasileiro - Relato de Santos Barboza. *História em Revista, Pelotas*, v. 4, p. 161–199, 1 dez. 1998.

LOPES, T. da C. et al. Puericultura, eugenia e interpretações do Brasil na construção do Departamento Nacional da Criança (1940). *Tempo*, v. 24, n. 2, p. 349–368, ago. 2018.

LUCA, T. R. de. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. Edição: 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Em: PINSKY, C. B. (Ed.). *Fontes históricas*. Edição: 3 ed. São Paulo (SP): Editora Contexto, 2005. p. 111–153.

LUCA, T. R. de. A grande Imprensa da Primeira Metade do Século XX. Em: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. DE (Ed.). *História da imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 156–188.

LUZ, M. *Medicina e ordem política Brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

LUZ, M. T. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática”: anos 80. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 1, n. 1, p. 77–96, 1991.

LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Porto Alegre: Rede Unida, 2014.

MACHADO, R. et al. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. [s.l.] Edições Graal, 1978.

MACIEL, L. A. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da “Comissão Rondon”*. [s.l.] Univ Pontifica Comillas, 1998.

MACIEL, L. A. “Imprensa de trabalhadores, feita por trabalhadores, para trabalhadores”? *Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, p. 1–9, 2008.

MACIEL, L. A. Imprensa, esfera pública e memória operária – Rio de Janeiro (1880-1920). *Revista de História (São Paulo)*, n. 175, p. 415–448, dez. 2016.

MACIEL, L. A. Cultura Letrada, Intelectuais e Memória Popular. Em: ENGEL, MAGALI, G.; LETÍCIA, C., Maria; SANTOS, R. A. (Ed.). *Os intelectuais e a cidade: Séculos XIX e XX*. [s.l.] Contra Capa, 2017. p. 53–81.

MACIEL, L. A. História Social, Imprensa e Pesquisa: algumas questões para debate. Em: *Anais...* Em: IV ENCONTROS HISTÓRICOS - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - UFG. 29 set. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IhhOfAWYneY>>.

MAIO, M. C. Raça, Doença e Saúde Pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. Em: SANTOS, R. V.; MAIO, M. C. (Ed.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2010. p. 51–81.

MELLO, M. T. C. de. *A República consentida*. 1ª edição ed. [s.l.] Editora FGV, 2012.

MELLO E SOUZA, A. C. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2000.

MENDONÇA, L. C. *Nas margens: experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro (1880-1920)*. 2011. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1511.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MENDONÇA, L. C. *Jornalismo como Missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920*. 2017. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1952.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2019.

MERHY, E. E. *O capitalismo e a saúde pública: a emergência das práticas sanitárias no Estado de São Paulo*. 2. ed. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2006.

MIYASAKA, C. R. *Viver nos subúrbios : a experiência dos trabalhadores de Inhauma (Rio de Janeiro, 1890-1910)*. 2008. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281795>>. Acesso em: 23 jul. 2021.

NASCIMENTO, D. R. do. Comparando a tuberculose e a AIDS no Brasil. v. 28, n. 2, p. 1–18, 2011.

NEIVA, A.; PENNA, B. *Viagem científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte a sul de Goiás.*: Memórias do Instituto Oswaldo Cruz., Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1916. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/mioc/v8n3/tomo08\(f3\)\\_74-224.pdf](http://www.scielo.br/pdf/mioc/v8n3/tomo08(f3)_74-224.pdf)>. Acesso em: 4 set. 2017.

NETO, J. de M. A. S. MODERNISMO, FUTURISMO E POLÊMICAS LITERÁRIAS NA REVISTA CARETA (1909-1922). *Saeculum – Revista de História*, p. 111–125, 20 dez. 2017.

NOVAES, A. *O Esquecimento Da Política*. Rio de Janeiro, RJ: Agir, 2007.

PAIVA, C. H. A. Samuel Pessoa: uma trajetória científica no contexto do sanitarismo campanhista e desenvolvimentista no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 13, n. 4, p. 795–831, dez. 2006.

PAIVA, C. H. A.; TEIXEIRA, L. A. Reforma sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde: notas sobre contextos e autores. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 15–36, mar. 2014.

PENNA, B. *Saneamento do Brasil: sanear o Brasil é povoal-o; é enriquecel-o; é moralisal-o*. 2. ed. Rio de Janeiro: Typ. Rev. dos Tribunais, 1923.

PEREIRA, L. A. de M. NEGOCIAÇÕES IMPRESSAS: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República. *História (São Paulo)*, v. 35, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-90742016000100508&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742016000100508&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 12 out. 2019.

PIRES-ALVES, F.; PAIVA, C. H. A.; HOCHMAN, G. História, saúde e seus trabalhadores: da agenda internacional às políticas brasileiras. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 13, n. 3, p. 819–829, jun. 2008.

PORTUGAL, F. T. O Brasil de Manoel Bomfim: parasitismo social e educação. Em: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (Ed.). *Médicos intérpretes do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2015. p. 53–63.

RICUPERO, B. Da formação à forma: ainda as “idéias fora do lugar”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 73, p. 59–69, 2008.

RICUPERO, B. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. [s.l.] Alameda Casa Editorial, 2017.

RIO, J. do. *Dentro da noite*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1910.

RODRIGUES, P. H. de A. Desafios políticos para a consolidação do Sistema Único de Saúde: uma abordagem histórica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 37–60, mar. 2014.

ROSENBERG, C. E. Introduction - Framing Disease: Illness, Society, and History. Em: GOLDEN, J.; ROSENBERG, C. E. (Ed.). *Framing Disease: Studies in Cultural History*. None edition ed. New Brunswick, N.J: Rutgers University Press, 1992. p. xiii–xxvi.

SÁ, D. M. de. *A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. [s.l.] SciELO - Editora FIOCRUZ, 2006.

SÁ, D. M. de. Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 183–203, jul. 2009a.



SÁ, D. M. de. A voz do Brasil: Miguel Pereira e o discurso sobre o “imenso hospital”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 16, p. 333–348, jul. 2009b.

SÁ, D. M. de. Miguel Pereira e o Brasil doente. Em: HOCHMAN, G.; LIMA, N. T. (Ed.). *Médicos intérpretes do Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Hucitec Editora, 2015. p. 117–132.

SÁ, D. M. de; SÁ, M. R.; LIMA, N. T. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. 3, p. 779–810, set. 2008.

SALIBA, E. T. Cultura. Em: SCHWARCZ, L. M. (Ed.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Edição: 1 ed. Rio de Janeiro, RJ : Madrid: Objetiva, 2012. p. 35–84.

SANTOS, L. S. dos. Os subúrbios do Rio de Janeiro no início do século XX. *Mneme - Revista de Humanidades*, v. 12, n. 30, 13 dez. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1265>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SANTOS, P. dos. *O povo e o paraíso dos abastados - Rio de Janeiro, 1900/1920 (Crônicas e outros escritos de Lima Barreto e João do Rio)*. 2018a. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <[https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27082018-145311/publico/2018\\_PolianaDosSantos\\_VCorr.pdf](https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27082018-145311/publico/2018_PolianaDosSantos_VCorr.pdf)>. Acesso em: 17 out. 2021.

SANTOS, R. T. dos. SUS: um novo capítulo de lutas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 23, n. 6, p. 1719–1720, jun. 2018b.

SCHWARCZ, L. M. População e Sociedade. Em: SCHWARCZ, L. M. (Ed.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Edição: 1 ed. Rio de Janeiro, RJ : Madrid: Objetiva, 2012. p. 35–84.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: Uma Biografia*. 1ª edição ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2015.

SEFARTY, E. R. C. *Pelo trem dos subúrbios: disputas e solidariedades na ocupação do Engenho de Dentro (1870-1906)*. 2017. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <[https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412208\\_2017\\_completo.pdf](https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1412208_2017_completo.pdf)>.

SENADO FEDERAL. *Senador Octacílio Camelo de Albuquerque - Senado Federal*. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2151>>. Acesso em: 9 jul. 2021.

SES RJ. *Tuberculose - Casos Notificados - SINAN: Coeficiente de incidência por 100 mil habitantes, por ano de diagnóstico segundo Município de Notificação.*, 2022. Disponível em: <[http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnetbd/webtabx.exe?sinan/tf\\_tuberculose.def](http://sistemas.saude.rj.gov.br/tabnetbd/webtabx.exe?sinan/tf_tuberculose.def)>. Acesso em: 7 fev. 2022.

SEVERINO, C. M. R. *Mestres estrangeiros, operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890-1920)*. 2015. Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2015. Disponível em: <[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20424/1/2015\\_CarlosMolinariRodriguesSeverino.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20424/1/2015_CarlosMolinariRodriguesSeverino.pdf)>. Acesso em: 6 set. 2021.

SEWELL JR., W. H. Ideologies and Social Revolutions: Reflections on the French Case. *The Journal of Modern History*, v. 57, n. 1, p. 57–85, 1985.

SEWELL JR., W. H. *Work and Revolution in France*. [s.l: s.n.]

SILVA, G. M.; RASERA, E. F. A construção do SUS-problema no jornal Folha de S. Paulo. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 21, n. 1, p. 61–76, mar. 2014.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, L. E. P. F. de et al. Os desafios atuais da luta pelo direito universal à saúde no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 8, p. 2783–2792, ago. 2019.

SOUZA, V. S. de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 23, p. 93–110, dez. 2016.

SOUZA, V. S. D. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. v. 1, n. 2, p. 21, 2008.

STARLING, H. M. M. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanism no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 82, p. 133–147, 1 set. 2008.

STEPAN, N. L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. Em: HOCHMAN, G.; ARMUS, D. (Ed.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. p. 331–391.

STEPAN, N. L. *A hora da eugenia: Raça, gênero e nação na América Latina*. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

TEIXEIRA, L. A. Medo e morte: sobre a epidemia de gripe espanhola de 1918. *Estudos em Saúde Coletiva*, v. 59, p. 32–32, 1993.

TOLEDO, E. “Para a união do proletariado brasileiro”: a Confederação Operária Brasileira, o sindicalismo e a defesa da autonomia dos trabalhadores no Brasil da Primeira República. *Perseu: História, Memória e Política*, n. 10, 2013. Disponível em: <http://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/71>. Acesso em: 24 ago. 2021.

TOMES, N. *The Gospel of Germs – Men, Women & the Microbe in American Life*. Illustrated Edição ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999a.

TOMES, N. The two-Edged Sword. Em: *The Gospel of Germs – Men, Women & the Microbe in American Life*. Illustrated Edição ed. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1999b. p. 205–236.

VALENTE, A. P. de M. A. *Opinião pública democrática e soberania popular: por um paradigma republicano da liberdade de expressão*. 2013. Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-986G8M>. Acesso em: 4 ago. 2019.

VIEIRA, L. *História para ninar gente grande. Samba enredo do GRES Estação Primeira de Mangueira.*, 2019. .

WILLIAMS, R. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. Edición: Revised, Subsequent ed. New York: Oxford University Press, 1985.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, R. *Recursos da esperança: Cultura, democracia, socialismo*. 1ª edição ed. [s.l.] Editora Unesp, 2015.